

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rasland Costa de Luna Freire

**"Ei, boy, tu quer que eu chore aqui?"
Representações e Práticas de
Masculinidade em Natal (Brasil)**

abril de 2014



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rasland Costa de Luna Freire

**"Ei, boy, tu quer que eu chore aqui?"
Representações e Práticas de
Masculinidade em Natal (Brasil)**

Tese de doutoramento em Sociologia

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro
da
Professora Doutora Helena Machado
e do
Professor Doutor Alípio de Souza Filho

abril de 2014

Nome

Rasland Costa de Luna Freire

Endereço electrónico: raslandluna@yahoo.com.br

Título/tese

"Ei, boy, tu quer que eu chore aqui?"

Representações e Práticas de Masculinidade em Natal (Brasil)

Orientadores:

Doutor Fernando Bessa Ribeiro, Doutora Helena Cristina Ferreira Machado e Doutor Alípio de Souza Filho Ano de conclusão: 2014

Designação do Doutoramento:

Doutoramento em Sociologia

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte desta tese.

Universidade do Minho, 24/04/2014

Assinatura: _____

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, that reads "Rasland Costa de Luna Freire". The signature is written over a horizontal line.

Agradecimentos

Por mais que se considere um trabalho de pesquisa como uma produção individual, resultado do esforço de um investigador, ele não se realizaria sem a capital participação de várias pessoas, que de alguma maneira contribuíram para a sua feitura.

Desse modo, gostaria de agradecer a diversas pessoas que, a seu modo, me ajudaram para que esse empreendimento chegasse até aqui.

Agradeço profundamente à minha esposa Helena, que, com o seu amor, compreensão e energia positiva, sempre me apoiou, do primeiro ao último instante, nessa árdua tarefa de, nesses longos quatro anos, deixá-la, por várias circunstâncias, em segundo plano. Além disso, por ter acreditado, desde sempre, na possibilidade desta realização. A ela, todo o meu amor e gratidão!

Aos meus brilhantes orientadores, Helena Cristina Ferreira Machado e Alípio de Sousa Filho, pela grande contribuição de suas apuradas críticas, as quais, imprescindivelmente, foram responsáveis pelo avanço desta tese. Especialmente, ao meu orientador Fernando Bessa Ribeiro, que, além de contribuir de forma inenarrável para a qualidade deste trabalho, dedicou-se profundamente ao sucesso desta pesquisa e dividiu tão bons e preciosos momentos de sua intimidade, tornando-se, mais do que um orientador, um fiel amigo, cujo referencial me fez crescer consideravelmente enquanto intelectual.

À minha mãe, às minhas irmãs e a todos os meus familiares e amigos, pelo apoio e energia voltados para o sucesso desta tese. Aproveito para fazer menção ao meu amigo e irmão Bertulino José de Souza, que deu o ponto de partida para este projeto ao me incentivar e apoiar na inscrição do doutoramento e por ter sempre se disponibilizado a me ajudar no que fosse preciso.

Aos amigos Kao Kaslauskaz, Cândido Casado, Rogério Satlher, Rodrigo Fachinetti, Luiz George Bustamante, Bruna Latini, Bela, Nino, Carla Storino, Rodrigo Saturnino, Fátima Jacinto, Cédric Masse, Sara Andrade, Andrea Diniz, Nil Salgado, José Macedo e Ricardo Ferreira, os quais, em Portugal, ajudaram-me a tornar a vida longe de casa menos dolorosa, através do carinho e da parceria a mim dedicados.

Aos meus queridos alunos Bruno Medeiros, Igor Andrade, Rodrigo Luz, Francisco Ney de Carvalho, Abimael Chibério, Rodrigo Rosado, Pedro Barreto, José Henrique Lisboa,

Iromar, Lucas Rodrigues, Felipe Lucena, Thiago Gouvêia, Samuel Holanda, Thiago Paiva, Ernesto Guerra, Antônio Carneiro, Paulo Rafael, Carlos Henrique, Fernando Ananias, Paulo Jordão e Guilherme Farias, por terem me confiado as suas intimidades e partilhado um pouco das suas vidas comigo, além dos excelentes momentos de alegria e diversão que passamos juntos. A rica contribuição de vocês foi determinante para a realização desta pesquisa.

Sou grato ainda àqueles que contribuíram tecnicamente para a qualidade deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos a Samantha Vasconcelos e Hanna Macedo, responsáveis pelo árduo, criterioso e delicado trabalho de transcrição das entrevistas. Às revisoras Júlia, Glessa e Gilceane, cuja competência contribuiu para uma melhor qualidade na clareza dessas linhas. Ao amigo Leonardo Almeida, que sempre gentilmente esteve à disposição para resolver os problemas de formatação desta tese.

Por fim, agradeço ao meu fiel cachorro Elvis, que amorosamente me fez companhia nos longos momentos de solidão vividos na confecção desta tese.

“Ei, boy, tu quer que eu chore aqui?”

Representações e Práticas de Masculinidade em Natal

Resumo:

O objeto de investigação refere-se ao processo social responsável pela produção das representações sobre o gênero e a masculinidade como fatores de definição da construção social da identidade de um grupo de homens, entre 17 e 33 anos de idade, da cidade de Natal, situada no Nordeste brasileiro. Do mesmo modo, esta investigação nutre o interesse em descobrir como tal processo interfere na percepção de mundo, nas práticas sociais e nas ações cotidianas realizadas por esses jovens.

A investigação aponta para o paradoxo presente nas contradições, conflitos, questionamentos e conservações existentes nos discursos e condutas dos informantes, concernentes às fragilidades de uma sociedade calcada em princípios de tradição patriarcal, de naturalização dos comportamentos, sentimentos e desejos sexuais confrontados por recentes contraposições teóricas que apontam para a necessidade de enxergar o sexo, o gênero e a sexualidade como realidades históricas e socioculturais para além das teorias essencialistas e universalizantes do comportamento sexual humano.

É dessa perspectiva que surgem as críticas acerca da existência de uma heterossexualidade normativa e compulsória que institui o sexual como obra de uma natureza predeterminada e condicionante, ao mesmo tempo que reprime e renega ao patologismo, à condenação moral e aos interditos sociais os comportamentos que se orientam para determinadas práticas que fujam de tal determinismo, como é o caso da homossexualidade. Portanto, nesse cenário emergem as relações sociais que forjam a identidade sexual dos informantes. Assim, a partir de seus discursos, pretende-se esclarecer as representações que engendram suas maneiras de pensar, de agir e de se posicionar diante do mundo em que vivem.

O trabalho empírico teve como suporte um estudo etnográfico, de valorização da vivência do investigador no terreno sociogeográfico da pesquisa, suas inter-relações, sensações, percepções e experiências, cujo contributo permite uma interação e compreensão macrossocial da realidade vivida, estudada. Nessa perspectiva, como meio de aprofundar a investigação do social incorporado pelos sujeitos da pesquisa, foi utilizada a técnica da observação participante, a qual busca acompanhar os informantes nos mais variados momentos de seu cotidiano, na tentativa de perceber como se coadunam discursos e práticas, no intuito de promover uma percepção densa de como se conjugam as subjetividades e as representações expressas na interação indivíduo/sociedade.

Foi utilizada uma metodologia múltipla com o objetivo de superar as limitações provenientes do uso restrito de uma única ferramenta metodológica. Dentre as técnicas metodológicas utilizadas, destaca-se a entrevista semiestruturada de caráter não diretivo, na qual foram privilegiados o livre discurso dos entrevistados e a sua análise em estado *in natura*, buscando preservar o máximo possível a fidedignidade de suas concepções e representações. Ao mesmo tempo, foi elaborado um guião semiestruturado como aporte complementar a questões de interesse básico para elaboração do perfil dos investigados. Outra ferramenta metodológica importante diz respeito ao uso do diário de campo, instrumento imprescindível para registros de informações, impressões e reflexões acerca dos fatos e ações que permearam e enriqueceram o universo da pesquisa.

As análises críticas das informações e entrevistas permitem vislumbrar um comum paradoxo no modo como se constroem e se afirmam as identidades sexuais e de gênero dos informantes, oscilando entre a apreensão essencialista de uma natureza sexual que distingue o que é próprio aos homens e às mulheres e a compreensão das variadas conquistas impressas pelas políticas de reconhecimento das igualdades sexuais e de gênero que, concomitantemente, põem em xeque verdades outrora inquestionáveis, sendo, portanto, imprescindível uma atenção criteriosa para o aprofundamento dessa complexa investigação. Assim, esta pesquisa propõe-se contribuir com o avanço de uma área sociológica de recente expansão nos cenários nacional e internacional, e ainda carente no âmbito local, voltada para os estudos das masculinidades, na tentativa de apresentar novas perspectivas e interpretações acerca de um campo temático de interesse cada vez maior entre as ciências humanas. Do mesmo modo, propõe à sociedade natalense um olhar mais atento para as relações de gênero que se institucionalizam gradativamente.

"Hey, boy, do you want me to cry here?"

Representations and Masculinity Practices in Natal

Summary

This research deals with issues regarding the production of gender representations and the concept of masculinity as a social process that is held responsible for the construction of group identity amongst young men, aged 17 to 33 in the city of Natal in the northeastern part of Brazil. Thus, the research aims to acknowledge how this process might interfere in the subject's perception of the world, in their social practices involving daily actions performed by these youngsters.

The investigation points out a paradox present through the observance of contradictions, conflicts, inquiries, present in the group's conduct and discourse concerning society's weakness that is grounded in principles such as patriarchal tradition, naturalization behaviors, and sexual desire seen in recent theoretical disputes. These disputes point to the need to examine sex, gender and sexuality as a social cultural and historical reality that goes beyond essentialist and universalizing theories of human sexual behavior.

Based on this perspective, the research points out critique relating them to the existence of a normative and compulsory heterosexuality that establishes sexual gender as a predetermined nature as well as condition that is repressed, as it is considered an illness. Thus, homosexuality is an object of moral condemnation and subject of a social prohibitive behavior avoided by the group.

Therefore, in this scenario, social relations emerge and shape sexual identity of the group. Through the study of their discourse we intend to clarify the representations that engender their ways of thinking, acting and positioning themselves before the world in which they live in.

The empirical work was supported by means of an ethnographic study, the socio geographic background of the researcher as well as the present inter-relations, feelings,

perceptions and experiences, whose contribution allows interaction and macro-understanding of the reality.

In this perspective, the research used participant observation technique in order to acknowledge social aspects incorporated by the subjects. The technique allows accompanying the informants in their daily routine and to perceive how discourse is practice oriented. This is done aiming to promote a better perception of the subjectivities and representations expressed in the interaction between individuals and society.

A multiple methodology was used in order to overcome the limitations resulting from the restricted use of a single methodological tool. Among the methodological techniques used, there was use of a semi structured interview in a nondirective manner. The interview privileged interviewee's free speech performing an *in natura* analysis, always seeking to preserve the reliability of their conceptions and representations as much as possible. At the same time, a semi-structured script was developed as a complementary contribution on issues for the preparation of the investigated profile. Another important methodological tool was a journal considered vital for record keeping regarding impressions and reflections on the events and actions that permeated the universe and enriched the research.

The critical analysis of information and interviews provide a glimpse of a common paradox: the manner how the subject's sexual and gender identities are shaped. It was seen that identity goes from an the essentialist perception of a sexual nature that distinguishes what is proper to men and women by one side and on the other, the understanding of the many achievements possible through the recognition of sexual and gender equality policies. These policies question established truths and were object of judicious attention by this research. Therefore, the research aims to contribute and promote advances in this recent expanding sociological area either nationally and internationally. The area related to study regarding masculinity as an attempt to present new perspectives and interpretations since interest has been increasing among the humanities as well as provide on behalf of society in Natal/Brazil, a closer look on gender relations that have gradually become institutionalized.

Índice

Glossário	xii
Lista de Siglas.....	xix
Introdução	1
Capítulo 1. Negociando relações: problema, método e lugares	9
1. O problema	9
1.1 As teorias das representações sociais	31
2. A abordagem metodológica.....	61
3. O grupo investigado: caracterização	69
4. Os lugares de acção	78
5. Negociando relações: da desconfiança à integração	84
6. Por dentro das entrevistas.....	85
Capítulo 2. Gênero e masculinidade: perspectivas teóricas.....	88
1. O gênero como construção social	88
2. Gênero, agência e identidade	102
3. Gênero, poder e corpo: articulações e disputas	109
4. Sexualidade, amor e relacionamentos	122
Capítulo 3. História, identidade e a construção da masculinidade	127
1. Uma terra de “cabra macho”	127

2. Natal: a cidade “aberta para o mundo”	132
2.1 Um trampolim para mudanças: a Segunda Guerra Mundial	134
2.2 Do Pós-Segunda Guerra ao presente	139

**Capítulo 4. Sexualidade masculina e a construção de identidades:
discursos e práticas 149**

1. Padrões de masculinidade: o olhar dos informantes	149
2. A primeira relação sexual: ingresso no mundo dos “homens de verdade”	166
3. Entre namorar e ficar: projetos, tensões e rupturas.....	170
4. À sombra do patriarcado: resistência e mudança.....	182

**Capítulo 5. Descortinando estereótipos: mulheres, prostitutas e gays
..... 190**

1. Entre homens e mulheres: relações de gênero e dominação	190
2. Acerca da homossexualidade: representações, “policiamentos” e discriminações	203
3. Prostituição, legitimidade e representações	219

Conclusão 233

Bibliografia 253

Índice de Figuras, Quadros e Anexos

Figuras

Figura 1. Mapa de rendimento nominal médio mensal por área geográfica.....	70
Figura 2. Natal/região administrativa Leste	72
Figura 3. Natal/região administrativa Sul	73

Figura 5. Informantes numa “mesa-redonda”, no Six Bar, após uma partida de futsal	79
Figura 6. Ginásio de esportes Integração (Uni-RN), momento da “pela”	80
Figura 7. Centro de convivência Clara Camarão (Uni-RN).....	82
Figura 8. Churrascaria do Arnaldo, antigo Esquina 14	83

Quadros

Quadro 1. Idade dos entrevistados	75
Quadro 2. Perfil socioeconômico dos entrevistados	76
Quadro 3. Perfil socioeconômico dos entrevistados independentes (7 dos 20).....	77

Anexos

Anexos_____.....	261
Anexo 1_____.....	262
Anexo 2____Lugares frequentados e observados	263

Glossário

Almofadinha	Rapaz afeito às etiquetas, ao requinte, às delicadezas dos gestos e das vestes.
Arrochar	Corresponde ao “ficar”. Literalmente: apertar entre os braços.
Balada	Expressão comum entre os jovens para designar a vida noturna, os momentos de lazer, principalmente ao referirem-se a bares, boates, festas e <i>shows</i> .
Barzinho	Diminutivo de bar. Expressão comum entre os jovens.
Bolinar	Tocar, fazer carícia nas genitálias.
Bombado	Homem musculoso praticante de halterofilismo, supostamente usuário de anabolizantes.
Boquete	Termo alternativo para denominar o sexo oral.
Broxar	Termo coloquial que expressa a incapacidade do homem de manter o pênis ereto; impotência sexual.
Boyzinha	(Gíria) O mesmo que garota, moça, mulher jovem. Aportuguesamento da palavra inglesa <i>boy</i> (menino), mas numa adaptação ao seu correspondente feminino, <i>girl</i> (menina), acrescentando-lhe o artigo feminino: “a boy” (menina) em contraposição a “o boy” (menino).

Cabaço	O hímen; Virgindade de mulher; Virgem; Homem que ainda não manteve relação sexual.
Cabra da Peste	Termo regional nordestino utilizado para definir um homem de fibra, valente, destemido.
Cabra Macho	Termo regional nordestino utilizado para identificar o macho viril, heterossexual.
Cabresto	Termo coloquial para designar o frênulo prepucial (prega que une o prepúcio à glândula do pênis).
Cantada	Fazer galanteio.
Cara	Homem; Rapaz.
Caralho	Termo alternativo utilizado para nominar o pênis, também utilizado como forma de expressar uma admiração ou indignação.
Caramba	Interjeição de admiração.
Caturra	De mentalidade estreita; Aferrado a ideias e costumes antiquados. Pessoa que gosta de contradizer e questionar; Pessoa teimosa, aferrada a velharias ou a opiniões ridículas e extravagantes.
Centro de convivência	Esplanada.
Chegar junto	Iniciativa de fazer um primeiro contato com a intenção de iniciar alguma espécie de relacionamento íntimo. Abordagem com intenção de conquista.
Chifre	Gíria utilizada para denominar o ato de uma traição amorosa.

Comer	Termo chulo referente ao ato da penetração sexual, geralmente, do homem sobre a mulher.
Conto	Contração de <i>Conto de Réis</i> (Réis é o plural da antiga moeda luso-brasileira, Real. Um conto valia 1.000.000,00 de Réis) ainda utilizada no popular.
Corno	Marido a quem a mulher é infiel; Cornudo.
Cursinho	Curso cuja finalidade é a preparação para a seleção de ingresso à universidade, que é realizado através de uma prova (vestibular) de conhecimentos gerais.
Danada	Esse termo permite duas classificações: garota sexualmente “fácil” ou independente, autônoma; Indomável.
Dar	Termo chulo que se refere ao papel de passivo numa relação sexual.
Dar em cima	Expressão coloquial que designa o ato de cortejar; Paquerar.
Descabaçar	Efeito de retirar o “cabaço”.
Descolado	Alguém esperto, que sabe “das coisas”.
Desenrolado	Alguém que tem atitude, que costuma tomar iniciativa e sabe se expressar bem em suas relações.
Encabulado	Envergonhado, acanhado, amuado.
Escrota	Pessoa de caráter duvidoso, sem pudores.
Estórias Cabeludas	Termo coloquial que designa um ato obsceno.

Farra	Folia, pândega, patuscada, troça; Baile muito alegre ¹ .
Festa de Arromba	Termo coloquial para designar uma grande festa; Festa luxuosa em grandes proporções.
Ficar	Designa o ato de se relacionar com outra pessoa, no qual não existe nenhum outro tipo de compromisso a não ser a busca do prazer, podendo ou não haver relação sexual.
Ficar se achando	O mesmo que orgulhar-se, gabar-se, vangloriar-se.
Fio terra	Ato que consiste em enfiar “um” dedo no ânus do parceiro, com intuito de provocar prazer sexual. Dentre os homens pesquisados, é geralmente visto como um sinal de inclinação à homossexualidade, devido ao equívoco em se associar qualquer prazer na região anal como um incontestável sinal de homossexualidade.
Fresco	Termo alternativo para se denominar um homossexual.
Frescura	Termo coloquial utilizado (entre outros sentidos), para designar etiqueta; Incômodo exagerado sobre algo; Preconceitos; Mania própria de fresco (gay).
Fuleragem	Coisa sem valor, à toa; Safadeza; Bagunça.
Galera	Turma, grupo de colegas.
Gandaia	Expressão usada para denominar uma condição de des pudor, de promiscuidade.
Garanhão	Conquistador, sedutor, “pegador”.

¹ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

Garoto	Rapaz imberbe.
Gata	Mulher bonita, atraente.
Ir na onda	Seguir o mesmo curso; Deixar-se influenciar por alguém ou alguma coisa.
Janota	Aquele que se veste com apuro, elegante, muito enfeitado ² .
Levar um fora	Expressão coloquial que designa o ato de ser rejeitado por alguém.
Liso	Expressão cultural que indica alguém sem dinheiro.
Manicaca	Termo coloquial referente ao homem que é dominado, mandado por mulher, seja sua esposa, seja sua namorada.
<i>Ménage à trois</i>	Sexo praticado entre três pessoas.
Motel	Estabelecimento comercial comum (no Brasil) para encontros sexuais.
Negoço	Coisa, objeto; Qualquer coisa cujo nome não ocorre no momento.
Paquerar	Olhar insinuante com intenção de conquistar o outro, seja para um relacionamento passageiro, seja com intenções de compromisso.
Paus	Termo coloquial utilizado para se referir a dinheiro.
Pegar	Gíria geralmente utilizada para expressar o ato de conquista de uma mulher por um homem, cujo teor machista revela a condição de

² <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

“superioridade dele”, como se possuísse a exclusividade da iniciativa e a ela coubesse apenas o papel passivo de ser assediada; Corresponde ao ficar, podendo estender-se do namoro ao ato sexual.

Pela	Abreviatura de “pelada”, termo utilizado para uma partida de futebol informal, que não tem valor de torneio e/ou premiação.
Pinta	Termo alternativo utilizado para denominar o pênis. Geralmente utilizado para crianças e adolescentes.
Pôr a mão no fogo	Expressão que designa ter confiança em outrem.
Porra	Palavra de baixo calão utilizada pra representar qualquer coisa, bem como exprimir espanto ou aborrecimento.
Praça de alimentação	O mesmo que “esplanada”, em Portugal.
Putá	Prostituta.
Puteiro	Termo alternativo para casa de prostituição.
Queimar o filme	Situação desconfortável, quando alguém tem a sua imagem maculada.
Rolar	Acontecer.
Rôla	Uma outra expressão alternativa para denominar o pênis.
Sacanagem	Ação, dito ou procedimento de sacana; Bandalheira, imoralidade, safadeza; Patifaria; Brincadeira de mau gosto; Troça.
Safadinha	Termo pejorativo que designa uma mulher de vida sexual “livre”

(autônoma), geralmente sem pudor, vergonha ou moral, que se relaciona sexualmente com qualquer um que lhe agrada; O mesmo que “doidinha”, “saidinha”, “danadinha” ou “devassa”.

Selinho	Beijo superficial, em que há apenas um leve toque entre os lábios.
Sinhazinho/a	Tratamento que os escravos davam ao/a filho/a dos seus senhores.
Swing	Prática sexual entre casais em que ocorre a troca dos parceiros.
Tesão	Desejo sexual masculino ou feminino; Estado de excitação.
Tirar onda	Gíria cujo sentido (semelhante ao de “ficar se achando”) é contar vantagem, agir ou falar com soberba, geralmente em tom de brincadeira; Fazer gracejo, zombaria, chacota.
Vaquejada	Atividade recreativo-competitiva, com características de esporte, popular no Nordeste brasileiro, na qual dois vaqueiros a cavalo têm de perseguir o animal (boi) até emparelhá-lo entre os cavalos e conduzi-lo ao objetivo (duas últimas faixas de cal do parque de vaquejada), onde o animal deve ser derrubado.
Veado	Homossexual masculino.

Lista de Siglas

CCF: Comissão da Condição Feminina

CIG: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DST: Doenças sexualmente transmissíveis

EUA: Estados Unidos da América

FLUC: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

HIV: Human Immunodeficiency Virus

ISCTE: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ICS-UL: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MMA: *Mixed Martial Arts*

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OCIAA: *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

ONU: Organização das Nações Unidas

PLC: Projeto de Lei da Câmara

Prouni: Programa Universidade para Todos

SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

TRS: Teoria da Representação Social

UBI: Universidade da Beira Interior

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Uni-RN: Centro Universitário do Rio Grande do Norte

Introdução

As transformações geradas no universo feminino, sobretudo a partir da segunda vaga do movimento feminista,³ no início da segunda metade do século XX (Schouten 2011, Amâncio 2004), têm gerado constantes desafios às mulheres bem como aos homens, na medida em que é posto em xeque um conjunto de certezas que alimentaram secularmente o imaginário, os discursos e as práticas culturais responsáveis pela construção das identidades sexuais e de gênero dos atores sociais. Assim, tais transformações geraram um novo ordenamento social e de gênero (Amâncio 1994), estando presentes nos conflitos expressos nas redefinições paradigmáticas das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres (Bourdieu 1994, 2010), cujas relações de dominação tenderam historicamente a beneficiá-los em detrimento destas, mormente sustentadas na naturalização do dimorfismo sexual e de gênero (Schouten 2011).

A problemática desta tese centra-se nos ajustamentos ou resistências a essas transformações, as quais podem ser identificadas nas falas e ações dos jovens natalenses por mim investigados. Desse modo, busquei descortinar as representações existentes no processo de construção de suas identidades sexuais e de gênero. Portanto, corroborando conclusões apresentadas em outros trabalhos, percebo uma indissociável relação entre os contextos sociais de emancipação feminina e os seus efeitos nas mudanças significativas na construção das identidades masculinas. Porém, não me proponho aqui a relegar os homens a meros coadjuvantes ou agentes passivos desse processo, uma vez que, mais do que isso, são atores responsáveis e autônomos que assimilam e convergem no entendimento de que se faz necessário repensar e/ou desconstruir certos estereótipos e essencialismos de gênero que tendem a classificar e posicionar homens e mulheres em papéis sociais dissonantes, mas que também se recusam a abrir mão das conquistas históricas que lhes concederam uma posição de superioridade frente às mulheres, a qual é responsável por garantir a eles vários privilégios (McInnes 2002).

³ “O início da primeira ‘vaga’ do feminismo é normalmente situado em 1848, ano da conferência pelos direitos das mulheres em Seneca Falls, nos Estados Unidos, e o seu término nos anos 20 do século XX, quando em muitas das democracias ocidentais as mulheres obtiveram o direito ao voto. Objectivos nesta fase do movimento feminista foram, para além dos direitos cívicos, o direito de as mulheres acederem ao ensino e a profissões anteriormente reservadas aos homens. Lutava-se, igualmente, pelos direitos sociais das mulheres e dos homens, com um empenho enquadrado nos movimentos sociais da época” (Schouten 2011: 112).

A escolha de tal objeto de pesquisa revela uma inquietude, desde a minha dissertação de mestrado (Freire 1997), em desvendar uma realidade complexa, desafiadora e um tanto turva que emerge das investigações acerca da masculinidade.

Faz-se necessário destacar a amplitude alcançada pelos estudos do gênero que abarcam não apenas a esfera da sexualidade, mas também outros campos sociais, como o cultural, o político, o econômico e o jurídico. Nesse aspecto, devemos entender que as transformações da masculinidade ocorrem concomitantemente às mudanças de valores e atitudes resultantes de outros campos sociais (Bourdieu 1998, Connell 2002, Aboim 2013).

Tomando-se a heterossexualidade masculina como norma, fruto de uma natureza ajustada e bem definida, conseqüentemente livre de questionamentos e investigações a respeito da sua coerência e instrumentalização, resulta daí que as primeiras pesquisas realizadas no Brasil sobre o universo masculino, entre as décadas de 1970 e 1980, remetem aos estudos acerca da homossexualidade, esta sim passiva de todas as indagações e necessidades de compreensão (Loyola 2000). Depois, ampliaram-se para questões plurais do universo masculino, abordando, por exemplo, aspectos relativos à construção e aos conflitos da identidade de gênero, ao mesmo tempo que visavam desconstruir a visão naturalista e universal do gênero masculino (Machado 2005). No entanto, somente a partir de meados da década de 1990 é que os estudos a respeito da masculinidade se intensificaram e ganharam consistência teórica, política e epistemológica (Medrado e Lyra 2008). Do mesmo modo, os estudos sobre o gênero, nos anos de 1960, partiam exclusivamente das pesquisas sobre as mulheres (Amâncio 1994, Loyola 2000, Giffin 2005), reiterando o “desnecessário” interesse em se investigar o “óbvio” e “aparente” gênero masculino. Destarte, na medida em que avançavam os estudos sobre as mulheres, emergiam relevantes contradições e contestações que sustentavam os arquétipos e assimetrias em que se fundamentavam as relações entre os gêneros, pondo a masculinidade em evidência assim como a necessidade de explorá-la enquanto realidade social construída, em detrimento do essencialismo e do universalismo responsáveis por sua condição normativa.

Todavia, devemos estar atentos ao perigo de transformar os estudos de gênero numa cruzada binária e maniqueísta de demonização do homem opressor e vitimização da mulher oprimida (Giffin 2005, Bourdieu 2010). Isso não significa fecharmos os olhos para as diversas situações de dominação sociopolítica, econômica e sexual dos homens sobre as mulheres, no entanto, como ressalta Foucault (1998b), não podemos conceber o poder como uma coisa, uma propriedade, mas como uma relação, um exercício a que nada nem ninguém escapa, sendo todos, em algum aspecto ou de alguma maneira, dominadores e dominados,

considerando-se as condições e posições que ocupem no “jogo”. Assim, apesar de, estruturalmente, as relações de gênero ser marcadas por uma forte assimetria de poder, apresenta-se ineficaz a sentença que atribui aos homens o epíteto de “sexo forte”, tendo em vista que ao pô-lo à prova constantemente (Bourdieu 2010, 1998, McInnes 2002, Badinter 1993), mesmo sendo esta uma forma de exercício de dominação, nega-lhe a propriedade de um poder natural, mas construído historicamente.

Soma-se a tal perspectiva a crítica sobre a existência de uma masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt 2013, Giffin 2005, Almeida 1995), visto que é perceptível a presença de relações plurais travadas entre os homens por todas as esferas sociais; relações econômicas, de classe, de raça e etnia, intelectuais, trabalhistas e sexuais, que expõem a opressão não apenas dos homens sobre as mulheres, mas de homens sobre homens. Logo, não podemos conceber as relações de gênero como se fizessem parte de uma ordem estanque, harmônica, impermeável e natural. Nessa esteira, é notável a existência de várias masculinidades (Bourdieu 2010, Almeida 1995, Lacombe 2007, Aboim 2013), as quais, porém, são regulamentadas por um modelo padrão de gênero guiado pela institucionalização de uma heteronormatividade controladora, castradora e garantidora da sujeição dos indivíduos à doxa (Brandão 2010, Sales e Paraíso 2013). Por conseguinte, é imprescindível a institucionalização de rituais (Bourdieu 1998, Almeida 1995, Badinter 1986, Grossi 2008) que atuam como mecanismos reguladores e sustentáculo de uma estrutura androcêntrica, que cotidianamente inscreve-se nas mentes e corpos dos sujeitos, sedimentando-se nas relações travadas e confirmadas entre seus pares, garantia da sua aceitação social e que deve ser permanentemente renovada (Badinter 1993, Bourdieu 2010).

É sob a naturalização de uma heterossexualidade compulsória (Rich 2007) e a estereotipação dos papéis sexuais com base no dimorfismo sexual (Schouten 2011) que se arraigam os preconceitos e os estigmas sobre a homossexualidade como uma prática social patológica, errônea, pecaminosa, antinatural, que deve ser rechaçada, combatida ou mesmo odiada, na medida em que põe em risco a estabilidade da ordem natural sexual (Sales e Paraíso 2013). Dessa forma, os homossexuais são taxados como doentes, anormais, depravados e imorais, indignos de confiança e aceitação social e, por isso, devem ser identificados e violentamente reprimidos, moral e fisicamente. Nesse empreendimento, faz-se necessária a autoridade dos aparelhos ideológicos do estado (Althusser 1985), instrumentos de poder e regulação social, que, através de discursos institucionais de dominação, forjados por pseudoverdades, têm a incumbência de convencer os indivíduos da necessidade e naturalidade de sua sujeição.

Por outro lado, a sociedade contemporânea ocidental vem passando por um processo de gradativa democratização da vida social e, conseqüentemente, das relações sexuais e de gênero, possibilitando aos indivíduos viverem sua intimidade de maneira mais livre (Aboim 2013), ao mesmo tempo que se reduzem as barreiras entre vida pública e privada e se promovem maiores debates acerca da vida sexual das pessoas. Foi daí que resultaram várias conquistas sociais e legais, tanto das mulheres quanto dos homossexuais (Aboim 2013). Porém, devemos considerar que novas formas de controle e interditos vão se renovando, novas formas de controle social são adotadas e forjadas pelos mais variados discursos institucionais, cujos contrapontos são comuns. Com efeito, os mais variados discursos em torno da sexualidade visam à imposição de regras e idealização de verdades, que tanto levam à repressão quanto à libertação dos comportamentos sexuais, buscando a sua dominação através da sua excessiva exposição, como eficiente dispositivo de controle e regulação (Foucault 1999, Aboim 2013). Os discursos, outrora de cunho moral e religioso, cedem lugar aos discursos médicos, políticos e jurídicos. Os novos discursos de cariz técnico e científico, também normalizadores, assentam-se em teorias responsáveis por impor novas verdades sobre a sexualidade e uso do corpo, seja no sentido de conter, seja no de expandir a busca pelo prazer sexual (Aboim 2013). Isso posto, observa-se a manutenção de um “duplo padrão” sexual – defensor dos tradicionais ideais machistas de virilidade e publicização das conquistas sexuais pelos homens e repressão à liberdade sexual das mulheres, limitada à esfera do matrimônio –, ancorado em pressupostos biológicos (Aboim 2013).

A partir da presente contradição entre modernidade e conservadorismo, surgiu a intenção de utilizar a frase tema desta pesquisa, “Ei, boy, tu quer que eu chore aqui?”, revelada numa conversa em um bar, onde um dos informantes comentou que conversava com um dos colegas do grupo investigado, cuja namorada acabara de terminar o namoro, e, ao ser indagado como estava a situação, o rapaz respondeu que não gostaria de falar; no entanto, devido à insistência do colega, respondeu: “Ei, boy, tu quer que eu chore aqui? Então me deixa quieto”. Não obstante, tratava-se de um dos rapazes mais agressivos da turma e que ao mesmo tempo não se refutava em expressar a fragilidade dos seus sentimentos, contrapondo-se à máxima machista de que *homem que é homem não chora!*

Tomei como aporte de análise a teoria das representações sociais, concebendo-a como instrumento eficaz de reflexão e compreensão da realidade cotidiana, e interações sociais dos entrevistados bem como a forma como eles a incorporam, tanto no aspecto psicológico quanto cognitivo e comportamental, dando sentido às relações e objetos a sua volta (Sêga 2000, Moscovici 2010, Almeida 2009). Ademais, as representações sociais constituem-se como

elemento estruturante, responsável por estabelecer uma relação de orientação e condução das ações interpretadas psicossocialmente por valores e significados subjetivos, produtos do mundo social objetivado (Domingos Sobrinho 2010, Xavier 2002). Portanto, é evidente a importância dos estudos das representações sociais, devido a sua contribuição ao esclarecimento das relações sociais cotidianas e, conseqüentemente, à desalienação da vida social, ao passo que *desfamiliariza o familiar* (Duveen 2010, Jodelet 1989, Moscovici 2010).

Feito os devidos esclarecimentos na intenção de conduzir o leitor a uma compreensão preliminar do objeto de estudo, esclareço em seguida como se deu a divisão dos capítulos da tese. O primeiro capítulo tem por intuito apresentar o problema investigado, mediante o qual busco desenvolver uma reflexão teórica aprofundada, realizando o estado da arte. Desse modo, faço um balanço de estudos já existentes e desenho um panorama do conhecimento científico sobre o tema de pesquisa (sobretudo do que já foi feito em Portugal – país que me confere o grau de doutor – e no Brasil – país onde desenvolvi a pesquisa), ao tempo que proponho clarificar o contributo que a minha pesquisa pode trazer para o avanço do conhecimento sobre os estudos das masculinidades, mormente, no âmbito da produção das ciências sociais, nacional e regional. Acresço uma discussão aprofundada acerca da teoria da representação social, eleita por mim como principal ferramenta teórico-metodológica na compreensão da realidade social incorporada pelos indivíduos aqui investigados, comprometendo-me a deslindar as variadas abordagens sobre ela na ótica dos seus principais representantes, dentre eles, Serge Moscovici, Denise Jodelet e Jean-Claude Abric. Além disso, dedico-me à abordagem metodológica, centrada no trabalho de campo etnográfico, no qual me empenho em desvendar as relações e experiências vividas pelos informantes e como essa realidade social é incorporada nas falas e práticas cotidianas, que revelam o modo de ser destes. Apresento, então, o perfil do grupo pesquisado, os lugares nos quais foi desenvolvido o trabalho empírico, as estratégias de negociação das relações entre pesquisador e pesquisados e as técnicas de investigação utilizadas, dando relevância ao trabalho de observação participante, a qual me permitiu vivenciar intimamente os discursos e as ações que emergem das interações e disposições dos atores nos variados cenários em investigação, alimentando e renovando minhas percepções e impressões a respeito do contexto estudado.

O segundo capítulo é dedicado à discussão em torno das relações de gênero e suas correspondências com a realidade social. Nele, é revelada a necessidade de dissociar gênero de natureza e concebê-lo como uma construção social reificada por discursos ideológicos (Althusser 1985) responsáveis por mascarar a cultura através de teorias essencialistas. Tais teorias tendem a associar sexo e gênero como produtos de uma mesma natureza,

instrumentalizando o processo de construção da identidade dos sujeitos e o engendramento de relações assimétricas de poder entre os sexos, bem como as políticas de dominação sobre seus corpos. Assim, faz-se necessária uma análise crítica que desvele os equívocos, produzidos pelo senso comum, na concepção dos gêneros como uma expressão natural e universal dos sexos (Almeida 1995, Rubin & Butler 2003, Grossi 1998), em vez de percebê-los como uma instituição histórico-temporal instrumentalizada por um dimorfismo sexual (Schouten 2011) que se assenta na naturalização de diferenças sexuais, cognitivas, psicológicas e comportamentais que caracterizam homens e mulheres e garante a institucionalização da dominação deles sobre elas.⁴ Outra confusão que busquei desfazer nesse capítulo diz respeito ao frequente engano a respeito da distinção entre as categorias sexo, gênero e sexualidade, muitas vezes, percebidas como uma única coisa (Grossi 1998). Nesse aspecto, tratei o sexo como um referencial biológico de diferenciação entre machos e fêmeas; a sexualidade como uma construção cultural referendada pelas representações sociais que constituem e determinam a maneira como os indivíduos devem vivenciá-la; e o gênero como uma categoria na qual podemos localizar culturalmente os indivíduos quanto a sua maneira de pensar e agir, pautada na diferenciação e estereotipação de seus sexos (Grossi 1998). Outra discussão desenvolvida nesse capítulo refere-se à importância do gênero no processo de construção das identidades sociais dos sujeitos, tendo em vista que o processo de socialização do indivíduo requer a interiorização do mundo objetivado e a apreensão dos caracteres, referências e signos que o compõem (Berger e Luckmann 2002). Destarte, a identidade sexual masculina toma por referência seu contraposto feminino e vice-versa. Por essa via, somente podemos estabelecer o que é próprio do gênero masculino na medida em que o distinguimos do que é próprio do gênero feminino (Boris 2011, Connell e Messerschmidt 2013). Mediante essa consideração, vários autores discutem acerca da existência ou não de uma crise da masculinidade, reflexo dos avanços e mudanças recentes ocorridos no gênero feminino (Boris 2011, Goldenberg 2000, Ramos 2000, Grossi 2008).

No terceiro capítulo, propus-me a fazer uma contextualização histórico-geográfica sobre os caracteres formadores de uma identidade regional dos informantes, detectando o processo

⁴ Neste aspecto, é de relevante contributo, para a defesa do carácter socialmente construído do género e da sexualidade, o surgimento da “teoria *Queer*”: “O diálogo entre a Teoria *Queer* e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento *queer* com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinónimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemónicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual. Os primeiros teóricos *queer* rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canónica. A escolha do termo *queer* para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade. Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos. Em termos políticos, não tardou para que ele denotasse uma alternativa crítica aos movimentos assimilacionistas” (Miskolci 2009: 151-152).

de construção de uma identidade masculina peculiar aos homens socializados na região Nordeste do Brasil e, conseqüentemente, na cidade do Natal. Os referenciais bibliográficos, em correspondência com os empíricos, revelaram a constituição do estereótipo do nordestino como um homem viril, o “cabra macho”, cunhado pelas dificuldades comuns a uma região, cuja aridez, pobreza e descaso estatal constroem a figura do homem forte, viril, resistente às dificuldades e às provações impostas pela natureza e pelos homens (Albuquerque Jr. 2013). Todavia, através de uma vasta produção cultural se forjou o tipo *nordestino*, cuja identidade foi engendrada pelos caracteres tradicionais do patriarcado, sobretudo, assente no ideal de virilidade. Logo, assim como o *nordestino* vai encarnar o protótipo do macho viril, a masculinidade será uma condição natural da geografia nordestina, uma vez que é comum se afirmar que no Nordeste até as mulheres são “machos” (Albuquerque Jr. 2013). Com efeito, os ideais machistas que moldam as relações sexuais e de gênero e a concepção do que é ser homem, comum à grande parte do imaginário dos meus informantes, revelam uma herança histórico-cultural refletida nas suas condições materiais de existência, presentes nos discursos, atividades e organizações sociais, decorrentes da realidade socioespacial a qual pertencem (Ribeiro, Portela e Gerry 2009). Por outro lado, a história da cidade do Natal revela uma contradição no que concerne a uma forte presença da tradição e do provincianismo, ao mesmo tempo que há um século vive momentos de expectativas e euforia sobre a possibilidade do desenvolvimentismo e modernismo socioeconômico e cultural, principalmente com o advento da segunda grande guerra mundial (Celestino 2009), resultando na alcunha de “cidade aberta para o mundo” (Lopes Júnior 2000, Cascudo 1999), sobretudo após o advento e desenvolvimento das atividades turísticas na cidade (Lopes Júnior 2000). Tal paradoxo revela uma complexa heterogeneidade nas atitudes e discursos dos jovens entrevistados, em que se coadunam valores e posturas machistas e liberais.

O quarto capítulo deteve-se em desvendar o processo de construção das identidades sexuais dos entrevistados, mediante reflexões críticas sobre suas ações, comportamentos e falas. Tal pertinência procede do fato de que os indivíduos têm na sexualidade uma forte referência cultural e um eficaz dispositivo de dominação e controle desta (Foucault 1999). Um exemplo característico desse aspecto está na necessidade de afirmação da virilidade masculina através da publicidade das conquistas amorosas e sexuais (Bourdieu 2010, Giddens 1993), assim, não à toa, a primeira relação sexual toma o *status* de ingresso ao mundo dos “homens de verdade” (Boris 2011). Outra temática abordada versou sobre as práticas do namoro e das relações descompromissadas, denominadas como “ficar”, prática corriqueira entre os jovens que buscam relacionamentos avulsos, sem amarras (Bauman 2004). Encerro o

capítulo apresentando as contradições expostas na postura dicotômica dos informantes acerca da resistência ou mudança frente aos valores patriarcais.

No quinto e último capítulo, interessei-me em explicitar como os jovens pesquisados percebem e encaram os estereótipos construídos sobre as mulheres, os gays e as prostitutas, por constituírem-se como referenciais identitários de sexo e gênero. Num primeiro momento, procurei fazê-los falar a respeito da maneira como se relacionam com as mulheres, levando em conta os sentimentos e atitudes forjados pelas relações de gênero e dominação. Considerei a impossibilidade de se investigar as transformações a que estão sujeitas as masculinidades contemporâneas sem associá-las diretamente às suas múltiplas interações com o universo feminino (Boris 2011). Noutro momento, foi abordado o modo como a homossexualidade é representada no contexto social em que vivem, as discriminações e os policiamentos sofridos e como os atores se posicionam frente a essa realidade. Do mesmo modo que a identidade de gênero masculino se fundamenta na sua contraposição ao feminino, a homossexualidade apresenta-se como referencial oposto do que é ser homem. Assim, o homossexual é geralmente identificado como um *homem pela metade* ou um *falso homem* (Welzer-Lang 2001, Bourdieu 2010), representando um comportamento negativo, inferior, passivo de crítica e discriminação (Connell e Messerschmidt 2013, Grossi 2008). Finalmente, busquei compreender a relevância exercida pelo fenômeno da prostituição na afirmação da identidade sexual dos informantes, além de identificar o nível de legitimidade e as formas representacionais que lhe revestem (Ribeiro *et al* 2007). Sendo esse um fenômeno cultural e socioeconômico historicamente interpretado de formas paradoxais plurais (Foucault 1998b, Freire 1997, Ribeiro e Sacramento 2006, Sacramento 2005), não obstante, reflete-se complexamente nas representações presentes nas crenças e práticas dos entrevistados.

Capítulo 1. Negociando relações: problema, método e lugares

1. O problema

O aumento reconhecido da liberdade das mulheres em diversas áreas sociais apresenta aos homens novos desafios relacionados com a necessidade de compreender e ajustar-se frente a essa realidade. Há um novo ordenamento social que envolve não somente fazeres sexuais, mas também identidades, moralidades e suas pseudoverdades históricas, arraigadas e resultantes de uma perspectiva de gênero visivelmente contraposta a novos modelos que agora se apresentam, no qual a construção social do gênero nos moldes das sociedades tradicionais patriarcais – de subjugação cultural, econômica, sexual e simbólica da mulher – é posta em xeque gradativamente, devido ao flagrante avanço social, político, econômico e sexual das mulheres contemporâneas; novos arranjos que se redefinem num processo de discussões, negociações e disputas no interior dos diversos campos sociais. Por isso, não podemos conceber a sociedade e as relações de gênero como uma unidade, mas como um conjunto de esferas em jogo que visa os interesses peculiares de cada campo (Bourdieu 1994). A problemática de minha tese centra-se justamente na compreensão, integração ou confronto, particularmente, de homens jovens (dos 17 aos 33 anos de idade) em face desse contexto de mudança. Ou seja, como os meus informantes entendem o que é ser homem nos dias de hoje, quais similitudes ou dessemelhanças percebem no modelo patriarcal em que foram educados seus pais, quais modelos de masculinidade reconhecem, como vivenciam as interações e os conflitos entre seus pares, bem como a maneira como percebem as mulheres com as quais se relacionam e como se afirmam suas identidades sexuais, tendo por referência as representações calcadas numa heterossexualidade normativa, forjada nas suas interações com os outros homens heterossexuais, com as mulheres e com os homens homossexuais.

Assim, quais representações – expressas nas visões de mundo, nos discursos e nas práticas cotidianas – alimentam o imaginário dos jovens natalenses, aqui entrevistados, na

medida em que forjam novas dimensões do gênero masculino? Eis a minha questão de partida.

Isso posto, a minha tese compartilha conclusões, apontadas em outros estudos, sobre a relação entre a emancipação das mulheres, em diversas sociedades, as modificações na construção das identidades masculinas e seus efeitos sobre estas. Tais mudanças, não somente empreendidas pelas mulheres, mas também pelos homens, pelo menos nos últimos 50 anos⁵, nos diversos campos socioculturais, acabam por atingir sobremaneira não apenas os estereótipos historicamente construídos em torno do gênero feminino (fragilidade, histeria, incapacidade intelectual, instabilidade emocional, inerência à maternidade, frigidez sexual), mas refletem substancialmente na identidade do gênero masculino, na medida em que põem em xeque caracteres universais (virilidade sexual, superioridade intelectual, heterossexualidade normativa, dominação do espaço público, inerência ao poder político e econômico) de uma suposta natureza masculina.

Portanto, é preciso investigar como se reestruturam os condicionalismos de gênero. Em face disso, é pertinente sublinhar que:

as diferenças sociais entre homens e mulheres, incluindo o seu poder relativo, estatuto e recursos não são a expressão social de uma diferença natural entre ambos, mas o material (fracionado) e a herança ideológica de uma ordem patriarcal incompatível com a modernidade e com o universalismo (McInnes 2002: 32).

Desse modo, faz-se mister reconhecer quais as estratégias adotadas hoje em dia que oportunizam a vigência parcial dessa ordem e, da mesma forma, as redefinições implementadas por uma mudança das mentalidades que acarretam novas relações e comportamentos resultantes destas.

A escolha do objeto da pesquisa teve por intuito dar continuidade a um interesse científico suscitado ainda na minha graduação, na UFRN, cujo trabalho monográfico tratou da *História dos cabarés de Natal entre as décadas de 1940 e 50* (Freire 2004). Tal empreendimento permitiu-me vislumbrar, gradativamente, uma carência de estudos que contemplassem a participação masculina e que ali se tratava de um rico e vasto campo a ser explorado, tendo em vista que as pesquisas realizadas acerca da masculinidade no Brasil ainda estavam tomando forma. Essa carência despertou-me o desejo de explorar esse campo de conhecimento, acarretando na realização da minha dissertação de mestrado (UFPB 1995-

⁵ Tendo em vista que o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 corresponde, na visão de vários autores, ao auge da segunda vaga do movimento feminista, responsável pelas lutas em prol da igualdade de direitos políticos, socioeconômicos e sexuais das mulheres em relação aos homens (Schouten 2011).

1997), que buscou entender as representações do cliente da prostituta (Freire 1997). Retomo aqui a perspectiva de ampliar tal discussão e compreensão acerca das representações que contemplam as questões relativas à sexualidade e ao gênero masculino.

Acerca dos estudos das representações sociais, é importante esclarecer:

o antecedente conceito de “Representações Sociais” se encontra na sociologia durkheimiana com o conceito de “Representações Coletivas”. Toda uma tradição de pesquisa sumamente controversa fundamentou-se neste conceito. Ao final da década de 60, é retomado e reformulado por pesquisadores da psicologia social, sob o nome da Teoria das Representações Sociais. O conceito é hierarquizado e elevado a um “*status*” que levou a gerar um campo de pesquisa com objetos e marco teórico específico. Podemos dizer que, a partir dos anos noventa, transformou-se em uma das principais correntes da psicologia social europeia (Mecha e Wagner 2003: 31).

Este trabalho parte do estudo e da análise das relações de gênero na nossa contemporaneidade, tendo por objeto de investigação o gênero masculino, uma esfera em que grandes transformações têm ocorrido nas últimas décadas, sobretudo, por reflexo das mudanças no que tange ao gênero feminino. A escolha de tal objeto tem por intuito contribuir para a expansão e maior compreensão de um rico campo de investigação que vem sendo explorado gradativamente. Entendemos que essa área de estudos vem sofrendo um crescente processo de redefinição, daí a necessidade de se compreender mais a fundo quais transformações vêm acontecendo e como os homens respondem a elas. Assim, faço minhas as palavras de Pereira (2010: 228):

Uma análise das entrevistas como aquela que aqui se propõe foca-se fundamentalmente na forma, estrutura e efeitos dos discursos de gênero de cada entrevistado, procurando estudar como, e com que objectivos, é que esses discursos são construídos e justificados. É, portanto, particularmente indicada para examinar as palavras e expressões concretas que os participantes utilizam ou, mais ainda, para detectar inconsistências, contradições e reformulações nas narrativas de um entrevistado.

Numa análise mais aprofundada, podemos dizer que esse processo de transformação da masculinidade é fruto de uma mudança de atitudes e de valores no campo da sexualidade (Bourdieu 1998), bem como de uma reestruturação social também ocorrida no campo cultural, político e econômico. Isso significa dizer que as relações de gênero devem ser compreendidas e associadas às variadas esferas sociais com que se relacionam (Connell 2002). Como afirma Goldenberg (2000: 16):

Durante décadas, os estudos de gênero foram realizados quase exclusivamente por pesquisadoras feministas, passando, nos últimos anos, a despertar o interesse de pesquisadores não militantes, assim como antropólogos, sociólogos e historiadores renomados, como, por exemplo, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Christopher Lasch. Tal mudança no perfil dos estudiosos pode ser pensada como um reconhecimento da importância do gênero como uma variável cada vez mais explicativa da sociedade atual. A existência de revistas dedicadas a questões de gênero, centenas de dissertações de mestrado e teses de doutorados, núcleos de estudos, grupos de trabalhos em reuniões científicas refletem o amadurecimento desta linha de estudos, dentro e fora do Brasil, desde a publicação do clássico *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949.

Inicialmente, os estudos sobre o gênero concentravam-se nos estudos sobre as mulheres, depois eles se ampliaram, abarcando outras relações assimétricas de poder entre os sexos, passando a contemplar outros grupos sociais, como os gays e as minorias étnicas (Amâncio 2004). Do mesmo modo, a análise do campo de investigação aumentou, envolvendo diversos fenômenos que interagem socialmente com o domínio da sexualidade, tais como a classe social e a etnicidade. Já os estudos sobre a(s) masculinidade(s) iniciaram-se nos anos 1970 do século passado, desenvolveram-se nos anos 1980 e ganharam consistência teórica nos anos 1990 (Amâncio 2004). No Brasil,

os primeiros estudos que tratam mais diretamente do tema da sexualidade realizados no Brasil começaram a surgir no final da década de 70 e início de 80. Eram basicamente voltados para o estudo do homossexualismo, da identidade sexual e do conhecimento do mundo homossexual. Embora sofressem direta ou indiretamente a influência do movimento *gay* e lésbico americano – que também se iniciavam timidamente nos grandes centros urbanos de nosso país – tinham caráter predominantemente acadêmico... O movimento feminista, iniciado na década de 60, contava com uma produção muito maior e também de caráter majoritariamente acadêmico (Saffioti, 1969; Blay, 1972)⁶, mas que não focalizava diretamente o tema sexualidade. Como os próprios títulos dos trabalhos dessa época indicam, eles se preocupavam principalmente com a participação da mulher na força de trabalho, com a família operária e/ou patriarcal etc. (Madeira e Singer, 1975; Aguiar, 1979; Hirata e Humphrey, 1984; Abreu, 1986)⁷. Esses trabalhos surgiram num contexto fortemente marcado pelo marxismo e, ao mesmo tempo, por uma grande difusão da psicanálise e da ideologia individualista-igualitária entre as classes médias urbanas (Velho, 1981, 1983)⁸, resultantes das transformações ocorridas nos costumes brasileiros com o advento da pílula, da revolução sexual e da cultura *hippie* (Loyola 2000: 145).

⁶ A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista.

⁷ Estrutura e trabalho feminino no Brasil; Mulheres na força de trabalho na América Latina; O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira; O avesso da moda. Trabalho em domicílio na indústria da confecção.

⁸ Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea; Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas.

Loyola relata que na ocasião da organização do “Primeiro Seminário do Grupo de Trabalho Sexualidade e Reprodução” (2000: 146), no início de 1983, o qual ela coordenava juntamente com outros investigadores, deparou-se com “um verdadeiro deserto de estudos sobre esse tema”. No entanto, conseguiram ainda “reunir trinta e sete *papers* produzidos por antropólogos, sociólogos, psicanalistas, médicos e historiadores”. Porém, a autora confessa que os trabalhos ali apresentados encontravam-se num estado ainda incipiente e incapaz de aglutinar uma rica discussão interdisciplinar: “fazer face, ao mesmo tempo, a um vazio conceitual e à diversidade de temas e marcos teóricos que povoam esses espaços fronteiriços entre as ciências parecia, desde então, um dos principais desafios para o estudo da sexualidade” (Loyola 2000: 146).

Noutro aspecto, Giffin (2005) adverte que desde o surgimento das pesquisas sobre mulheres, anteriormente ao “desenvolvimento do conceito de gênero”, nos idos dos anos 1960, já havia homens interessados em participar dos, ainda pequenos, estudos e debates acerca desse tema. No entanto, a autora revela que tal participação foi vetada inicialmente pelas investigadoras da época (dentre as quais se inclui), notadamente arredias e desconfiadas devido à sombra pairante da dominação masculina. Giffin critica a postura das feministas, que, de um lado, condenavam a binaridade das representações de gênero que divide a realidade social naquilo que seria próprio aos homens (espaço público, poder político e econômico, capacidade intelectual e apetite sexual) e inerente às mulheres (espaço privado, vida doméstica, maternidade, carência intelectual, sexualidade voltada à reprodução), bem como a elaboração ideológica de mundo, que naturaliza o social, na mesma medida em que biologiza o sexual, mas, por outro lado, (re)produziam, elas próprias, a mesma realidade, ao passo que criaram e distinguiram espaços públicos próprios a cada sexo, revelando uma incapacidade intelectual de dialogarem e relacionarem-se com os homens:

entendo que a obsessão feminista com o poder masculino foi produtiva e necessária, no sentido de trazer à visibilidade estruturas e relações sistêmicas de poder que foram legitimadas pela ciência e naturalizadas nas ideologias de gênero binárias, dominantes. Afinal, os estudos de gênero mostraram que tais ideias binárias, expressas em símbolos e normas sociais, estruturaram instituições, foram oficializadas em leis, e encarnaram em identidades pessoais, ou seja, participaram e participam da construção de uma realidade social, são aspectos da nossa ordem social. Quem começa a perceber sua onipresença poderia até desconfiar que são eternos... No entanto, ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres oprimidas, estávamos reproduzindo o binarismo (Giffin 2005: 49).

Nos anos 1970, na esteira do movimento feminista e dos estudos sobre mulheres, alavancou-se uma grande participação dos homens que faziam parte dos movimentos e estudos homossexuais, como também de universitários e classe média em geral, dedicados a reflexão e discussão acerca do seu papel no cenário patriarcal, seus privilégios, dominação, direitos e obrigações, conquistas e perdas, desafiando e pondo em questão a ideologia binária da dominação masculina (Giffin 2005). Por conseguinte, essa autora verificou uma dupla instabilidade na posição de homens e mulheres sacudidos pelas várias teorias e questionamentos sobre o binarismo cultural de gênero: “segundo os participantes, havia sentimentos de muita culpa; como no feminismo, havia discordância e conflito” (Giffin 2005: 49).

Desse modo, sem tentar negar o papel opressor exercido pelos homens, sob a égide da ideologia machista, torna-se inteligível que as relações de dominação são mais ecléticas do que podem presumir olhos desatentos. Segundo Giffin, mais do que a submissão a uma ordem patriarcal, a forma de dominação social mais eficaz na “nossa época” sustenta-se na “transformação de todas as relações em formas instrumentais e impessoais”, resultando na fragilidade de uma estrutura de gênero cujo exercício de poder requer, em contrapartida, a “supressão de muitas necessidades, sentimentos, e formas de expressão” (Giffin 2005:50).

Corroborando esse ponto de vista, a autora incrementa tal discussão acrescentando a visão de Seidler (1991)⁹, que alerta para a necessidade de se perceber as variadas esferas sociais como um todo integrado, e não como realidades autônomas. Assim, uma análise das relações sexuais não pode estar dissociada, por exemplo, do âmbito econômico, da sua correlação com o trabalho e a produção e das demandas a que isso implica. Nesse aspecto, Giffin destaca:

Ele analisa a construção do gênero masculino a partir da sua identificação com a *razão*. Para competir na esfera pública, os homens são pressionados a encarnar sua porção deste modelo binário, traduzida em independência e auto-suficiência masculina, o que os leva a desvalorizar ou negar necessidades afetivas em nome desta “razão social”. Ao mesmo tempo, Seidler explicita o preço pago por eles em assumir esta identidade: sendo as emoções e sentimentos fontes importantes de dignidade e integridade humana, negá-los institui a fragmentação de um ser dividido contra si (Giffin 2005: 52).

À negação de um poder masculino unilateral, que só traz vantagens aos homens, acrescenta-se a crítica a uma leitura de gênero binariamente engessada sob a égide de uma masculinidade hegemônica, na medida em que se observam relações plurais travadas entre os

⁹ *Recreating sexual politics: men, feminism and politics*. Routledge, Londres-Nova York.

homens por todas as esferas sociais. Nesse sentido, relações econômicas, de classe, de raça e etnia, intelectuais, trabalhistas e sexuais expõem a opressão, não apenas dos homens sobre as mulheres, mas também de homens sobre homens, confirmando que tal categoria de gênero não pode ser enxergada como um todo harmônico, autônomo, singular e natural (Giffin 2005). Nesse aspecto, devemos considerar que, “sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória” (Connell e Messerschmidt 2013: 271).

Segundo Medrado e Lyra (2008), os primeiros estudos sobre masculinidades, “como objeto de estudo propriamente dito”, produzidos no Ocidente datam do final da década de 1980. No entanto, tais produções ainda se encontram em estágio incipiente, carecendo de maiores aprofundamentos e consistência sobre o tema. É só a partir de meados da década de 1990 que os estudos acerca da masculinidade se intensificam e ganham consistência teórica, política e epistemológica:

buscando produzir uma organização dessas produções, especialmente aquelas publicadas entre 1995 e 2002, Robert (agora Rayween) Connell, Jeff Hearn e Michael Kimmel publicam, em 2005, o *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, no qual abordam o que eles denominam “desenvolvimento do campo de pesquisa sobre masculinidades”, focalizando o modo como os estudos e pesquisas têm construído esse campo: desde um olhar “mais amplo e global” até a expressão “mais íntima e pessoal” (Medrado e Lyra 2008: 810).

Dentre as principais discussões que constituíram um campo de pesquisas sobre as masculinidades, estão:

1. a organização social das masculinidades em suas “inscrições e reproduções” locais e globais; 2. a compreensão do modo como os homens entendem e expressam “identidades de gênero”; 3. as masculinidades como produtos de interações sociais dos homens com outros homens e com mulheres, ou seja, as masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero (que apontam expressões, desafios e desigualdades); 4. a dimensão institucional das masculinidades, ou seja, o modo como as masculinidades são construídas em (e por) relações e dispositivos institucionais (Medrado e Lyra 2008: 810).

Na visão de Machado (2005), um dos primeiros questionamentos e debates que os estudos acerca das masculinidades no Brasil visam desconstruir diz respeito à visão naturalista e universal do gênero masculino, baseada nas representações de dominador, guerreiro, provedor e viril, superando-as através de um entendimento do gênero como uma

construção social, política e histórica. Tais estudos são reflexos de várias transformações pelas quais a sociedade brasileira vinha passando, sobretudo, devido às mudanças intelectuais e comportamentais trazidas pelo advento dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970 (Machado 2005), que buscavam maior participação das mulheres nos espaços públicos (social, político e econômico) e igualdade de direitos (jurídicos e sexuais), rompendo com os estereótipos de gênero, aos quais as mulheres se viram atadas e reprimidas por séculos a fio, tais como fragilidade, frieza, histeria, desequilíbrio, fraqueza moral e depravação. Tais movimentos, ao lutarem pelas conquistas das mulheres, geraram uma crise nas relações de dominação destas com os homens, e destes com eles mesmos; enfim, nas representações do gênero masculino, fazendo emergir a questão: “o que é ser homem?”. No entanto,

diante de tal questionamento, ao invés de uma resposta simplista, as/os pesquisadoras/es apontam para o caráter polissêmico do termo masculinidade. Abandona-se qualquer pretensão essencialista e passa-se a demonstrar que a masculinidade é uma construção social e que nos mais diferentes contextos históricos e culturais ela é percebida e vivenciada de forma diferenciada (Machado 2005: 196).

Corroborando o autor supracitado, Medrado e Lyra (2008) entendem a importância de se compreender a “matriz feminista” para os estudos sobre os homens e as masculinidades e, desse modo, estabelecem um marco conceitual, reflexo da proliferação de múltiplas investigações acerca do feminismo realizadas a partir da década de 1980: “esse marco conceitual estrutura-se em quatro eixos: 1) o sistema sexo/gênero; 2) a dimensão relacional; 3) as relações de poder; e 4) a ruptura da tradução do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais” (Medrado e Lyra 2008: 815).

Portanto, o primeiro passo para se definir esse marco conceitual está na desnaturalização da sexualidade e das relações de gênero, sendo concebidas mediante práticas sociais e políticas, engendradas por discursos de cunho crítico-científico avessos às abordagens essencialistas, universalistas e biologizantes. Deste modo, complementa Weeks (2010: 20): “Nós não podemos reduzir o comportamento humano aos trabalhos misteriosos do DNA, o gene eterno”.

O segundo eixo expressa a dimensão relacional que envolve o conceito de gênero, visto que não se pode investigá-lo dissociando as análises do masculino e do feminino e os estudos sobre as mulheres e sobre os homens, mas, confrontando-os e associando-os a um contexto sociocultural que, ao distingui-los, ao mesmo tempo, os abarca numa complexa relação de poder, nos níveis social, político, econômico ou sexual. Porém, os autores alertam que

correlacionar, aqui, não significa fechar os olhos para as relações assimétricas de poder que constituem as relações entre os gêneros, por conseguinte, identificar e problematizar tais assimetrias não equivale a forjar, de modo simplista, a construção de tais relações sob os auspícios da vitimização das mulheres pelos homens. Destarte, também não há o interesse em desresponsabilizar os homens por séculos de dominação e opressão às mulheres, mas, além disso, perceber as relações de gênero dentro de um contexto sócio-histórico dinâmico e abrangente, que envolve não apenas as relações de poder “entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres” (Medrado e Lyra 2008: 820).

Ao fundamentar o terceiro elemento do marco conceitual proposto, os autores se apoiam na visão Foucaultiana de poder, a partir da qual não devemos encarar o poder como uma coisa, e sim como uma relação. Dessa forma, as relações de poder permeiam todo o universo social, através de dispositivos de exercício do poder, pelos quais se engendram mecanismos de controle sobre o corpo, agindo sobre gestos, discursos e ações, revelando uma verdadeira teia de relações que se expressarão das formas mais variadas possíveis, sejam elas econômica, política, jurídica, familiar, sexual e estética.

O quarto e último eixo proposto pelos autores, a ruptura da tradução do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais, busca afastar-se das abordagens binárias de gênero, apelando para um debate da dimensão relacional.

Já no final da década de 1990, os estudos sobre sexualidade começaram a se multiplicar no Brasil, principalmente quando passaram a interessar a algumas tradicionais fontes privadas de financiamento de pesquisa, como as “Fundações Ford, Carlos Chagas e MacArthur” (Loyola 2000). Dentre as problemáticas que geraram maiores preocupações nos estudos sobre sexualidade, desde meados da década de 1980, está “a autonomização entre o biológico e o social – que muitas vezes toma a forma de uma oposição entre essencialismo e construtivismo” (Loyola 2000). A autora ainda destaca a proliferação, nesse período (décadas de 1980/1990), dos estudos de gênero, muito comuns nas produções feministas sobre a mulher, que, conjuntamente aos estudos sobre a sexualidade, foram fortemente impelidos pelo surgimento da AIDS. Segundo Loyola (2000), a influência das publicações de origem inglesa e norte-americana contribuiu para a paulatina substituição dos estudos acerca da mulher para os estudos sobre o gênero.

Numa recente pesquisa, realizada por Almeida (2010), com 14 adolescentes (9 garotos e 5 garotas, entre 15 e 18 anos) do sertão Sergipano¹⁰, sobre as relações de gênero no Nordeste brasileiro, ficou explícito que – por mais que a autora reconheça alguns posicionamentos de

¹⁰ O estado de Sergipe se localiza na região Nordeste do Brasil.

caráter moderno e libertador entre os jovens – ainda se faz fortemente frequente a expressa manutenção dos valores tradicionais de um padrão de gênero sexista, assentado numa visão essencialista e naturalizante da sexualidade:

apesar das transformações no que tange à divisão sexual do trabalho e apesar de terem sido citados pelos(as) adolescentes a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, as atividades femininas estavam geralmente associadas aos trabalhos domésticos, quando não a empregos voltados aos cuidados para com o outro, havendo uma forte marcação entre trabalhos masculinos e trabalhos femininos (Almeida 2010: 6).

Essa discriminação dos gêneros é fortemente demarcada quando atinge a esfera do sexual:

quando o tema tratado foi “Gênero e Sexualidade” os(as) adolescentes acentuaram aspectos biológicos e essencializantes do sujeito, ratificando as diferenças entre os gêneros, representando bem a visão tradicional de naturalização da dominação masculina e submissão feminina... Nota-se que aspectos fisiológicos como a fecundação e concepção feminina são apontados como fatores delimitadores para o comportamento das mulheres, intencionalizando-a, inclusive, pela ocorrência de uma gravidez, demonstrando que a responsabilidade recai ainda de forma mais acentuada sobre a mulher (Almeida 2010: 6).

A autora justifica a visão paradoxal dos informantes pela existência de um duplo padrão sexual, arraigado historicamente no seio de nossa cultura, que divide a essência dos indivíduos pela sua natureza biológica (macho e fêmea), justificando uma diferenciação dos desejos, prazeres, comportamentos, pensamentos, habilidades e fraquezas, dentro de uma ordem dos gêneros que distingue aquilo que é próprio a cada grupo:

apesar das meninas apresentarem definições e concepções menos assimétricas acerca dos papéis relacionados ao homem e à mulher frente à sua sexualidade, aquelas que se expressaram – vale ressaltar que foram poucas – o fizeram na 3ª pessoa, nunca se referindo a elas e quando se referiam tendiam a reafirmar o discurso hegemônico masculinista... Nota-se nesse contexto, a construção da sexualidade feminina ainda muito arraigada pelos estereótipos de gênero, marcados pela submissão feminina e desigualdades comportamentais. Hierarquias inscritas em um contexto ainda opressor (Almeida 2010: 7).

Afora as diferenças socioeconômicas, e parcialmente etárias, o grupo investigado por Almeida (2010) apresenta uma visão paradoxal, também identificada dentre os meus

informantes, em que a força da ideologia naturalizante, endossada sob os auspícios de um padrão de gênero sexista capaz de engendrar uma realidade bilateral, discriminatória e excludente à participação e ao protagonismo feminino no espaço social, contrasta com a percepção e a crença na paridade de direitos intelectuais e sociopolíticos entre os gêneros.

Ainda mais recente, em uma pesquisa realizada com jovens homens e mulheres de Minas Gerais¹¹ sobre a produção de subjetividades juvenis e a construção de identidades sexuais, Sales e Paraíso (2013) revelam a existência de uma forte orientação heteronormativa e homofóbica na condução e regulação dos discursos produzidos na rede social Orkut, bem como no espaço escolar. Nestes, as principais representações que conduzem o imaginário e as ações dos jovens reproduzem uma estrutura de gênero conservadora, em que os rapazes são bem vistos e valorizados por seus pares por serem “garanhões” (viris), ao mesmo tempo que são repudiadas as posturas consideradas homossexuais, em desalinho com o comportamento masculino exigido a um “verdadeiro homem”; já as mulheres veem (e são vistas) com maus olhos aquelas que fogem do padrão do recato, da pureza, devendo ser difíceis, ou seja, se resguardar quanto ao número de parceiros com quem “ficam” ou “pegam”:

o argumento desenvolvido é o de que a sexualidade, pautada na heteronormatividade, é acionada e intensamente regulada nos discursos investigados, tendo como efeito o governo da juventude. A regulação se dá por meio da tecnologia da *zuação*, a qual é composta por várias técnicas, como o sarcasmo, a ironia, o deboche, o repúdio, o banimento etc. No caso dos rapazes, há nos discursos uma declarada homofobia, demandando o jovem macho. Quanto às garotas, a regulação incide sobre a quantidade de parceiros nas práticas de *ficar* ou *pegar*, demandando a jovem difícil (Sales e Paraíso 2013: 605).

Para as autoras, é importante analisar os discursos que produzem as demandas sobre o exercício da sexualidade, considerando as representações que permeiam o ordenamento dos gêneros: “as questões da sexualidade estão articuladas às múltiplas possibilidades de vivência da masculinidade e da feminilidade. Gênero e sexualidade estão conectados no processo de regulação das condutas” (Sales e Paraíso 2013: 604).

As autoras destacam a existência de várias masculinidades, porém, subordinadas e reguladas a um modelo padrão de gênero normalizado e naturalizado, principalmente pela heteronormatividade, e, portanto, sujeitas aos mecanismos de controle e sujeição:

¹¹ Estado da região Sudeste do país e com características socioculturais diferentes da região Nordeste, onde se realizou a pesquisa anterior.

é possível, no entanto, identificar nos discursos analisados a produção de diferentes masculinidades: o jovem que não gosta de futebol, o jovem que fica de segredinho, o jovem que agarra o outro. Essas posições de sujeito, no entanto, são desprezadas, tornam-se alvo de deboche e aversão por parte de alguns/algumas alunas/os e professoras/es. Elas são masculinidades marcadas como “monstruosas”, que não correspondem à “verdadeira masculinidade”, a qual define, delimita e constitui-se na referência a partir da qual as demais são julgadas e classificadas (Sales e Paraíso 2013: 615).

Um dado importante apontado pelas autoras é que, mesmo sendo a heteronormatividade um fator de regulamentação imprescindível à normatização das sexualidades masculinas e femininas, no caso das mulheres, não se percebe a preocupação com os relacionamentos homossexuais, aliás, nem mesmo considera-se a sua existência. Assim, os mecanismos de controle sobre o comportamento sexual delas limitam-se às suas relações com os homens:

a regulação das garotas, embora igualmente pautada na heteronormatividade, incide sobre a quantidade *certa* de parceiros nas práticas de *ficar*. No caso delas, não há uma preocupação com a homossexualidade, a qual não é sequer cogitada. A questão colocada à moça é saber se posicionar de modo a ser atraente e sedutora, mas jamais ceder a todas as investidas masculinas, nem tampouco ser a protagonista desse investimento, quando este for classificado como excessivo. A garota deve ser difícil (Sales e Paraíso 2013: 617).

De maneira diferente, a conduta dos rapazes é fortemente marcada pela regulação e combate ao mínimo vestígio de homossexualidade, como um mal a ser rechaçado ou mesmo uma doença a ser suprimida. Portanto, qualquer indício de expressão homossexual torna-se alvo frequente dos ataques à sua possível regularidade e aceitação:

a normalização se dá na cultura, na qual são estabelecidas as fronteiras entre *a/o* normal e *a/o* fora da norma. Nesse caso, os comportamentos considerados inadequados são zuados como tipicamente homossexuais. Uma conduta corriqueira de *ficar de segredinho* é prontamente qualificada como imprópria ao macho e exige a sua correção. A sexualidade é então acionada para regular as condutas juvenis, de modo a tentar conter e banir a diferença do currículo. A normalização institui modos corretos de viver, de se portar, de se vestir e até de que cores gostar (Sales e Paraíso 2013: 610).

Nesse processo de condução e regulação da sexualidade dos jovens, faz-se imprescindível a função do professor como agente institucional responsável pela (re)afirmação dos papéis de gênero assentes nos discursos heteronormativos e sexistas. Como exemplo, Sales e Paraíso relatam uma situação de campo, na qual uma professora reproduz um discurso de gênero sexista e homofóbico, ao ameaçar um grupo de alunos que atrapalhou

a aula ao entrar na sala em forma de “trenzinho”. A ameaça recaía sobre a realização de uma atividade de aula cuja proposta era a confecção de um *blog* pelos grupos da turma. Assim, os garotos “bagunceiros” o fariam com a cor rosa, como forma de manter a ordem ao subjugar-los às representações sociais do gênero:

a tecnologia da *zuação* é também acionada pela professora, que a utiliza para dar fim a uma prática que perturba a aula. Usa-se o cor-de-rosa como uma ameaça, afinal, nas relações de poder vigentes, ter um blog rosa não é considerado coisa de macho. A técnica utilizada é a *ironia*, ao insinuar que o comportamento do trezinho não é coisa de macho. O rosa é associado a comportamentos desprezíveis para os garotos, algo que não deve permanecer na sala e que não deve estar presente na conduta dos alunos (Sales e Paraíso 2013: 611).

Em outro interessante trabalho, é exposta a fragilidade expressa na teoria sexista e binária do gênero, na medida em que revela a multiplicidade que reveste o exercício da masculinidade. Nele, Lacombe (2007) apresenta uma parte da sua dissertação de mestrado, na qual buscou investigar um grupo de mulheres homossexuais masculinas e de baixa renda, frequentadoras de um bar localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, fugindo das análises binárias de gênero, ao mesmo tempo que aprofunda uma discussão “alternativa” sobre a construção de masculinidades. Nesse aspecto, a autora desenvolve as suas interpretações sobrepondo-se à visão particularista e sexista do gênero, abordando-o como uma construção social teórica, bem como relega as suas interpretações binárias e naturalizantes. Assim, a masculinidade passa a ser concebida como uma edificação histórico-cultural e não como um dado biológico próprio e limitado ao corpo do homem: “o fato de explicitar a possibilidade de uma *masculinidade de mulheres* implica previamente desconsiderar a masculinidade como incindível da estrutura biológica do homem e desenhá-la como uma ficção que se constrói performática e socialmente” (Lacombe 2007).

A autora se nega a construir as suas análises mediante a fabricação de um sistema cultural representado numa “cultura GLS”, visto não conceber que o fato de se compartilhar uma mesma orientação sexual possibilita também a partilha de uma mesma visão de mundo. Assim, aproveita para tecer uma crítica às interpretações sociológicas a partir da formação de sistemas culturais calcados em classificações genéricas de raça, sexo, gênero e classe.

Assim como no Brasil, e vários países do Ocidente, nas cinco últimas décadas, proliferaram em Portugal os mais variados estudos sobre masculinidades, gênero, sexualidade, prostituição, turismo sexual e conjugalidades. Dentre vários pesquisadores voltados para o enfoque nessas áreas, dou destaque ao longo de minha pesquisa aos trabalhos realizados por

Miguel Vale de Almeida, Lúcia Amâncio, Maria Johanna Schouten, Ana Maria Brandão, Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento, Manuel Carlos Silva, Karin Wall e Sofia Aboim.

No que se refere aos estudos acerca da masculinidade, é referência a pesquisa de Miguel Vale de Almeida (1995) na aldeia alentejana de Pardais, na qual o autor vivenciou de perto os discursos e as performances representativas do processo de formação e manutenção de relações de poder (desiguais e assimétricas), responsáveis pela edificação de uma identidade de gênero hegemônica, estruturada num “regime de comensalidade” presente no domínio do espaço público, em que se forjam masculinidades plurais e paradoxais, como nas relações de fraternidade e competitividade comuns na constituição de um *status* masculino. Almeida destaca a necessidade de identificar a existência de várias masculinidades e feminilidades, tornando sua análise mais ampla e complexa, ao mesmo tempo que rompe com uma visão dual, universal e essencialista de classificação e ordenamento dos sexos e dos gêneros. O autor acredita que, sendo o modelo cultural de uma masculinidade hegemônica limitado ao plano ideal, portanto, irrealizável, requer sua incorporação através da “ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana”, responsável pela garantia de seu controle social através dos discursos e das práticas absorvidas.

Por sua vez, Lúcia Amâncio (1994, 2004) se debruça sobre os estudos do gênero, por meio de uma abordagem comprometida com a sua desnaturalização e da análise de uma construção social dos gêneros, reflexo das interações sociais “entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres”, alertando para a construção de estereótipos culturais comprometidos com uma ideologia dominante, responsável por mascarar o caráter cultural dos gêneros, limitando-os a um condicionamento da biologia, da natureza.

Na esteira de Amâncio, Maria Johanna Schouten (2011) critica a naturalização dos papéis de gênero, propondo a análise de sua instituição cultural. A autora revela a percepção e a classificação do dimorfismo sexual como fator responsável pela formação de papéis estereotipados que garantiriam a dominação do masculino. Do mesmo modo, Schouten aponta os estudos dos gêneros como determinantes à abertura de uma nova perspectiva epistemológica das pesquisas acerca da sexualidade humana, na medida em que fogem de uma regra de caráter androcêntrica, ao qual se limitavam tais estudos. Assim, essa autora propõe que os estudos dos gêneros caracterizem-se por uma visão ampla das variadas sociedades investigadas em diferentes tempos históricos. Tal condição, segundo Schouten, revela um presente paradoxo, no que diz respeito às diversas conquistas realizadas pelas

mulheres em várias esferas sociais, ao mesmo tempo que há o sofrimento com a opressão patriarcal ainda vigente em muitas culturas.

Em sua pesquisa a respeito do homoerotismo feminino e da construção da identidade social em um grupo de lésbicas dos distritos do Porto e de Braga, Ana Maria Brandão (2010) revela que, apesar da autonomia que os atores sociais possuem sobre as suas escolhas, estas se encontram circunscritas a determinismos socioculturais que, de certa forma, limitam-lhe as possibilidades de alcance. Dessa forma, a construção das identidades sociais, bem como a consciência sobre o corpo e a sexualidade, está intimamente condicionada pela estrutura social. É nesse aspecto que se constitui a heterossexualidade normativa como regra natural aos relacionamentos amorosos e sexuais, ao mesmo tempo que se reprime qualquer forma de relação que não se identifique com tal princípio. Dessa maneira, Brandão conclui que as identidades sexuais, feminina e masculina, se estabelecem pelas oposições existentes entre ambas.

Acerca do fenômeno social da prostituição e do turismo sexual, os pesquisadores Fernando Bessa Ribeiro (2006, 2007, 2009, 2010), Otávio Sacramento (2005, 2006, 2007, 2009, 2010) e Manuel Carlos Silva (2002, 2007, 2010) assinalam a complexidade existente na relação cliente/prostituta e suas representações engendradas pelo provincianismo alicerçado nos preceitos da moral e dos bons costumes. Dentre as principais representações, acentua-se aquela que limita o turismo sexual à exclusividade das relações de prostituição, ao mesmo tempo que se enxerga um caráter predador do cliente na contrapartida da vitimização da prostituta. Outra forte representação está na simplificação e na redução das relações entre prostitutas e clientes a meras relações econômicas, desconsiderando e/ou desconhecendo os complexos envolvimentos emocionais e amorosos (para além da cópula carnal, da mera diversão sexual) a que estão sujeitos clientes e prostitutas.

Karin Wall e Sofia Aboim (2010) vêm se dedicando há algum tempo aos estudos acerca das relações de gênero, vida familiar e relações conjugais, abordando, dentre outras coisas, o lugar ocupado pelos homens dentro e fora do espaço privado do lar (relações sexuais, sociais, políticas e econômicas), em que tradição e mudança conflitam-se em torno de uma reconfiguração a que estão sujeitos os papéis sociais masculinos. As mudanças ocorridas geraram constantes reflexões sociológicas sobre os homens, outrora exclusivas às mulheres, tornando a masculinidade um campo de estudo cada dia mais fértil nas ciências sociais.

Em sua mais recente obra, a respeito das sexualidades dos portugueses, Aboim (2013) aponta o Estado Novo em Portugal (1933-1974) como um período sociopolítico responsável pela alimentação e propagação de uma moral sexual rígida e conservadora, na qual imperava a

supremacia masculina, alicerçada em uma heterossexualidade normativa. Uma sociedade tradicionalista, calcada no forte controle das ações estigmatizadas como antinaturais ou pecaminosas, regida pelo lema reacionário “Deus, Pátria e Família”:

permeada de interditos, só a sexualidade vivida dentro do casamento, obviamente heterossexual e destinada primordialmente à reprodução e à constituição de uma família, era publicamente aceitável. Durante o período do Estado Novo, a cumplicidade ideológica com uma moral católica de elogio da castidade e virtudes femininas e do casal como lugar destinado à procriação era fortemente controladora de qualquer outra forma de expressão da sexualidade. As mulheres e os homens cujas vidas escapassem a estas regras viviam obviamente sob constante receio de estigmatização (Aboim 2013: 10).

A autora chama a atenção para que, por mais que interditos sejam criados por uma dada sociedade, sempre haverá espaço para os desvios, daí o lema “públicas virtudes, vícios privados” (Aboim 2013: 11), que denota a hipocrisia que reveste os ideais morais assentados num discurso de dominação social, sustentado sob a égide de uma moral religiosa, praticamente insustentável:

evidentemente, debaixo dessa moral pública preenchida de silêncios sobre a sexualidade e o sexo, a realidade da vida das pessoas era, com muita frequência, outra. O sexo fora do casamento, o número considerável de filhos ilegítimos, a prostituição, a homossexualidade, entre outras tantas práticas, sempre existiram, mas quanto mais escondidas estivessem do olhar público, tanto melhor. Mais protegidas ficariam as mulheres de se verem caídas em desgraça. Mais livres ficariam os homens de verem a sua sexualidade e virilidade heterossexual postas em causa na praça pública, onde certamente seriam objeto de desconfiança e mesmo escárnio (Aboim 2013: 11).

No entanto, para Aboim (2013: 11-12), a sociedade portuguesa vem vivendo, “nas últimas décadas”, uma profusão de informações e vivências acerca do sexo (“relações e comportamentos sexuais”) e da sexualidade (“conjunto mais complexo de predisposições, orientações, imaginários e até identidades dos indivíduos”). Através de imagens e textos variados, de caráter científico, leigo ou meramente comercial, vem se estabelecendo uma agenda permanente na sociedade portuguesa contemporânea, cuja banalização pode ser atestada nos mais variados veículos de informação, como: livros, revistas, filmes, telenovelas, internet; além dos “consultórios sexuais”, sítios “especializados” em “diagnosticar e resolver” os mais variados “problemas sexuais” apresentados, expandindo o saber médico sobre os mais diversos aspectos, sejam eles fisiológicos, sejam psicológicos:

uma coisa é certa: a sexualidade invadiu a esfera pública, isto é, o espaço que sai das fronteiras do quarto, da casa ou mesmo do prostíbulo, do segredo bem guardado ou tão somente da coscuvilhice, habitualmente crítica e ávida de escândalo, tantas vezes alimentada pela curiosidade malsã, entre conhecidos e vizinhos. Fala-se muito mais abertamente de sexo, tornando-o um elemento vital da vida quotidiana fora de portas e de interditos. É bem verdade, e afirmamo-lo sem grande receio de cair em exageros estilísticos, que nunca como hoje o sexo se tornou tão central e ao mesmo tempo tão público na sociedade portuguesa. Prova da sua crescente relevância é-nos fornecida por variados elementos, sobressaindo a forma como as pessoas lhe vão atribuindo uma importância crescente à medida que as gerações se sucedem no tempo histórico (Aboim 2013: 12-13).

Decerto, a publicização da sexualidade no mundo contemporâneo contribuiu para o desenvolvimento de várias lutas pró-democratização dos diferentes comportamentos sexuais, uma frente aberta contra o engessamento dos padrões de gênero – num “duplo padrão sexual” –, que possibilitou aos sujeitos sociais não só um maior reconhecimento e aceitação da plasticidade sexual humana, mas também um considerável incentivo às descobertas e às explorações do seu prazer sexual, tornando-o uma condição *sine qua non* à sua realização pessoal:

apesar das diferenças que ainda se perpetuam entre comportamento sexual feminino e masculino, a aceitação do direito ao prazer, a ênfase na intimidade e na reciprocidade entre os parceiros sexuais e até o carácter quase obrigatório de viver uma sexualidade feliz enfraqueceram o que normalmente se intitula de “duplo padrão sexual”. Esta é uma expressão que pretende condensar, em termos de significado, todas as diferenças historicamente construídas entre sexualidade masculina e feminina. Contrapõe uma sexualidade masculina legítima, desejável e voltada para a libertação das pulsões sexuais, ditas normais nos homens heterossexuais, a uma sexualidade feminina que só recentemente se viu liberta dos pesados grilhões da repressão erigida pela ética tradicional da castidade (Aboim 2013: 14).

Nesse contexto, a autora supracitada destaca dois fatores importantes para uma melhor compreensão da liberdade sexual vivida pelas pessoas no mundo contemporâneo: a maior democratização dos direitos aos comportamentos e desfrute do prazer sexual pelas “mulheres” e “pessoas não heterossexuais”, antes, fortemente reprimidas física e psicologicamente (apesar de os homens nunca terem podido exercer historicamente sua sexualidade em plenitude, de fato, foram socialmente mais beneficiados); e a ampliação das fronteiras entre vida pública e privada, tornando os discursos sobre sexualidade cada vez mais amplos e abertos à sociedade em geral, alargando o campo de conhecimento e debate, outrora restrito à

religião e à moral, abarcando também as esferas da medicina, da política, do direito, da economia e das ciências humanas em geral. Segundo Aboim (2013), as transformações vividas no espaço privado sofreram uma forte influência das transformações operadas no espaço público, principalmente, no que diz respeito aos “direitos sociais e legais das pessoas”:

o combate pela “democratização” do prazer sexual e pelo reconhecimento da cidadania sexual das mulheres ou das pessoas não heterossexuais não teria sido possível sem a intervenção de múltiplas instâncias públicas, desde o Estado e o aparelho jurídico aos movimentos feministas organizados e às associações LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgénero), desde a acção da ciência médica, por detrás da revolução contraceptiva, às associações promotoras do planeamento familiar. Em simultâneo, a transformação dos costumes e a crescente visibilidade de sexualidades outrora à margem são também devedoras da exposição pública do sexo e do “fazer sexo” como “deve ser”. Como nos diz Ken Plummer¹² (1995), sociólogo da sexualidade, o mundo encheu-se de histórias sexuais. Dos escândalos do abuso infantil aos *gays* e lésbicas famosos que “saem do armário”, da sexualização da música *pop* à banalização da pornografia, da denúncia da violência ao elogio do prazer, das pesquisas sobre práticas sexuais aos grupos de terapia, a discussão sobre sexo e sexualidade tornou-se cada vez mais evidente, e também mais declaradamente pública (Aboim 2013: 16).

Porém, a autora alerta que essa destacada liberdade não está isenta de novas regulações e interditos, na verdade, ocorrem o surgimento e o aperfeiçoamento de novas formas de controle social, ajustadas pelos mais variados discursos institucionais, cujos contrapontos são comuns. Assim, “a ideia de uma revolução sexual em que se passou, quase repentinamente, da repressão para a liberdade é um pouco mais complexa do que parece à primeira vista” (Aboim 2013: 17). Corroborando Foucault (1999), a autora destaca que os vários discursos em torno da sexualidade, além de imporem regras e idealizarem verdades, que reprimem ou libertam os comportamentos sexuais, buscam a sua dominação através da sua excessiva exposição, como eficiente dispositivo de controle e regulação. Os discursos morais e religiosos dão passagem aos médicos, políticos e jurídicos, dentre outros, também normalizadores, cujas autoridades impõem suas verdades sobre a sexualidade e uso do corpo, seja para frear, seja para avultar a busca incessante do prazer sexual:

se o controlo estatal do sexo surgiu como resultado de preocupações com a demografia, a saúde pública, até a economia, é através do exame médico, da investigação psiquiátrica, do relatório pedagógico, do controlo familiar, que proliferam as novas discursividades sexuais. Se aparentemente

¹² *Telling Sexual Stories. Power, change and social worlds.*

estas visam vigiar e reprimir aquilo que é sexualmente desviante, também funcionam como mecanismos de estímulo, conjugando poder e prazer. Hoje em dia, o prazer é elogiado, mas é também controlado, fiscalizado, observado. Num certo sentido, o poder público exercido sobre o sexo pode ter mudado – antes a contenção moral, hoje a liberdade e a realização sexual –, mas nunca deixou de se estabelecer, ainda que com conteúdos e graus diferentes de ingerência e sanção, uma regulação pública da sexualidade individual (Aboim 2013: 35).

Na concepção dessa socióloga, não há como se entender as relevantes mudanças operadas na esfera da sexualidade, principalmente em Portugal, se não levarmos em consideração dois processos fundamentais. O primeiro refere-se à mudança do domínio do saber acerca da sexualidade, praticamente exclusivo à moral religiosa, a qual se vinculava o sexo ao pecado, numa percepção indissociável. O segundo diz respeito à “construção da sexualidade” como “objeto social”, cujas noções e teorias acerca das práticas, dos desejos e dos pensamentos, do certo ou errado, do doentio ou saudável, do desejável ou repudiável, não passariam de construções sociais, historicamente mutáveis, reguladas e normatizadas pelas instituições socialmente responsáveis e não biologicamente predefinidas e naturalmente associadas aos “imperativos da reprodução humana” (Aboim 2013: 21).

Outro aspecto relevante às transformações acerca da sexualidade diz respeito ao fato de a sexualidade e o corpo tornarem-se “objetos científicos” a partir do advento da modernidade¹³, sendo alvos significativos de investigação racional, realidades obscurecidas pelos discursos religiosos, agora, necessárias de compreensão e clarificação para um melhor entendimento da intimidade sexual dos indivíduos, emoldurada por um discurso político e ideológico dominante (Aboim 2013). É nessa esteira que vemos aflorar, cada vez mais, um emergente discurso médico-científico. Um forte exemplo disso afere-se à liberdade sexual feminina, que, de um perigo e temor à ordem masculina e social, passou a merecer uma série de estudos e tratamentos para a garantia de uma vida sexual saudável às mulheres, possibilitando-lhes a realização de seus desejos e libertando-as da subordinação às “barreiras fisiológicas, psicológicas e sociais” (Aboim 2013: 32). Se no mundo pré-moderno havia uma perseguição ao ilícito e pecaminoso, a partir da qual se deveriam expurgar os desejos nocivos do sexo, seja pelos discursos, seja pelas penitências atribuídas aos doentes ou às vítimas dos males da carne, a modernidade criou o conceito de sexualidade e com ela a percepção de um universo estruturado por uma plasticidade complexa (Aboim 2013). Com efeito, os discursos moralizantes sobre o uso do corpo na busca pelo prazer se científicaram e, numa outra ordem,

¹³ Segundo Aboim (2013: 22), “a modernidade, enquanto período histórico que marca uma ruptura com o passado, abriu caminho para o nascimento da ciência moderna, elegendo a racionalidade e impondo o método científico como único meio para a descoberta e a interpretação da realidade”.

comercializaram-se, construindo-se um sem números de teorias, estudos e produções das mais diversas (médicas, educativas ou meramente pornográficas), na defesa pela busca do prazer sexual e pelo conhecimento sobre o corpo humano, capazes de resolver os inúmeros problemas da ordem do fisiológico, do psicológico e do social, redefinindo a normalidade, agora pelo elogio e bom uso do prazer e da realização sexual: “se continua a haver um comportamento legítimo, um dever-ser moral, ele passou a pertencer ao imaginário do prazer, hoje tão elogiado e propagado” (Aboim 2013: 37). Para a autora, esse processo é reflexo de um movimento histórico que caminhou rumo ao “individualismo social”, proporcionando uma “ética hedonista” que veio contemplar a busca pela realização pessoal, abrindo espaço à procura do “prazer sexual” e do “desejo erótico”, como fatores de liberdade e felicidade pessoal, quase que uma obrigação “ao prazer” e à “pluralidade das práticas sexuais”, reguladas e classificadas pelos novos discursos de controle e normalidade sociais sustentados no saber médico-científico.

Aboim (2013) aponta, como um considerável exemplo da dissociação entre sexualidade, casamento e função procriativa nos dias de hoje, sobretudo na sociedade portuguesa, as mudanças nos julgamentos morais acerca dos “nascimentos fora do casamento”, em que as mulheres eram socialmente renegadas ao estigma da desonestidade e indecência e as crianças, não menos estigmatizadas, relegadas ao *status* da “ilegitimidade” social. A autora alerta para estudos atuais sobre a sociedade portuguesa, que apontam que:

“hoje em dia, quase metade dos bebés são filhos de progenitores não casados”, demonstrando uma clara desvinculação entre sexualidade, casamento e procriação. Em 2011, 43% dos nascimentos ocorreram fora do casamento, na maioria dos casos em situações de coabitação conjugal (75%). Sem dúvida, nos dias de hoje, os significados da união de facto mudaram radicalmente. A experimentação da relação tornou-se um valor fundamental, cada vez mais banalizado e aceite (Aboim 2013: 49-50).

No entanto, apesar do notório avanço, nos dias de hoje, das liberdades dos comportamentos sexuais das mulheres, apoiadas nas mudanças dos padrões da moral social dominante, que passou a acatar certas ideias democratizantes acerca de direitos convergentes entre homens e mulheres, por outro lado, também é visível a manutenção de um “duplo padrão” na ordem dos sexos, em que, na maioria das vezes, ainda são valorizadas a imagem e a demonstração viril dos machos, ao mesmo tempo que se critica o comportamento sexual livre das mulheres, cuja castidade ainda é sinal de moral e honra: “apesar de poder haver, em certos contextos, uma relativa reprovação de um machismo no campo da sexualidade, não faz

qualquer sentido dizer, por exemplo, que um ‘homem é fácil’” (Aboim 2013: 54). A autora lembra que, diferentemente, esse tipo de expressão ainda é atribuído às mulheres como forma de cobrança a um comportamento considerado digno e respeitoso. Nesse aspecto, devemos relembrar o movimento *SlutWalk*¹⁴ – surgido no Canadá em 2011, após um policial declarar que a culpa de as mulheres serem violentadas devia-se ao fato de vestirem-se de maneira sexualmente provocante, ou seja, a culpa seria delas próprias –, que se espalhou por diversos países do mundo, inclusive Portugal (Aboim 2013).

De todo modo,

uma conclusão é clara: as normas sociais relativas à sexualidade têm vindo a encaixar-se, com o passar do tempo, em tendências de diferenciação ideológica bem conhecidas na sociedade portuguesa, que traduzem a passagem de valores institucionalistas, conservadores, puritanos e comunitaristas para valores libertários, experimentalistas, hedonistas e individualistas (Aboim 2013: 74).

Conforme Aboim, “a moral de elogio do prazer” presente atualmente na sociedade portuguesa atinge diferentemente “dois grupos etários específicos”. De um lado, os jovens experimentam cada vez mais cedo as possibilidades de (re)conhecimento da sua sexualidade sob os auspícios de princípios hedonistas, dissociando cada vez mais a sexualidade da reprodução e do casamento. Porém, a autora alerta que, conjuntamente aos discursos libertários e experimentalistas, surgem as preocupações e políticas de controle e intervenção da sexualidade dos jovens, como os “programas escolares de educação sexual” surgidos na década de 1980 em Portugal. Do outro lado, os mais velhos se veem cobrados a uma vida saudável, em que o vigor sexual se apresenta como contraponto a uma natural decadência físico-sexual. “As preocupações públicas médico-sociais, com estes dois grupos etários fazem parte do léxico sexual que hoje se banaliza” (Aboim 2013: 81).

Aliás, os anos 1980 se destacam, também, como um período fecundo em discursos e ações acerca da homossexualidade. Em 1982, a homossexualidade é descriminalizada e em 1984 dá-se a primeira cirurgia de mudança de sexo em Portugal. Os debates propiciaram uma verdadeira transformação nas abordagens e nos estudos sobre os homossexuais, seja devido ao cuidadoso trato e interesse na investigação da pandemia do HIV/SIDA – de um lado, discursos conservadores que a conceituavam como uma doença de homossexuais, reafirmando os discursos reacionários que a atrelaram e estigmatizaram a uma patologia, e, de outro lado, uma ala progressista que buscou dissociá-la de um cariz patológico –, seja devido

¹⁴ No Brasil, tal movimento traduziu-se como “marcha das vadias”.

a uma maior abertura dos debates internos do movimento LGBT, dividido por duas teorias divergentes, uma de cunho essencialista, defensora da crença de uma origem genética da homossexualidade, da existência de um “gene gay”, e outra que defende o caráter sociocultural e histórico da homossexualidade, semelhante à heterossexualidade, hegemonicamente constituída através de uma “heteronormatividade” (Aboim 2013), em que a heterossexualidade é naturalizada como expressão única e natural da sexualidade humana:

os termos “homossexual” ou “homossexualidade”, tais como as palavras “heterossexual” ou “heterossexualidade”, longe de designarem realidades a-históricas, datam apenas de finais do século XIX. Até então, a única figura existente era a do sodomita que, ao contrário do homossexual, não pressupunha uma identidade particular, pois referia-se apenas a um acto passível de ser cometido por qualquer pessoa (Bozon, 1999). Com a invenção da homossexualidade, o sodomita, a quem eram atribuídos actos, transforma-se no homossexual, uma categoria de natureza humana. O comportamento transformou-se assim em identidade (Aboim 2013: 70-71).

Já os anos 1990 se destacam pelos intensos e profícuos debates sobre as “sexualidades não heterossexuais” e os direitos dos homossexuais assim como, principalmente, pelas crescentes lutas e conquistas sociais, políticas e legais da população LGBT. Em Portugal, particularmente, evidenciam-se o reconhecimento legal da união de fato entre pessoas do mesmo sexo que vivam juntas há mais de dois anos (no ano de 2001) e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (em 2010). No entanto, a luta por outros direitos continuam na agenda do movimento LGBT, dos ativistas *queer*¹⁵, como a adoção de crianças por casais não heterossexuais e a procriação medicamente assistida para casais do mesmo sexo (Aboim 2013).

Como se pode perceber, tanto no Brasil quanto em Portugal (além de vários outros países), vêm se destacando os estudos acerca do gênero e da masculinidade. Desse modo, o trabalho que aqui apresento visa contribuir para ampliar ainda mais os estudos gradativos nessa área, na medida em que me proponho a explorar: as representações responsáveis por engendrar os discursos, as ações e as relações sociais presentes no quotidiano dos investigados; identificação dos estereótipos responsáveis pelas classificações distintivas dos sexos e gêneros, presentes nas interpretações e referências nos seus discursos; o processo de construção das identidades sociais que norteiam os comportamentos dos informantes. Assim,

¹⁵ “Os ativistas *queer* se definem como *anti-assimilationistes* e querem agrupar todos aqueles, e todas aquelas, que adotam as identidades sexuais e/ou identidades de gênero em diferença com as normas heterossexuais: *gays*, lésbicas, transgêneros, bissexuais... Todos contestando o próprio fato de serem colocados em categorias. Criticando ao mesmo tempo o binarismo homem/mulher e o heterossexismo da classificação dessas próprias categorias, a análise *queer* visibiliza uma parte das mudanças já realizadas. Basta escutar os transexuais e o que eles/elas revelam de nossas classificações fixas, pesquisar em lugares de consumo sexual para se dar conta da ineficácia de nossas taxinomias” (Welzer-Lang 2001: 473).

pretendo realizar uma análise crítica e esclarecedora de como um grupo de jovens, de uma cidade do Nordeste brasileiro, percebe o processo de construção, manutenção e transmutação das masculinidades, refletidas nas interações constituídas pelas relações entre homens, bem como entre homens e mulheres, presentes no dia a dia de sua sociedade.

Acredito que esta tese colabora para o preenchimento de uma lacuna presente em boa parte das investigações sobre masculinidades, pelo menos no Brasil, que se refere à promoção de uma reflexão dos homens sobre eles próprios, fazendo-os não somente falar, mas também pensar sobre si, sobre os outros e sobre o contexto social no qual estão inseridos, como se articulam as relações que os envolvem e como se posicionam diante delas. Elegendo-os corresponsáveis nesse empreendimento investigativo, na busca pelo entendimento do processo de construção de suas identidades sociais e de gênero, procurei esquadrihar ao máximo as representações que norteiam suas concepções de mundo, percebidas e assumidas por eles próprios, e não apenas utilizar-me de suas informações, auxiliadas por um referencial teórico, para o desenvolvimento de minhas impressões de pesquisador. Além do mais, esta pesquisa pretende contribuir para o avanço do conhecimento desse tema em específico, tendo em vista requerer maiores interesses e aprofundamentos por parte dos cientistas sociais natalenses.

1.1 As teorias das representações sociais

Em seu estudo sobre as representações sociais no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, Sá e Arruda apresentam como marco inicial a visita de Denise Jodelet ao Nordeste do país, mais precisamente, às cidades paraibanas de Campina Grande e João Pessoa. Aproveitando-se de uma viagem de Jodelet à Venezuela, a UFPB (Universidade Federal da Paraíba), *campus* de Campina Grande, a convidou para dar um curso sobre Metodologia das Representações Sociais e assessorar a montagem de um projeto sobre a Representação Social da Saúde Mental e Somática, do Núcleo de Ciência e Tecnologia, seguindo para João Pessoa a convite da Pós-graduação em Educação da mesma universidade.

Dentre os primeiros participantes da divulgação da teoria das representações sociais no Brasil, naquele momento, encontravam-se:

algumas pessoas que haviam tomado contato com a teoria durante sua pós-graduação em outros centros europeus, e outras, que não haviam saído do país, sequiosas de respostas para sua problemática profissional e/ou acadêmica, ou seduzidas durante a viagem de Denise (Sá e Arruda 2000: 15).

Porém, os autores revelam que precisou cerca de dez anos para que os estudos na área das representações saíssem de um estado de latência e tomassem vulto, como aconteceu, com uma margem temporal maior, na Europa. Sá e Arruda (2000) especulam sobre esse período de latência e acreditam que um dos motivos está no fato de que os primeiros intelectuais interessados nas teorias da representação social advêm das regiões periféricas do país (Nordeste, Sul e Centro-Oeste), locais pouco privilegiados pela produção científica nacional. Além disso, “o isolamento das regiões, do ponto de vista cultural, a extensão do país, as dificuldades de comunicação (ainda não havíamos chegado à era da Internet) e da difusão científica sem dúvida constituíram obstáculos para a obtenção rápida de visibilidade no país” (Sá e Arruda 2000: 16). Outros fatores de ordem teórico-metodológica são abordados pelos autores, como, por exemplo, a crise pela qual passou a psicologia, seja em nível nacional, seja estrangeiro, bem como o desinteresse da psicologia social pela “importação de modelos e objetos ao final dos anos 70” (Sá e Arruda 2000: 16), além da forte influência da psicologia experimental americana, que passou a dominar o cenário das pesquisas em psicologia no Brasil.

O período que vai dos anos de 1988 a 1997 destaca-se por uma grande produção de investigações acerca das representações sociais no Brasil (867 trabalhos). O material produzido distribui-se entre: “livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos, comunicações (completas ou resumos) em eventos científicos, teses e dissertações” (Sá e Arruda 2000: 19).

Nessa esteira, as representações sociais foram um dos aportes teóricos fundamentais para conduzir as reflexões e esclarecer o modo como um grupo de jovens masculinos da cidade do Natal introjeta, percebe e posiciona-se frente às perspectivas do que é ser homem nos dias atuais, núcleo central desta tese. Como já comprovado em outros estudos, estas abordagens teóricas oferecem uma rica contribuição às análises sociológicas (além de outras ciências humanas, como já constatadas), por contribuírem para o entendimento crítico das percepções subjetivas psicocognitivas e das interações sociais cotidianas, enriquecendo e

ampliando as possibilidades de reconhecimento de uma dada realidade social. Como afirma Sêga (2000: 128-129)

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade.

Desse modo, é através das representações sociais que os indivíduos dão sentido às coisas à sua volta, interpretam suas condições de existência, criam relações com os fenômenos sociais e naturais, constroem ligações com os outros e produzem significados sobre si próprios e acerca da sua interação com a realidade cotidiana, forjando os aspectos constituintes de sua identidade cultural. Por meio delas as percepções fabricadas mentalmente evoluem do plano abstrato e se incorporam nas evidências físicas, encarnando realidades concretas que dão sentido à noção de senso comum: “ela não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto; nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas” (Sêga 2000: 129). As representações sociais fornecem as condições de interpretação e resolução dos problemas sociais triviais. Operando sob um linguajar comum, classificam e posicionam indivíduos e grupos numa mesma realidade social, engendrando um sentimento de similaridade e pertença que as transformam num “instrumento referencial” (Sêga 2000). Dessa forma,

as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos (Moscovici 2010: 10).

A vida em sociedade requer dos indivíduos um mínimo de compreensão e adequação física e intelectual à realidade construída e expressa no cotidiano. As representações sociais servem como elementos responsáveis por estabelecer uma ponte entre os indivíduos e o

mundo social materializado e entre eles próprios. É através delas que se forma um senso comum, responsável pela orientação das relações, das condutas e comunicações sociais:

enquanto fenômenos complexos são compostos por elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, dentre outros, que precisam ser apreendidos como uma totalidade significante e um guia para a ação. Por esta razão são essencialmente prescritivas (Domingos Sobrinho 2010: 32).

Assim, apresenta-se como elemento estruturante, capaz de estabelecer uma relação de orientação e condução das ações interpretadas psicossocialmente por valores e significados subjetivos, porém, reflexos do mundo social objetivado. Desse modo, as representações sociais são responsáveis pela assimilação dos objetos culturais simbolizados, pela “construção de identidades pessoais e sociais” bem como pelas transformações de pensamentos e condutas (Domingos Sobrinho 2010: 32). Segundo Xavier (2002: 20):

O problema da representação se coloca para o homem desde o momento em que o próprio “pensamento” – sua produção e exteriorização – torna-se objeto das especulações filosóficas, o que traria mais tarde a questão do papel do trabalho e da linguagem na constituição da consciência individual ou coletiva.

A priori, a representação é um reflexo da consciência humana, reprodução espontânea da subjetividade individual, resultado de um processo de reconhecimento, interação e apropriação do mundo, até se materializar, tornar-se signo de um dado objeto e ser partilhado socialmente (Xavier 2002).

Com efeito, as representações sociais criam um sistema de integração de “valores, ideias e práticas” que estruturam a realidade social, cuja função é “ordenar, orientar e controlar” os pensamentos e as ações dos indivíduos pertencentes a uma mesma conjuntura cultural. É através de uma estrutura de comunicação voltada para “nomeação” e “classificação” de um conjunto de imagens, concepções e sentidos expressos genericamente que os indivíduos tornam-se aptos a compreender e sistematizar o mundo social no qual estão inseridos (Moscovici 2010). Assim, as representações sociais são capazes de fundamentar pseudoverdades responsáveis pela manutenção da doxa, arcabouço das relações de poder, garantidoras do controle ideológico dos agrupamentos sociais, naturalizando realidades históricas e universalizando fatos temporais. Esclarecendo essa questão, acrescenta Xavier (2002: 24):

Durkheim reifica por si mesmo as representações coletivas, atribuindo-lhes uma existência *per se*, cujas mudanças são determinadas pelas necessidades que o “corpo social” (como um todo indiscriminado) determina. O processo pelo qual as representações são constituídas – sua gênese, sua formação e integração à realidade social e aos comportamentos de grupos e indivíduos – não é abordado pelo autor, que se debruça basicamente na atualidade e “funcionalidade” delas para o sistema social, não para o indivíduo; seu campo de análise restringe-se, propositalmente, ao âmbito externo (“sociológico”) visto como ontologicamente distinto e distante do âmbito interno (“subjetivo”). Para Moscovici, porém, a externalidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, sua naturalização e projeção (a que outros teóricos poderiam chamar, negativamente, de alienação), consiste num mecanismo psicossocial de apresentação/construção social da realidade. As representações, uma vez constituídas, não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social. O elemento “construção” assume um lugar central, representando o esforço de trazer o “indivíduo” ao seu lugar de sujeito na medida em que o percebe na sua condição de socialmente constituído e, ao mesmo tempo, constituinte. Daí, a importância de se compreender os processos pelos quais tal produção e posterior reificação acontecem.

Porém, como bem nos alerta Silva, Jorge e Queiroz (2012), não podemos conceber a noção de representação social de forma unívoca, pois, ela é antes de tudo polissêmica. Deste modo, são densas e variadas as abordagens em torno de sua explicação e fundamentação, sobretudo àquelas trazidas pelos fundadores da sociologia. Os autores destacam que para Durkheim, apesar das representações sociais estarem ligadas e sejam, também, fatos sociais, elas não nascem com os indivíduos, não são ideias preexistentes neles. No entanto:

possuem determinadas propriedades inerentes à sociedade e universalmente consubstanciadas na designada consciência colectiva. Ou seja, enquanto elemento constituinte e determinante da realidade social, elas estruturam-se independentemente dos indivíduos e surgem a partir da sociedade para, seguidamente se reproduzirem através do longo processo de socialização (Silva, Jorge e Queiroz 2012: 3).

Numa perspectiva diferente e até mesmo antagonista se expressa a visão marxista, na qual, as representações se situam na esfera da superestrutura, porém, são produzidas através da infraestrutura, advindas com frequência das ideologias produzidas pelas classes dominantes, que se expressarão de formas diversas, como na política, religião, moral e artes, dentre outras estruturas institucionais (Silva, Jorge e Queiroz 2012). Diferentemente de Durkheim, Marx e Engels acreditam no protagonismo do ser social na determinação de sua consciência: “as representações, ideias e concepções presentes na consciência, assim como as

ideologias só se poderão entender e explicar a partir da sua base material económica, do lugar objectivo das classes e dos indivíduos na vida económica e social” (Silva, Jorge e Queiroz 2012: 3).

De forma mais plural a abordagem weberiana apresenta-se como intermediária aos seus antecessores, na qual:

o conceito de representação é traduzido por ideia, concepção, mundividência (*weltanschauung*), a qual, comportando juízo de valor, correlaciona-se com a base económica material, a vida mundana e dos interesses, mas não é, contrariamente à visão corrente do marxismo, um simples reflexo desta mas um fator culturalmente significativo, relativamente autónomo e indutor de efeitos próprios (Silva, Jorge e Queiroz 2012: 3).

No entanto, mesmo diferenciando-se da abordagem marxista, Weber (Silva, Jorge e Queiroz 2012: 3-4) não desconsidera, e até mesmo reitera, a concepção marxista acerca dos interesses de “classes/grupos sociais, designadamente em situação de poder”.

Ainda tendo por base a concepção durkheimiana de representações coletivas – responsável por dar ao senso comum “um novo estatuto epistemológico”, tratando-o como uma produção social (fato social) e não como simples deformação da realidade – Moscovici atribui-lhe um novo carácter, mais dinâmico e intenso, característico às sociedades modernas (Domingos Sobrinho 2010: 32). Nesse aspecto, acrescenta Duveen (2010: 16-17):

Enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem.

Dessa forma, Moscovici prefere usar a expressão “social” em vez de “coletiva”, por perceber as representações não como um sistema de dominação social de carácter integrador e homogeneizador das relações sociais, como Durkheim, mas por entender que tais relações provocam disputas plurais de poder, comuns às sociedades modernas, e, desse modo, criam uma variedade de ações heterogêneas que produzirão controvérsias nos diversos campos sociais de uma mesma cultura, gerando representações opostas e emergentes àquelas erigidas por um senso comum anterior (Duveen 2010).

Duveen (2010) aponta a importância das análises sobre as representações sociais, visto que, sendo estas responsáveis por transformar em “familiar o não familiar”, tais estudos contribuiriam ao desconstruir esse processo de alienação, “desfamiliarizando o familiar”, evidenciando esses fenômenos como verdadeiros processos sociais, em vez de obras de uma natureza inerente. Desse modo, resume Duveen (2010: 25): “a teoria das representações sociais fornece o referencial interpretativo tanto para tornar as representações visíveis como para torna-las inteligíveis como formas de prática social”. Por sua vez, Jodelet complementa:

Situada na interface do psicológico e do social, a noção tem vocação para interessar todas as ciências humanas. É encontrada em operação na sociologia, antropologia e história, estudada em suas relações com a ideologia, com os sistemas simbólicos e com as atitudes sociais que refletem as mentalidades (Jodelet 1989: 7).

Voltando ao processo de familiarização das representações, uma das principais características de sua força está no fato de elas serem difundidas por pessoas comuns que, por não fazerem uso, necessariamente, de uma visão crítico-científica da realidade, absorvem e proliferam ideias, valores e ações, sem perceber com quais interesses são revestidas, tornando a realidade social uma entidade trivial, deformada por concepções banais e, por isso mesmo, “parcialmente inacessíveis” (Moscovici 2010: 33). Assim, somos bombardeados rotineiramente por “palavras, ideias e imagens” (Moscovici 2010: 33), às quais sucumbimos sob os auspícios de verdades pré-fabricadas, cuja introjeção alienante não nos permite percebê-las como construções sócio-históricas, mas como conteúdos e formas naturais, culturalmente determinadas.

Segundo Moscovici, as representações possuem duas funções: “em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas e acontecimentos que encontram” (Moscovici 2010: 34) e, assim, constroem e estipulam uma crença tradicional normatizada por hábitos comuns a um grupo social particular, ajustando-lhes de maneira cabal, moldando-lhes dentro de uma categoria unificada por elementos justapostos, compartilhados, sintetizados. Tal efeito nos condiciona a reproduzir a realidade cultural, a qual herdamos, de maneira opaca, criando um efeito imagético e fantasioso desta, moldada anteriormente por uma estrutura linguística que nos impõe um sistema de representações convencionalizado e estruturado por pensamentos nebulosos e ao mesmo tempo suficientemente eficientes ao ponto de não nos permitir enxergá-los como convenções, mas como produtos intrínsecos desse sistema cultural. No entanto, esse processo não é definitivo, irremediável, visto que, através de um esforço da

nossa consciência, podemos dar-nos conta dos efeitos dessas convenções e escaparmos parcialmente deles; porém, devemos entender que nunca conseguiremos libertar-nos por completo, na medida em que novos processos se formarão, o que tornará impossível “que possamos eliminar todos os preconceitos” fabricados à nossa revelia e incorporados inadvertidamente como realidade material inquestionável (Moscovici 2010: 35). “Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível” (Moscovici 2010: 36), ou seja, elas nos interpelam a reprodução de pensamentos e ações sugestionadas pela pré-fabricação de axiomas convencionados culturalmente e impostos tradicionalmente. Antes mesmo que o nosso pensamento se estruture criticamente, são elaboradas surdamente, fabricando verdades reificadas. Desse modo, explica Moscovici (2010: 37):

Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas, e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no curso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições científicas implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

As representações são produtos das relações sociais, relações de “comunicação” e “cooperação” entre os indivíduos de um dado contexto cultural. Depois de constituídas, tomam vida própria e se impõem como realidade independente, assim, se articulam e se repelem de acordo com as percepções e os interesses constituídos, mantendo as estruturas de pensamento atuais ou dando origem a novas representações, num processo tão aparentemente natural que obscura seu caráter dialético e parece não nos pertencer enquanto produtores que somos, reduzindo-nos apenas a seus meros e irremediáveis produtos:

quanto mais a sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente, torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse um deus (Moscovici 2010: 41).

É através do sentimento de familiaridade que as representações se constituem historicamente como “entidades quase tangíveis”, incrustadas na memória social, formando

uma realidade aparentemente autônoma. Dessa maneira, as representações forjam a concepção de uma realidade axiomática, “onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (Moscovici 2010: 55), sobrepondo o tradicional ao inovador, “a resposta sobre o estímulo”, “as imagens sobre a realidade”, através de hábitos culturais instituídos cotidianamente, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar” (Moscovici 2010: 55). A familiarização cria a falsa sensação de uma intimidade inerente entre coparticipes sociais, a representação de uma verdade pré-fabricada: “algo parece ser visível, sem o ser: ser semelhante, embora ser diferente, ser acessível e no entanto ser inacessível” (Moscovici 2010: 56). Por isso, o não familiar, na medida em que atrai pelo desconhecido, também gera receios e desconfianças nas pessoas, desafia a ordem estabelecida e requer do pressuposto familiar sua constante reafirmação e garantia do senso comum (Moscovici 2010). Segundo Xavier (2002: 23):

Num sentido bastante cognitivo [...], o senso comum é, segundo Moscovici, formado por imagens e símbolos; seu limite de realidade é baseado no consenso; é dominado pelo “porquê” (em vez do “como”); e as respostas às perguntas que se colocam emergem sob uma pluralidade de tipos e critérios de julgamento, com uma grande flexibilidade de sucessão de atos mentais, áreas e formas sintáticas disponíveis. Esse “pensamento natural”, espontâneo, é determinado, ainda, por fatores contextuais e sociais.

Xavier destaca ainda que, diferentemente do conhecimento produzido pelo saber científico, “institucionalizado e menos flexível”, o senso comum reflete a realidade cotidiana do mundo social e, por sua vez, se ancora no “modelo de intersubjetividade e da integração social”. Desse modo, a autora percebe que o conceito de representações sociais surge com o intuito de compreender as variadas possibilidades de entendimento e raciocínio que emergem da vida cotidiana. Ao concluir, Xavier acredita que a relevância dos estudos sociológicos das representações sociais revela as consequentes “práticas e atitudes dos atores”, em relação a seus interesses particulares, às relações entre eles e ao contexto social em que estão inseridos (Xavier 2002: 24).

Para Moscovici, as representações sociais são geradas através de dois processos: a *ancoragem* e a *objetivação*. “O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (Moscovici 2010: 60-61). A ancoragem resulta do processo de nomeação das coisas, classificá-las de acordo com o entendimento que se faz da própria realidade, daí vem a dificuldade em perceber, entender, avaliar e aceitar o estranho:

classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Quando classificamos uma pessoa como marxista, diabo marinho ou leitor do *The Times*, nós o confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos. E se nós, então, chegamos ao ponto de deixá-lo saber o que nós fizemos, nós levaremos nossa interferência ao ponto de influenciá-lo, pelo fato de formularmos exigências específicas relacionadas a nossas expectativas (Moscovici 2010: 63).

Incrementando a compreensão acerca do processo de ancoragem das representações sociais, Villas Bôas (2010) destaca as duas formas complementares identificadas por Moliner (2001: 15-41 *apud* Villas Boas 2010). A primeira “corresponde ao fato de as informações acerca de um dado objeto serem interpretadas segundo os sistemas sociocognitivos existentes”; estas servirão como coordenadas para as concepções organizadas a respeito do objeto, forjando as referências que moldarão sua categorização e classificação. A segunda “refere-se à ideia de que os saberes produzidos e interpretados com base nesse sistema preexistente serão instrumentalizados pelos grupos sociais para legitimar suas posições”; dessa forma, constrói os mecanismos suficientes para a classificação e adequação das “categorias e significações consideradas positivas ou negativas”. Nesse aspecto, o processo de ancoragem revela “um duplo objetivo”: por um lado, por seu aspecto produtivo, elabora “sistemas de pensamento e compreensão”, por outro, devido à sua característica de assimilação, “engendra visões consensuais e aceitáveis de ação” (Villas Bôas 2010: 393).

Em outra abordagem, diferente de Moliner, W. Doise apresenta três diferentes “tipos” de ancoragem:

a ancoragem psicológica (integração do conhecimento a crenças ou valores), a ancoragem psicossociológica (como os indivíduos se situam simbolicamente em razão das relações sociais) e a ancoragem sociológica (vínculo entre a representação social e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo) (Villas Bôas 2010: 393).

Por fim, esclarece Xavier (2002: 27):

É na ancoragem, portanto, que a representação assume seu caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através do “filtro” do indivíduo ou do grupo. Nesse sentido, emerge uma

das características fundamentais da representação na teoria de Moscovici (1990, p. 273):¹⁶ só se pode falar em “representação” como representação de alguém, isto é, de um grupo específico, que tem e partilha informações, convenções e emoções específicas (a representação não está “fora” do grupo nem para “sobre” ele). Noutros termos, é preciso “localizar” socialmente o agente da representação social, em lugar de tratá-lo genericamente (como em Durkheim). Ou seja, cada grupo social poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento, e, na interação entre os grupos, o resultado desse processo (o que passa e o que se fixa, o que muda e o que expulsa o novo) não pode ser dito *a priori*. O fato de “não poder ser dito antes”, porém, não significa que não se possa identificar tendências.

A ancoragem transforma o complexo em familiar, em senso comum. Caracteriza-se como um processo reflexo da simplificação da realidade, devido à redução da possibilidade de significados amplos em interpretações limitadas pelo conhecimento trivial desta. Assim, classifica-se e nomeiam-se as coisas de acordo com a sua compreensão, gerando a circunscrição do alcance de sua interpretação a um conjunto de possibilidades percebidas, que servirá de referência, de coordenada às ações sociais, provocando um sentimento de pertença ao grupo social.

O segundo mecanismo apontado por Moscovici, a objetivação, tem por finalidade “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (2010: 61). Portanto, no processo de objetivação, aquilo que é pensado, idealizado, torna-se “real”, objetivado, condicionado a uma realidade possível, preestabelecida, familiar e, desse modo, o imaginário se materializa, se reifica, toma vida.

Noutro aspecto, acrescenta Xavier:

Jodelet (1986)¹⁷ amplia o sentido de objetivação, assinalando a tensão imanente entre um lado estruturado e conservador (informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos, etc.) e um lado estruturante e subversivo. Essas duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a *naturalização* e a *classificação*. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, enquanto a naturalização coloca e organiza as partes no meio ambiente, introduzindo, por meio dos seus cortes, uma ordem que se adapta à ordem preexistente, “atenuando o choque de toda e qualquer nova concepção” (Xavier 2002: 26).

Ao concluir os efeitos de tais mecanismos, Moscovici afere que eles:

¹⁶ MOSCOVICI, Serge (1990), *A Máquina de Fazer Deuses*, Rio de Janeiro, Imago.

¹⁷ JODELET, Denise (1986), *La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoría*, in MOSCOVICI, Serge (Org), *Psicología Social*, Buenos Aires, Paidós.

transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e, depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar (Moscovici 2010: 60-61).

Complementando tal visão, acrescenta Villas Bôas (2010: 394):

Ao final, portanto, dos processos de objetivação e ancoragem, a representação vai se “saturando de realidade” (Casado, Calonge, 2001)¹⁸ até que, num certo momento, o estranho é convertido em familiar e passa a ser percebido como uma realidade objetiva, sendo, então, incorporado à linguagem e à memória coletiva. A função social desses processos consiste, justamente, em facilitar a comunicação a partir da transformação de teorias e conceitos complexos em um instrumento para categorizar comportamentos a fim de servir de guia para a ação.

Moscovici (2010) ainda alerta para o fato de que a popularização do conhecimento científico e tecnológico pode ser um agravante da “criação” e “recriação” do senso comum, tendo em vista tornarem-se máximas inquestionáveis, verdades axiomáticas sobrepostas às relatividades histórico-culturais. Corroborando com tal ideia, Xavier (2002: 26) acredita que:

na transmutação das teorias científicas para o senso comum (como na difusão da psicanálise na sociedade francesa, no famoso estudo do autor), as ideias científicas, uma vez incorporadas ao mundo da vida, já não são percebidas como produtos da atividade intelectual de um grupo específico de cientistas, mas como reflexo de algo que existe efetivamente, como “fatos” independentes da criação humana. O que antes era específico de um conceito – e as regras sobre as quais tal conceito fora introduzido no corpo de uma teoria científica – reduz-se ao penetrar no real, ficando esse conceito sujeito às regras e noções presentes nesse real.

Noutra abordagem, a discípula e parceira de Moscovici, Denise Jodelet, atenta para o fato da necessidade dos indivíduos de reconhecerem-se no mundo de que fazem parte, identificando-se como parte integrante deste:

é necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis por que construímos representações... Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatui-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la (Jodelet 1989: 1).

¹⁸ CASADO, E.; CALONGE, S. (2001), *Conocimiento social y sentido comum*, Caracas: Fondo Editorial de Humanidades y Educación.

Desse modo, as representações funcionam como um liame entre a realidade subjetiva e a realidade objetiva, entre o individual e o coletivo, como vetor dos significados do mundo real a serem compreendidos e reproduzidos pelo indivíduo, instituindo-o na realidade social, criando uma relação identitária entre o eu e os outros, fazendo-o reconhecer-se como parte integrante de um mesmo grupo, com características, linguagens, percepções, conhecimentos, pensamentos e desejos culturalmente “inerentes”. Então,

reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (Jodelet 1989: 5).

Ao se apresentar como instrumento de interpretação da realidade, as representações atuam, tanto na condução, no ordenamento e na comunicação das relações entre os indivíduos, criando um ambiente favorável à identificação dos partícipes, como no estabelecimento das relações de poder, dos estigmas, da exclusão do não familiar, gerando consenso, mas também fornecendo subsídios à sua objeção, em volta daquilo que foi instituído pelo senso comum (Jodelet 1989).

Jodelet alerta que o processo de representação será sempre resultante da relação entre o sujeito e um objeto, cuja correspondência deste último é extremamente variada:

de fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto. Quanto ao ato de pensar, que estabelece a relação entre o sujeito e o objeto, este tem características específicas em relação a outras atividades mentais (perceptiva, conceitual, memorial etc.). De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação, que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (Jodelet 1989: 5).

Com efeito, representar resulta da relação entre o plano ideal e o plano real, passando do plano abstrato ao concreto, através de uma rede linguística, responsável pela ancoragem do simbólico no social, no qual o objeto ganha vida e se impõe como elemento fundante. Ao mesmo tempo, por agirem na mente dos sujeitos, as representações assumem um aspecto dinâmico assente na autonomia parcial destes, na medida em que eles (re)interpretam e atribuem novos aspectos, outras características, concernentes ao seu carácter subjetivo, vindo a produzir novas percepções da realidade:

as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm (Jodelet 1989: 8).

A comunicação se apresenta como elemento importante, pois conduz e forja as representações na “vida prática e afetiva dos grupos”. Nesse processo, faz-se imprescindível o poder exercido pelas “palavras e discursos” na construção de realidades partilhadas (Jodelet 1989: 13), potencialmente familiarizadas pela conversão do cultural em natural.

Noutra abordagem, Jodelet (2009) atenta para a importância da presença do sujeito nos estudos acerca das representações sociais. Desse modo, destaca uma “oposição radical”, na visão de Durkheim, sobre a relação entre representações individuais e coletivas, enquanto Moscovici percebe as representações como uma “elaboração psicológica e social” formada a partir da “triangulação sujeito-outro-objeto”, buscando, assim, situar o sujeito num processo de interação social e não dissociado deste:

pode-se atribuir aquilo que, em uma certa medida, parece um vazio teórico a duas razões. Em Psicologia Social, a definição de seu objeto próprio conduziu a uma centralização nos fenômenos de interação e de comunicação, localizando o estudo das representações sociais no espaço intermediário tecido pelas relações sociais, arriscando perder de vista a dimensão subjetiva de sua produção. Uma outra razão interveio, a meu ver, de maneira mais decisiva. Diz respeito ao destino que conheceu a noção de “sujeito” nas ciências e na filosofia sociais, particularmente durante a segunda metade do século XX. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, várias correntes de pensamento convergiram para desacreditar a noção de sujeito. Entretanto, as conjunturas históricas e epistemológicas que marcaram o fim do século se traduziram em recolocar em questão paradigmas até então dominantes, tentando uma inversão de posições que a Psicologia Social não podia evitar de levar em conta. Essa inversão associa à reabilitação da noção de sujeito um reconhecimento da noção de representação

como fenômeno social maior. O exame deste destino deveria fornecer algumas pistas para avançar na reintegração do sujeito na abordagem teórica das representações sociais (Jodelet 2009: 680-681).

Segundo Jodelet (2009), algumas correntes do pensamento científico foram responsáveis pela “morte do sujeito” como categoria associada às noções de “individualismo, humanismo e consciência”. Já no século XIX, tal movimento iniciou-se com Nietzsche, ao rejeitar a ideia de que o sujeito seja responsável pela propriedade de seus pensamentos:

esse movimento apoiou-se no conjunto das “teorias da desconfiança”, que denunciaram o caráter ilusório de uma consciência transparente a ela mesma. Mais especificamente, o anátema encontrou duas expressões, anulando o sujeito sob a determinação de causalidades objetivantes (Jodelet 2009: 681-682).

Do lado da Psicologia, a corrente behaviorista acreditava na impossibilidade de investigação do sujeito, pela inacessibilidade à sua consciência. Já nas Ciências Sociais, o objetivismo reificou um mundo social, tornando os sujeitos verdadeiras “marionetes”:

o anátema estruturalista, responsabilizando o discurso do humanismo, obliterou o sujeito originário e fundamental sob o jogo dos funcionamentos inconscientes de ordens psíquicas, linguística e social. O anátema pós-moderno, alvejando o sujeito do cartesianismo e seu caráter unitário e substancial, dispersou o Si (“Soi”, no original francês) – o *self* que é uma objetivação da identidade e não um sujeito – sob as “técnicas sociais de saturação” (Jodelet 2009: 681-682).

Jodelet acredita que esse movimento de rejeição do sujeito provocou um paradoxo no campo das pesquisas em Psicologia Social, pois se, por um lado, resultou positivamente numa maior valorização das análises dos fenômenos sociais para a compreensão das relações entre os indivíduos, por outro, excluiu o sujeito como “entidade psicológica e mental”, reduzindo as investigações exclusivamente às interações sociais, abdicando de análises que contemplassem o campo da “dinâmica psíquica”, responsável pela “produção do pensamento e da ação e deixando em segundo plano os fenômenos de representação” (Jodelet 2009: 682).

Ao abordar o posicionamento das Ciências Humanas acerca da localização do sujeito em suas investigações, Jodelet (2009) se utiliza da visão de Dosse (1995)¹⁹, que percebe uma nova abordagem, distante da outrora polarização do sujeito, não mais visto como divino, nem como insignificante. Isso se deve a uma crescente complexidade dos problemas concernentes

¹⁹ DOSSE, F. (1995), *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte.

às relações sociais, que demandam uma análise mais ampla do sujeito, “tornando impossível e vão o confinamento do homem numa lógica exclusivista, seja moral, nacional, genética, neuronal”. Para Dosse, esse tipo de abordagem, que visa uma maior valorização dos vínculos sociais, acaba por tornar as análises dos atores sociais mais íntimas, favorecendo o estudo das representações: “No cotidiano, as representações desempenham o papel de alavancas metodológicas que permitem interessar-se antes pelo instituinte do que pelo instituído” (Dosse 1995: 418). Segundo Jodelet (2009: 688-689):

A maneira na qual o indivíduo foi conceitualizado na sua relação com a sociedade mudou. A relação indivíduo/sociedade, inicialmente formulada em termos de oposição entre ator ou agente e sistema social ou estrutura, evoluiu em um sentido que aproxima, na sua acepção das noções de ator e de agente e os faz juntar-se à noção de sujeito. Afastando-se de uma concepção de indivíduo orientado por seus interesses e suas intenções privadas, o termo ator tem um uso generalizado nas Ciências Sociais, desde Parsons. Inicialmente, o ator foi considerado como se manifestando por condutas sociais, pessoais e coletivas. Essas refletem as atribuições de papel, de estatuto e dependem de processos de socialização. Elas são definidas por sua conformidade ou seu desvio em relação ao sistema das normas dominantes, em função do qual seu significado é fixado. Esta interpretação colocava em posição de subordinação o ator que desempenha os papéis impostos por um lugar social, sem autonomia diante de uma sociedade regida pelos imperativos do poder e do lucro. A evolução do tratamento da noção de ator colocou, mais tarde, em destaque a possibilidade de escolhas racionais e a capacidade de oposição aos constrangimentos do sistema, aproximando-a daquela de agente, particularmente desenvolvida na tradição inglesa, inspirada por Giddens.

Com efeito, quando Giddens (1982) desenvolve a concepção de agente, ele permite que o indivíduo seja enxergado como sujeito atuante, produtivo, diligente, capaz de sobressair-se de possíveis adversidades e complicações que a ordem social proporciona, principalmente, ao perceber-se criticamente como ator social e, portanto, sujeito integrante de uma estrutura social na qual ele nunca terá total autonomia, nem mesmo a conhecerá em toda sua amplitude e complexidade e da qual necessita para sua existência social:

desenvolvendo a noção de agente, Giddens (1982)²⁰ denunciou o erro introduzido no pensamento francês pelo estruturalismo, que confundiu uma história sem sujeito transcendental com uma história sem sujeitos humanos conhecedores (*knowledgeable*) e capazes de exercer uma reflexão sobre sua situação e seu saber. Contra a ideia de uma história sem sujeito (*subject-less-history*), ele propõe, na sua teoria da estruturação, considerar os seres humanos como agentes conhecedores, mesmo se eles agem dentro de limites historicamente especificados que determinam condições sociais que eles não

²⁰ GIDDENS, A. (1982), Profiles and critiques in Social Theory, In: CASSELL, P. (sous la direction de), (1993), *The Giddens Reader*, Londres: Macmillan Press.

reconhecem e consequências de seus atos que eles não podem prever. Concepção que se aproxima singularmente daquela de sujeito e coloca em primeiro plano a questão dos modos de conhecimento sobre os quais se ancora a ação (Jodelet 2009: 689-690).

Na percepção de Jodelet (2009), “a evolução paralela dos dois termos culmina nas reflexões recentes de Touraine (2007)”. Ele cria uma “teoria do sujeito” ao fundir essa categoria à categoria de ator, na perspectiva de examinar as transformações geradas pelo processo de globalização, que, por sua vez, produz uma “reflexão de indivíduos e de grupos que marcam uma vontade de liberdade, de afirmação de sua singularidade ou de sua particularidade, e uma reivindicação identitária, um desejo de reconhecimento para si e os outros” (Jodelet 2009: 690). Citado por Dodelet (2009), Touraine acredita que as novas exigências sociais requerem, dentre outras coisas, “o direito a ter direitos”. A noção de sujeito edifica-se através da “transformação de uma consciência de si que se torna mais forte do que a consciência das regras, das normas e das exigências dos sistemas em que se vive e age” (Touraine 2007: 16, apud Jodelet 2009: 690)²¹.

A evolução por uma inclinação na valorização do lugar do sujeito como agente ativo nas investigações do campo das ciências sociais produziu aquilo que Noiriel designou de “paradigma subjetivista” (Noiriel 1989, *apud* Jodelet 2009)²². Segundo esse autor, caberia à sociologia contribuir para o preenchimento das lacunas produzidas pelos estudos da história quantitativa, através de uma abordagem das experiências vividas pelos indivíduos no decurso de suas ações e realizações sociais, bem como dos resultados objetivos percebidos nas realizações cotidianas decorrentes das “normas e valores sociais” introjetados pelos indivíduos (Jodelet 2009: 691-692).

Por conseguinte, para Jodelet, as representações sociais devem ser estudadas levando em consideração duas dimensões: a esfera psicológica e a social, visto que opera na esfera cognitiva e psicológica dos indivíduos, conduzindo-os e/ou condicionando-os às formas subjetivas de interpretação da realidade, bem como necessita da compreensão sobre as interações entre os grupos e a formação de sistemas de organização social, na medida em que ambas são importantes na sua formação, organização e desenvolvimento (Domingos Sobrinho 2010).

Na busca por uma análise mais complexa sobre as representações sociais “produzidas pelos indivíduos e os grupos localizados em espaços concretos da vida”, Jodelet (2009) propõe um esquema que visa a circunscrever as “esferas ou universos de pertença das

²¹ TOURAINE, A. (2007), *Penser autrement*. Paris: Fayard.

²² NOIRIEL, G. (1989), Pour une approche subjectiviste du social. *Annales ESC*, n. 6, (p. 1435-1459).

representações sociais”. Partindo de “sua gênese” e de “suas funções”, a autora denomina *três esferas de pertença: a subjetividade, a intersubjetividade e a transsubjetividade*. Porém, apesar de em sua base a teoria das representações sociais defender que “toda representação social é relacionada a um objeto e a um sujeito”, Jodelet adverte que, “por razões analíticas”, tal esquema refere-se “exclusivamente sobre o sujeito pensante” (2009: 696). Uma primeira referência desse esquema está na percepção do sujeito como um ser ativo e integrado num contexto social e suscetível às múltiplas contingências de sua cotidianidade, representadas num contexto de *interação e inscrição*:

a noção de inscrição compreende dois tipos de processos cuja importância é variável, segundo a natureza dos objetos e dos contextos considerados. Por um lado, a participação em uma rede de interações com os outros, por meio da comunicação social – aqui eu me refiro ao modelo da triangulação sujeito-outro-objeto proposto por Moscovici (1984)²³. Por outro lado, a pertença social definida em vários níveis: o do lugar na estrutura social e da posição nas relações sociais, o da inserção nos grupos sociais e culturais que definem a identidade, o do contexto da vida onde se desenrolam as interações sociais, o do espaço social e público (Jodelet 2009: 696).

Com efeito, apesar de a percepção de *subjetividade* proposta por Jodelet se inscrever no nível do indivíduo e reduzir a importância dos “elementos representacionais partilhados”, a autora atenta para a importância de levar em consideração a relevância dos processos pelos quais o sujeito assimila e constrói suas próprias representações. “Esses processos podem ser de natureza cognitiva, emocional, e dependem de uma experiência de vida” (Jodelet 2009: 696). No entanto, ela ressalta que tais assimilações operam no nível da subjetividade dos atores, o que resulta na elaboração ativa das representações ou na sua absorção passiva, forjadas de forma contestadora ou submissa, de acordo com a posição e predisposição de cada sujeito em seu contexto social. Ressaltando ainda mais o caráter subjetivo das representações, Jodelet (2009) destaca a relevância do corpo no processo de inserção do indivíduo na vida social e na definição do caráter subjetivo do sujeito. É nele que se revelam as emoções e a identidade, o lugar de pertença e a localização no mundo social e a ancoragem das representações sociais.

Jodelet aponta que “as representações são sempre de alguém”, e seus estudos possibilitam perceber os significados dados pelo sujeito, esteja ele no plano individual ou coletivo, aos objetos que permeiam seu “meio social e material”, bem como analisar quais

²³ MOSCOVICI, S. (1984), Le domaine de la psychologie sociale, In: MOSCOVICI, S. *La psychologie sociale*, Paris: PUF.

significados, conduzidos pela sua “sensibilidade”, “interesses”, “desejos” e “emoções”, ele atribui (2009: 697).

No que diz respeito à esfera da *intersubjetividade*, é na interação entre os indivíduos, numa determinada conjuntura, que se formam as representações, “apontando em particular as elaborações negociadas e estabelecidas em comum pela comunicação verbal direta” (Jodelet 2009: 697). Para essa autora:

São numerosos os casos que ilustram o papel da troca dialógica de que resultam a transmissão de informação, a construção de saber, a expressão de acordos ou de divergências a propósito de objetos de interesse comum, a interpretação de temas pertinentes para a vida dos participantes em interação, a possibilidade de criação de significações ou de ressignificações consensuais (Jodelet 2009: 697).

A terceira e última esfera, a da *transsubjetividade*, condensa elementos referentes tanto ao nível subjetivo quanto ao intersubjetivo. Tal esfera “domina tanto os indivíduos e os grupos quanto os contextos de interação, as produções discursivas e as trocas verbais” (Jodelet 2009: 698). A noção de transsubjetividade, na formação das representações sociais, está intimamente relacionada à intersubjetividade e, portanto, direciona-se às relações partilhadas pelos membros de um mesmo grupo. Segundo Jodelet (2009), tal “aspecto comunitário” pode advir de variadas causas. Uma delas pode ter por gênese a visão de mundo comum entre os sujeitos, decorrente de uma mesma matriz cultural. Esta “oferece os critérios de codificação e de classificação da realidade, os instrumentos mentais, os repertórios que servem para construir as significações partilhadas e constituir o pano de fundo que permite a intercompreensão (Searle, 1979)²⁴” (Jodelet 2009: 698). Outras causas são relevantes, como: as pressões e imposições das “estruturas sociais e de poder”, os “sistemas de normas e valores” bem como as estruturas mentais responsáveis pela orientação das “práticas coletivas”, garantidoras dos “laços sociais” e da “identidade coletiva”. Outro fator relevante diz respeito aos espaços público e social, palcos em que se proliferam as representações oriundas de variados canais, tais como: a divulgação pelos meios de comunicação de massa, os aparelhos institucionais dominantes e as “hegemonias ideológicas” (Jodelet 2009: 699). É nesse cenário que se desenvolvem e repercutem as representações, que se estabelecem através da aceitação ou sujeição dos indivíduos (Jodelet 2009).

Segundo Xavier (2002), Jodelet acredita que a representação social provoca a reconstrução do objeto sob outra forma, e com certa independência do objeto anterior. Na

²⁴ SEARLE, J. (1979), *Les actes de langage*. Paris: Hermann.

medida em que tal objeto já fora representado noutra ocasião, processa-se então a representação social de uma representação social, sendo este um processo constante. Nesse processo, permitem-se variações na distância entre a representação e o seu objeto, cujas formas principais são: a) distorção: na qual as características do objeto são representadas de maneira deformada, “umas mais exageradas ou minimizadas que outras”; b) suplementação: cuja finalidade é adaptar o objeto “aos valores dominantes”, dando-lhe aspectos imprecisos e imaginários; e c) impressão: “parte dos aspectos que formam os objetos é eliminada por critérios conativos” (Xavier 2002: 28). Na visão desse autor:

A representação seria, ao mesmo tempo, uma construção do objeto afastado do original e um *analogon*, ou seja, uma presença do mundo exterior na mente do indivíduo. Ela é um duplo objeto no sentido do qual o indivíduo atualiza o ser ou a qualidade do ser, mesmo quando ele/ela estão ausentes ou diante de sua eventual presença. Ela não deixa de ser uma apropriação subjetiva do mundo, embora seja sentida como uma presença objetiva da realidade (Xavier 2002: 29)²⁵.

Jodelet, então, evoca Arendt²⁶ ao aferir que é através das “condições de existência”, naturais ou sociais, que se delinea a “experiência subjetiva”, sendo esta forjada pelo mundo real, por sua vez, responsável estimulante do “exercício do pensamento” (1983: 43). Em outras palavras, Arendt entende que é através das experiências de vida que o sujeito desenvolve seu pensamento, por sua vez, é este quem o torna socialmente apresentável e inteligível aos seus copartícipes. O pensamento é responsável pela interpretação das “nossas condições de existência”, tornando-as compreensíveis não apenas para nós, mas, também, partilhadas dentre os membros de nossa comunidade. É nessa esfera transubjetiva, “encarnada nos condicionamentos sociais”, que se molda o pensamento do sujeito (Jodelet 2009: 703).

Todavia, devemos considerar que tais condições de existência encontram-se ancoradas nos seus devidos espaços sociotemporais. Assim, em seu estudo a respeito da relevante contribuição da história para as análises acerca das representações, Villas Bôas (2010) atenta para o fato de que geralmente as investigações sobre representações sociais limitam-se às análises sobre a “ação das práticas cotidianas” que ocorrem no momento presente, desconsiderando o seu processo de formação e estabilização. Desse modo, esclarece que a importância da historicidade no estudo das representações sociais diz respeito ao fato de que elas têm seus elementos constituídos por um conjunto de ideias, princípios, valores, ações, objetos e símbolos, demarcados em determinados contextos e tempos históricos. Então,

²⁵ MOSCOVICI, Serge (1978), *A Representação Social da Psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar.

²⁶ ARENDT, H. (1983), *La condition de l'homme modern*, Paris: Calmann-Lévy.

qualquer investigação que busque compreender tais elementos, que forjam e estruturam uma dada representação social, deverá identificá-los e analisá-los como fatores imprescindíveis de sua ancoragem e objetivação, visto que, na medida em que tais conteúdos são reapropriados por novas gerações ou reformulados, em vista da emergência de novos elementos, velhas representações se solidificam e novas representações surgem, renovando ou combatendo as atuais. Portanto, é nessa cadeia dialética que as representações sociais se constituem ao mesmo tempo “como pensamento constituído e constituinte” (Villas Bôas 2010: 382). Nesse aspecto,

a historicidade das representações sociais se constitui em uma zona de confluência entre conteúdos com características mais estáveis, porque oriundos de épocas históricas anteriores e que são reapropriados no senso comum e conteúdos flexíveis, dependentes do contexto imediato, e que são caracterizados pela mobilidade de seus elementos (Villas Bôas 2010: 396).

Por se apresentarem como processos de interpretação e estruturação da realidade social, as representações sociais seguem o curso do dinamismo inerente aos compostos sociais, estando, então, em constante curso de mutação. Portanto, qualquer elemento calcado na tradição de uma sociedade sofrerá algum tipo de transmutação, seja de adaptação a novas condições ou de severa alteração em sua composição, porém, que “seja para reafirmar sua permanência”:

se as representações coletivas de Durkheim têm um caráter intrinsecamente conservador, a inovação é outro elemento abordado pelo conceito psicossocial de Moscovici. As representações sociais têm uma ação anti-institucionalizadora na cultura e anticonvencional nas instituições (MOSCOVICI, 1990, p. 82), na medida em que têm a capacidade de subverter objetos, conceitos já estabelecidos e teorias científicas em novos conteúdos, sob critérios nada rígidos e com resultados imprevisíveis (Xavier 2002: 27-28).

Com efeito, permanência e mudança se estabelecem como características “intrínsecas à historicidade das representações sociais”, na medida em que tais representações se ancoram através da disseminação dos conhecimentos preexistentes apreendidos no presente, ao mesmo tempo que são alvos de interpretações e redefinições pragmáticas que as situam como

intérpretes da realidade social. Como bem definida por Jodelet (1986)²⁷, a representação desenvolve-se como “produto” e “processo”:

produto porque se constitui por meio de conteúdos oriundos de outras épocas históricas e, processo, porque ainda que se possa localizar sua origem, esta é sempre incompleta visto que outros conteúdos a alimentam, o que levou Moscovici (2003)²⁸ a afirmar que “estamos sempre em uma situação de analisar representações de representações” (Villas Bôas 2010: 397).

Os estados de permanência e mudança das representações sociais refletem características inerentes de continuidade e atividade próprias ao senso comum, e é através da análise histórica desse processo que se pode identificar e compreender o nível de “estabilidade estrutural dos conteúdos representacionais” (Villas Bôas 2010: 397). Levando em consideração o espaço temporal no qual se situam, podemos definir quais conceitos mantêm-se e quais propriedades transformaram-se historicamente. A relevância dada à análise histórica dos conteúdos e ao processo de formação, manutenção e transformação das representações sociais oferece grande contribuição ao processo de desnaturalização do senso comum, na medida em que as representações são enxergadas e interpretadas como produtos socioculturais, visibilizados em determinados tempos históricos, e não como máximas universais. Portanto, “apenas uma análise histórica, articulada a uma perspectiva psicossocial, permite discutir o contexto que possibilitou o estabelecimento de certos conteúdos representacionais em detrimento de outros” (Villas Bôas 2010: 399).

A familiarização e consensualidade do mundo social, mediante as representações, percebidas por Moscovici, possibilitam sua localização material na vida cotidiana, seja nos espaços públicos, seja nos privados, engendrando significados, percepções e ações comuns que serão partilhados pelos respectivos participantes. Tais processos desencadeiam a naturalização dos conteúdos formulados e representados socialmente, “sobretudo, por meio dos conceitos temporais de continuidade e mudança” (Villas Bôas 2010: 390), o que torna imprescindíveis os estudos sobre a historicidade das representações sociais como fator esclarecedor e revelador dos sistemas de reificação da realidade.

Villas Bôas (2010: 395) chama a atenção para o fato de que a relevância do papel da historicidade não se limita à análise do “conhecimento que constitui as representações sociais”, mas, também, à história do grupo que compartilha o “conteúdo”, a “forma” e o

²⁷ JODELET, D. (1986), La Representación social: fenómenos, concepto y teoría. in Serge moscovici, *Psicología social*, 2: Pensamiento y vida social. Psicología y problemas sociales, Barcelona: Paidós, (p. 470-494).

²⁸ MOSCOVICI, S. (2003), *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

“sentido” de tais representações, visto que estas divergem de grupo para grupo, de acordo com seus momentos históricos particulares.

Conforme Guareschi e Jovchelovitch (1995)²⁹, as representações sociais dividem-se em três dimensões: a cognitiva, a afetiva e a social. A dimensão cognitiva caracteriza-se pela “construção de saberes” que dão sentido teórico às representações. No entanto, esse processo de busca pela interpretação do mundo à sua volta requer um envolvimento afetivo, pois, “quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão”. Porém, “a construção da significação simbólica” que modela as representações é ao mesmo tempo um ato cognitivo e afetivo, estruturando-se, por sua vez, numa dada realidade social (Villas Bôas 2010: 395).

Outro fator esclarecedor nos estudos das representações sociais diz respeito ao aspecto normativo presente nestas. Ao analisar tal aspecto, Menin (2007) tomou como referência os conceitos dos autores que compõem a escola francesa de Aix-en-Provence, Abric, Flament e Moliner, explicitando seus principais pontos de vista acerca da relação entre representação social e norma.

Para Abric,

Toda representação social é formada de duas dimensões: os conteúdos, informações, atitudes, opiniões relativas ao objeto representado e uma estrutura, a organização interna desses conteúdos. Uma função normativa é colocada nas atitudes e opiniões que farão parte do conteúdo das representações (Menin 2007: 123).

Desse modo, a representação não constitui um mero reflexo do objeto, mas uma “remodelagem da realidade”, baseada nas percepções de seus produtores (Menin 2007). A estrutura que organiza os elementos que compõem as representações (“informações”, “atitudes” e “opiniões”) foi dividida por Abric em dois sistemas: um central e outro periférico; posteriormente, ele acrescentou um sistema de categorização da realidade, “incluído dentro dos dois sistemas” (Menin 2007: 123). Porém, tanto o núcleo central quanto o periférico possuem uma função normativa. Quanto às suas funções e definições, enquanto o núcleo central deve “guardar o significado que o objeto representado *deve ter*”, o sistema periférico deve “proteger a significação central da representação” (Menin 2007: 123).

Abric concebe duas dimensões do núcleo central: a dimensão funcional e a normativa. A dimensão funcional declara relevantes para o processo de representação os elementos

²⁹ GUARESCHI, P., e S. Jovchelovitch (1995), Introdução, in P. GUARESCHI e S. JOVCHELOVITCH (Org.). *Textos em representações sociais*, Petrópolis: Vozes, (p. 17-25).

importantes para a “eficácia da ação”; nela, são levados em consideração os “elementos mais importantes para a realização de uma tarefa” (Abric 1994a: 23, *apud* Menin 2007: 123)³⁰. Já a dimensão normativa trata dos elementos responsáveis pela organização e pelo controle dos pontos de vista, das caracterizações e dos “estereótipos” formulados pelos indivíduos e pelos grupos sociais. Nesse sentido, privilegia as circunstâncias que envolvem um caráter afetivo, emocional, social e ideológico. “Nessas situações, pode-se pensar que uma norma, um estereótipo, uma atitude fortemente marcada, estarão no centro do núcleo central” (Abric 1994a: 23, *apud* Menin 2007: 124).

É através do nível de envolvimento do sujeito com o objeto da representação que podemos identificar qual das dimensões vem a ser predominante. No caso da dimensão funcional, importam as ações realizadas “sobre ou no objeto”. Já na dimensão normativa, observam-se as percepções e apreciações sobre o objeto. A representação apresenta-se como instrumento (“signo”) de revelação, exposição do vínculo entre o sujeito e o seu meio. Na visão de Abric, a dimensão funcional possibilita a descrição das ações, enquanto que a dimensão normativa permite a expressão dos julgamentos acerca do objeto (Menin 2007: 124).

Menin (2007) aponta outra definição de normativo utilizada por Abric, aquela que se refere ao que é normal, habitual, compartilhado por um certo grupo, a maneira como a maioria das pessoas se refere a um determinado objeto representado. Desse modo, o núcleo central se impõe de forma normatizante a todos os participantes, que acabam por perceber o objeto da representação de uma feitura comum a todos. Esse aspecto característico da norma contribui para a dificuldade em se questionar, transformar ou reelaborar uma representação:

em caso de mudança das práticas em relação ao objeto, muda-se, primeiramente, o sistema periférico, e, somente se as práticas forem irreversíveis e perdurarem no tempo, as mudanças acontecerão posteriormente no núcleo central. Assim, um caráter normativo do núcleo central é, a nosso ver, o limite necessário que dá à representação do objeto: a produção do consenso em relação a uma representação (Menin 2007: 124).

Na visão de Abric, o núcleo central possui uma “função normativa global”, que permite uma percepção consensual em relação à representação de um dado objeto, ao mesmo tempo historicamente estável. Já o núcleo periférico serve de complemento ao sistema central: “o sistema central é normativo e o sistema periférico é funcional” (Abric 1994b: 78, *apud* Menin

³⁰ ABRIC, Jean-Claude (dir), (1994a), *Pratiques sociales et représentations*, Paris: Presses Universitaires de France.

2007: 125)³¹. Portanto, é através dele que há o processo de ancoragem das representações. “Assim, Abric (1994b) coloca uma função normativa de todo sistema central, a função consensual; e uma função básica, funcional, em todo sistema periférico” (Menin 2007: 125). O consenso que estrutura o sistema central, definindo valores e normas, é responsável pelo estabelecimento dos “princípios fundamentais”, com os quais “as representações se constituem” e a homogeneidade do grupo social é garantida, moldando os comportamentos individuais em torno das representações produzidas:

esse sistema central, resistindo às mudanças e durando no tempo, tem suas origens num contexto global – histórico, social, ideológico – que está para além do contexto atual em que a representação é utilizada e que define normas e valores dos indivíduos e dos grupos num sistema social dado (Menin 2007: 125).

Segundo Menin, pode-se concluir que os elementos do núcleo central não se equivalem, na medida em que se submetem a uma organização hierárquica, cujo contexto social é cabalmente responsável pela diversidade com a qual os elementos são instituídos, de acordo com a “função do grupo social, as relações que ele mantém com o objeto e a situação que os sujeitos se encontram, podendo provocar ativação de elementos funcionais ou normativos” (Menin 2007: 126).

Abordando o posicionamento de Flament e Rouquette, Menin (2007) observa que esses autores alertam para o fato de que uma representação social bem estruturada traz em sua base aspectos consensuais que lhe dão sustentação e homogeneidade, que alicerçam seu núcleo central. Assim, como forma de testar o nível de consenso de uma dada representação, faz-se útil a técnica de “colocar em xeque” (*Mise en Cause*). Porém, os autores alertam que consenso não é sinônimo de unanimidade, por isso, sempre haverá pontos de vista e posicionamentos contraditórios, que, por sua vez, são relevantes para o equilíbrio e a interação psicossocial entre os indivíduos que compõem um mesmo grupo. Desse modo, deve-se considerar a importância de se interpretar tanto “os aspectos majoritários como os minoritários das representações sociais” (Menin 2007: 128).

Por outro lado, Flament atenta para a ideia de que nem toda norma é reflexo da opinião da maioria, mas de um “consenso obrigatório” incrustado no “discurso de uma população” (Menin 2007: 128). Portanto, quando se fala em norma, devem ser consideradas a possibilidade de sua transgressão e a emergência de sanções reparadoras. O normativo para

³¹ ABRIC, Jean-Claude (1994b), L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique, in Christian Guimelli, *Structures et Transformations des représentations sociales*, Lausanne: Delachaux et Niestlé, (p. 73-84).

Flament corresponde à ideia de conformidade e não de majoritário, pois a precisão da norma está na sua capacidade de convencer e conformar os indivíduos a um discurso que se impõe como representação de uma verdade socialmente partilhada (Menin 2007). Tal conformidade acerca das representações encontra no núcleo central significações “não negociáveis”, que lhes garantem a coerência de sua normatividade. Já o sistema periférico concebe significados mais simples, condicionais, portanto, “negociáveis”:

os esquemas periféricos asseguram o funcionamento quase instantâneo de uma representação como um “critério de decifragem” de uma situação: eles indicam, às vezes de modo bem específico o que é “normal” (e por contraste, o que não é normal) e, assim, o que é necessário compreender, memorizar. Esses esquemas normais permitem à representação um funcionamento econômico, sem que seja necessário, a cada instante, analisar a situação em relação ao princípio organizador que é o núcleo central (Flament 1989: 209, *apud* Menin 2007: 129)³².

Por constituir-se de elementos negociáveis, o sistema periférico serve como instrumento de “modulação individual”, reajustando os indivíduos a possíveis mudanças em certos esquemas representacionais, sem pôr em xeque os significados presentes no sistema central. Todavia, também serve como filtro da realidade, que estará sempre desafiando a estabilidade do núcleo central, garantindo-lhe a estabilidade. Destarte, “eles podem ser considerados como prescritores de comportamentos em relação ao objeto e constituem a parte operacional da representação” (Menin 2007: 130). Tais prescrições, segundo Flament, são condicionais, reguladas pelo sistema periférico, que lhe atribuirá o grau de normalidade. Com efeito, enquanto o sistema periférico define o que pode ser “desejável” para certa população, o sistema central é responsável por definir o que lhe é “necessário”: “No primeiro, transgressões podem ser legítimas e aceitáveis; no segundo, transgressões podem ser ‘mortais’” (Menin 2007: 130).

No que concerne à “economia cognitiva”, quando ocorre uma modificação de representação, devido ao surgimento de novas práticas sociais, ela é superficial, no “sistema periférico”. Contudo, se novas práticas promovem modificações profundas, atingindo o sistema central de uma representação, poderá ocorrer uma mudança “irreversível”, “inegociável”, provocando, então, uma “ruptura” da representação (Menin 2007: 130).

Menin (2007) adverte que toda representação, por mais homogênea que seja, permitirá “espaços de contradições” e, desse modo, o surgimento de “representações desviantes”:

³² FLAMENT, Claude (1989), Structure et dynamique des représentations sociales, in Denise Jodelet (org.), *Les représentations sociales*, Paris: Presses Universitaires de France, (p. 204-218).

os elementos do núcleo central tenderiam, então, a assegurar o inegociável de uma representação, o limite a partir do qual a representação não pode ser modificada, sob a pena de se transformar em outra nova representação. Os elementos periféricos permitiriam as variações negociáveis de sentidos das representações, possibilitando seus ajustes às modulações temporais ou individuais. Resta a discussão, em Flament, de que poucas coisas teriam significados integralmente inegociáveis (Menin 2007: 133).

Noutra perspectiva, Moliner observa que o caráter significante presente nos “elementos centrais da representação social” possibilita-nos a “interpretação e compreensão do meio social”, mas, ao mesmo tempo, “não nos permite compreender o papel das representações na avaliação desse meio” (Menin 2007: 130). Para Moliner, todo conhecimento produzido pelo senso comum “é um conhecimento avaliativo”. Todos os indivíduos buscam necessariamente compreender e explicar a realidade à sua volta, ao mesmo tempo que procuram especificar valores sociais aos “objetos e seres”. Portanto, ideias, valores, crenças e comportamentos referentes a uma dada representação passam por um processo de avaliação contínua, podendo ser classificados positiva ou negativamente:

assim, Moliner (1995b)³³ propõe um modelo bidimensional das representações segundo o qual podem se analisar duas dimensões distintas das representações: a relativa à centralidade, na qual se distinguem os elementos centrais e periféricos das representações, sendo considerados como centrais os elementos estimados como definidores necessários do objeto da representação, por uma larga maioria dos indivíduos. Uma segunda dimensão, relativa ao caráter avaliativo dos elementos da representação. Os elementos teriam, aos olhos dos indivíduos, um valor positivo ou negativo que é socialmente determinado. Essa dimensão encontra sua origem nos valores que circulam numa sociedade ou num grupo e, os elementos da representação que são investidos de valor, desempenham o papel de critérios avaliativos (Menin 2007: 131).

A função avaliativa refere-se aos exames acerca de um dado objeto (“atitudes, avaliações, julgamentos de valor”), designando percepções positivas ou negativas sobre este, que serão condizentes “às normas e valores do grupo”. Moliner considera que tanto os elementos centrais quanto os periféricos “podem ser descritivos ou avaliativos”, e é através dessa “dupla análise” das representações que podemos conceber uma “compreensão estrutural das mesmas” bem como “os princípios organizadores” que norteiam os partidarismos responsáveis pelas avaliações das representações (Menin 2007: 133).

³³ MOLINER, P. (1995), Noyau central, principes organisateurs et modèle bi dimensionnel des représentations sociales. Vers une intégration théorique?, *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, n. 28, (p. 44-55).

No decorrer das reflexões tecidas aqui acerca da teoria da representação social, é notória a amplitude das concepções e percepções que esta suscita. Nessa esteira, Almeida (2009) apresenta a Teoria da Representação Social (TRS) de Moscovici como uma “grande teoria”, capaz de compreender e esclarecer o processo de gênese de uma representação social. Porém, como toda grande teoria, a autora afirma que ela não é autossuficiente, não consegue dar conta de toda a complexidade que forma a realidade social, e, por isso, suscita a emergência de teorias complementares, que não necessariamente a imponham divergências, mas, sobretudo, complementem-na através de suas múltiplas abordagens. Nessa perspectiva, elucida Palmonari (2009: 45)³⁴:

a TRS é agora uma construção muito complexa, uma espécie de encruzilhada: as correntes de ideias que aí convergem são múltiplas e, no momento, não há nenhum mapa que dê as coordenadas comuns. E não é apenas uma questão de ideias e modelos formulados por disciplinas não psicológicas (história, antropologia, sociologia, semiótica etc.), mas também produções de grupos diferentes que, de todo modo, compartilham a mesma orientação teórica em psicologia social. (apud Almeida 2009: 717-718).

Dentre as principais abordagens teóricas complementares à moscoviciano, a autora destaca a importância da abordagem *processual*, liderada por Denise Jodelet, da abordagem *estrutural*, liderada por Jean-Claude Abric, e da abordagem *societal*, liderada por Willem Doise, a qual ela se propõe investigar com mais afinco.

A abordagem proposta por Doise assenta-se numa perspectiva sociológica que se articula com a representação social. Sua proposta é analisar a representação a partir da integração e da participação social dos indivíduos, que tendem a propiciar variação dentre as representações. Assim, tal abordagem exalta a correlação indivíduo/sociedade na busca por explicações acerca das ações individuais articuladas às ações grupais, tendo em vista que tais ações bem como pontos de vista, interesses, crenças e valores têm por orientação as dinâmicas sociais (Almeida 2009).

Influenciado pelos psicólogos sociais Piaget e Vygotsky, Doise conferiu aos determinantes sociais um papel importante ao desenvolvimento cognitivo. Por meio do método experimental, ele identificou situações de influência do contexto social no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, como no caso do “desenvolvimento social da inteligência na criança”. Em tal estudo, ficou evidente que o nível de aprendizado delas

³⁴ PALMONARI, Augusto (2009), A importância da Teoria das Representações Sociais para a Psicologia Social, in A. M. O. Almeida e Denise Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus.

geralmente aumentava na mesma proporção em que realizavam certas atividades em grupo (Almeida 2009: 719).

Porém, mediante estudos experimentais, pôde-se observar a existência do conflito sociocognitivo, o que levou Doise e Mugny a elaborarem o conceito de “marcação social”. A ideia de marcação social aplica-se à concepção de que podemos marcar certa “tarefa cognitiva” na medida em que as aceções que a orientam têm suas motivações e respostas no contexto social. “De acordo com Doise (1991a, p. 17)³⁵ três aspectos definem a concepção atual de marcação social”:

1. a marcação social define qualquer situação onde se dá uma correspondência entre as respostas que derivam das regulações sociais e as respostas que resultam da organização dos esquemas cognitivos /.../;
2. para dar lugar a um desenvolvimento cognitivo, esta correspondência deve levar o sujeito a comparar efetivamente respostas de diferentes naturezas;
3. o mecanismo pelo qual a marcação social garante a elaboração de novas respostas cognitivas é o conflito sócio-cognitivo, ou seja, é a confrontação de respostas contraditórias que pode dar lugar a novas respostas (apud Almeida 2009: 720-721).

Por essa concepção, podemos conceber que o desenvolvimento sociocognitivo de um indivíduo reflete o conteúdo cultural por ele herdado, apropriado, e o questionamento em busca de reposta acerca desse conteúdo cultural (Almeida 2009). Segundo Doise, é importante para o exame de uma situação experimental levar em conta as influências sociais que os indivíduos trazem consigo, uma vez que tais elementos apriorísticos serão responsáveis pela condução de certos pensamentos e ações pré-fabricados exteriormente:

com a TRS esboça-se uma evolução na direção de uma psicossociologia experimental, o que implica uma obrigatória e progressiva inserção do social na experimentação. Nas palavras de Doise (1982, p. 26)³⁶, para “[...] estudar a articulação entre o psicológico e o sociológico, é preciso introduzir nos modelos explicativos as variáveis pré-existentes na situação experimental [...]” (apud Almeida 2009: 723).

Doise considera que a representação desenvolvida entre grupos ocorre a partir dos julgamentos que um tece sobre o outro. Assim, acredita que, tomando os estudos a respeito do “estereótipo”, da “categorização” e da “polarização” coletiva, é possível compreender as “dinâmicas representacionais” forjadas no âmbito das relações sociais. Do mesmo modo, o

³⁵ DOISE, W. (1991), La doble dinámica social en el desarrollo cognitivo, *Anthropos – Suplementos*, n. 24, (p. 12-19).

³⁶ DOISE, W. (1982), *L'Explication en Psychologie Sociale*, Paris: P.U.F..

conteúdo das representações espelha as relações firmadas entre os grupos sociais, refletindo os interesses condicionantes da interação entre eles, ao mesmo tempo que são responsáveis pela constituição da “identidade de cada grupo” (Almeida 2009: 725).

Acerca dos estudos sobre os “processos de categorização social para além do nível intraindividual”, Doise percebe uma maior consistência dos estereótipos e da categorização social quando diz respeito a relações entre membros de uma mesma categoria social, diferente das relações fluídas pertinentes aos encontros individuais entre duas pessoas de categorias distintas, “já que nesta situação intervêm múltiplas pertencas”. Portanto, devido à sua dispersão, é mais difícil de tabulá-las (Almeida 2009: 726).

Em parceria com seus colaboradores, Clémence e Lorenzi-Cioldi, Doise propõe uma abordagem tridimensional para estudar as representações sociais, estabelecendo uma hipótese particular para cada uma das três fases. A primeira hipótese parte do pressuposto da existência de um “campo comum das representações sociais”, forjado pela assimilação de crenças e valores partilhados sobre “um dado objeto social”, entre os membros de uma mesma população. Tais representações são engendradas pela eficácia dos elementos de comunicação, responsáveis pela divulgação e inculcação de referências genéricas dentre os membros de um mesmo grupo social. A segunda hipótese visa reconhecer os “princípios organizadores das variações individuais”. Dessa forma, leva em consideração a qualidade das diferenças *sui generis* acerca dos posicionamentos individuais “em relação a um dado objeto social de representação”. A intenção é compreender os motivos que levam os indivíduos a interagirem de maneira particular com “esses objetos de representações”. A terceira hipótese parte da análise das representações sociais mediante a “ancoragem das diferenças individuais”. Assim,

a terceira hipótese considera que as RS, além de exprimirem um consenso entre indivíduos, marcado por certas modulações ou oposições individuais, são também caracterizadas por ancoragens das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas. Elas se explicitam nas hierarquias de valores, nas percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro, em função de sua pertença e posição (Almeida 2009: 728).

Enfim, acredito que a complexidade que envolve a teoria da representação social proporciona uma rica contribuição aos estudos da masculinidade, sexualidade e do gênero, servindo como suporte teórico para um maior entendimento dos sentimentos, pensamentos, ações e condutas dos sujeitos sociais, das relações travadas entre eles bem como da sua interação com os objetos e o meio social em que estão inseridos. Com efeito, esta teoria

possibilita a desconstrução das cristalizações engendradas pelo senso comum, fazendo-se esclarecer os processos sóciocognitivos de significação e fixação dos referenciais culturais e simbólicos que classificam e ordenam os valores e práticas sociais que se sustentam e se afirmam historicamente como realidade natural.

2. A abordagem metodológica

O trabalho de campo teve como proposta um estudo etnográfico, no qual foi feito uso de uma metodologia múltipla, buscando, assim, escapar dos perigos de um engessamento metodológico circunscrito a uma única ferramenta de investigação (Ribeiro 2010, Silva 1998).

Dentre as técnicas metodológicas utilizadas, destacam-se as entrevistas do tipo semiestruturado. A princípio, partimos de entrevistas não diretivas, técnica que busca retirar do próprio discurso do entrevistado o embasamento necessário para sua contínua arguição, dirimindo as possibilidades de condução tendenciosa, mesmo inconsciente, porém, normal, do entrevistador. No entanto, foi elaborado um guião semiestruturado como suporte para possíveis dificuldades com a arguição dos entrevistados, tendo em vista que a relação de interlocução entre entrevistador e entrevistado nem sempre é clara e aberta em seu desenvolvimento, pois, como sugere Jodelet (Sá 1998), o mais importante está na realização de boas perguntas. Tal proposta possibilita-nos extrair o que chamamos de “não dito”³⁷ do discurso, aquilo que para Jodelet constitui o conteúdo principal da representação (Sá 1998).

Apesar de muitos autores considerarem que entre o método e a técnica não existe, muitas vezes, uma delimitação precisa, podemos inferir que o método é o sistema intelectual que organiza as diversas técnicas. Segundo Costa (1986: 129), “um método é uma estratégia integrada de pesquisa que ‘organiza criticamente as práticas de investigação’³⁸, incidindo nomeadamente sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação”.

³⁷ O “não dito” do discurso é aquela significativa parcela deste não percebida, muitas vezes, nem por aquele que o emite, surgindo de forma subliminar e altamente significativa para o entendimento das representações que o permeiam, tendo em vista que mascara um sentimento ou intenção não dizíveis, não aceitáveis ou não percebidos. Tais elementos buscam determinar que representações se redefinam, hoje, no imaginário social desses homens e como eles encaram tais mudanças, tanto no âmbito prático quanto no teórico.

³⁸ João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1976, p. 80.

Outra técnica utilizada foi a da observação participante, cuja proposta é possibilitar ao pesquisador enxergar o social institucionalizado no corpo dos observados, através do discurso, das atitudes ou dos gestos. Conforme Almeida, a observação participante “permite *ver* o social incorporado em e agido por indivíduos, assim como permite *ver* estes agindo sobre o social” (1995: 14).

É comum confundir o trabalho de campo com a observação participante em si. Propondo uma distinção entre o método e a técnica, Iturra (1986) esclarece:

Dos dois, a observação participante é o envolvimento que despe o investigador do seu conhecimento cultural próprio, enquanto veste o do grupo investigado; é o exercício que tenta passar o etnocentrismo cultural espontâneo com que cada ser humano define o seu estar na vida. O trabalho de campo é o processo de procurar o conhecimento através de vários outros procedimentos, entre os quais está a observação participante (149).

O fato de se pretender investigar um determinado grupo que possui características e procedimentos culturais, em algum nível ou aspecto, diferentes da realidade social do pesquisador, sugere a necessidade de um maior aprofundamento no terreno, espaço sociogeográfico onde as tramas inter-relacionais se desenvolvem:

uma das vertentes da pesquisa de terreno é o processo de *familiarização* do investigador com o contexto social que pretende estudar. Mesmo nas nossas próprias sociedades, com a diversidade que as caracteriza, a maior parte desses contextos não nos são familiares quanto mais cientificamente conhecidos. A presença prolongada do investigador no terreno, a multiplicidade de dimensões do social que aí observa, o confronto sistemático entre, por um lado, a visão do mundo e da sociedade dos actores sociais locais, obtida através de vários tipos de depoimento verbais, e por outro, os dados obtidos por observação directa e participante – são procedimentos de pesquisa que permitem descodificar o significado de uma variedade de objectos e de símbolos, de acontecimentos e situações, de arranjos espaciais e de ritmos, de comportamento e de estratégias, de declarações e de silêncios, de estilos de agir e de maneiras de pensar (Costa 1986: 147-148).

Desse modo, a técnica de observação participante possibilita ao pesquisador adquirir conhecimentos aprofundados sobre a realidade social em estudo, os quais somente a experiência e a vivência cotidiana poderiam permitir-lhe, mesmo dentre determinados grupos e contextos sociais que se lhe apresentam aparentemente familiares, mas que lhe revelam particularidades muitas vezes impensáveis e, por isso mesmo, imprescindíveis à compreensão crítica de certo contexto. Com efeito, tal técnica proporciona ao trabalho de campo a

possibilidade de enxergar os atores através da realidade social por eles representada, como esclarece Ribeiro (2010: 47): “o trabalho de campo é inseparável dos lugares onde se leva a cabo a observação e o diálogo com os actores sociais. A vida social desenrola-se em lugares concretos, em relação com os objectos e todos os demais elementos que compõem o espaço físico”. Nesse aspecto, Martins acresce:

Não significa isto que a identidade seja redutível a formas espaciais. A identidade convoca também a permanência no tempo, como no caso da sociedade rural, ou projecta-se no futuro, como acontece na sociedade urbana. O que se pretende dizer é que a identidade coletiva se cumpre sempre num espaço (Martins 1996: 22).

Destarte, não podemos conceber as representações que povoam e marcam determinadamente a identidade social dos informantes dissociando-as de sua realidade física, seja natural, seja sociocultural:

podem interpretar-se as representações sociais como as estruturas subjacentes do discurso social, ainda que nenhum dos que participam nos eventos necessita ser consciente da representação em forma individual [...] As representações sociais são unidades bastante dinâmicas de eventos discursivos, mais que entidades estáticas em mentes individuais (Mecha e Wagner 2003: 41).

Tais representações constituem-se concretamente nos artefatos resultantes das interações dos indivíduos com seu ambiente social.

Como instrumento auxiliar do trabalho empírico, faz-se mister destacar o uso sistemático do “diário de campo”, ferramenta importante de registro das mais variadas informações colhidas no campo de pesquisa. Costa acentua a importância vital desse instrumento de pesquisa, tendo em vista que:

regista, diária e sistematicamente: (a) observações e informações, (b) reflexões teóricas e metodológicas, (c) impressões e estado de espírito. Neste “diário de campo” – incluindo remissões a fichas temáticas e a todo tipo de anexos – tem a preocupação de distinguir claramente cada um daqueles três tipos de registo. Na anotação da informação substantiva distingue ainda observações pessoalmente realizadas, informações prestadas por outras pessoas e enunciados verbais dos actores sociais em estudo, procurando transcrever estes últimos tão à letra quanto possível. Por vezes utiliza também – com a devida atenção às circunstâncias e aos efeitos que possam produzir – gravadores de som e máquinas fotográficas, de filmar ou de vídeo (1986: 132).

Nesse aspecto, acredito ser importante compartilhar aqui a ideia que tive de utilizar o telefone móvel como um instrumento auxiliar ao diário de campo. É compreensivo que algumas falas e/ou pontos de vista, por melhor memória que tenha o observador, sejam esquecidos em meio a diversos assuntos e diálogos expressos numa dada circunstância de investigação (daí a importância da anotação) e tendo em vista que o uso do diário de campo não se fazia presente durante a observação participante, por entender que comprometeria a espontaneidade dos depoimentos. Porém, em um momento subsequente, passei a utilizar o recurso *notas*, disponibilizado em qualquer aparelho de telefone móvel, para, de forma discreta, anotar alguns dados e/ou fatos importantes decorrentes da interação com os informantes, retomados mais a fundo, a posteriori, no diário de campo.

Tive como informantes da pesquisa um grupo de estudantes universitários de uma instituição particular de ensino superior da cidade do Natal, pertencente à faixa etária que vai dos 17 aos 33 anos. Acredito que a pesquisa entre os jovens traz um aspecto importante, por ser a juventude um período da vida em que os indivíduos passam por um processo conflituoso de (re)afirmação e/ou confronto das representações sociais, que vão se articulando em torno dos papéis de gênero, forjadas por valores éticos e princípios morais de sua sociedade.

A escolha do Uni-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte) como lócus de pesquisa deve-se ao fato de que sou professor da referida instituição, o que facilitou sobremaneira a aceitação da minha presença no universo da pesquisa, bem como o acesso e o estabelecimento de laços de confiança com os entrevistados. No entanto, como esclarece Ribeiro (2010: 43):

Ora, parece evidente que a integração não é um processo baseado na transformação, diria romântica, do investigador em nativo por via da sua longa permanência no terreno. Para além de se estar, inevitavelmente, de passagem, todos sabem, “observador” e “observados”, que não somos iguais e que a minha vida não é, apesar de transitoriamente se aproximar, a deles.

Assim, seguimos as considerações de Malinowski – no seu trabalho *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1986), hoje uma referência clássica –, nas quais nos alerta que, por mais familiar que um pesquisador possa tornar-se junto ao grupo alvo de sua pesquisa, ele nunca será visto totalmente como um deles, será sempre, pelo menos parcialmente, um corpo estranho. Porém, quanto menor possível for tal distanciamento, maiores serão as probabilidades de sucesso de seu trabalho etnográfico. No entanto, é importante ficar atento para o que alerta Iturra (1986: 155):

A primeira tendência dum investigador de campo que participa na vida da população que estuda é uma tendência espontânea para acreditar no que as pessoas lhe dizem. E isto por duas razões: uma, porque não tem de momento outro referente senão aquilo que se lhe está a dizer; outra, porque sem ouvir o que se faz, quando, como, onde e com quem, não conseguiria saber nem sequer como movimentar-se no meio da vida dos outros. A observação participante caracteriza-se como sendo uma situação dum investigador que, adulto como é, saltita desajeitadamente no meio dos que já sabem há muito tempo como orientar-se e que, idealmente, querem ajudá-lo, explicando o seu cotidiano rotineiro *ad nauseam*.

Com efeito, a ignorância empírica na qual está atrelado qualquer pesquisador que inicia um trabalho de campo o sujeita a uma condução introdutória pelos atores investigados, necessária para situar-se na identificação do terreno. Assim como uma criança já socializada e que adentra a um processo de socialização secundária (Berger e Luckmann 2002), caberá ao pesquisador, gradativamente, se desvencilhar do limite imposto pelo referencial oral, passando a confrontá-lo com as percepções experienciadas na observação participante, tornando-lhe capaz de transcender os limites determinados pelos níveis de compreensão ou possíveis interesses dos informantes. Faz-se necessário que o investigador tenha perspicácia para atinar sobre, não apenas, o que se fala, mas também sobre como se faz, sobre o que se faz e não se fala e o que se fala e não se faz, bem como sobre, simplesmente, o que não se diz, visto que o silêncio também é uma referência complexa das representações e dos códigos culturais a que os atores estão submetidos. Resumindo, é de suma importância perceber, admitir e interpretar as contradições inerentes a qualquer sistema cultural, como fator imprescindível na configuração de uma dada realidade social. Porém, na medida em que o pesquisador é, de fato, inserido ritualmente no grupo social, cumprindo seus estágios de adaptação e admissão, conduzidos por seus novos pares, poderá experimentar suas particularidades e compactuar de novas intimidades, alargando seu alcance de investigação e interpretação, resultante dos laços de confiança e amizade construídos pelo convívio social.

Noutro aspecto, como forasteiro que é, mostra-se normal que a presença do pesquisador gere transformações comportamentais e/ou intelectuais sobre o grupo social no qual se inseriu, tendo em vista o nível de importância e influência que ele pode vir a exercer sobre tal realidade. Porém, a troca de influências de parte a parte será um ponto comum em qualquer relação social, sem que necessariamente traga algum tipo de prejuízo a uma das partes. De todo modo, cabe ao investigador identificar, compreender e ficar atento a tais circunstâncias:

a presença do investigador no terreno introduz neste uma série de novas relações sociais. À medida que se vai prolongando, o trabalho de campo vai não só reorganizando as relações entre o observador e observados como reorganizando também, em certa medida, o próprio tecido social em análise. Na interacção social não se pode não comunicar (veja-se o poder altamente comunicante do “silêncio observador” referido) e, num quadro social qualquer, não se pode igualmente deixar de se estabelecer relações sociais. A questão não está, pois, em supostamente evitar a interferência, mas em tê-la em consideração, controlá-la e objetivá-la, tanto quanto isso for possível (Costa 1986:135).

É importante ressaltar que o trabalho etnográfico não se limitou à observação participante no âmbito da universidade, realizando-se no acompanhamento de grupos variados nos seus momentos de lazer e encontros fortuitos nos diversos espaços do centro universitário. Assim, sigo na esteira de Silva, quando esclarece:

Creio que os estilos de vida deverão ser vistos como sinais visíveis, externos, de classe ou como ocasião (*enjeu*) de (re)classificações sociais que, a partir das formas de consumo e lazer, traduzem (ou aparentam traduzir) as pertenças e as referências de classe (2009:102).

Porém, decidi que seria prudente que não restringisse o meu grupo de investigação, mas que elegeisse um grupo específico para um acompanhamento mais rotineiro, que pudesse criar um vínculo de confiança e intimidade, possibilitando um maior aprofundamento da pesquisa. Sobre a constituição de informantes privilegiados, infere Costa (1986: 139):

É usual na pesquisa de terreno cultivar-se um relacionamento mais frequente e mais intenso com algumas pessoas. O objectivo é múltiplo. Em primeiro lugar, é um imperativo prático da inserção no tecido social local. Em segundo lugar, procura-se observar sistematicamente os respectivos quadros de vida e comportamentos, procura-se conservar com elas regularmente e procura-se ainda observar com pormenor as sequências por que passam os processos de relacionamento delas com o investigador. Este acompanhamento próximo possibilita observar a multiplicidade de facetas das redes de relações em que estão inseridos, das práticas do cotidiano, das estratégias de vida, dos quadros de representações sociais respectivos. Em terceiro lugar, são permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele se vão passando.

Além de uma diversidade etária, o Uni-RN apresenta-nos uma considerável heterogeneidade socioeconômica, que reúne discentes de famílias abastadas, da classe média e de uma classe mais popular, cujo ingresso ao ensino superior só foi possível devido a um

programa do Governo Federal (Prouni), que facilita o seu acesso e continuidade³⁹. A minha ideia inicial era que eu pudesse reunir um grupo consideravelmente heterogêneo, porém, o quadro que se foi desenhando ao longo da arregimentação dos informantes mostrou-se justamente o contrário, concentrando-se fortemente num grupo homogêneo de jovens, na sua maioria, pertencente a uma elite conservadora, socioeconomicamente dividida entre as classes média e alta da cidade do Natal (perfil majoritário dos estudantes do curso de direito dessa instituição de ensino)⁴⁰. Assim sendo, percebi aos poucos não se tratar de uma pesquisa que pudesse representar um contingente múltiplo de jovens natalenses, mas que, sobretudo, se trata de um estudo etnográfico acerca de um grupo particular de jovens que reflete as representações advindas de uma origem social relativamente semelhante, afluyente e conservadora.

Nesse aspecto, elegemos o fator socioeconômico como um a priori teórico, por considerá-lo um dos elementos de ancoragem das representações de gênero, tendo em vista que expressa a percepção dos agentes sociais quanto a valores, regras e posições ocupadas por cada um dos atores no campo social. Por exemplo, a concepção conservadora do *pater familias*, do homem como único e essencial provedor da casa ou, por outro lado, a visão moderna sobre a participação feminina na divisão das responsabilidades e obrigações econômicas no sustento dos filhos, do lar. Sobre esse aspecto, esclarece-nos Grossi (2008: 16):

É com o advento da Revolução Industrial que se consolida, no século XIX, essa separação que seria a política e o trabalho associados ao plano masculino, em oposição ao complementar, que aqui seria o lar, o doméstico, coisas do feminino. A gente sabe que este modelo que vai localizar o homem na rua e a mulher dentro de casa é algo que só vai servir a uma classe social, a burguesia. Isto nunca aconteceu e só existe como modelo ideal para as classes trabalhadoras, porque o século industrial é o

³⁹ Acerca dos conceitos de classes, vejamos o que nos diz Silva (2009: 48): “Segundo Marx (‘O capital’, 1974) e Marx e Engels (‘O manifesto do partido comunista’, 1998) e, posteriormente Lenine (‘The Essentials of Lenin’, 1947), classe social é constituída pelo conjunto de agentes ou actores sociais que ocupam uma posição comum perante os meios de produção num determinado modo de produção, o que, no caso do sistema capitalista, coloca em campos antagónicos e cava contradições irreconciliáveis entre a classe dos trabalhadores assalariados que apenas dispõem e vendem a sua força de trabalho e a dos que controlam os meios de produção e se apropriam da mais-valia produzida por aqueles”. No entanto, para esse autor, a concepção weberiana de classes sociais é ainda mais ampla do que a marxista: “Em primeiro lugar, classe social define-se prioritariamente em relação à esfera económica, mas esta não se restringe ao lugar ocupado na produção, relevando também a própria esfera da distribuição e circulação nos mercados, apresentando, nesta óptica, um conceito mais amplo que o marxista. Segundo Weber (‘Economy and society’, 1978: 302), a classe é construída relacionalmente pelo conjunto de actores que estão colocados em idêntica ou similar situação típica em termos de acesso e controlo de recursos disponíveis (*assets*), não só no concernente aos diversos tipos de mercado, mas também em relação aos diversos tipos de recursos, incluindo os processos produtivos” (Silva 2009: 62). Buscando enriquecer tal abordagem, Silva nos apresenta a visão bourdieusiana: “A este respeito Bourdieu (1979, 1980), aceitando o pressuposto da determinação objectiva, rejeita contudo a concepção substancialista de classe, bem como o reducionismo economicista na tradicional e então predominante visão marxista, mostrando como os espaços sociais e, em particular, a estrutura de classes não são estáticos mas vão sofrendo processos de transformação não só tecnológico-económica mas de recomposição sociopolítica devido aos processos de reclassificação social, em termos colectivos e individuais” (2009: 98).

⁴⁰ Sobre essas classificações, esclarece-nos Silva (2009: 88): “as classificações gradacionais de estratos, profissões ou ‘classes’ identificadas como altas, médias ou baixas são vistas como simples agregados donde não se destilam as causas e as relações entre elas. Por seu turno, os desempenhos que são apontados como base das recompensas diferenciadas dependem justamente dos estatutos, cuja definição e importância é dada pelas próprias elites dominantes, redundando num raciocínio circular e legitimador do *statu quo*”.

século onde mulheres e crianças das classes trabalhadoras trabalham até 16 horas por dia nas fábricas, nas minas – elas até dormiam nas fábricas –, e uma das grandes conquistas do movimento sindical é a redução do tempo de trabalho para 40 horas semanais, que hoje na Europa, por exemplo, já são 35 horas. Então o processo que a gente vai ver é um modelo burguês, que mostra que o homem é um homem de posses, quando a mulher não precisa trabalhar, e o homem que é o provedor, que tem dinheiro e etc.

Em relação ao número de entrevistados, escolhemos adotar o critério da *saturação*, no qual não é estabelecido um número limite, portanto, tal limitação se apresenta na medida em que as informações vão se repetindo, demonstrando pouco acréscimo significativo de conteúdo (Sá 1998). Foram feitas 20 entrevistas formais, além das conversas informais registradas no diário de campo, fruto do trabalho de observação participante.

Buscamos uma reflexão e análise das relações de gênero da nossa contemporaneidade, observando os paradigmas antepostos e o momento de redefinição destes (McInnes 2002), principalmente no que diz respeito ao gênero masculino, direcionando aos estudos atuais acerca de tal problemática ao Brasil e à cidade do Natal, meu universo de investigação.

Associando o referencial teórico à coleta dos dados do campo, procuramos, através de uma análise crítica das representações, perceber até que ponto e em que nível as redefinições paradigmáticas do gênero masculino, na atualidade, afetam e são percebidas pelos nossos entrevistados e quais rumos tendem a tomar. A investigação pretende expor, de maneira consistente e desafiadora, as problemáticas que permeiam o gênero masculino, sem perder de vista a referência do feminino, por tratar-se de um mesmo determinante sociocultural (Almeida 1995).

Reitero aqui a importância desta pesquisa, por se tratar de um objeto que vem sendo gradativamente explorado no campo científico. Diferente da visibilidade que sempre tomaram os estudos acerca da sexualidade feminina, inclusive como um de seus importantes meios de controle (Foucault 1999), a sexualidade masculina vem sendo reflexivamente discutida há apenas quatro décadas, o que denota a dificuldade histórica que permeia a exposição crítica em torno desta.⁴¹

⁴¹ Pude constatar tal problemática ao desenvolver uma pesquisa sobre as *representações do cliente da prostituta* (Freire 1997). Um dos exemplos cabais a esse respeito trata do termo para designar o cliente (prostituinte). O fato de não haver um termo representativo que o definisse – uma vez que o prostituidor refere-se àquele que promove o ato de prostituir e lucra economicamente com esse mercado (denominado de cafetão ou agenciador) e o prostituto é aquele que se prostitui, o correspondente à prostituta (mulher que vende o seu corpo economicamente) – como parceiro da mulher no ato de ela se prostituir (visto que o cliente aparecia como um mero coadjuvante, como se assim realmente o fosse), expõe uma demarcada invisibilidade que denota o quão complexo apresenta-se o universo que compõe a sexualidade masculina e o quão enriquecedor apresenta-se a tarefa de desvendá-lo.

3. O grupo investigado: caracterização

O grupo investigado possui um perfil socioeconômico bastante homogêneo: residentes das zonas Sul e Leste da cidade do Natal, regiões de maior rendimento nominal médio mensal por área geográfica, constituindo-se nos espaços de maior concentração das classes alta e média da cidade⁴² :

os espaços Superiores, que representam as áreas do Parque das Dunas-Capim Macio, Petrópolis-Tirol e Candelária, são caracterizados por concentrarem significativamente a “Elite Dirigente”. Cerca de 54% dos grandes empregadores estão localizados nessas AEDs⁴³, havendo também a participação dos Dirigentes do Setor Privado (30%). Outra categoria que apresenta forte peso na ocupação desses espaços são as responsáveis pela “Elite Intelectual”, as quais concentram cerca de 36% dos profissionais Autônomos de Nível Superior, 37% dos Profissionais Empregados de Nível Superior, 42% dos profissionais Estatutários de Nível Superior e 30% dos Professores de Nível Superior (Clementino e Pessoa 2009: 95-96).

⁴² Dados da Secretaria de Turismo da Prefeitura da cidade do Natal (<<http://turismo.natal.rn.gov.br/negocios.php>>).

⁴³ AED = Área de Expansão Demográfica.

RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL POR ÁREA GEOGRÁFICA



Figura 1. Mapa de rendimento nominal médio mensal por área geográfica

Dentre os bairros que compõem tais zonas, caracterizam-se como de maior representatividade entre os entrevistados⁴⁴: Tirol, Petrópolis, Barro vermelho (Leste), Lagoa Nova e Ponta Negra (Sul).

⁴⁴ A maioria dos entrevistados vive em casa própria.

NATAL - REGIÃO ADMINISTRATIVA LESTE

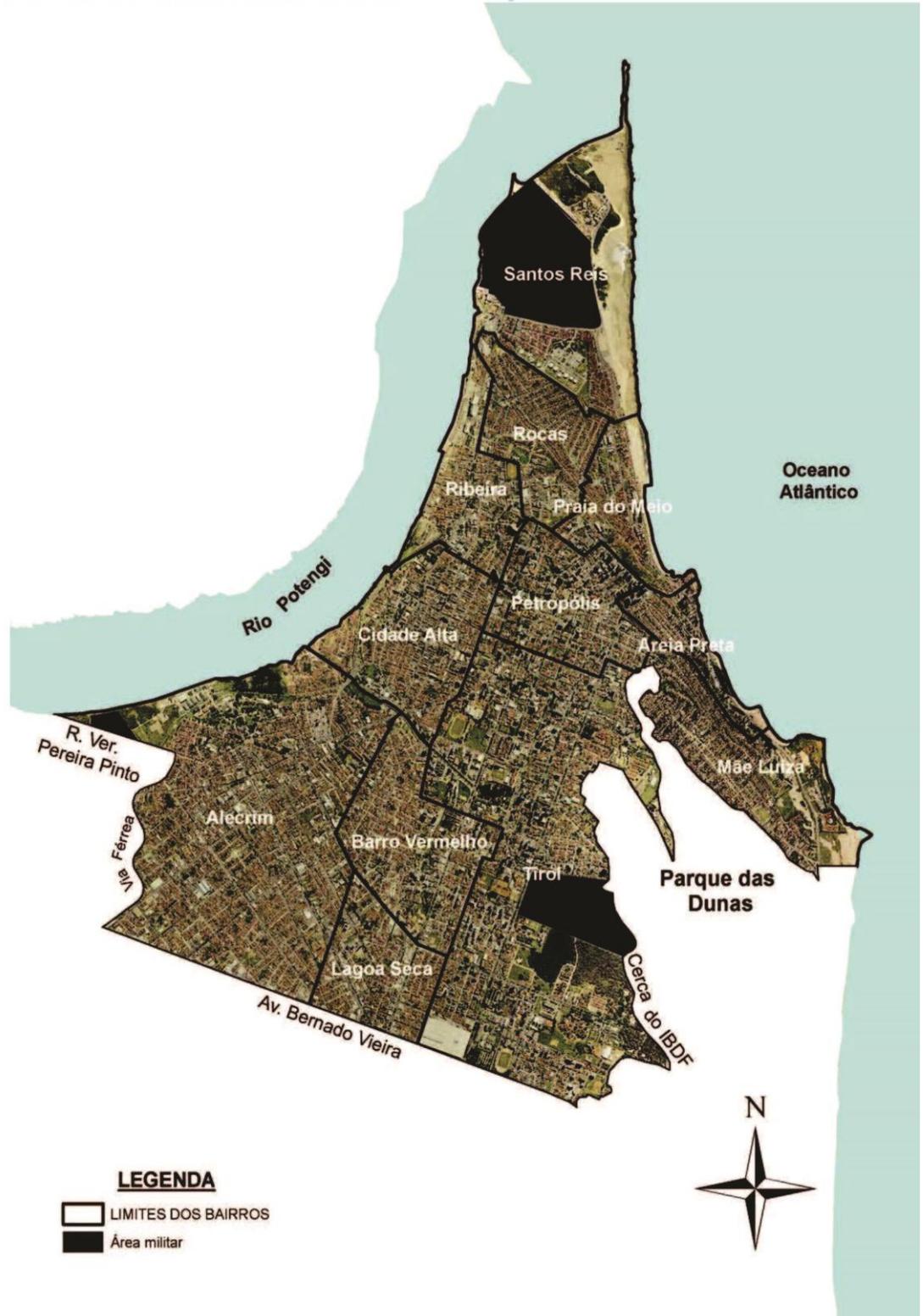


Figura 2. Natal/região administrativa Leste

NATAL - REGIÃO ADMINISTRATIVA SUL



Figura 3. Natal/região administrativa Sul

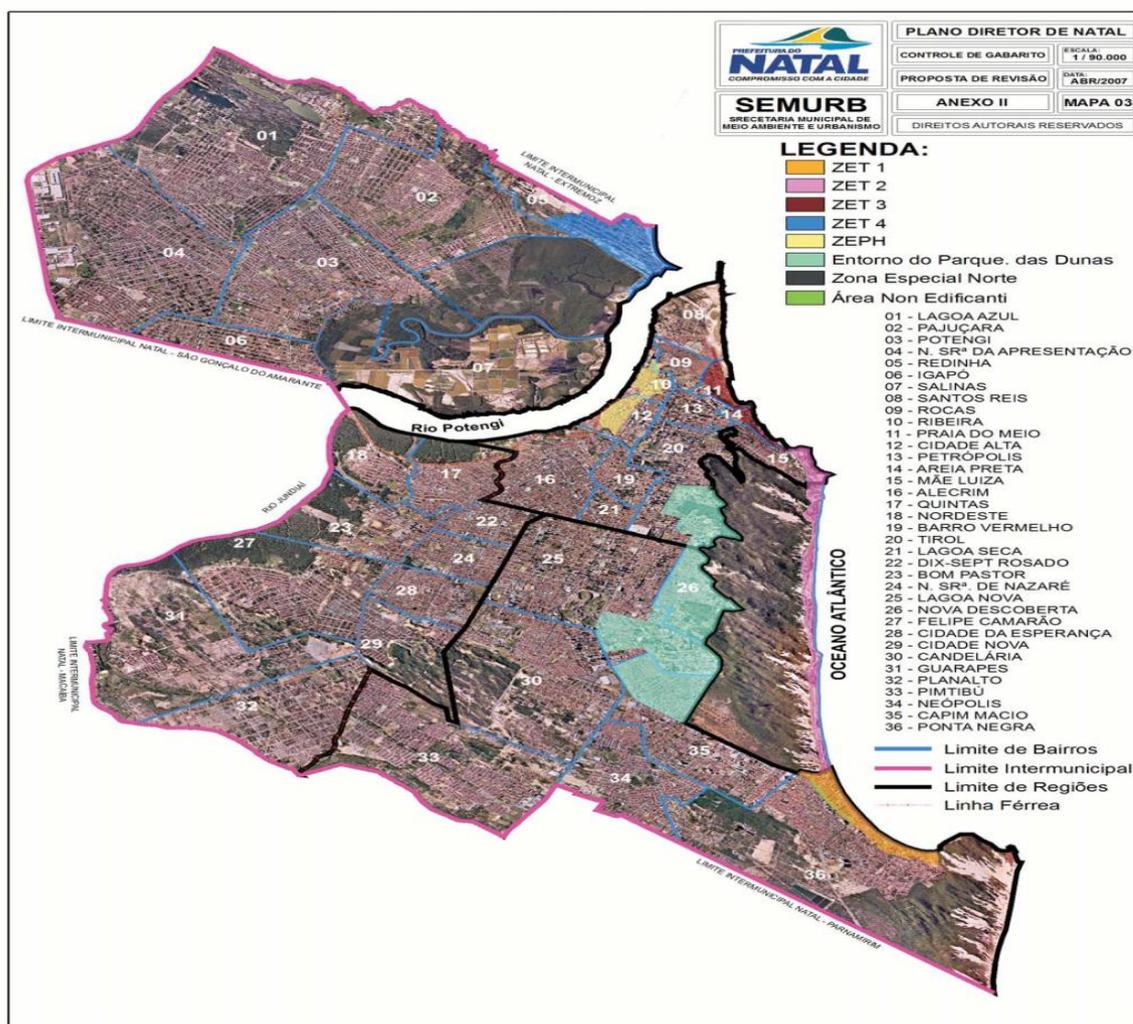


Figura 4. Mapa do plano diretor da cidade do Natal

A maior parte dos entrevistados, cerca de 70%, é de jovens entre 17 e 20 anos (e 1/3 entre 25 e 33 anos), filhos de pais relativamente jovens, a maioria pertencente à casa dos 40 anos. Os quadros que se seguem são resultados de um questionário de entrevista aplicado por mim e respondido pelos informantes.

Entrevistado n° 1	18 anos
Entrevistado n° 2	20 anos
Entrevistado n° 3	19 anos
Entrevistado n° 4	19 anos
Entrevistado n° 5	17 anos
Entrevistado n° 6	19 anos

Entrevistado nº 7	19 anos
Entrevistado nº 8	19 anos
Entrevistado nº 9	18 anos
Entrevistado nº 10	25 anos
Entrevistado nº 11	28 anos
Entrevistado nº 12	18 anos
Entrevistado nº 13	31 anos
Entrevistado nº 14	23 anos
Entrevistado nº 15	33 anos
Entrevistado nº 16	27 anos
Entrevistado nº 17	28 anos
Entrevistado nº 18	27 anos
Entrevistado nº 19	32 anos
Entrevistado nº 20	30 anos

Quadro 1. Idade dos entrevistados

Os pais, majoritariamente, são profissionais liberais (médico, advogado, engenheiro, comerciante) e a metade deles possui nível escolar superior. Já as mães dividem-se, quase unanimemente, entre donas de casa e funcionárias públicas, sendo 2/3 delas possuidoras de nível escolar superior, inclusive algumas são donas de casa que não exercem a profissão. Esse dado apresenta-se como um referencial da força em que ainda se subscreve o papel da mulher cuidadora (Wall 2010), a partir do qual ser mãe está acima de ser mulher, profissional, autônoma. Nessa esteira, acrescenta Aboim (2010a: 63):

em primeiro lugar, os valores maternalistas, largamente partilhados por homens e por mulheres, constituem peça fundamental no esquema da desigualdade. Continua afinal a ser o emprego feminino a estar em causa quando existem filhos pequenos e é à mulher que se reserva ambiguidade de funções, ora no seu papel de mãe e dona de casa, ora como indivíduo independente e ganha-pão. A transversal afirmação da participação masculina na esfera doméstica não anula, portanto, os dilemas normativos colocados ao feminino.

Idade do pai	Entre 45 e 50 anos.
Idade da mãe	Entre 42 e 49 anos.
Bairro residencial onde moram	A maioria divide-se entre as regiões Sul (Ponta Negra e Lagoa Nova) e Leste (Petrópolis, Tirol e

	Barro Vermelho). Grande parte possui casa própria.
Profissão do pai	A maioria é composta por profissionais liberais (médico, engenheiro, advogado e comerciantes), e são trabalhadores ativos. A maior parte deles possui renda mensal superior a 6 salários mínimos (valor do salário mínimo: R\$ 724,00).
Profissão da mãe	Dividem-se em sua maioria em: donas de casa e funcionárias públicas (a metade não trabalha fora); dentre as que trabalham, a metade tem renda superior a 6 salários mínimos.
Grau de instrução do pai	A metade tem curso superior.
Grau de instrução da mãe	A maioria tem curso superior.
Automóvel	A maioria dos pais possui carro, a metade possui carro de luxo.
Cidade de trabalho	A metade dos pais (que trabalham) trabalha em Natal, a outra metade atua nas cidades do interior do estado.
Situação conjugal dos pais	Todos são casados.
Número de filhos	A maioria tem de 2 a 3 filhos.
Naturalidade dos pais	A maioria do interior do estado.
Nacionalidade dos pais	Todos brasileiros.
Religião do pai	Apenas 2 não seguem nenhuma religião, os demais são católicos.
Religião da mãe	Apenas 1 não segue nenhuma religião, as demais são católicas.

Quadro 2. Perfil socioeconômico dos entrevistados

A metade das famílias possui renda mensal superior a seis salários mínimos (cerca de 4.068,00 reais ou cerca de 1.600,00 euros), e tanto os pais quanto as mães têm o seu carro próprio, assim como os próprios informantes, que, apesar de a maioria não trabalhar, já possui um bem ainda inacessível a muitos brasileiros. Outra característica comum diz respeito à situação conjugal dos pais dos informantes: todos se mantêm casados e possuem entre 2 e 3 filhos. Naturais do interior do estado do Rio Grande do Norte, em sua maioria, residem em Natal há muitos anos, e se dizem fiéis à religião católica.

Idade	Dos 26 aos 33 anos.
Bairro residencial onde mora	A maioria reside na zona Sul (Candelária, Neópolis e Cidade Satélite); a metade possui casa própria.
Grau de instrução	A metade possui nível superior.
Profissão	A maioria é profissional liberal (administrador, publicitário, técnico em informática etc.); todos estão empregados.
Rendimento mensal	A metade possui renda mensal entre 3 e 6 salários mínimos (valor do salário mínimo hoje: R\$ 678,00).
Automóvel	Apenas um não possui.
Cidade onde trabalha	Com uma única exceção (Parnamirim), todos trabalham em Natal.
Situação conjugal	A metade é casada, porém, nenhum tem filho.
Naturalidade	3 natalenses, 2 de outras capitais do Nordeste, 1 do Sudeste e 1 do Centro-Oeste.
Nacionalidade	Todos brasileiros.
Religião	3 católicos, 2 evangélicos e 2 não têm religião.

Quadro 3. Perfil socioeconômico dos entrevistados independentes (7 dos 20)

Em suma, podem-se perceber semelhanças evidentes na maioria dos informantes: origem socioeconômica, advindos de famílias de classes média e alta da sociedade natalense, assentadas em valores burgueses e visão sociocultural conservadora, moldada por princípios da moral judaico-cristã, principalmente destacados nos pontos de vista expressos na maioria das questões que envolvem as discussões acerca das relações de gênero e da sexualidade, retratadas e discutidas ao longo desta pesquisa.

4. Os lugares de acção

Os lugares se exprimem como realidade objetiva, onde as vivências sociais se desenrolam e contemplam as relações que os atores sociais experimentam. Portanto, os espaços visitados e observados pelo pesquisador ganham força nas interpretações das tramas e ações desencadeadas pelos sujeitos investigados. Assim, podemos considerar que,

em suma, as atividades humanas são sempre situadas, quer dizer, estão social e fisicamente ancoradas aos lugares onde se vive e aos que se visitam. Os ruídos da cidade, os sons do campo, os objetos e as pessoas que nos rodeiam ou que nos podem contactar fisicamente acentuam a relação humana com o lugar (Ribeiro, Portela e Gerry 2009: 4).

Em primeiro lugar, vale destacar que os espaços frequentados têm por característica um público socioeconômico de classe média e alta que compõe as zonas Leste e Sul da cidade, com algumas raras exceções, como o *Six Bar*, que, apesar de localizar-se próximo do Uni-RN, em Petrópolis, bairro de classe média e alta (zona Leste), onde reside boa parte da elite política e econômica da cidade, possui estrutura física simples e conta com um público socioeconômico modesto, cuja frequência de mulheres é muito pequena.

O *Six Bar* é constituído por um prédio pequeno com uma janela larga na frente – onde funciona o caixa e também podem ser feitos os pedidos –, um portão que dá acesso a um pequeno vão no qual ficam instaladas três mesas com quatro cadeiras cada e uma televisão, utilizada para as transmissões dos jogos de futebol, como também um minúsculo banheiro, com capacidade somente para uma pessoa por vez. O restante das mesas e cadeiras fica distribuído pela calçada na frente do bar. No total, são geralmente de 6 a 8 mesas com quatro cadeiras cada. Abaixo da calçada, já tomando um pedaço da rua, é comum ao Gérson (dono do bar) armar uma pequena churrasqueira para assar os seus espetinhos de carne de vaca, frango, coração de galinha e linguiça. No interior do bar, de acesso limitado aos clientes (tendo em vista que nesse local também funciona a residência da família), encontra-se a cozinha, cujos petiscos servidos contam com pastéis fritos, paçoca de feijão verde, filé com fritas, dentre outros.



Figura 5. Informantes numa “mesa-redonda”, no Six Bar, após uma partida de futsal

O espaço de observação participante mais frequentemente utilizado por mim foi o ginásio de esportes do Uni-RN. Considerado por muitos frequentadores como um dos melhores da cidade, é composto por uma quadra de esporte de dimensões oficiais para jogos de voleibol, basquetebol e futsal, amplas arquibancadas e banheiros masculinos e femininos.



Figura 6. Ginásio de esportes Integração (Uni-RN), momento da “pela”

A partir do dia 20 de agosto de 2011, passei a organizar um jogo de futsal sob a proposta de ter continuidade por todos os sábados em diante, das 15h00 às 17h00. Foram convidados os alunos de três turmas do 1º ano de Direito do Uni-RN. Minha estratégia foi construir um espaço de interação entre nós e, assim, criar um vínculo que pudesse possibilitar uma maior intimidade e segurança dos alunos quanto a nossa relação.

Pensando em ampliar o momento de socialização propiciado pelo futebol, adotei uma estratégia complementar: criar um espaço de confraternização pós-jogo para discutirmos assuntos referentes tanto às partidas jogadas (hábito comum, na nossa cultura, entre os torcedores de futebol) quanto a assuntos variados (de preferência aqueles que envolvessem representações acerca do gênero e da sexualidade). Tal espaço seria um bar da conveniência dos alunos (considerado, culturalmente, por um bom número de homens, como ambiente ideal para essa finalidade) no qual pudéssemos beber e petiscar qualquer coisa enquanto conversávamos. Tal espaço/momento foi denominado por mim de *mesa-redonda*.⁴⁵

⁴⁵ Em alusão a um espaço para discussão e debate de temas variados.

É oportuno destacar que deixei a escolha do lugar a critério dos participantes, os quais optaram pelo *Six Bar*. Inicialmente, achei a escolha intrigante, tendo em vista que não é o tipo de espaço social que eles costumam frequentar, porém logo percebi a verdadeira motivação. Quando indagados, em certo momento, sobre o porquê de não variarmos de local, de não irmos para outro lugar, responderam que ali seria ideal, visto que podiam “ficar e falar à vontade, sem frescuras”, o que pode ser lido como uma estratégia para manter um *status* social de classe garantido pela manutenção de uma aparência burguesa, regada a bons perfumes e uso de roupas de grife, o qual poderia cair por terra na medida em que se expusessem em determinados lugares costumeiramente por eles frequentados e próprios da elite socioeconômica (da qual fazem parte ou apenas se relacionam) apresentando aparência desleixada, evidenciada pelas roupas simples e suadas do futebol e, até mesmo, pelo cheiro de suor exalado. Nesse caso, poderiam facilmente ser classificados de maneira inferior a outros rapazes que estivessem presentes.

Um dos espaços sociais mais utilizados por mim, além do ginásio de esportes do Uni-RN e do *Six Bar*, foi a *praça de alimentação*⁴⁶ do Uni-RN, localizada no Centro de Convivência Clara Camarão, espaço de principal ponto de encontro dos estudantes no horário de intervalo das aulas. Esse centro de convivência é composto por um prédio subdividido em duas cantinas, uma pequena loja de material esportivo e papelaria, uma livraria, a prefeitura da universidade, uma sala de monitoramento das câmeras espalhadas pela universidade, uma copiadora, um escritório de contabilidade, no qual os alunos retiram carnês e efetuam pagamentos de mensalidades, um palco, onde são realizadas diversas atividades acadêmicas e culturais, bem como uma ampla praça de alimentação, na qual os alunos comem, conversam e estudam. Nesse espaço, pude desenvolver um trabalho de observação participante, na medida em que me sentava à mesa com os estudantes, principalmente quando se reuniam apenas entre homens. É preciso esclarecer que além da observação participante utilizei outra técnica, qual seja, a observação dita naturalista, na qual não havia qualquer interação minha direta, mas apenas a observação em vigília das ações, gestos e falas, as quais pudessem ser capturadas por mim. A tática era a seguinte: eu me direcionava até uma das cantinas (são duas, uma ao lado da outra), comprava algo para comer e ficava escorado num de seus balcões, passando a observar, um pouco a distância, todo o movimento da praça da alimentação, inclusive com o auxílio de óculos escuros, o que facilitava o alcance disfarçado dos meus olhares. No entanto, na maioria das vezes, tal vigília era interrompida devido aos convites para sentar-me junto a algum grupo de alunos.

⁴⁶ Nesse caso, o mesmo que “esplanada” em Portugal.



Figura 7. Centro de convivência Clara Camarão (Uni-RN)

Outro espaço de investigação recorrente foi o bar/restaurante *Esquina 14*, localizado em Tirol (zona Leste da cidade), bairro de classe média e alta, próximo à universidade. O bar caracteriza-se como um espaço de frequentadores oriundos da classe média e alta e compreende dois ambientes: um fechado, com ar-condicionado, e outro ao ar livre, com cobertura. O ambiente fechado conta, frequentemente, com uma banda de músicos, no entanto, no ambiente ao ar livre, mais próprio aos fumantes, há caixas de som que reproduzem as músicas tocadas pela banda ou por CD e/ou DVD de músicas.



Figura 8. Churrascaria do Arnaldo, antigo Esquina 14

É importante observar o aumento do número de mulheres na maioria dos lugares frequentados, principalmente nos bares, marca da visível e recente conquista feminina em relação ao espaço público (Amâncio 2004), cujo fator de maior relevância é a crescente feminização do ensino superior, resultante da abertura do mercado de trabalho à maior participação das mulheres, o que está relacionado com a alteração no processo de produção das sociedades capitalistas.

Além dos ambientes mencionados, variavelmente, houve confraternizações com as turmas nas áreas de lazer de condomínios e residências de alguns alunos. Assim como os demais locais frequentados, estes também se localizavam nas zonas Leste e Sul da cidade. Como é comum, o espaço onde se realizavam as confraternizações corresponde à área de lazer composta por churrasqueira, piscina, cadeiras de piscina e cadeiras e mesas de bar. Geralmente, não havia, ou havia pouco, o que comer, porém tinha sempre muita bebida (cerveja, cachaça, vodca e refrigerante), consumo muito frequente entre os jovens pesquisados e geralmente em maior excesso pelas moças.

5. Negociando relações: da desconfiança à integração

O primeiro passo para o início da pesquisa de campo foi definir o seu público-alvo. Decidi que a amostra seria composta de alunos do Uni-RN (por motivos justificados anteriormente) na faixa etária entre 17 e 33 anos.

Num segundo momento, pensei na maneira de abordá-los e explicar-lhes as razões da pesquisa e a metodologia que seria utilizada por mim, explicitando principalmente o funcionamento e os motivos da observação participante, no intuito de convencê-los de me deixarem participar de alguns de seus momentos de lazer. Desse modo, usei de minha sensibilidade para identificar alguns grupos que se mostravam mais solícitos ao meu contato e passei a abordá-los durante os intervalos das aulas, expondo a consistência desta tese e a necessidade de acompanhá-los em situações diversas, como forma de identificar as possíveis transformações e conservações acerca do gênero masculino.

Apesar de ter evidenciado uma comum admiração por parte dos alunos, devido ao fato de eu estar cursando o doutorado, bem como por este realizar-se na Europa e pelo interesse que o tema desperta, também percebi, inicialmente, certa resistência ou mesmo desconfiança por parte de alguns rapazes mais jovens (entre 17 e 23 anos), seja por sentirem-se como cobaias de um experimento desconhecido, seja por acharem incômoda a presença de um homem mais velho, que teria a idade para ser pai da maioria dos participantes, em momentos e ambientes que deveriam ser exclusivos deles.

No entanto, tendo observado que os mais jovens (17 a 23 anos), por não trabalharem, em sua maioria, poderiam me proporcionar momentos mais constantes de observação participante, compreendi que poderia investir de maneira mais efetiva na formação de um laço de amizade e confiança mais intenso entre nós. Para tanto, criei uma estratégia nesse sentido, a qual se articulou na constituição de uma atividade de lazer integradora, levando em conta nossas tradições culturais, elegi o jogo de futebol como a atividade ideal para esse fim (como já abordado anteriormente). Destarte, passei a convidar todos os alunos dos primeiros anos do turno matutino e alguns (os mais jovens) do horário noturno, todos do curso de Direito (no qual ministro as disciplinas *Introdução às Ciências Sociais* e *Sociologia Jurídica*). Devo esclarecer que essa opção de restringir a participação apenas aos alunos mais jovens deve-se a uma questão logística, visto que, como o futebol de salão a participação de 10 jogadores em quadra (por partida), a escalação de um número muito grande de participantes – para esse tipo

de atividade, o máximo corresponde a 20 jogadores – traria um desconforto geral pela demora da espera por jogar. A “pela” (como os jovens gostam de se referir, em forma de gíria, a esse tipo de jogo) foi institucionalizada em agosto de 2011, contando, variavelmente, com a participação de cerca de 10 a 20 rapazes.

6. Por dentro das entrevistas

As entrevistas foram realizadas por meio de um guião do tipo semiestruturado e sob os auspícios do método *semidiretivo*, no qual buscamos retirar do próprio discurso do entrevistado o embasamento necessário para sua contínua arguição. Assim, priorizamos favorecer a pureza das informações, dirimindo as possibilidades de uma condução tendenciosa, o que é um comportamento normal do entrevistador, mesmo quando age de modo inconsciente. Tendo em vista que consideramos impossível dissociar o pesquisador do sujeito sociopolítico, não queremos com isso, em hipótese alguma, desconsiderar a importância capital de sua imparcialidade e do comprometimento científico com a realidade social, porém reconhecemos a impossibilidade de uma neutralidade científica, pois, como afirma Ribeiro (2011: 236), “não existe ciência despida de valores e cientistas sociais rigorosamente descomprometidos com a sociedade, como reivindica o positivismo”.

Iniciei a abordagem para recrutamento dos meus informantes esclarecendo-lhes a seriedade e responsabilidade da atividade proposta. Em primeiro lugar, expliquei o teor da entrevista e como seria importante para a pesquisa que eles pudessem me conceder tais informações. Num segundo momento, procurei tranquilizá-los do sigilo das informações dadas, de que seriam usadas apenas para os fins da pesquisa e de que não haveria qualquer tipo de publicidade quanto a elas e, principalmente, nenhuma identificação dos participantes. Desse modo, comprometi-me de que todos os nomes seriam preservados, substituindo-os por pseudônimos ou simplesmente numerações (ex.: *entrevistado n° 7*).

Tendo em vista a importância dada a todas as informações, procurei “deixá-los falar” em meu texto o máximo possível, inclusive na alternância com que me utilizei de suas informações, sem privilegiar um informante em detrimento dos demais. Assim, pude extrair

um acervo qualitativo das representações de cada informante sobre cada assunto discutido: “se assumirmos que as representações são ‘sociais’, isto é, que estão além de qualquer elaboração cognitiva por parte de ‘indivíduos’, e, portanto, que é nos intercâmbios que se constroem, então, é de relevância pesquisar o discurso cotidiano” (Mecha e Wagner 2003: 32).

No intuito de preservar a qualidade das entrevistas, apresentei-lhes duas possibilidades de escolha quanto ao lugar onde elas se realizariam. A primeira opção seria na própria residência dos partícipes, desde que houvesse algum lugar em que pudéssemos gozar de privacidade, principalmente em relação aos pais ou cônjuges, devido ao fato de que muitas respostas poderiam gerar algum tipo de conflito, na medida em que se revelassem com veracidade. Vale salientar que determinadas perguntas abordam questões acerca da possível existência de experiências homossexuais vividas e/ou de relações extraconjugais, o que são, portanto, temas pouco convencionais, comumente mantidos em sigilo de pais e cônjuges, reflexo de uma sociedade calcada numa base moral conservadora. A segunda opção dizia respeito à minha residência, local em que teríamos total privacidade para aprofundarmos quaisquer informações.

Das 20 entrevistas iniciais, 7 foram realizadas dentro das casas dos participantes, sendo 2 delas em seus quartos, devido à presença de outras pessoas da família na casa que ameaçavam nossa privacidade; 2 nos salões de festa de seus condomínios (reservados para tal fim, devido à falta de privacidade que gozavam em suas casas); 5 em minha residência; 3 na própria universidade (numa sala reservada por mim); 2 nos escritórios particulares dos entrevistados; e 1 em uma praça de alimentação de um pequeno *shopping*, pouco frequentado, cuja escassa clientela não ofereceu empecilhos a nossa privacidade.

Antes de iniciar cada entrevista, reforçava acerca do sigilo e da segurança das informações dadas e chamava a atenção para o fato de que eles não eram obrigados a responder a nenhuma pergunta que porventura julgassem impertinente ou mesmo se sentissem desconfortáveis em respondê-la. Num primeiro momento, poderiam pulá-la e decidiriam no final, com mais calma, se responderiam ou não a tal pergunta (faz-se mister destacar, nesse caso, a possibilidade de extrair o “não dito” do discurso, conforme explicitado anteriormente). Busquei conscientizá-los de que não se preocupassem com o teor de suas respostas, pois não havia respostas certas ou erradas, mas apenas pontos de vista, que era o que realmente me interessava.

Outro esclarecimento necessário era que eles não se preocupassem com uma possível opinião contrária àquela dada por eles, seja de minha parte, seja por ir de encontro a algum

padrão socialmente instituído, tendo em vista que a pesquisa não era sobre mim ou sobre a sociedade como um todo, mas exatamente sobre eles; por isso, podiam ficar à vontade para exporem suas opiniões livres de qualquer preconceito ou julgamento moral. Alernei-os para que não se preocupassem em elaborar as respostas dentro de um padrão acadêmico, pois se tratava de uma conversa informal e, por isso, deveriam ficar relaxados, tranquilos, ou melhor, disse-lhes que poderiam, inclusive, fazer uso de termos chulos e palavrões, caso achassem necessário (tal posicionamento metodológico justifica-se por uma preocupação do entrevistador em extrair o máximo possível de representações, estereótipos, assim como reflexões e críticas que possam povoar o imaginário dos entrevistados).

Capítulo 2. Gênero e masculinidade: perspectivas teóricas

1. O gênero como construção social

Se sociologicamente os gêneros são compreendidos como uma construção social, aos olhos do senso comum eles se expressariam como uma noção da natureza dos sexos, que determina certas ações, crenças e sentimentos que os distinguirão. Esclarecendo tal discussão, Almeida (1995) acrescenta que “a distinção entre sexo e gênero é o ponto de partida para investigar a masculinidade”. Nessa esteira, alerta Rubin (Rubin & Butler 2003: 205): “nunca afirmei que a sexualidade e o gênero estão sempre dissociados, apenas que eles não são idênticos. Além disso, suas relações são situacionais, não universais, e devem ser analisadas em situações particulares”.

Em seu conceito sobre gênero, esclarece Grossi (1998: 5): “em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. Sobre as discussões acerca da existência de um terceiro gênero, Grossi (1998: 6) afirma que:

Gênero seria, então, um sinônimo da palavra sexo, uma vez que estou falando de feminino e masculino? E os homossexuais, homens ou mulheres, seriam outro gênero? E as/os travestis e transexuais? Existiria um terceiro gênero, um gênero que não se apoiaria sobre os dois sexos? Um gênero radicalmente diferente que não poderia ser associado a nenhum dos dois gêneros conhecidos? Não; quando falamos de sexo, referimo-nos apenas a dois sexos: homem e mulher (ou macho e fêmea, para sermos mais biológicos), dois sexos morfológicos sobre os quais “apoiamos” nossos significados do que é ser homem ou ser mulher.

Ao analisar os estudos tradicionais sobre gênero, Grossi (2008) destaca duas importantes correntes: a estruturalista e a pós-estruturalista, cujas investigações vão além da mera análise de um objeto de pesquisa, pois percebem o gênero como uma categoria complexa de análise de homens e mulheres.

A corrente estruturalista parte da análise do gênero através da “alteridade”, isto é, para concebermos a ideia da existência de um gênero presume-se a consciência da existência de outro, seu avesso, sua contrapartida, a saber: masculino e feminino. Assim, a construção da identidade de gênero ocorre mediante o reconhecimento de um modelo que se estrutura por oposição a outro. Essa identificação, por sua vez, institui-se “cognitivamente” num corpo biológico, sexuado, do “macho e da fêmea”. No entanto, a crença na dualidade dos gêneros não se traduz na percepção binária da sexualidade, podendo esta se transmutar histórica e culturalmente em inúmeros arranjos, tantos quantos relacionamentos se fizerem possíveis e necessários (Grossi 2008).

Já a corrente pós-estruturalista acredita que “o gênero se constitui pela linguagem”, pela variação de discursos. Porém, o termo discurso não se limita à expressão oral de palavras, mas a uma estrutura complexa de comunicação e “orientação do mundo”, ações cujos significados traduzem simbolicamente o que se quer exprimir, seja de forma particular ou social, seja pela oratória ou através de gestos, comportamentos ou uso de objetos significativos. Diferentemente dos estruturalistas, os pós-estruturalistas acreditam na mutação do gênero para além da sua bipartição entre macho e fêmea, fundamentando-se no surgimento de novas categorias sexuais, como os transgêneros e transexuais:

o fato de haver machos e fêmeas biológicos é só uma questão de contingência, contingência que pode ser mudada graças às novas tecnologias médicas que permitem subverter a ordem “natural” deste corpo. Operações de mudança de sexo permitem tirar ou pôr seios, fazer ou tirar um pênis, construir uma vagina, etc. Da mesma forma, operações plásticas e ingestão de hormônios podem criar caracteres sexuais, produzir homens e mulheres, mais ou menos femininos ou masculinos (Grossi 2008: 5-6).

Apesar de enxergar em tal afirmativa uma valerosa contribuição à percepção crítica da condição sexual dos indivíduos, dissociando-a de uma natureza fixa e projetada para a eternidade, alinhado com a perspectiva estruturalista no que se refere à dualidade sexual do gênero, pois, mesmo considerando a asserção acima, voltaremos sempre ao mesmo ponto de partida, visto que aquele que era homem torna-se mulher e vice-versa; assim, não se cria um sexo novo, o que ocorre é a formulação de novos arranjos sexuais, e não a elaboração de um novo ser. Com efeito, ao exigir a confecção de um novo registro de identidade, o “novo” indivíduo “apenas” mudará de um gênero para outro, não se classificando em seu registro a nomeação de um novo gênero. Como bem esclarece a corrente estruturalista: “a existência de dois gêneros não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de

feminino e de masculino, modelos que variam histórica e culturalmente, mas também que têm diferentes matizes no interior de cada cultura” (Grossi 2008: 5), conforme podemos perceber nos comportamentos hipermasculinizados de certas mulheres, bem como naqueles hiperfeminilizados de determinados homens, muito comuns dentre determinados grupos de lésbicas e gays.

Acreditando na necessidade de ampliar a discussão e compreensão sobre o gênero, a autora destaca a importância de se distinguir *papéis de gênero* de *identidade de gênero*. Sobre os *papéis de gênero*, podemos entender os comportamentos sociais padronizados, estereotipados, esperados e associados ao sexo biológico, macho e fêmea, de acordo com a visão de mundo concebida pela cultura, sendo representados historicamente de maneira particular por cada sociedade. De outra forma, a *identidade de gênero* remete a um reconhecimento individual, psicossocial, no qual os indivíduos se percebem identificados a um ordenamento sociossexual conduzido desde a sua tenra infância, levando-os a incorporar significados e comportamentos entendidos como próprios a cada sexo biológico, ou seja, macho e fêmea. Porém, a falta de identificação e o sentimento de não pertença a um ou outro modelo padronizado podem gerar um conflito ou mesmo um trauma psicológico, podendo levar o indivíduo a um comportamento pautado no distanciamento ou reclusão social e infelicidade sentimental e sexual, como acontece em certos casos de comportamento homossexual, na medida em que a homossexualidade é vista culturalmente como um desvio moral de comportamento, uma degeneração de caráter, uma doença psíquica, uma perversão (Grossi 1998).

Para Grossi (1998), a homossexualidade não pode ser vista como uma condição sexual rígida, imutável, predeterminada à natureza de alguns indivíduos, mas uma orientação conduzida por fatores socioafetivos e homoeróticos cambiáveis e mutáveis, de acordo com as predisposições dos agentes envolvidos: “não creio ser possível pensar em homossexualidade como uma condição fixa, mas sim como uma possibilidade erótica para muitos indivíduos, experiência que não configura o núcleo de identidade dos sujeitos, apenas parte de seu reconhecimento afetivo e social” (Grossi 1998: 12).

Segundo Grossi, é frequente a confusão que se faz em relação à distinção entre sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade, muitas vezes percebidos como sendo a mesma coisa. Buscando contribuir para uma distinção esclarecedora de tais categorias, a autora anota:

De uma forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos

de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (Grossi 1998: 12).

Portanto, não há como compreendermos as complexas articulações que envolvem a construção do masculino se não dissociá-lo do aspecto biológico e configurá-lo numa conjuntura social. Assim, tratamos o sexo como um referente biológico que se caracteriza através dos órgãos reprodutores do macho e da fêmea. Quanto à sexualidade, entendemos como uma construção cultural em que as formas de fazer sexual são moldadas de acordo com o grau de introjeção dos indivíduos aos valores e representações de sua cultura. Nessa esteira, conclui Weeks (2010: 20): “O mundo humano faz parte de um fenômeno complexo e não um reflexo da natureza”.

Desse modo, ela abarca não somente a relação sexual, mas todo um conjunto de relações sociais, difundidas no espaço íntimo ou privado, em que os caracteres de gênero são estereotipados dentro dos padrões de comportamentos sexuais determinados pelos valores e normas da sociedade. Seguindo essa linha de pensamento, atenta Goldenberg (2000: 15):

É inegável o crescimento e, ainda mais, o reconhecimento da produção científica sobre gênero no Brasil. Tendo sua origem nas preocupações das feministas em denunciar a opressão sofrida pelas mulheres, os estudos de gênero questionam a ideia de “natureza” feminina (e masculina) e reforçam a concepção de que as características atribuídas à mulher (e ao homem) são, na verdade, socialmente construídas. Diferencia-se, assim, o sexo (a dimensão biológica dos seres humanos) do gênero (um constructo cultural), o que é útil para mostrar que muitos comportamentos, sentimentos, desejos e emoções, vistos como partes de uma essência masculina e feminina, são produtos de determinado contexto histórica e social.

Aliás, é isso que historicamente ocorre, na cultura ocidental, com a construção da sexualidade heterossexual, que, de uma opção, se transformou em regra no interior da família monogâmica, estigmatizando qualquer outro tipo de comportamento sexual (Butler 1993). Com base nisso, os indivíduos devem corresponder aos anseios dos padrões sociossexuais de sua cultura e aos caracteres de gênero que são moldados e disciplinados conforme uma *orientação sexual*, caso contrário, serão taxados como desviantes:

com efeito, a masculinidade não constitui um atributo dos seres homens, tal como a feminilidade não é um traço das mulheres. Masculinidade e feminilidade constituem formas de pensar, dizer e fazer

socialmente construídas em diversos planos da vida em sociedade, incluindo os das relações entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres (Amâncio 2004: 10).

É nesse aspecto que podemos vislumbrar situações em que determinados homens adotam parcialmente posturas femininas e certas mulheres assumem posturas masculinas, o que é resultante do grau de interação e identificação com os padrões de gênero da sua cultura, e não um traço genuinamente natural a ambos os sexos, aliás, independente de sua orientação sexual:

portanto, não existe um modelo masculino universal que valha para todas as épocas e culturas; a masculinidade não seria uma essência ou natureza, mas uma ideologia que tende a justificar a dominação masculina, pois suas facetas apenas se transmudam para manter o poder do homem sobre a mulher (Boris 2011: 18).

Foi justamente através de um discurso de convencimento, de dominação social, que se cristalizou a concepção de uma natureza masculina superior, cuja supremacia numa ordem dos gêneros subjugou as mulheres, historicamente, a um processo de dominação social e política:

a essencialização naturalizada da sexualidade e outros fenómenos com ela relacionados viriam a ser desconstruídos por sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais, que começaram a encarar a sexualidade não apenas como um atributo ou propriedade de ordem biogenética ou psíquica, mas como um produto social ou, como diria Foucault (1994), um constructo histórico compreensível no seu contexto sócio-histórico. Mais, a diferença biológica e anatômica dos órgãos sexuais masculinos e femininos converte-se de elemento constituinte da sexualidade em justificação ideológica da dominação masculina (Silva, Machado e Silva 2002: 185).

É por esse motivo que os estudos acerca do gênero não podem limitar-se às discussões calcadas na esfera sexual, pois, por tratar-se de uma construção ideológica, abrangem aspectos sociopolíticos e históricos, expressos por conceitos, valores, atitudes, estereótipos, códigos, normas, símbolos e representações, que formam um conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução de saberes sobre pretensas verdades cristalizadas pela doxa. Nesse sentido,

a organização das categorias e a seleção dos critérios que permitem classificar os estímulos são aprendidos através dos valores de uma cultura. O estereótipo é também, nesta perspectiva, um

processo de selecção que consiste na simplificação da informação e os valores contribuem para aumentar os recursos às categorias, a fim de reduzir a ambiguidade dos estímulos. A evidência acumulada nesta perspectiva teve decerto o mérito de criar o conceito de percepção social, uma vez que estabeleceu claramente que, por um lado, a percepção da realidade não é necessariamente ‘realista’ e, por outro lado, que os erros que possam levar a uma interpretação ‘irrealista’ da realidade não são explicáveis em termos de personalidade ou desvio, mas estão intimamente ligados a processos cognitivos e culturais e são funcionais para o comportamento dos indivíduos (Amâncio 1994: 40).

Diferentemente dos papéis sociais, que são formas de agir distribuídas entre os atores sociais e cristalizadas pela doxa, os estereótipos estão inextricavelmente atrelados ao sistema cognitivo dos indivíduos, que os incorporam como um sistema de representações responsável pela leitura da realidade social, reproduzindo uma visão limitada e equivocada do contexto que pretende traduzir:

os signos hegemônicos, como vimos aqui ressaltando, fazem parte da doxa, isto é, das opiniões correntes, das crenças estabelecidas, do que é aceito como óbvio, portanto, não questionado. Por esta razão, a análise da aceitação dóxica do mundo, em razão da concordância imediata das estruturas objetivas e das estruturas cognitivas é o verdadeiro fundamento de uma teoria realista da dominação e da política (Domingos Sobrinho 2003: 67).

Analisando a questão, Mead (1971) ressalta que a sociedade cria formas determinadas de comportamentos sexuais, reprimindo seus contrários, as quais seriam “naturais” ao ser humano. Desse modo, a sociedade explica o cultural como algo que faz parte do “natural”, um modelo de comportamento preestabelecido pela natureza, o qual os seres humanos não podem contestar. Ao corroborar tal perspectiva, Chauí (1991) complementa que devemos compreender os valores, mitos e preconceitos de nossa própria sociedade e o modo como atuam na repressão da sexualidade, ao estabelecerem características que seriam “naturalmente” femininas e masculinas, estimulando e reprimindo aquelas que são contrárias.

Segundo Amâncio, se, por um lado, as diferenças físicas inscritas nos corpos de homens e mulheres evidenciam uma distinção incontestável entre os sexos, o determinismo biológico não é suficiente para que se possa compreender a grande diversidade que constitui as realidades sexuais nos mais variados contextos sociais e históricos: “foi desta constatação que surgiram os estudos sobre o género, nos anos 70. Conceito inicialmente usado para designar as formas de pensamento comum sobre os sexos e as normas de comportamento masculino e feminino que decorrem destes modos de pensar” (2004: 9).

Schouten (2011) esclarece que no final da década de 1960 surge a preocupação em se investigar as desigualdades sociais que conduziam as relações entre homens e mulheres. Tais investigações foram evoluindo gradativamente no cenário acadêmico nacional e internacional, sendo hoje um tema de grande relevância em diversas universidades de todo o mundo:

o gênero é um dos princípios organizadores mais importantes da vida social. Por gênero entendemos a especificidade de homens e mulheres sob os pontos de vista social, cultural e psicológico. Assim sendo, a sociologia do gênero estuda as relações entre homens e mulheres e as ideias que estão na sua base e/ou são criadas por essas relações (Schouten 2011: 13).

A sociologia do gênero caracteriza-se pela investigação das ideias e relações desenvolvidas por homens e mulheres, levando-se em consideração sua condição e diferença sexual. Porém, suas análises abarcam diversos níveis e setores da vida social como sexo, trabalho, família, educação, saúde, direito, religião e cultura, tornando-se então uma categoria rica e de grande complexidade para o entendimento das posições socioculturais ocupadas por ambos os sexos.

Os estudos sobre gênero trouxeram à cena uma nova perspectiva epistemológica, na medida em que as pesquisas e produções eram, por norma, masculinas, visto que, em sua maioria, as investigações tinham caráter androcentrista, eram feitas por homens e para homens, cujas reflexões e conclusões baseavam-se na vivência social masculina, em que as mulheres eram pouco ouvidas (Schouten 2011). Por isso, Schouten (2011: 9) considera: “O gênero deve ser estudado pela grande importância deste princípio na organização da vida social, mas também por ser um fator que está na raiz de muitas situações de desigualdade e injustiça”; como exemplo disso, cita-se a submissão sócio-histórica que ainda se impõe às mulheres em algumas culturas e/ou alguns terrenos culturais, pelo viés de um caráter natural incontestável. Assim, os estudos acerca das relações de gênero contribuíram com novas possibilidades de se enxergar e analisar a realidade social, superando a visão universal e androcêntrica na qual se mergulhavam os estudos científicos “até uma geração atrás”, sendo a mulher tratada como coadjuvante, mero complemento da história social na qual estava inserida (Schouten 2011: 14).

De acordo com Schouten, a institucionalização dos estudos sobre as mulheres em Portugal (preâmbulo das pesquisas sobre gênero) “iniciou-se em 1977, com a instalação da CCF, a Comissão da Condição Feminina (hoje CIG – Comissão para a Cidadania e a

Igualdade de Género), por iniciativa do governo e conforme o princípio da igualdade de direitos entre mulheres e homens, estipulado na nova constituição” (2011: 9).

A autora acredita que tal processo segue na esteira de um interesse internacional sobre a “Questão Feminina”, o que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a proclamar o ano de 1975 como “o Ano da Mulher”. Aliás, “seguiu-se a Década para as Mulheres (1976-1985), com o desenvolvimento de projectos à escala global, visando a melhoria das condições de vida e autonomia das mulheres” (Schouten 2011: 9-10).

O ano de 1985 apresenta-se como de grande relevância para os estudos sobre gênero ou sobre a condição feminina, tendo em vista a realização de dois grandes congressos: o primeiro, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), tinha como título “Mulheres em Portugal”, e o segundo, realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), intitulava-se “A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas atuais” (Schouten 2011: 10). Daí por diante, regista-se um grande crescimento das investigações e produções acerca da temática do gênero, com artigos científicos, livros, dissertações e teses publicados:

em 1991 nasceu a Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher (APEM), que desde 2000 publica a sua revista, *ex aequo*. No mesmo período foi criada, pelo departamento de História da Universidade Nova de Lisboa, a publicação *Faces de Eva*, revista dedicada aos estudos históricos sobre mulheres (Schouten 2011: 10).

Outro avanço considerável em relação aos estudos de gênero pode ser notado por meio do espaço que essa temática conquistou nos planos curriculares de vários institutos de ensino superior portugueses, como, por exemplo: inclusão, em 1990, da disciplina “Divisão Sexual do Trabalho” no curso de Mestrado em Sociologia do Trabalho do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); criação do Mestrado sobre Mulheres pela Universidade Aberta; criação do Mestrado em Estudos Feministas, no ano de 2007-2008, e depois do doutorado com a mesma denominação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); abertura, em 2004, da disciplina opcional “Gênero e Sexualidade”, pelo curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade do Minho; inclusão da disciplina optativa “Sociologia do Gênero”, em 1998, no Programa de Mestrado em Sociologia, pela Universidade da Beira Interior (UBI) (Schouten 2011: 10). Levando em consideração tal avanço, Schouten (2011) acredita que o estudo sociológico acerca das relações de gênero, além de contribuir para a reflexão e problematização da doxa e da realidade cotidiana,

colabora, através do olhar crítico e da intervenção política, para o questionamento das assimetrias de gênero e melhoramento das relações sociais.

Ao abordar as perspectivas feministas, Schouten destaca a atualidade do termo “feminismo”, cujas “interpretações” e “conotações” são múltiplas:

na segunda metade do século XIX, *féminisme* era, em França, esporadicamente utilizado em meios médicos para indicar homens com traços físicos e comportamentais considerados femininos. Mas nesse mesmo período “feminismo” assumiu, em diversas línguas e em traços gerais, o significado que ainda hoje tem e que adoptamos nestes capítulos: um “movimento de procura de compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objetivo melhorá-las e lutando por esse objetivo” (Ferreira 1988: 94). Existem muitas outras definições, algumas delas enunciadas em Nogueira (2011: 132), mas a vantagem daquela apresentada por Ferreira é a de indicar a interligação entre conhecimento e prática; trata-se de um “saber emancipatório”. Os movimentos feministas, ao nível político, social e científico, já tinham dado os primeiros passos durante o século XIX, antes do surgimento do termo (Schouten 2011: 16-17).

No entanto, Schouten demonstra preocupação com os equívocos ainda hoje cometidos acerca do termo feminista, atribuído a qualquer mulher que se destaque por alguma atividade incomum às práticas tradicionalmente concedidas às mulheres, principalmente, se tiverem um caráter convencionalmente masculino, como no caso da política ou de determinadas atividades esportistas. A autora alerta que, em alguns casos, tais mulheres, de modo contraditório, defendiam posições contrárias ao feminismo; dentre alguns pontos de vista equivocados estava a possível masculinização da mulher. Nessa perspectiva, Schouten destaca que os preconceitos quanto ao feminismo teve seu lugar comum nos Estados Unidos dos anos 1950, mas que ainda se difundem na atualidade, inclusive em Portugal, como relata o estudo realizado por Lúcia Amâncio com estudantes universitários em 1995, em que se percebia a feminista como “uma mulher horrível” (Amâncio 1998, *apud* Schouten 2011)⁴⁷.

O feminismo, portanto, suscitou uma variedade de estilos e correntes, às vezes, divergentes. Dentre algumas correntes de feministas, estão os “minimizadores”, que buscam a “igualdade” e o “igualitarismo” entre homens e mulheres; os “maximizadores”, que defendem a importância em se reconhecer a diferença entre os sexos; os “diferencialistas”, que lutam pela aceitação do dualismo entre os sexos, reflexo de uma sociedade dispersa, ao mesmo tempo que condenam uma possível assimilação com os homens como meio de consolidação da emancipação feminina; e os “universalistas”, que defendem a ideia de uma “*humanidade*

⁴⁷ Amâncio, Lúcia (1998), *O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro*.

única, em que homens e mulheres têm um destino em comum” (Schouten 2011: 19). Dentre as principais correntes, destacam-se o “feminismo liberal”, que se preocupa com a dominação masculina instaurada nas instituições públicas, geradora de entraves e limitações na participação social das mulheres, ao mesmo tempo que propõe mudanças no processo de socialização, proporcionando alterações “nas leis, no ensino e nas ações de formação”; o “feminismo marxista”, que vê no domínio econômico masculino a principal causa das desigualdades entre homens e mulheres, as quais podem ser superadas, apenas, através da instalação do socialismo; o “feminismo materialista”, que percebe o patriarcado e o capitalismo como responsáveis diretos pela dominação da mulher; o “feminismo radical”, que exerce uma oposição radical sobre o patriarcado em toda sua estrutura e defende o direito à liberdade individual da mulher; o “feminismo muçulmano”, que acredita na releitura da religião, atualizada e adaptada aos dias atuais, com o fim de diminuir a opressão sofrida pelas mulheres e garantir-lhes melhores condições e oportunidades; além de outras correntes como o “feminismo psicanalítico, o *black feminism*, o ecofeminismo, o feminismo cultural e o feminismo pró-estrutural ou pós-moderno”. Todas as correntes acabam por convergir numa mesma intenção, a saber: garantir condições igualitárias de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, seja na esfera pública (trabalho, ensino, política e economia), seja na esfera privada (família, reprodução, sexualidade, violência e divisão do trabalho doméstico) (Schouten 2011: 20-21).

Fazendo uma análise da abordagem sociológica do gênero, Schouten aponta que durante o século XIX evidenciou-se uma “naturalização das diferenças entre os gêneros”, que assinalavam a inferiorização natural da mulher em relação ao homem, submetendo esta a uma posição social de coadjuvante (Schouten 2011: 24). A autora relata que tal visão se encontra amplamente difundida dentre os primeiros sociólogos clássicos, aos quais faz as seguintes referências: Alexis de Tocqueville, Augusto Comte e Herbert Spencer acreditavam em uma natureza doméstica da mulher, que deveria se dedicar às atividades do lar e a gestação e cuidado dos filhos, enquanto cabia ao homem dar-lhe sustento e proteção, bem como dominar o espaço público, próprio às suas atividades. Por sua vez, Durkheim apoiou-se numa visão biológica sobre o comportamento da mulher, que seria mais afetiva do que o homem. Georg Simmel enxergava uma capacidade intelectual mais desenvolvida nos homens, enquanto as mulheres seriam mais “empáticas” e “imitadoras”, porém boas auxiliares dos homens. No entanto, prevendo um desenvolvimento corrente do trabalho social, acreditava numa futura “autonomização” das mulheres, bem como numa maior “aproximação social aos homens”. William Isaac Thomas defendeu a tese, inicialmente, de que os papéis sexuais eram

biologicamente complementares, depois abandonou a abordagem naturalizante e passou a defender uma “maior participação das mulheres na vida pública”. Por fim, Talcott Parsons baseou-se na complementaridade dos papéis sexuais, na qual defendia que, partindo da “família nuclear monogâmica”, o homem exerceria “o papel instrumental” enquanto a mulher “o expressivo” (Schouten 2011).

Do lado da Antropologia cultural, a abordagem sobre a participação das mulheres nos processos de produção, reprodução e parentesco possui importância frequente. Porém, nas análises mais tradicionais de pesquisadores como Lévi-Strauss, Meillassoux e Godelier, as mulheres são encaradas como “objetos”, mercadorias. Alguns representantes da corrente evolucionista, dentre eles, McLennan, Bachofen e Morgan, defendiam a existência de sistemas matriarcais nos primórdios das sociedades humanas. Schouten destaca que apesar do destaque de pesquisadoras como Margaret Mead e Ruth Benedict, até a segunda metade do século XX, a antropologia era marcada pelo androcentrismo (Schouten 2011).

Schouten alerta sobre a importância de se pesquisar a questão do gênero por um viés o mais amplo possível, levando em consideração diversas sociedades e tempos históricos diferentes, pois somente assim podemos detectar as contradições existentes quanto a participação e direitos sociais conquistados pelas mulheres em diferentes esferas sociais, visto que, ao passo que encontramos em várias sociedades mulheres independentes financeiramente, socialmente autônomas e sexualmente bem resolvidas, também é comum constatar que em certas sociedades as mulheres ainda vivem sob o jugo da opressão patriarcal e determinação de uma natureza inferior, que resulta na assimetria de direitos e participação social em relação aos homens, além dos atos de violências física e psicológica culturalmente legitimados (Schouten 2011).

Foi através de um aparente dimorfismo sexual do ser humano que se legitimou uma série de postulados defensores de uma natureza própria a cada sexo, justificativa central para a instituição de sentidos, características e papéis distintos, resultando em proposições e políticas voltadas para a institucionalização da dominação masculina. Porém, “na sociologia e na antropologia, onde a análise vai para além da biologia e para além das aparências, interpela-se a validade de oposições binárias e da tendência para ‘naturalizar’ fenômenos sociais e culturais” (Schouten 2011: 29). Com efeito, cada indivíduo é um ser único, subjetivo, assim, na medida em que a cultura padroniza toda a complexidade que envolve a constituição desse ser (cognição, sentimento, reflexo, organismo, inteligibilidade, sensações e desejos) numa classificação genérica e dual, produz uma visão aviltada do ser humano e uma concepção empobrecida das relações que engendram a vida social.

No entanto, os séculos XIX e XX constituem um período de transição no pensamento ocidental entre as teorias fundamentadas na biologia e aquelas baseadas na cultura. Os estudos médico-científicos são cada vez mais desenvolvidos durante o século XIX. Nota-se a proliferação de estudos e publicação de obras a respeito do conhecimento sobre a mulher, seja na área da fisiologia, seja na da psicologia, com grande difusão na classe média. Comumente, a mulher era retratada como um ser biologicamente inferior, em relação à constituição física do homem, e despertava curiosidade e desconfiança por tratar-se de um ser “diferente”, misterioso. Além da sua fragilidade física, a mulher apresentava menos capacidade intelectual, sendo, em diversas culturas, a sua essência limitada ao seu útero. Nesse aspecto, a mulher é vista como um ser extremamente regulado e limitado à sua estrutura orgânica. Tal percepção levou, por parte de alguns intelectuais, à desconfiança e à discriminação da capacidade da mulher em assumir qualquer posição de importância e responsabilidade social, devido ao fato de estar passiva a “alterações biológicas”, “perturbações psíquicas”, “fragilidade do sistema nervoso” e “histeria” (Schouten 2011).

Todavia, a autora denota que, contraditoriamente, em circunstâncias que lhes são favoráveis os homens assumem uma fragilidade própria a sua natureza, no que diz respeito a uma sexualidade volátil e agressiva que justificaria os diversos casos de violações sexuais e agressões físicas e psicológicas, sobretudo contra as mulheres. Em contrapartida, é comum em algumas culturas atribuírem às mulheres um perfil econômico mais racional, o que lhes credencia a gerir as despesas domésticas da família; enquanto os homens, desregrados, caracterizam-se pelo descontrole financeiro, reflexo da necessidade de sustentação de um demasiado tipo de vício (Schouten 2011).

Schouten acredita numa tendência cultural ao dimorfismo sexual, destacando como consequência a criação de estereótipos classificatórios, distintivos e “antagônicos” da dualidade sexual entre homens e mulheres: “estereótipos são vectores orientadores do cotidiano, que influenciam e justificam o comportamento, e suportes na ‘construção da realidade’” (Schouten 2011: 40). Apesar da variedade de características expressas nos modelos de gênero em diversas sociedades, a autora indica que os estudos de gênero realizados nas sociedades ocidentais “apontam todos na mesma direção”, tendo em vista que os estereótipos expressam características semelhantes, geralmente fundamentadas por uma essência inerentemente biológica, cujos atributos positivos são atribuídos aos homens, ao passo que sobra às mulheres o seu quinhão negativo (Schouten 2011: 41).

Outro aspecto importante na distinção entre os gêneros, segundo Schouten (2011), é que em todas as sociedades há alguma diferenciação entre as ocupações de homens e mulheres. A

autora atesta que em Portugal, por exemplo, é percebida uma variada participação das mulheres em diferentes ofícios, maior do que na maioria dos países, e ainda acrescenta que nas sociedades europeias existe uma tipificação quanto aos “ofícios femininos”, dentre os quais: “profissões de assistência”, “ocupações administrativas” e “profissões ligadas ao comércio e aos serviços” (Schouten 2011: 88). Há dois tipos de crenças acerca da inerência de certas atividades femininas: uma diz respeito à sua constituição física, facilmente adaptável a certas tarefas, a outra reflete características instintivas, como aquelas que revelam uma predisposição natural das mulheres, “sobretudo para o cuidar, relacionado com o chamado instinto maternal” (Schouten 2011: 89).

Desse modo, foram comuns os preconceitos, zombarias, deboches, assédios sexuais e segregações sofridos pelas vanguardistas que ousaram assumir uma profissão que fugisse à regra do estereótipo da feminilidade, principalmente, se possui fortes características convencionalmente masculinas, como aquelas “relacionadas com força e poder”, sendo elas próprias consideradas masculinizadas ou assexuadas. Tal pressão era responsável por levar várias dessas mulheres a desistência e submissão à padronização (Schouten 2011: 92). De acordo com essas considerações, somos levados a acreditar que, da mesma maneira, os homens vanguardistas tenham sofrido ao assumirem profissões estereotipadas como femininas, ao levantarem-se contra a imposição de uma ordem natural dos gêneros. Para Schouten (2011: 95), “o mundo do trabalho parece passar por um processo de ‘feminização’”. Dentre as características principais responsáveis por tal tendência, destacam-se: “o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho; o ingresso de mulheres em ramos de trabalho, antes (quase) exclusivamente masculinos; a modificação do trabalho em si para adequá-lo mais ao modo de trabalhar das mulheres”. Entretanto, a autora revela a persistência da procura, ainda majoritária, por parte das jovens, “de estudos e profissões ‘tradicionalmente femininos’” (Schouten 2011). Segundo a autora, apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, ainda é patente a segregação vertical da qual sofrem:

independentemente do ramo de actividade, é difícil para as mulheres chegarem ao topo. A dominação masculina dos escalões mais elevados dos vários sectores profissionais, ou seja, a segregação vertical, é (ainda) uma realidade, embora em Portugal isso seja menos do que, por exemplo, na Holanda, onde mesmo nos sectores largamente ocupados por mulheres, como o ensino básico e a enfermagem, os directores são na sua grande maioria homens (Schouten 2011: 95).

Da mesma forma, a disparidade salarial entre os gêneros ainda é uma realidade por todos os cantos da Europa, não somente em virtude da segregação vertical, mas também nos casos em que ambos realizam as mesmas atividades profissionais, “embora essa diferença em Portugal seja, hoje em dia, ilegal e apenas presente no sector privado” (Schouten 2011: 98). A autora chama a atenção para o fato de que, apesar de só recentemente as mulheres virem adquirindo certos direitos de cidadania, isso não exprime a importância social que elas sempre tiveram, tendo em vista a sua responsabilidade como reprodutoras e asseguradoras da honra, moral e valores sociais: “em várias comunidades, sejam as ‘imaginadas’ na expressão de Anderson (1983), sejam as de pequena escala, as mulheres costumam ter a missão de proteger as fronteiras e de preservar a tradição” (Schouten 2011: 119).

Para encerrar, Schouten critica o mito da esperança de uma mudança lenta, conseguida aos poucos, à qual devem se fiar as mulheres, para uma tão esperada igualdade entre os gêneros, como se o processo histórico fosse linear e previsível, recordando que em séculos recentes as conquistas femininas alcançadas oscilaram entre momentos de altos e baixos, por isso tal crença resulta na condescendência sobre injustiças sofridas. Assim, adverte que as mulheres devem estar sempre atentas para não apenas manterem conquistas históricas, mas também progredirem para avanços cada vez maiores.

Finalmente, compreender a ordem dos gêneros como uma mão de via dupla não é o mesmo que negar a opressão histórica do masculino sobre o feminino, mas buscar clarificar o jogo de dominação simbólica que atinge tanto as mulheres quanto os homens, em proporções e níveis diferentes, mas em condições que os inserem numa mesma realidade, historicamente opressora e arbitrariamente natural, universalista:

do mesmo modo, pôr em foco os efeitos que a dominação masculina exerce sobre os habitus masculinos não é, como alguns poderão crer, tentar desculpar os homens. É mostrar que o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas que se lhes impõem, não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la (Bourdieu 2010: 136).

Com efeito, a vida social estrutura-se em representações históricas compreendidas como máximas naturais, universais, incontestes, pelas quais se formam as relações entre os sujeitos sociais, numa composição dialética muito mais complexa do que uma estreita luta maniqueísta entre os sexos. Ser sujeito social (independentemente se masculino ou feminino) significa sujeitar-se aos desígnios impostos por sua sociedade, pois é nele que se constitui todo o discurso ideológico da dominação social:

dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos *que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) «constituir» os indivíduos concretos em sujeitos* (Althusser 1985: 94).

Nós nascemos, crescemos, agimos e falamos permeados ou completamente inseridos num discurso ideológico e a primeira maneira de nos contrapormos ou criticarmos tal discurso é termos consciência disso (Althusser 1985).

2. Gênero, agência e identidade

Dialeticamente, o *universo* masculino já não é o mesmo desde que seu correspondente feminino passou a se delinear e desenvolver-se de maneira mais livre, o que de certo modo desencadeou uma *crise* dos padrões sociais tradicionais da masculinidade, posto que a identidade se estrutura na relação indivíduo e sociedade, constituindo-se num conjunto de caracteres, referências e signos que são próprios a um indivíduo ou ao grupo a que pertença, formando assim a sua personalidade no reconhecimento ou irreconhecimento do(s) outro(s) (Weeks 2010). Desse modo, ela não é estática e estará sempre sujeita a transformações e redefinições. Assim, como o processo de socialização primária será sempre mais forte e eficaz do que o processo da socialização secundária, percebe-se então o desconforto gerado pelas mudanças (Berger e Luckmann 2002: 189):

na socialização primária a criança não apreende seus outros significativos como funcionários institucionais mas mediadores da realidade *tout court*. A criança interioriza o mundo dos pais como sendo *o* mundo, e não como o mundo pertencente a um contexto institucional específico. Algumas das crises que acontecem depois da socialização primária são causadas na verdade pelo reconhecimento de que o mundo dos pais *não* é o único mundo existente, mas tem uma localização social muito particular, talvez mesmo com uma conotação pejorativa.

Com efeito, a vida em sociedade resulta num complexo processo ontogenético, no qual as relações experimentadas com o outro são parte integrante da formação do caráter e personalidade do indivíduo. Como destacam Berger e Luckmann (2002: 173), “o indivíduo

não nasce membro da sociedade. Nasce com predisposição à sociabilidade e torna-se um membro da sociedade”. Desse modo, o indivíduo se exterioriza ao mundo social e o interioriza como realidade objetiva, introjetando os caracteres culturais, comumente, como realidades naturais. Assim sendo,

a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivamente de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo pra mim. Isto não quer dizer que compreenda o outro adequadamente (Berger e Luckmann 2002: 174).

A interiorização da realidade objetiva é responsável por dar início ao processo de socialização do indivíduo, porém sempre haverá percepções da realidade subjetiva que estarão para além do mundo objetivado, como destacam os autores supracitados, a consciência do indivíduo de que “possui um corpo”, por exemplo. Por outro lado, “assume-se que a posse de determinados atributos nomeadamente os órgãos sexuais externos e alguns outros traços morfológicos, se traduz numa determinada identidade de género e, concomitantemente, que a esta corresponde uma determinada identidade sexual” (Brandão 2010: 58).

Dentre os instrumentos relevantes para a construção da realidade social do indivíduo, é a linguagem o mais importante agente do processo de institucionalização (Berger e Luckmann 2002). Destarte, por meio de discursos, gestos, posturas corporais e quaisquer outras formas de comunicação, a linguagem institui a cultura na consciência dos atores sociais, agindo como o veículo de maior eficácia na incorporação de leis, valores, normas de conduta, códigos morais e identidades sexuais e de género, formando e cristalizando a doxa como natural, verdadeira. Porém, no complexo jogo das relações sociais, não é apenas o que se expressa verbalmente que é relevante à análise das representações sociais, mas também o próprio calar-se representa uma forma de linguagem; o calar-se sobre algo pode revelar um modo de repressão íntima ou coerção social, resultantes de uma manifestação valorativa do cultural (daí a relevância metodológica do não dito do discurso).

Nesse complexo processo de tornar-se membro de uma sociedade, faz-se necessária a presença capital dos “outros significativos”, pessoas próximas do indivíduo que servirão de referência e esteio cultural na construção de sua identidade. Portanto, são:

os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele, modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura

social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um (Berger e Luckmann 2002: 176).

Porém, é imprescindível, para realização do processo de interiorização, que haja identificação, que as crianças absorvam como sendo delas as características, valores, princípios, atitudes e papéis dos agentes socializadores, (por isso, os “outros significativos” são geralmente representados pelos familiares, principalmente, na figura do pai e da mãe, representantes sociais cuja ligação afetiva tende a ser a mais representativa). Na medida em que o indivíduo passa a identificar-se com os “outros significativos” e a cultura destes institui-se nele como marca indelével na construção de sua identidade, consolida-se o processo de “socialização primária” com a interiorização do “outro generalizado”: “a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral” (Berger e Luckmann 2002: 178). Assim, o indivíduo passa a tomar consciência de que faz parte de uma realidade institucional para além do universo doméstico, cujas ações representativas de seus integrantes constituem a realidade objetiva que obrigatoriamente deverá ser por ele interiorizada, surgindo então a conscientização da vida em sociedade:

de facto, se os papéis, enquanto padrões comportamentais desejáveis, contribuem para que as crianças diferenciem perceptivamente as actividades masculinas e femininas sob a forma do que *devem fazer* os homens e as mulheres, a universalidade das representações associadas às categorias sexuais contribui para que, ao longo do processo de socialização, esta diferenciação dê lugar a uma outra em termos do que *devem ser* os homens e as mulheres (Amâncio 1994: 71).

Diferentemente da “socialização primária”, a “socialização secundária” refere-se a “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (Berger e Luckmann 2002: 175). Enquanto no processo de “socialização primária” o indivíduo não possui referências culturais as quais poderia confrontar com a realidade apresentada, além do que a presença capital dos “outros significativos” estreita os laços emocionais dele com o meio sociocultural, na “socialização secundária” os responsáveis correspondentes são vistos como “funcionários institucionais”, cujo grau de envolvimento emocional *a priori* não existe, sendo necessária uma maior identificação entre o indivíduo e os agentes da socialização (Berger e Luckmann 2002).

Com efeito, “o tom da realidade do conhecimento interiorizado na socialização primária é dado quase automaticamente. Na socialização secundária, tem de ser reforçado por técnicas

pedagógicas específicas, provadas ao indivíduo” (Berger e Luckmann 2002: 191), tendo em vista a relação de impessoalidade entre os agentes transmissores e os receptores culturais. Um exemplo claro disso são as estratégias metodológicas utilizadas por professores universitários, e, até mesmo, por pais de adolescentes, com o intuito de ganharem a confiança e a cumplicidade destes, os quais, se não os reduzem a meros receptores culturais, pelo menos lhes despertam o interesse ou aceitação ao se porem à disposição do processo de aprendizado, tendo em vista já exercerem “autonomia intelectual” e terem capacidade de discernimento das informações passadas. Por isso,

a concepção de identidade aqui defendida assenta no pressuposto de que o ator possui capacidade de escolha, mas que está enquadrada por um conjunto de possibilidades social e culturalmente circunscritas. Ele opta a partir do (re)conhecimento de universos possíveis e/ou da formulação de universos alternativos, construídos a partir de esquemas de atribuição de significado preexistentes (Brandão 2010: 11).

De fato, toda escolha individual está atrelada e circunscrita a uma realidade social que lhe atribui significados e impõe-lhe caminhos a seguir. Assim, por mais alternativas que possam lhe aparecer ou possibilidades encontradas por ele próprio, nunca serão caminhos livres de interferências sociais, exteriores:

ainda que não universal, em fases subsequentes ou posteriores no processo de identificação e na formação da identidade convergem também a pertença de grupo, a condição de género, a pertença étnica ou de classe, a faixa etária ou outra categoria que, enquanto tal, exige (auto)consciência coletiva assente em valores e interesses (Silva 2009).

Não há vida em sociedade destituída de compromisso e submissão ao coletivo social, livre de referências, imune de representações, por isso o reconhecimento do(na) outro é intrínseco ao processo de construção da identidade:

central na identidade é a definição cognitiva através da qual determinados indivíduos se identificam positiva ou negativamente como pertencentes a determinado grupo, classe, género ou etnia, baseando-se num conjunto de elementos – uns comuns, outros específicos conforme o tipo de identidade em causa, uns salientando a similaridade, outros demarcando a diferença face ao outro (Silva 2009: 114).

Para Giddens (1993), nos últimos dois séculos, os homens, influenciados pelos ideais do amor romântico, mantinham uma relação de dependência inconsciente com as mulheres, visto

que sua autoidentidade erigia-se, dentre outros fatores, em referência ao comportamento subordinado delas, porém na medida em que as mulheres foram se libertando das relações calcadas no conservadorismo machista e passaram a ter mais autonomia em relação a eles, fragilizaram e abalaram suas certezas e confiança emocional em tal modelo perseguido, provocando um processo de “reflexividade do eu”.

Ao analisar várias matérias jornalísticas, de veículos de grande circulação, sobre uma possível “crise do masculino”, conclui Goldenberg (2000: 28):

Já não ouvimos essa história antes, apenas com os papéis invertidos? É interessante pensar nesse tipo de matéria e, também, em muitos discursos femininos que repetem, exaustivamente, que “o homem tem medo de mulher independente”, “o homem se sente ameaçado com as conquistas femininas”, “o homem está inseguro e frágil porque perdeu sua identidade”. Esse discurso consolida a ideia de que a mulher independente representa um perigo para o homem e é determinante na crise que ele (e a família) atravessa. A mulher, em vez de ser vista como uma parceira que pode tirar dos ombros do homem uma série de obrigações que lhe eram exclusivas, transforma-se em rival, disputando poder, emprego e regalias. Não é mais uma companheira a ser conquistada, mas uma inimiga a ser vencida. É a “guerra dos sexos às avessas”. Durante décadas o discurso feminista bradava que as mulheres eram escravas do poder masculino. Agora é o momento da revanche: “As culpadas são as mulheres”. Será que as gravatas devem ser queimadas como símbolo da luta contra a dominação feminina?

Somente podemos compreender o processo de construção da identidade masculina se percebermos a masculinidade como aspecto de uma estrutura maior de uma ordem de gênero. Desse modo, podemos afirmar que a masculinidade só existe em contraste com a feminilidade, pois ambos são conceitos inerentemente relacionais que têm significado numa relação mútua como demarcação social e oposição cultural, o que é verdade, independentemente da mudança de conteúdo da demarcação em diferentes sociedades e períodos da história. Como esclarecem Connell e Messerschmidt (2013: 265), “O gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade”.

Em alinhamento com tal perspectiva, Boris amplia a discussão em torno do desencadeamento de uma crise da identidade masculina:

masculinidade e feminilidade são, também, *construções relacionais*, não existindo virilidade em si mesma. Desta forma, a masculinidade é sempre relativa e reativa, e conseqüentemente, quando as mulheres tentam redefinir sua própria *condição*, os homens tendem também a se desestabilizar ou mesmo a desenvolver uma suposta *crise do masculino* (2011: 36-37).

Ao refletir sobre a crise de identidade pela qual passa o homem contemporâneo, Boris (2011: 46) esclarece: “Creio que alguns homens já não se reconhecem no modelo patriarcal de macho, pois se afastaram muito dos seus valores tradicionais, mas ainda não incorporaram novos princípios que os mantenham confortáveis nesse contexto que vem se configurando”.

É desse modo que percebo a suposta crise nas falas dos meus entrevistados, ao expressarem certo desconforto ao não conseguirem se identificar completamente, ou em grande parte, com o modelo de masculinidade tradicional, considerado pela maioria como ultrapassado, inoperante – seja por concordarem intelectualmente com a perspectiva feminista de reivindicação por direitos igualitários, seja por sentirem-se desconfortáveis ou mesmo fragilizados em combatê-las como outrora –, mas ao mesmo tempo concordarem com determinados valores patriarcais que lhes garantem alguns privilégios socioculturais e, mais do que isso, lhes reservam um lugar social, político, histórico, uma identidade (Boris 2011).

Para enriquecimento de tal discussão, recorreremos novamente a Goldenberg (2000: 38), que infere:

As mulheres ganharam muitas batalhas nas últimas décadas: o controle da sexualidade, da procriação, espaços profissionais, liberdade e poder. E os homens? Só perderam? Nunca se discutiu tanto a possibilidade de cada um viver a própria vida seja ela qual for. Será que podemos falar em crise quando tantas portas foram abertas? Talvez o machão esteja realmente em crise, mas é possível que até ele consiga sobreviver, só que será obrigado a coexistir com outras formas de ser homem. O que não sobrevive mais é um modelo hegemônico de masculinidade com base em força, poder e virilidade, embora homens (e mulheres!) continuem alimentando esse ideal.

Noutro aspecto, Ramos discorda da teoria acerca da existência dessa tão falada “crise da masculinidade”:

Acredito que falar de uma crise de identidade masculina associada de um “novo homem”, que veio se delineando nas últimas décadas, soa como uma tentativa de estabelecer um novo modelo de “ser homem”, que parece sem sentido em circunstâncias em que não cabe falar em unicidade, mas em multiplicidade. No atual contexto – devido à flexibilização de certos aspectos da vida social – os sujeitos se tornaram mais “plásticos” e as identidades, conseqüentemente, mais “flexíveis e plurais” (2000: 58).⁴⁸

⁴⁸ Acerca dessa discussão, ver: Jeni Vaitsman, *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*.

Na visão desse autor, o que acontece hoje a respeito dos discursos sobre uma “pseudocrise do masculino” é o mesmo fenômeno, denunciado por Foucault (1999), acerca dos diversos discursos sobre uma possível repressão sexual na sociedade moderna. Segundo Foucault (1999: 21), o que existia era uma “explosão discursiva”, uma *verborreia do sexo* que incitava uma variação de discursos (“vontade de saber”) sobre a sexualidade, que, em vez de promover a sua repressão, visava a sua constante visibilidade como estratégia de dominação, controle e ordenação. Desse modo,

pode-se pensar, seguindo uma lógica parecida com a levantada por Foucault, que o fato de se falar, atualmente, de um “novo homem” e também de uma “nova mulher”, concebendo novas ideias de feminilidade e masculinidade por meio do que se pode chamar de um “intercâmbio de atributos” entre os sexos – dando origem a “homens femininos” e “mulheres masculinas” –, nada mais é do que uma forma de (re)ordenar, tornar inteligível o que parece confuso. Quando não se pode mais falar de um único modelo hegemônico de ser homem e de ser mulher, do qual uma simples classificação binária (masculino *versus* feminino) dava conta, essa parece ser uma boa “técnica” para “restaurar” a classificação de gênero, mesmo às avessas (Ramos 2000: 58-59).

Em alinhamento, Grossi também discorda dos pesquisadores que defendem a existência de uma “crise da masculinidade” gerada pelas conquistas implementadas pelas mulheres, pelo menos nas últimas cinco décadas. Para a autora, mais do que um período de crise, vive-se um “processo de mudança”, marca característica do mundo moderno, visto que tais transformações produzem instabilidades e conflitos também no universo feminino:

muitos autores têm apontado para uma “crise da masculinidade”, crise que seria fruto do desconforto masculino face às conquistas das mulheres no mundo contemporâneo. Eu acho que esta crise é de alguma forma algo estrutural do indivíduo moderno. Assim como o feminismo trouxe uma crise na vida das mulheres, trouxe na vida dos homens. A categoria “processo de mudança” me parece mais adequada para pensar o momento pelo qual estão passando homens e mulheres em suas relações e constituições de processos identitários (Grossi 2008: 29).

Porém, o que as minhas pesquisas revelam é que enquanto as mulheres parecem estar cada vez mais identificadas com as transformações na constituição dos gêneros que se delineiam nas últimas décadas, que lhes garantem maiores oportunidades e reconhecimento social, os homens provam de uma sensação de instabilidade e fragilidade, calcada em incertezas geradas pela negação de um padrão de gênero historicamente garantidor de privilégios, mas também de obrigações e exigências, muitas vezes pesadas, sofridas,

desconfortáveis. Portanto, podemos dizer que vivemos um “processo de mudança”, porém, fomentado por uma crise identitária do gênero masculino. Assim, redefinir-se institucionalmente, achar o seu lugar de fato e direito, parece ser o grande desafio dos homens no mundo contemporâneo.

3. Gênero, poder e corpo: articulações e disputas

Como dizia Foucault (1998b), o corpo é o *locus* de batalhas, alvo incessante de um jogo na luta por seu controle e exercício de poder e, no mesmo instante, no contrafeito de sua revolta. Foi justamente através do controle sociopolítico e, principalmente, sexual do corpo das mulheres que os homens inscreveram e reeditaram o domínio patriarcal no âmbito da sociedade ocidental burguesa, por meio de discursos de dominação, numa relação de *saber-poder* cuja estrutura foi capaz de convencê-las da sua própria submissão:

em decorrência do fato de que toda cultura inscreve seus sujeitos em um conjunto de convenções (normas, padrões, costumes, instituições), mas sem que estes saibam que estão sendo inscritos e que se trata sempre de convenções humanas, culturais e históricas e sem que eles possam fazer suas escolhas, e porque, na longa duração histórica e antropológica, desaparecem todos os vestígios do caráter arbitrário e convencional da ordem social, engendra-se o desconhecimento, por parte dos próprios sujeitos, da natureza da cultura e desse caráter da ordem a que são submetidos. A ideologia se sustenta justamente nesse desconhecimento (Souza Filho 2003: 73).

A concepção de fragilidade que se atribuiu historicamente, nas sociedades ocidentais, ao corpo da mulher e a docilidade a que este foi submetido trouxeram-lhe um acúmulo de interditos que permitiram sua repressão e representação social como naturalmente corrompido, frígido (Badinter 1986). Dentre as consequências das interdições, destacam-se a negação ao direito à vida política e o seu controle no espaço público, que seriam resultados de uma estratégia preventiva à instabilidade emocional e hormonal feminina, construções/representações sociais produzidas pela ideologia, pelo poder. Portanto, os sistemas simbólicos criados pela sociedade não são apenas instrumentos de conhecimento, mas também elementos de dominação política, de ideologia. É nessa esteira que reflete Amâncio (1994: 28-29):

A partir do momento em que a variável sexo é conceitualizada como categoria social, o objecto de análise já não são as diferenças entre homens e mulheres, antes importa analisar o pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino, ou seja, a epistemologia do senso comum sobre os sexos.

A dominação política na sexualidade, historicamente exercida pelos homens, é antes um reflexo da dominação do masculino sobre o feminino, e não apenas dos homens sobre as mulheres, visto que corresponde, na mesma escala, à repressão sobre os homossexuais. No cerne dessa questão, explicita-se a contraposição *ativo versus passivo, possuidor versus possuído, dominador versus dominado, superior versus inferior*, em que o sexo expressa-se como uma extensão da realidade cultural androcêntrica, na qual se solidifica o controle sobre o feminino, sendo ele advindo de uma relação heterossexual ou homossexual, como expõe Bourdieu (2010: 31-32):

A penetração, sobretudo quando se exerce sobre um homem, é uma das afirmações da *libido dominandi*, que jamais está de todo ausente na libido masculina. Sabe-se que, em inúmeras sociedades, a posse homossexual é vista como uma manifestação de “potência”, um ato de dominação [...] Compreende-se que sob esse ponto de vista, que liga sexualidade a poder, a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher.

Contribuindo com essa discussão, mas numa outra perspectiva, Foucault (1998a) expõe a visão clássica sobre o princípio da temperança, que na Grécia Antiga separava o sujeito ativo do passivo, como uma condição básica do exercício da cidadania, expressando-se na dominação do masculino sobre o feminino, do superior sobre o inferior, daquele que controla sobre aquele que é controlado, submetido, enfim, daquele que governa sobre os que são governados. Na relação sexual passiva (em que um indivíduo se deixa penetrar por outro homem), o homem assemelha-se à figura feminina, pela sua posição de inferioridade, portanto, sua falta maior está no fato de tornar-se passivo de si mesmo, pois, antes de exercer poder sobre os outros, ele deve dominar a si próprio, sendo esta sua maior prova de força moral e de autocontrole.

Desse modo, enquanto na nossa cultura ocidental contemporânea a feminilidade do comportamento sexual masculino ainda se encontra parcialmente vinculada ao princípio da homossexualidade, entre os gregos, essa feminilidade provém da passividade no uso de seus prazeres. Assim sendo, o fato de um homem ter relações sexuais com outros homens não

determina feminilidade de seu comportamento, desde que ele não seja o passivo (aquele que é penetrado): “o que constitui para os gregos, a negatividade ética por excelência, não é, evidentemente, amar os dois sexos; também não o é preferir seu próprio sexo ao outro; é ser passivo em relação aos prazeres” (Foucault 1998a: 79).

Nessa perspectiva, conclui Welzer-Lang (2001: 468):

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem “passivos”, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. Pois se trata bem disto, ser homem corresponde ao fato de ser ativo. E não foi por acaso que encontramos os estupradores dos homens, pois ativos e penetrantes não vivem como homossexuais. Michäel Pollack menciona o mesmo na obra *Les homosexuels et le sida*. Ele evoca “a hierarquia tradicionalmente estabelecida [...] entre o “fodido” e o “fodedor”, o primeiro sendo recriminado socialmente, pois ele transgride a ordem “natural” das coisas, organizada segundo a dualidade feminino (dominado) e masculino (dominante). De forma que, em algumas culturas, só é considerado um “verdadeiro veado” aquele que se deixa penetrar e não aquele que “penetra”.

Atualmente, os territórios estão cada vez menos claramente demarcados, não havendo fronteiras entre o que faz parte do espaço social dos homens e o que integra o espaço social das mulheres. As relações de poder que constituem o gênero se reformulam e se redefinem, e a ideia de gênero enquanto uma estrutura inerente à natureza dos seres biológicos, macho e fêmea, vai sendo cada vez mais contestada, ao passo que outras produções de saberes são construídas (Foucault 1998b). A essa questão somam-se as constantes conquistas do público homossexual, que, crescentemente, vai adquirindo espaço social à medida que interpela a sociedade sobre questões relativas a respeito, dignidade e legitimidade, como nas recentes legalizações do casamento e união estável entre pessoas do mesmo sexo, em países como Espanha, Portugal, Argentina e Brasil, trazendo consigo mais uma variante da dimensão do gênero, tendo em vista que o masculino se constrói em oposição àquilo que não seria próprio deste, à sua “natureza”, ao padrão cultural que lhe fundamenta, pois “Narciso acha feio o que não é espelho”, conforme declara o cantor brasileiro Caetano Veloso na música *Sampa*.

De outro modo, talvez não seja equívoco dizer que as concepções que revestem as representações sociais sejam um dos principais fatores de desestabilização na formação e construção da identidade sexual masculina nos dias atuais, visto que tais constructos encontram-se, no momento, difusos, pois o avanço e o reconhecimento do importante papel das mulheres nas sociedades contemporâneas, sendo ele sexual, político, cultural, econômico ou artístico, tendem a pôr em xeque a velha concepção do macho viril, dominador. Nos dias

atuais, um excelente exemplo disso no Brasil diz respeito à eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República. Destarte, Ramos (2000: 54) ressalta que:

O ritmo acelerado das mudanças ocorridas nas últimas décadas tem exigido um desenvolvimento acentuado da reflexividade por parte de homens e mulheres. Depois das conquistas do feminismo e da revolução dos costumes, os “desencaixes” (Giddens 1991) promovidos pelo fim das distinções tão claras de papéis entre os sexos (no trabalho, na família e na vida social em geral) levaram as mulheres e, meio que reativamente, os homens – que durante séculos tiveram um papel inquestionável, sabendo exatamente como comportar-se, em especial frente às mulheres – a (re)pensarem sua condição.

Porém, deve-se ressaltar que não podemos fazer de tais relações de poder uma luta maniqueísta, mas o resultado de relações de gênero construídas assimetricamente, que se desenvolvem proporcionalmente ao comum estranhamento sobre o diferente. Assim sendo, as representações do masculino sedimentam-se acerca de pseudoverdades históricas que tendem a repelir qualquer forma de pensar e agir que questione ou lhe negue os princípios de sua identidade:

a força da representação advém do fato de que ela é capaz de incluir como fazendo parte da realidade a representação que dela se faz. Isto é, a representação é capaz de reproduzir imagens, conceitos, ideias, etc. de modo a fazer com que, no pensamento dos sujeitos, torne-se possível passar da representação da realidade para a realidade da representação como sendo a própria realidade (Souza Filho 2003: 78-79).

Devemos ressaltar que o *nó* que *ata* as mulheres numa relação de submissão da sua condição de gênero perante os homens é o mesmo que os prende num modelo opressor que lhes proíbe qualquer tipo de sentimentos, sensações, ansiedades e dúvidas – que os afasta da ordem de gênero instituída pela doxa –, devendo apresentar-se sempre como seres fortes e superiores, à mesma imagem e semelhança do divino. Segundo Bourdieu (2010: 64), “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”.

Da mesma maneira que as mulheres são cúmplices de sua própria dominação, os homens também são, na medida em que produzem e reproduzem um rígido sistema cultural que, negando-lhes o expressar de suas fraquezas, condena-os à dura realidade de uma pseudonatureza superior e imutável. Acreditar que o gênero masculino inscreve-se em um

terreno sublime é tentar, ingenuamente, esculpir a natureza dos sexos no mármore da história, é ratificar a concepção de um arbítrio biológico que constrói os gêneros, é andar na contramão dos diversos estudos científicos que nos mostram, justamente, o contrário:

assim a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina que se pode dizer ser ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, as disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe (Bourdieu 2010: 50).

Negando-se a limitar o histórico processo de dominação masculina a uma trama maquiavélica dos homens sobre as mulheres, Bourdieu chama a nossa atenção para as condições em que se dispõe a realidade androcêntrica, na qual homens e mulheres se enredam, voluntária ou compelidamente, de acordo com suas predisposições, percepções e interesses em jogo. Dessa forma, paradoxalmente, ambos são de alguma maneira, a seu modo, responsáveis pela expressão e manutenção de uma ordem que invariavelmente lhes oprime. Assim, “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder” (Bourdieu 2010: 52). De fato, o poder é um resultante das relações construídas na inesgotável trama social em que os atores se distribuem, sendo uma relação que requer que as duas partes (pelo menos) incorporem as posições determinadas a serem ocupadas no jogo, tornando-se impossível dissociá-los da implicância que atinge os seus resultados.

Os homens contemporâneos que ainda se mantêm guardiões dos princípios e valores patriarcais se veem diante de um dilema, qual seja: manter a postura conservadora que lhes rendeu (e ainda rende em determinado grau) historicamente certo prestígio e privilégio sexual, político-econômico e social (que vão de encontro com grande parte das mulheres, hoje, contrapostas a tal posicionamento) ou compactuar com os novos arranjos relacionais articulados pelo processo de democratização dos gêneros, no qual as relações de poder, pelo menos aparentemente, se diluem, se dividem. Sobre esse aspecto, destaca Almeida (1995: 243):

Para os homens é mais difícil inventarem outras formas identitárias, pois, seguindo o pensamento dicotômico, a alternativa que resta é inferior, feminina. São como aristocratas que depois de “perderem tudo” não sabem o que são. Reconhecer que o modelo hegemônico é um tigre de papel pode ser o primeiro passo para inventar novas acções sociais e novas identidades.

Com efeito, sendo a história escrita e reescrita por homens e para homens, podemos compreender a complexidade que se instaura quanto à percepção, e mesmo aceitação, da fragilidade oriunda de tal modelo. São como crianças atadas a uma socialização primária (Berger e Luckmann 2002) que teima em não passar, visto que o discurso ideológico (Althusser 1985) que a revestiu nunca necessitou de provações e aprovações, pois partia de uma ordem androcêntrica fortemente constituída, natural, arbitrária e legitimada (Bourdieu 2010). Portanto, somente através de uma redefinição dos discursos que naturalizaram tal ordem, cuja dicotomia valorativa segregou os gêneros, relacionando às mulheres tudo o que fosse ideologicamente negativo, inferior, é que será possível vislumbrar novos arranjos e construir novas identidades. É nessa esteira que acrescenta McInnes (2002: 99): “Os rapazes de hoje não podem assumir os privilégios que os seus pais consideravam garantidos ou que achavam ser naturais”. A fragilidade aparente dessa desagregação identitária do gênero masculino classifica-se nesta tese como um dos principais imbrólios que reveste hoje as relações de intimidade entre os gêneros. Desse modo, define bem Badinter (1993) quando diz ser o homem o verdadeiro “sexo frágil”, tendo em vista as constantes provações a que a sua sexualidade é posta desde a infância até a velhice, muito mais do que a da mulher, sendo esse o “preço que eles pagam” (em certo grau, inconscientemente) pelo seu domínio sociopolítico.

De outra forma, Connell (1995) desenvolve o conceito de “Masculinidade Hegemônica”:

o conceito de masculinidade hegemônica foi primeiro proposto em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas; em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens; e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australianas. O projeto nas escolas forneceu a evidência empírica de múltiplas hierarquias – de gênero e ao mesmo tempo de classe – entrelaçadas com projetos ativos de construção do gênero (Connell e Messerschmidt 2013: 242).

A sustentação desse conceito se fundamenta em um modelo cultural ideal, expresso numa pretensa superioridade masculina, representada numa gama de características próprias ao gênero masculino, forjadas por aspectos socioculturais como raça, etnia, credo, orientação sexual, classe socioeconômica, nível intelectual, idade, naturalidade, nacionalidade e tipo físico, datados social e historicamente através de discursos de persuasão ideológica:

a masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (Connell e Messerschmidt 2013: 245).

Porém, a autora deixa claro que tal modelo é obra do senso comum, pois não corresponde a nenhum homem na sua totalidade, mas às representações por eles encarnadas no exercício cambiante dos interesses em jogo, permitindo-lhes assumir ou não tais características de acordo com as conveniências do momento:

os homens podem se esquivar dentre múltiplos significados de acordo com suas necessidades interacionais. Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Conseqüentemente, a “masculinidade” representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas (Connell e Messerschmidt 2013: 257).

De modo semelhante, pode-se perceber que algumas mulheres expressam certas características ou desempenham determinadas funções ou ações – historicamente denotadas como de exclusividade natural masculina – com maior propriedade do que muitos homens o fariam, assumindo em determinados contextos a posição de hegemonia, independentemente da particularidade do sexo, rompendo com a visão tradicionalmente sexista do gênero:

o que distancia o conceito do essencialismo é o fato de que pesquisadores exploraram as masculinidades postas em ato por pessoas com corpos femininos. A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell e Messerschmidt 2013: 250).

Contribuindo com essa discussão, acrescenta Welzer-Lang (2001: 466):

Empiricamente (ver meus estudos sobre a troca de casais e o comércio do sexo), sabe-se que, para um homem, o fato de ser visto com “belas” mulheres classifica-o como “Grande-homem”, o que também acontece com aquele que tem dinheiro e/ou poder manifesto sobre homens e mulheres. Todos os homens que aceitam os códigos de virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres (o que ainda deve ser quantificado); alguns entre estes (chefes, Grandes-homens de todos os tipos) têm também poder sobre os homens. É verdadeiramente neste duplo poder que se estruturam as hierarquias masculinas.

Dessa forma, não é possível falar em masculinidade, e sim em masculinidades, visto que a dominação masculina atua de diversas maneiras e por variados formatos. É nesse aspecto que falamos de masculinidades hegemônicas (Connell 1995), as quais, apesar de respeitarem um padrão hierárquico de dominação, atuam em esferas plurais, como a sexual, familiar, política, econômica e estética, abarcando um duplo poder: entre os gêneros e também entre os próprios homens.

Esse é um forte indício da construção social da masculinidade ou do modelo ideal de masculinidade, ou seja, da incapacidade prática de uma generalidade, uma unanimidade de sua representação:

o conceito de gênero refere que, como se nasce e se vive em tempos e lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. Assim, noções essencialistas, universais e históricas de homem e mulher – no singular – passam a ser consideradas simplistas e contestadas (Pires e Ferraz 2008: 26).

Como qualquer outro ordenamento cultural imposto, opressor e violento, os padrões que revestem e configuram a masculinidade hegemônica são incorporados como uma realidade natural, inerente a uma dada realidade social. Porém, sua aceitação requer a assimilação e a sujeição dos indivíduos envolvidos, pois, na medida em que não coadunam ou rejeitam tal padrão, rompem com o projeto empreendido pelas instituições dominantes e seus dispositivos de ordenamento e controle:

padrões hegemônicos de masculinidade são tanto envolvidos como contestados, à medida que as crianças crescem. O gênero é produzido nas escolas e nas vizinhanças através de estrutura de grupos de pares, controle do espaço escolar, padrões de encontros afetivossexuais, discursos homofóbicos e assédio (Connell e Messerschmidt 2013: 253).

Mais do que um modelo rígido de cunho naturalizante, o conceito de masculinidade hegemônica prevê sua adequação a momentos históricos e representações sociais moldadas por discursos políticos engendrados por uma ordem de gênero predominante, porém sujeita a mudanças e transformações:

nesse sentido, as masculinidades hegemônicas passaram a existir em circunstâncias específicas e eram abertas à mudança histórica. Mais precisamente, poderia existir uma luta por hegemonia e formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas. Esse foi um elemento de otimismo numa teoria de outra forma bastante sombria. Talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero (Connell e Messerschmidt 2013: 245).

De outro modo, a construção de um modelo de sexualidade referendado na naturalização *sui generis* da sexualidade masculina, alicerçada na representação do intercuro sexual como fundamentalmente voltado à reprodução da espécie, falseia sobremaneira a multiplicidade inerente à plasticidade da sexualidade humana, circunscrevendo-a ao arbítrio do natural e/ou do divino. “A masculinidade difere, não apenas conforme a época e a cultura, mas também segundo a classe social, a raça e a idade do homem” (Boris 2011: 18). Nesse sentido, os estudos sobre a masculinidade devem compreender que não podemos tratá-la no singular, mas no plural, se não incorremos num erro epistemológico que a percebe simplesmente como um fenômeno natural, bem como um modelo homogêneo, universal, construído sobre uma mesma lógica, independentemente da sociedade, do espaço e do tempo histórico. Como apontam Connell e Messerschmidt (2013: 248): “um corpo considerável de pesquisas mostra que as masculinidades não são simplesmente diferentes entre si, mas também sujeitas a mudanças. Desafios à hegemonia são comuns, e o são também os ajustes em face desses desafios”.

Assim, numa mesma sociedade, num mesmo grupo social ou núcleo familiar, podemos perceber comportamentos sexuais e de gênero heterogêneos, regidos por concepções de mundo diferenciadas, divergentes e/ou conflitantes:

papéis considerados masculinos – como homem provedor, forte, chefe de família – e aqueles femininos – como mulher, mãe, esposa, dona de casa –, que ainda aparecem de forma significativa nas respostas dos questionários analisados na minha pesquisa, são relativizados por outros atributos, como homem sensível, vaidoso e delicado, e mulher forte, trabalhadora, corajosa. Esse jogo permite

observar, nitidamente, a coexistência de modelos tradicionais de ser homem e mulher e novas representações sobre o masculino e o feminino, traduzindo-se em múltiplos padrões que competem com os modelos hegemônicos (Goldenberg 2000: 34).

Ademais, o poder sociocultural sobre o corpo evoluiu historicamente do domínio sobre o sexo para o controle sobre a sexualidade. Os estudos científicos avançaram para a compreensão e distinção sexual de machos e fêmeas não apenas por suas funções biológicas e reprodutivas, mas também apontando uma diferenciação psicológica entre os gêneros que fundamentaria um ordenamento e uma naturalização dos desejos e prazeres sexuais, canalizados unilateralmente para o exclusivismo heterossexual, por sua vez, um corolário para as discriminações e perseguições a quaisquer outras possibilidades de desejos e comportamentos que se desviassem da normatividade social instaurada através de uma heterossexualidade compulsória (Rich 2007) endossada pelos aparelhos ideológicos do estado (Althusser 1985). Nessa esteira, acrescenta Butler (2003: 233):

O postulado de uma heterossexualidade fundadora deve também ser lido como parte de uma operação de poder – e, também, de uma fantasia – de forma que podemos começar a indagar como a invocação de tais alicerces funciona na construção de uma certa fantasia de estado e nação. As relações de troca que constituem a cultura como uma série de transações ou traduções não são só, ou primariamente, sexuais, mas consideram a sexualidade como se fosse assunto seu, quando a questão de transmissão e da reprodução da cultura estão em jogo.

Destarte, estrutura-se um processo de dominação além de um ordenamento de gênero, de supremacia masculina, mas da seletiva e excludente condição heterossexual. Assim, o domínio do heterossexismo relegou ao estranhamento, à condenação e à exclusão quaisquer formas de sexualidade expressas à sua revelia:

o surgimento do *sciencia sexualis*, a definição dos indivíduos não mais através de um dado fisiológico (o aparelho genital), mas através de uma categoria *psicológica* que é o desejo sexual, contribuiu para impor nos homens um quadro heterossexual apresentado, ele também como uma forma *natural* de sexualidade. Assimilando a sexualidade, e seu bloco de jogos, de desejos, de prazeres da reprodução humana, o paradigma heterossexual se impôs como linha de conduta para os homens. É o que fundamenta hoje o heterossexismo. O heterossexismo – e aqui eu adoto uma definição americana – é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. O heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário. Mas estaríamos enganados se

limitássemos esse quadro de exclusão que cria o heterossexismo apenas à homossexualidade. Toda forma reivindicada de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é desvalorizada e considerada como diferente da doxa de sexo que se impõe como modelo único. O mesmo acontece com a bissexualidade, as sexualidades transexuais, etc. (Welzer-Lang 2001: 467-68).

Citada anteriormente, Adrienne Rich, escritora norte-americana, cria a categoria “heterossexualidade compulsória”, cuja proposta é ampliar a discussão acerca da naturalização e universalização da heterossexualidade como única forma de orientação sexual possível, relegando quaisquer outras relações e ajustes da ordem da sexualidade humana ao plano da anormalidade, patologia e/ou castigo divino. É nessa ótica que se estruturou o processo histórico de dominação masculina que relegou mulheres, homens e homossexuais de ambos os sexos à condição de inferioridade, subordinação e alienação sobre o prisma de um dogmatismo masculino (Rich 2007). A esse respeito, Butler (2003: 232) alerta que:

Se começamos a entender que as culturas não são entidades ou unidades autoevidentes, que as trocas entre elas, suas próprias maneiras de se delimitarem, distinguindo-se umas das outras, constituem suas ontologias provisórias e são, conseqüentemente, carregadas de poder, então somos levados a repensar todo o problema das trocas, não mais com o dom de mulheres, que supõem e produzem a autoidentidade do clã patrilinear, mas como um conjunto de práticas potencialmente imprevisíveis e contestadas de autodefinição, que não são redutíveis à heterossexualidade primária, fundadora de cultura.

No entanto, o processo de ideologização da heterossexualidade compulsória institucionalizou o direito à violência física, psicológica, social e sexual contra mulheres e homens, homossexuais ou mesmo heterossexuais, bem como variadas práticas de controle e submissão, como os arranjos matrimoniais, a apropriação da prostituição, os tabus sobre a inferioridade sexual das mulheres e o direito ao sexo delas, assim como a patologização e o escárnio imputado aos homossexuais; tudo isso sob os auspícios de um forte controle da consciência destes:

Rich acrescenta a esses aforismos que a heterossexualidade também é política, isto é, política na naturalização dos seres, na exclusão e no confinamento de um feminino construído como oposto e complemento do masculino. Inferior, porém, já que “diferente” [...] A diferença dos sexos é, portanto, também política, na medida em que sela a desigualdade no social (Swain 2007: 47).

Com efeito, foi por meio de um discurso ideológico sobre a naturalização sexual que se assentou o processo de dominação social e diferenciação hierárquica dos gêneros, o qual, dentre algumas consequências, relegou às mulheres o direito social ao espaço público e o convencimento acerca da sua inferioridade política e sexual, cujos dispositivos de alienação as tornaram cúmplices de sua própria dominação (Althusser 1985). Circunscritas a um destino biológico, perpassando pela obrigatoriedade da virgindade, fidelidade e inerência à procriação e maternidade, tiveram os seus corpos e mentes apropriados por uma cultura machista, heterossexual compulsória e opressora:

para o sistema social humano, a menos que se permaneça no domínio da crença religiosa ou de uma néscia concepção científica de essência e natureza, tudo é histórico e datado. Cada sociedade cria seus sistemas representacionais e suas redes de sociabilidade e nada nos permite pensar em um fundamento “natural” da heterossexualidade, já que nem todas as mulheres precisam procriar para que a espécie sobreviva (Swain 2007: 52).

No entanto, a relação heterossexual ou, simplesmente, a companhia masculina tornou-se a única possibilidade de elas adentrarem, de alguma maneira, no espaço público destinado ao universo masculino, sendo, portanto, a relação homem/mulher o único caminho permitido a uma existência social aceitável: “se não cumprem seu destino biológico, não são ‘verdadeiras’ mulheres, da mesma forma que não o são se não tiverem um homem ao seu lado” (Swain 2007: 50). De maneira semelhante, acredito que ao parafrasear Swain, em sentido contrário, não transgredirei o contexto aludido, isto é, quero dizer que se os homens também não cumprem seu “destino biológico” não serão vistos como “verdadeiros” homens (como podemos ver em alguns depoimentos dos meus informantes), do mesmo modo que não o serão se não se relacionarem sexualmente e/ou amorosamente com as mulheres.

Complementando tal crítica, Schwade (2007: 59) esclarece que “A categoria heterossexualidade compulsória surge no sentido de um esforço de desnaturalizar a diferença entre os sexos, afirmando o caráter instituído e construído das premissas que norteiam a relação entre os sexos, as diferenças sexuais e as sexualidades”. Nesse sentido, acrescenta uma grande contribuição ao incrementar as discussões em torno do campo de estudos de gênero.

Voltando à questão inicial, “a identidade é, então, construída na relação entre o corpo, a consciência individual e a estrutura social, a partir da posição particular que se ocupa no espaço social” (Brandão 2010: 22). Uma das primeiras conscientizações acerca do mundo

subjetivado é que não se é um corpo, mas que se tem um corpo (Berger e Luckmann 2002). No entanto, a percepção plástica dessa realidade está intimamente atada às representações sociais sobre as maneiras de se entender e utilizar o corpo:

o mundo social constrói o corpo como realidade sexual e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bourdieu 2010: 19-20).

Nessa perspectiva, o corpo apresenta-se como, talvez, o elemento mais paradoxal daquilo que somos, pois se, por um lado, representa-nos enquanto seres vivos, providos de instintos e necessidades fisiológicas, por outro, traduz-se no principal instrumento de poder social, pois é nele que se incorpora a cultura, receptáculo da doxa, abrigo das representações, expressão ideológica do gênero, da sexualidade, de modo que a identidade resulta desse processo dialético que confronta e integra o subjetivismo humano e o objetivismo cultural.

Destarte, podemos constatar que a identidade:

não é uma essência, mas uma reelaboração sucessiva, ligada aos contextos em que é (re)criada, aos sistemas sociais de classificação das pessoas e das coisas através dos quais são atribuídas ao indivíduo formas de ser e de estar com conteúdos históricos e culturalmente variáveis (Brandão 2010: 28).

O processo de construção da identidade social acaba por estabelecer um sentimento de reconhecimento mútuo, devido às variadas formas de integração social provocada por valores, normas, comportamentos e costumes, que criam a falsa ideia de igualdade entre os atores, constituindo-se dialeticamente como sujeitos sociais através do processo de interação com outros de sua espécie, a sociedade, bem como da produção reflexiva dessa interação, a cultura. Na verdade, cada indivíduo é um universo, um todo complexo, relativamente autônomo, heterogêneo e inacabado, cujas experiências, escolhas e atitudes são próprias e únicas, apesar de fazerem parte de um contexto sociocultural e histórico comum.

4. Sexualidade, amor e relacionamentos

Destacando Foucault, Giddens (1993) alerta para o fato de o termo “sexualidade” vir a aparecer pela primeira vez, no sentido próximo ao que entendemos hoje, somente no século XIX. No entanto, as discussões em torno da sexualidade emergiam sob a égide de uma preocupação social acerca do sexo das mulheres, fosse pelas possíveis enfermidades por que elas seriam mais seriamente afetadas (enquanto os homens estariam imunes), fosse pela possibilidade condenável da sensação do prazer sexual que poderiam vir a sentir, igualando-se, assim, biologicamente aos homens. Desse modo, Giddens considera que a sexualidade “É uma elaboração social que opera dentro de campos de poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (1993: 33).

Durante o referido século, os laços matrimoniais já não se baseavam exclusivamente em determinantes econômicos. Surgem nesse período os ideais do “amor romântico”:

ser romântico passou a ser sinônimo de cortejar, e os “romances” foram a primeira forma de literatura a alcançar uma população de massa. A difusão dos ideais do amor romântico foi um fator que tendeu a libertar o vínculo conjugal de laços de parentesco mais amplos e proporcionou-lhe um significado especial. Maridos e esposas eram vistos cada vez mais como colaboradores em um empreendimento emocional conjunto, este tendo primazia até mesmo sobre suas obrigações para com seus filhos (Giddens 1993: 36).

A vida conjugal deixa de ser um mero negócio financeiro, um empreendimento cuja finalidade era a estabilização e o progresso econômico, passando a abarcar um conjunto de expectativas sentimentais acerca de uma relação a dois, na qual o fio condutor e mantenedor é o amor nutrido pelo casal, cujo bem-querer norteador de tal união revela o seu sentido de existência:

como nota Wilcox (2004)⁴⁹, os homens foram-se tornando “patriarcas suaves”, progressivamente disciplinados pelo amor – conjugal e paternal – numa família simbolicamente representada como refúgio. Neste sentido, os ideais românticos que inauguraram um movimento de familiarização e emocionalização do homem, malgrado a persistência da diferenciação, traduzem-se actualmente num elogio dos valores da intimidade e da partilha conjugal, crescentemente dominantes nas sociedades ocidentais (Aboim 2010b: 160).

⁴⁹ Ver: *Soft patriarchs, new men. How Christianity shapes fathers and husbands.*

Concomitantemente, dá-se início a uma tendência, característica das sociedades modernas, de reduzirem-se os números de filhos por família. Tal fato demonstra um aspecto capital nas transformações da sexualidade, pois revela muito mais do que uma característica de política demográfica, uma vez que, “pela primeira vez, para uma população maciça de mulheres, a sexualidade se aparta de um círculo crônico de gravidez e parto” (Giddens 1993: 36-37), possibilitando a percepção de uma “sexualidade plástica”, desvinculada de fatores como a procriação e os laços de parentesco, que atavam a sexualidade a um determinismo natural, sendo diretamente responsável por criar as condições necessárias para o processo de revolução sexual atingida no século seguinte.⁵⁰

No ideal do amor romântico, o laço de intimidade que une os parceiros vai além do relacionamento físico/sexual, do desejo carnal, pois transcende as fronteiras da realidade objetiva. Os parceiros são idealizados como seres perfeitos para um projeto de vida a dois, destinados a um relacionamento, às vezes, infinito, na medida em que tal sentimento alicerça-se numa conjunção de almas, numa completude “inexplicável”, na qual “os dois se tornam um”, resultando num processo de autoidentidade. No entanto, se os relacionamentos sexuais, anteriormente, estavam vinculados à relação matrimonial, cada vez mais passam a se referendar pelo ideal do “relacionamento puro”. No relacionamento puro, os casais firmam um compromisso baseado unicamente no desejo de desfrutar daquilo que é ofertado por cada parceiro, e a manutenção do vínculo está atrelada aos interesses que cada parceiro nutre um pelo outro, pelo prazer que o relacionamento proporciona a ambas as partes (Giddens 1993).

O surgimento da filosofia liberal, que defende ampla igualdade de direitos entre os cidadãos, e o desenvolvimento do sistema capitalista de produção (principalmente a partir do século XIX, quando surge a necessidade de ampliação da mão de obra fabril) possibilitaram às mulheres o ingresso em massa no espaço público e, com isso, uma redefinição da divisão sexual do trabalho. Em contrapartida, num sistema fundado em desigualdades inerentes, a entrada no mercado de trabalho não lhes garantiu igualdade jurídica, suscitando uma constante organização das mulheres no plano político na busca por condições igualitárias entre os gêneros, amplamente reconhecidas pela má distribuição das atividades profissionais,

⁵⁰ Para Giddens (1993), a “revolução sexual” que se desenrola na segunda metade do século XX, no que tange aos gêneros masculino e feminino, resultou de uma maior autonomia e aceitação da sexualidade feminina, bem como dos homossexuais. Porém, apesar de gerarem mudanças profundas na sexualidade masculina, nesse caso, trata-se de uma “revolução inacabada”. As disputas pelo exercício de poder, travadas nos diversos campos sociais (sexual, político, socioeconômico, estético etc.), resultantes dos acirrados posicionamentos pró e contra o conservadorismo machista, suscitam a necessidade de uma constante discussão acerca das relações de gênero e da sexualidade, cujo ambiente acadêmico apresenta-se como um imprescindível e fértil terreno de discussão e embate político (Bourdieu 1994, Ribeiro 2011), aliás, como é afirmado por Giddens (1993: 40): “sem dúvida, o aspecto ‘científico’ de tais investigações ajuda a neutralizar a inquietação moral em relação à adequação das práticas sexuais peculiares. Entretanto, o mais importante é que o avanço de tais pesquisas assinala e contribui para uma aceleração da reflexividade das práticas sexuais habituais, cotidianas”.

bem como das políticas salariais⁵¹. Por outro lado, o avanço tecnológico no campo da medicina, principalmente no que diz respeito à reprodução humana, como a evolução gradativa dos meios contraceptivos, possibilitou às mulheres, pela primeira vez na história, esquivarem-se da gravidez indesejada, ao mesmo tempo que se dissociava a relação entre sexo e reprodução. As mulheres, a partir desse momento, poderiam exercer sua sexualidade sem o temor de ter que assumir uma gravidez que, por diversos aspectos (socioeconômicos ou morais), poderia lhes trazer sérios revezes, principalmente, no que se refere à quebra de sigilo sobre relações extraconjugais. Por outro lado, ao longo da história, a reprodução sempre esteve sob o controle dos grupos dominantes, afinal, há poder maior do que o poder sobre a vida? Como exemplo disso, verificam-se ainda hoje as lutas feministas pela autonomia das mulheres sobre os seus corpos, mais propriamente contra o interdito do aborto.

Nos dias atuais, as mudanças, sobretudo de mentalidades, trazidas pelo sistema capitalista de produção tenderam a circunscrever os relacionamentos – incluindo-se aí não apenas as relações trabalhistas, mas também as amorosas – numa lógica de mercado, “numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro” (Bauman 2004: 21-22). É nesse sentido que o autor aborda o caráter líquido da sociedade moderna, reflexo da sociedade de consumo, na qual se constroem “relacionamentos de bolso”, cuja principal característica está na mobilidade e constância de novos arranjos, sem compromisso com a sua durabilidade, pois não se inibe frente à possibilidade de descartá-los: “o desejo é vontade de consumir, absorver, devorar, ingerir e digerir – aniquilar. O desejo não precisa ser instigado por nada mais do que a presença da alteridade” (Bauman 2004: 23).

Diante dessa realidade, o ideal tradicional do “amor romântico”, um dos sustentáculos da estrutura social machista, parcialmente responsável pela submissão sexual feminina, ancorada no prazer submetido ao desejo “natural” de pertencimento a um “príncipe encantado”, agoniza frente à realidade dinâmica e volúvel do mundo contemporâneo, no qual promessas do tipo “até que a morte nos separe” já não são tão sedutoras. Assim,

a definição romântica do amor como “até que a morte nos separe” está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás o seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de

⁵¹ Sobre o cuidado que os cientistas sociais, dentre outros campos de pesquisa, devem tomar ao analisarem tal questão, elucida Bourdieu (2010: 109): “as mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis”.

parentesco às quais costumava servir e de onde extraía seu vigor e sua valorização. Mas, o desaparecimento dessa noção significa, inevitavelmente, a facilitação dos testes pelos quais uma experiência deve passar para ser chamada de “amor”. Em vez de haver mais pessoas atingindo mais vezes os elevados padrões do amor, esses padrões foram baixados. Como resultado, o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito. Noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome de “fazer amor” (Bauman 2004: 19).

Com efeito, as transformações cada vez mais recentes das estruturas de parentesco acabaram pondo em xeque o modelo tradicional de relacionamento amoroso baseado no amor romântico. Numa sociedade cada vez mais calcada em inovações tecnológicas, constantemente renovadas pelas informações restauradas a cada momento pelos mais variados canais de divulgação, tornam-se consideravelmente fora de encaixe certas crenças fundamentadas no eterno, no inevitável, no predeterminado. Por outro lado, a fluidez da vida social moderna acaba por acelerar os contatos e compromissos desenvolvidos entre os indivíduos, tornando as relações mais emergenciais, tanto quanto fugazes em certas ocasiões, assim como as exigências em torno de ideais esperados do/no outro passam a ser, supostamente, mais objetivas e menos fictícias (Bauman 2004).

De outra forma, os laços que atam os parceiros ao amor romântico podem constituir-se numa proposta assustadora ou mesmo negativa, tendo em vista que vivemos numa era “sem amarras”, numa sociedade pautada na dialética capitalista da relação produção/consumo/inovação, em que os “laços frouxos” dão o tom da vulnerabilidade dos sentimentos e das relações amorosas (Bauman 2004); assim, o desejo torna-se mais atraente do que o amor, mais possível e compatível ao ideal libertário de nossa contemporaneidade:

desejo e amor encontram-se em campos opostos. O amor é uma rede lançada sobre a eternidade, o desejo é um estratagema para livrar-se da faina de tecer redes. Fiéis a sua natureza, o amor se empenharia em perpetuar o desejo, enquanto este se esquivaria aos grilhões do amor (Bauman 2004: 25).

Em contrapartida, Giddens (1993) apresenta o surgimento do “amor confluyente”, em que não se busca mais a “pessoa especial”, mas sim o “relacionamento especial”, fundamentado numa relação de doação simétrica, emocionalmente igualitária, em que as relações amorosas aproximam-se mais de um “relacionamento puro”, que não só abarca o erotismo e o prazer sexual como elementos fundamentais para a manutenção dos laços conjugais, como também se liberta da naturalização opressora da exclusividade sexual. Sendo

assim, a monogamia não é mais, necessariamente, uma exigência natural do vínculo amoroso, mas uma condição negociável de acordo com os interesses e necessidades dos parceiros; da mesma forma, também não se limita a uma exclusiva orientação heterossexual. Segundo Giddens (1993), mesmo que o amor romântico não se imponha como um sentimento heterossexual, tem-se caracterizado corriqueiramente por esse modelo de relacionamento. Nos dias atuais, devido a maior liberdade e autonomia sexual de homens e mulheres, o ideal do amor romântico vem perdendo força frente ao “amor confluyente”, que, por sua vez, está alicerçado numa relação de maior liberdade e aceitação da individualidade do parceiro como características capitais na manutenção do vínculo amoroso.

Destarte, pode-se dizer que a proposta do amor confluyente aproxima-se com mais propriedade do relacionamento puro do que aquela exposta pelo amor romântico, como destaca Giddens (1993: 73): “muito frequentemente, os sonhos de amor romântico das mulheres têm conduzido a uma severa sujeição doméstica. O amor confluyente presume igualdade na doação e no recebimento emocionais”. Em vista disso, acrescenta Grossi (2008: 26):

Poderíamos definir o amor romântico com a famosa frase que acaba os contos de fada: “casaram e foram felizes para sempre”, e o amor confluyente com o poema de Vinícius de Moraes, “Eterno enquanto dure”. No amor romântico, o casamento dura porque a mulher sustenta emocionalmente o casamento, enquanto que o amor confluyente é igualitário, os dois têm que sustentar a relação. Para isto, é essencial haver troca emocional e sexual, ou seja, o parâmetro do modelo de relacionamento moderno tem que ser esta entrega igual dos dois parceiros.

No amor romântico, os amantes projetam a felicidade e a realização amorosa no outro, identificando-o como o parceiro sonhado, idealizado. Já no amor confluyente, o outro aparece como um meio para se chegar a um relacionamento puro, portanto, a possibilidade de felicidade e realização se dá pelo que oferece, e não apenas pelo que ele representa.

Capítulo 3. História, identidade e a construção da masculinidade

1. Uma terra de “cabra macho”

Com o fim da sociedade escravagista, o desenvolvimento do capitalismo industrial, a modernização da vida urbana e a ascensão das mulheres à esfera pública (provocando uma transformação comportamental em homens e mulheres), anunciava-se o início da decadência do domínio patriarcal:

os lugares e identidades de sujeito estavam em processo de mutação. Os territórios existenciais tradicionais sofriam um processo de desterritorialização, de destradicionalização. O que parecia ordenado, estático, imóvel, certo, inquestionável, começava a se mover para contestar a ordem anterior. Os homens e as mulheres já não eram mais os mesmos, já não reproduziam sem questionamentos os modelos sociais anteriores, as hierarquias sociais que vinham do passado. Estava se modificando não apenas a forma de fabricar artefatos e objetos, mas, principalmente, a forma de se fabricarem sujeitos (Albuquerque Jr. 2013: 30-31).

Em sua obra sobre a história do gênero masculino no Brasil, mais especificamente no Nordeste brasileiro (região onde se situa esta pesquisa), no início do século XX, Albuquerque Jr. (2013) esclarece que o final do século XIX notabilizou-se como um período em que a produção ditava o ritmo das ações, ao mesmo tempo que havia aumento do estímulo à produção de saberes, dentre eles, o saber a respeito do sexo, do gênero, do corpo, cada vez mais difundidos e alvos do entendimento científico, médico, político e social. Segundo Foucault (1998b), é através do conhecimento, da produção de saberes, que se fundam e se estruturam os elementos e exercícios de poder, ordenando e justificando as relações de dominação entre os atores sociais. O sexo e as relações de gênero, aos poucos, deixam de ser percebidos como elementos da natureza humana, predeterminados ou mesmo sacralizados, e passam a ser enxergados por seu caráter histórico e viés político-social. A construção das identidades passa a ser percebida, também, como um processo relacional, atrelado à

compreensão dos comportamentos de gênero e desejos sexuais. Desse modo, vive-se uma época de incertezas e confusões em torno do que antes era certo, natural, universal, passando a um caráter transitório, histórico, político. O social cede espaço ao individual e as subjetividades antes suprimidas, quase anuladas, emergem, gradativamente, como escopo de uma nova era:

nas ruas de uma cidade como Recife já não se conseguia com facilidade distinguir homens e mulheres. Cada vez mais, o processo de individuação fazia com que cada um fosse ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua própria experiência, cada um não mais se definindo por modelos tradicionais do feminino e do masculino, mas fazendo um trabalho de elaboração de si diferenciadora. Novos estilos de existência emergiam, novos corpos e rostos apareciam pelas ruas (Albuquerque Jr. 2013: 40).

As transformações produzidas pelos avanços da modernidade engendram-se no corpo humano como espaço sociopolítico onde se travam lutas entre o conservador e o moderno, o sagrado e o profano, o natural e o cultural, as antigas certezas patriarcais e as novas certezas feministas. Corpos são docilizados e utilizados para o trabalho fabril e o espaço “sagrado” do lar, interpelados à exploração da mais-valia e às penitências religiosas, condicionados às etiquetas de classe, regidos pelos discursos médico-científicos, nos quais se fixam os condicionamentos de gênero (Albuquerque Jr. 2013). São corpos rebeldes de homens e mulheres cujos gestos, vestes, modelamentos, desejos e práticas já não se limitam às circunscrições das limitações e proibições culturais. É no corpo dos indivíduos, sujeitos de uma realidade social violenta, determinista, castradora, que cada vez mais se percebem as dicotomias e os paradoxos resultantes das realidades socioculturais que os cercam (Foucault 1998b, Albuquerque Jr. 2013).

Segundo Albuquerque Jr., com o processo em curso de formação da república brasileira e o fim do regime escravista, inaugura-se um período de nivelamento entre os indivíduos, cidadãos livres, que gozavam dos mesmos direitos e obrigações políticos e sociais. Do mesmo modo, dirimiam-se as diferenças entre os moradores da cidade e os do campo, tendo em vista que o desenvolvimento da indústria e do comércio possibilitou um grande avanço na vida cidadina, passando inclusive a ameaçar a hierarquia político-econômica de uma histórica elite agrária. Por outro lado, vivia-se um momento em que “ideias e movimentos como o anarquista e o comunista falavam do nivelamento das classes, o nivelamento dos sexos aparecia como um resultante e uma espécie de metáfora de todo o processo em curso” (Albuquerque Jr. 2013: 45).

Assim, uma das principais características do processo de modernização do Nordeste brasileiro é o desencadeamento daquilo que se convencionou a chamar, por uma elite agrária conservadora, de feminilização dos homens:

tradicionalmente na sociedade ocidental, a masculinidade se constituía pelo papel que o trabalho tinha na vida dos homens. O trabalho, fosse ele camponês ou industrial, envolvia o corpo masculino, que se distinguia do feminino pela força física. No final do século XX e início do século XXI, este paradigma do valor do trabalho masculino associado à força vem sendo substituído no mundo do trabalho pelo paradigma da competência, que está associado ao conhecimento de tecnologia, particularmente de informática (Grossi 2008: 17).

As transformações da modernidade que resultaram num nivelamento dos gêneros, numa redefinição nos códigos da masculinidade, expuseram a figura do “almofadinha”, rapaz afeito às etiquetas, ao requinte e às delicadezas dos gestos e das vestes, aproximando-se mais do protótipo do feminino que do masculino:

estes tipos urbanos, desvirilizados, haviam nascido de um distanciamento progressivo e de uma desvalorização da vida rural, dos modos de ser homem de seus pais e avôs. Procurando ser modernos, estes bacharéis almofadinhas procuravam diferenciar-se de seus antepassados, considerados homens rudes, caturras e atrasados, sem refinamento (Albuquerque Jr. 2013: 40).

O autor supracitado expõe a construção, por uma vasta produção cultural, de um tipo (o *nordestino*), cuja identidade é calcada na mais essencial das características patriarcais, que é a virilidade. Assim, o *nordestino* seria a mais pura das encarnações do macho viril, aliás, tal masculinidade seria uma condição reflexa de um naturalismo geográfico, por isso costuma-se dizer, no popular, que na região Nordeste até as mulheres são “machos”:

na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o *nordestino* é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos é com o universo de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade em nossa sociedade, que ele se relaciona (Albuquerque Jr. 2013: 18).⁵²

⁵² O autor faz uma crítica à “historiografia dos excluídos” por não ter ampliado os estudos sobre os homens num plano geral. Fomentando um dualismo identitário, fundamentado pelo discurso feminista, tratou de polarizar a realidade social, homogeneizando-a sem tentar compreender e aprofundar suas análises acerca dessa personagem fortemente calcada no senso comum, alguém acima do bem e do mal, cuja onipotência conquistada lhe garantiu toda a sorte de privilégios e dominações, que não se abala, que não sofre, que não chora: “donos do poder, ocupantes do espaço público, produtores da riqueza, chefes de família, responsáveis perante as leis, controladores da cultura, os homens não teriam deixado lugar para as mulheres na história... Esta historiografia preocupada em dar voz aos excluídos, aos vencidos, se preocupou em fazer a história das mulheres, dos homossexuais e de alguns homens: os negros, os operários, os camponeses, etc. Mas esta historiografia dos excluídos excluiu fazer uma história dos homens” (Albuquerque Jr. 2013: 19).

Mesmo entendendo que a construção de uma identidade regional depende de diversas características que envolvem “uma multiplicidade de elementos como um conjunto de signos, experiências, práticas e discursos” e que a masculinidade seria mais um dentre tantos aspectos constitutivos da identidade regional nordestina, Albuquerque Jr. acredita ser essa característica “fundamental na construção de uma figura homogênea e característica que se chamará nordestino” (2013: 23).

Outro aspecto das transformações nas relações de intimidade no Nordeste brasileiro diz respeito à crescente valorização do amor romântico e, conseqüentemente, do casamento por vínculo amoroso, no qual se destaca uma horizontalidade nas relações conjugais, outrora calcadas na superioridade masculina e subserviência feminina, substituída por relações mais simétricas, em que se presumia o abandono do direito patriarcal nas decisões familiares por uma conjugalidade mais democrática e feminilizada, tendo em vista a correlação histórica entre o sentimentalismo proveniente das relações amorosas e uma pseudonatureza própria ao universo feminino:

a emergência do casamento romântico está relacionada, pois, com mutações subjetivas, que, por seu turno, requeriam uma redescritção do que seria o masculino e o feminino, neste momento. Momento em que parecia reinar a confusão e em que as fronteiras não estavam mais bem delimitadas, com o feminino invadindo espaços antes definidos como masculinos e, em alguns aspectos, se masculinizando, e, por outro lado, o masculino vivendo uma crise, observando-se uma feminização de vários aspectos da sociedade. A modernidade parecia trazer a confusão e a dispersão dos papéis sociais, antes bem melhor delimitados (Albuquerque Jr. 2013: 72).

Na contramão da redefinição do homem moderno – forjado na delicadeza das letras, das artes e da moda “copiada da Europa”, cujo requinte e androginia desses “filhos de papai, mimados”, os faziam parecer mais “sinhazinhas do que sinhozinhos” (Albuquerque Jr. 2013) – surge um discurso regionalista militante com o intuito de reconstruir a figura masculina do homem nordestino, resgatando-lhe aquilo que seria tratado como parte da sua essência histórico-antropológica, a virilidade:

a masculinidade hegemônica regional dá forma a um sentido de realidade masculina em nível societal amplo e, portanto, opera no domínio cultural como material à disposição para ser atualizado, alterado e desafiado através da prática, em uma gama de circunstâncias locais diferentes. Uma masculinidade hegemônica regional fornece, então, uma estrutura cultural que pode ser materializada nas práticas e nas interações cotidianas [...] Desse modo, modelos regionais exemplares influenciam – apesar de não

determinarem completamente – a construção das relações de gênero e as masculinidades hegemônicas no nível local (Connell e Messerschmidt 2013: 267-268).

Desse modo, alimentando-se de uma tradição rústica e patriarcal, fortemente abalada por uma sociedade feminilizada, a figura do *nordestino* ressurge como o baluarte de uma *macheza* fincada na história daquela região, que deveria ser preservada a qualquer custo:

o nordestino em seu nascedouro já será uma figura reacionária em relação a qualquer mudança que pudesse ocorrer nas identidades e nos papéis que eram definidos para os gêneros. O *nordestino* será inventado como o *macho por excelência*, a *encarnação do falo*, para se contrapor a este processo visto como de feminização, pensado como ameaçador, em última instância, para a própria região (Albuquerque Jr. 2013: 151-152).

Dessa forma, é construído não apenas o tipo *nordestino* como o macho típico da espécie humana, mas também o Nordeste como uma região intrinsecamente masculina, onde até as mulheres são naturalmente masculinas; pessoas de fibra, fortes de caráter, forjadas por uma região inóspita, de sol escaldante e terra rachada, cujas dificuldades de sobrevivência somente são suplantadas pela determinação e coragem que seriam próprias do sexo masculino: “seja por motivos eugênicos, telúricos ou histórico-culturais, o nordestino é definido como cabra macho, cabra da peste, homem de fibra, uma reserva de virilidade nacional” (Albuquerque Jr. 2013: 72).⁵³

Com efeito, encontra-se calcada nessa noção machista da sexualidade e das relações de gênero, que se inscrevem e se fortalecem na concepção do que é ser homem, presente no imaginário de grande parte dos meus informantes, visto que as condições materiais de existência presentes nos discursos, ações, atividades e organizações sociais refletem os registros e produtos históricos resultantes da realidade espacial em que se circunscrevem (Ribeiro, Portela e Gerry 2009).

Um dado importante alertado por Albuquerque Jr. (2013) diz respeito ao fato de que esse tipo *nordestino* não reflete a elite intelectual que o construiu, mas o homem simples do sertão, moldado pela vida difícil e pelo trabalho físico árduo de sol a sol. É a esse homem rude, iletrado, valente e viril, oposto do janota urbano de traços finos e jeito efeminado, que

⁵³ Corroborando com tal tipologia, construída na primeira parte do século XX, recentemente em entrevista coletiva transmitida por vários canais de televisão, o técnico da seleção brasileira de futebol, Luiz Felipe Scolari, foi questionado sobre como ele administrava, com dois de seus jogadores (Hulk e Lucas), o conflito pelo qual passa com parte da torcida, que o questiona sobre a escalação do Hulk em detrimento do Lucas, preferido dos torcedores. A questão era: como fazer para que o jogador Hulk não se sentisse abalado pela rejeição da torcida e isso se refletisse no seu desempenho em campo, visto a desconfiança da torcida e apoio ao outro jogador? De imediato, Scolari respondeu: “Ele não se abala com isso, é paraibano!”, referindo-se ao fato de o jogador ser natural do estado da Paraíba, região do Nordeste do Brasil, terra de cabra macho, de cabra da peste, onde sensibilidades e sentimentalismos são fraquezas típicas ao feminino, não ao masculino, não a um legítimo herdeiro e representante dessa espécie.

recorrem os intelectuais nordestinos ao modelarem o tipo responsável pela resistência de uma masculinidade cultural e de uma tradição de valores regionais arcaicos, que teimava em resistir aos progressos da modernidade urbana: “o nordestino é uma figura, um corpo construído por discursos em que a fala encarna o falo” (Albuquerque Jr. 2013: 222).

O início do século XX apresenta uma série de transformações na esfera sexual e na política dos gêneros que se tornam cada vez mais de domínio público, apropriadas pelas mais variadas instituições sociais, como a medicina, o direito, a academia e as políticas públicas, além da família e da igreja. Ao mesmo tempo que o mundo moderno abre espaço para uma maior liberdade no expressar de uma individualidade em ascensão, novos conceitos, valores, normas e leis interferem cada vez mais fortemente no uso de tal liberdade, teorizando e tabulando política e cientificamente cada novo comportamento instituído, cada nova ideia formulada, cada conceito reconstruído, redefinindo os discursos e instrumentos necessários às novas relações de controle e dominação (Albuquerque Jr. 2013).

Assim, busquei explorar nas falas dos meus informantes o grau de percepção que eles possuem acerca dessas complexas relações presentes nas esferas do sexo e do gênero, entre modernidade e conservadorismo, liberdade e controle, bem como seus posicionamentos teóricos e práticos que emergem a partir destas e exprimem o processo constitutivo de suas identidades sociais.

2. Natal: a cidade “aberta para o mundo”

A cidade do Natal, fundada em 25 de dezembro de 1599 por colonizadores portugueses (advindos, em parte, da região do Minho)⁵⁴, é a capital do estado do Rio Grande do Norte, localizado na região do Nordeste brasileiro. Possui um clima tropical, cuja temperatura média é de 27° e a umidade do ar em torno de 70%, bem como uma área de 172 km (quilômetros quadrados) com 900 mil habitantes, representando 25,65% da população do estado.⁵⁵

⁵⁴ Segundo o folclorista e historiador norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo (1999: 113): “de onde nos viera o branco? De Portugal, quase sempre via Pernambuco. Vai para o interior plantar os mourões das porteiras nas fazendas, semeando as cidades. O português vinha das Beiras, Minho, Alentejo. Nossas três vilas tomaram denominação alentejana, Extremoz, Arês e Portalegre”.

⁵⁵ Dados da Secretaria de Turismo da Prefeitura da cidade do Natal (<http://turismo.natal.rn.gov.br/negocios.php>).

Apesar de não se caracterizar como uma das maiores e economicamente mais desenvolvidas cidades do país, possui um grande potencial turístico, sendo um dos principais roteiros brasileiros de turistas e imigrantes de todo o mundo, principalmente europeus, dentre os quais, um grande número de portugueses.⁵⁶

No início do século XX, houve um desencadeamento das chamadas “ideias modernistas”, que se fez ecoar dentre os principais centros urbanos brasileiros, as quais encontraram na cidade do Natal um solo fértil à sua propagação:

propostas como a criação da “Cidade Nova”, de autoria do italiano Antônio Polindrelli, direcionando o crescimento da capital para as áreas que na atualidade correspondem aos bairros de *Tirol* e *Petrópolis*; implantação de grandes avenidas, com 30,00 metros de largura; novos modelos de praças, quarteirões com planta xadrez, etc., formando ao que passou a ser denominado de “*master-plan*”, concluído em 1904 (Celestino 2009: 79).

Dessa maneira, no início do século passado, a cidade do Natal passava por um processo de modernização e “afirmação como cidade”:

nesse aspecto, cumpre destacar outros elementos que também contribuíram para uma série de mudanças, nesse mesmo período, que tiveram como palco a referida cidade, tais como: o início da primeira etapa do abastecimento de água, preocupações direcionadas ao saneamento, inclusive com ações concretas nesse sentido, pavimentação de algumas das principais vias existentes, substituição da iluminação a gás pela elétrica e a primeira linha de bonde elétrico. Por outro lado, propostas voltadas à modernização do sistema educacional, a construção de novos prédios públicos, as inaugurações de novos espaços urbanos, por exemplo, apontam para o horizonte de abrangência e de transformação que estava sendo delineado pela elite intelectual, participante ativa na administração pública (Celestino 2009: 81).

Desse processo de modernização resultou, durante as décadas de 1920 e de 1930, importantes planos de desenvolvimento urbano que visavam lançar Natal rumo ao “progresso civilizatório”. No entanto, a cidade somente alcançou o patamar desenvolvimentista, encetado na aurora do século XX, com a deflagração da 2ª Guerra Mundial:

[...] de qualquer forma, embora a cidade de Natal já tivesse sido alvo de propostas de intervenções urbanísticas inovadoras, como o Plano de Sistematização, elaborado pelo italiano Giacomo Palumbo em 1929, o denominado Plano Geral de Obras de autoria do Escritório Saturnino de Brito, com o qual

⁵⁶ Dados da Secretaria de Turismo da Prefeitura da cidade do Natal (<http://turismo.natal.rn.gov.br/negocios.php>).

“tiveram início as obras de Saneamento de Natal inauguradas em 1938” (Miranda 1981: 123),⁵⁷ e outras que foram levadas adiante, como o Plano da Cidade Nova, já citado, dificilmente poder-se-ia comparar o impacto desses projetos com as consequências advindas do fato de a capital potiguar ter-se transformado na maior base militar americana fora dos Estados Unidos (Celestino 2009: 117-118).

Com efeito, as transformações promovidas pela forte presença estrangeira nessa pequena cidade nordestina resultaram em bem mais do que consideráveis redefinições infraestruturais, econômicas e físico-espaciais, mas em inigualáveis experiências relacionais e emocionais, provocadas pelas profundas trocas de vivências culturais, valores e costumes, resultando num processo de desenvolvimento econômico, sociocultural e comportamental nunca experimentado ao longo de sua história:

a concretude com que a configuração de uma nova paisagem, novos equipamentos, novos espaços públicos urbanos, no início do século passado, apresentavam-se a população natalense, quando colocados em cena, e no cotidiano dessas pessoas, contribuíram para alimentar novas atitudes e comportamentos, que não se limitaram às áreas urbanas que estavam sendo foco imediato das intervenções públicas [...] É importante destacar que sinais dessa nova ambiência da década de 1940 se mostravam de forma diferenciada. Ou seja, cristalizavam-se em acontecimentos humanos mais amplos: costumes, formas de vida, emoções e troca de experiências, por exemplo. Contudo, diferentemente de outros sinais mais concretos, como os exteriorizados na paisagem, os reflexos desses acontecimentos humanos nem sempre se oferece de imediato ao olhar; especialmente quando se transformam em marcas, em registros profundos (Celestino 2009: 122).

2.1 Um trampolim para mudanças: a Segunda Guerra Mundial

A cidade do Natal, não por acaso, foi alvo de invasores e conquistadores ao longo de sua história, desde portugueses, holandeses e, numa outra perspectiva, norte-americanos, até os próprios militares brasileiros advindos de outras regiões do território nacional (Lopes Júnior 2000, Cascudo 1999, Dantas 1989), sendo denominada por alguns autores como uma *cidade aberta para o mundo*.

⁵⁷ João Maurício de Miranda: “380 anos da história fotográfica da cidade de natal”.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a cidade do Natal (devido à sua excepcional e estratégica posição geográfica no Atlântico Sul, sendo, por isso, denominada “O trampolim para a vitória”), em um acordo firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, serviu de base aérea norte-americana na defesa do continente americano contra possíveis invasões nazistas:

o impacto tido com esse novo momento representava uma situação que colocava a população, de uma forma concreta, em uma nova ambiência, não apenas de guerra, como de execução de obras públicas de porte, como a via, com 20 km de extensão, toda pavimentada, denominada popularmente de “pista”, que reduzia em mais de duas horas o percurso gasto entre Natal e Parnamirim, município onde estava localizada *Parnamirim Field*⁵⁸. Essa nova via tornou-se importante porque também passou a apontar um novo eixo de crescimento para a cidade. Porém, as mudanças não se limitavam ao tempo recorde em que novas construções eram executadas, aos equipamentos de alta tecnologia que chegavam a Natal, às transformações urbanas observadas, ou até mesmo à grande quantidade de americanos que “do dia para a noite tomou a cidade” (Celestino 2009: 120).

Nesse sentido, Lopes Júnior (2000) chama a atenção para a paradoxal sensação de liberação dos costumes e racionalização da vida social, proporcionada pela presença do grande contingente militar em Natal. Segundo o autor, “se a presença física de inúmeras unidades militares pode parecer, numa análise apressada, como uma ameaça silenciosa, o contingente de militares numa cidade que até o início da década de 40 não tinha mais do que 50.000 habitantes, tem impactos econômicos e socioculturais consideráveis” (Lopes Júnior 2000: 28). Ora, não há como reestruturar ou redefinir instrumentos de controle social de maneira suficiente e eficiente para dar conta de uma transformação populacional em tão curto espaço de tempo, sendo normal o conseqüente afrouxamento dos laços repressivos do conservadorismo social. Apenas na enorme base aérea de *Parnamirim Field* passaram a abrigar-se, por certo tempo, 10.000 militares, além do grande número de comerciantes e profissionais liberais que se instalaram na cidade (Casudo 1999, Smith Jr. 1992). Entre os anos de 1940 e 1950, a cidade duplicou sua população, passando de 55.000 a 103.000 habitantes (Lopes Júnior 2000).

Uma das flagrantes conseqüências na liberação dos costumes foi a presença frequente das mulheres no cenário social. O clima de modernização e progresso que envolvia a cidade do Natal presenteou as moças com a possibilidade de *libertarem-se* gradativamente do jugo patriarcal, por meio das possibilidades de exercerem trabalho fora de casa, bem como de

⁵⁸ “Nome dado à Base Aérea Americana, construída pelo próprio governo dos Estados Unidos”.

frequentarem cinemas, bares e bailes, na companhia da(s) irmã(s) ou mesmo dos próprios namorados, muitos deles norte-americanos (Mariz e Suassuna 2005).

Destarte, faz-se importante destacar a presença de um grande contingente de prostitutas na cidade do Natal. Com o grande afluxo de forasteiros pela cidade e com o clima de desconfiança e medo pela preservação da honra das donzelas da cidade, fez-se necessária a potencialização da oferta de casas de prostituição como um “mal necessário” (como de praxe, ao longo da história), como um instrumento velado de proteção da castidade das “mocinhas de família” do possível assédio masculino. Desse modo, juntamente com as diversas formas de prestações de serviços, há uma redefinição do comércio sexual em Natal, cujos bordéis⁵⁹ (os quais antes da guerra possuíam um caráter popular) passam a se reestruturar, tomando aspectos de sofisticação, para atender a uma clientela mais diversificada e exigente. Dentre as casas de prostituição, destacou-se a de “Maria Boa”. Frequentada pela elite socioeconômica e intelectual da cidade, foi palco de reuniões comerciais e políticas, sendo reconhecida pelo requintado padrão de qualidade de seus serviços. Situada próxima ao centro da cidade, contava inclusive com uma orquestra que animava o seu salão de festas (Freire 1993).

As prostitutas, em sua maioria, vinham das cidades do interior em busca de melhores condições econômicas para o sustento da família,⁶⁰ devido a uma pequena divisão social do trabalho, na qual eram aproveitadas as mulheres da época, bem como a problemas familiares, que resultavam na expulsão de suas casas (geralmente pela “perda de sua virgindade”). No entanto, a busca por dinheiro e/ou diversão ampliou consideravelmente o contingente feminino à procura por serviços sexuais:

com o crescimento do comércio do sexo na cidade, houve um grande afluxo de mulheres à procura de emprego nas casas de prostituição, e com elas surgiram as chamadas *prostitutas camufladas* (mulheres casadas, bem empregadas ou de programa, que vinham de lugares como Bahia, Pernambuco e até São Paulo para conhecer a cidade, e aqui chegando, conheciam a fama de *Maria Boa*, a casa mais luxuosa da cidade, e por lá ficavam a fazer salão). Passavam o final de semana, regressando na segunda-feira às suas cidades (Freire 1993).

⁵⁹ “Segundo as normas da polícia, os bordéis tinham que localizar-se à margem da sociedade, onde não houvesse residências familiares; as prostitutas não podiam exercer sua profissão fora dos limites do cabaré; os muros das casas tinham que ser altos; e o som era ligado a partir das 20:00h e desligado às 02:00h da manhã. Os bordéis tinham uma luz vermelha que servia de aviso aos clientes, para o início da jornada noturna. Essa luz era acesa a partir das 20:00h com a permissão do delegado, responsável pela delegacia de costumes, que designava quem deveria acender a luz, se alguém do cabaré ou um de seus agentes” (Freire 1993: 12-13).

⁶⁰ “A arregimentação de prostitutas era feita das cidades do interior e estados vizinhos. Muitas mulheres chegavam sem nada, mas eram logo devidamente produzidas para o ofício. Tãmanha era a produção que não se reconhecia à noite, as que chegavam pela manhã. Ao chegarem a uma cidade, os proprietários de Cabarés hospedavam-se nas boates que lá existiam. O aliciamento das mulheres era feito com a ajuda de funcionários dos estabelecimentos do qual elas faziam parte, que recebiam gorjetas para levá-las à presença dos interessados. Não há referências à arregimentação de prostitutas estrangeiras na cidade, salvo algumas portuguesas e bolivianas que por aqui tiveram. Fala-se até de uma portuguesa, de nome *Deolina*, que foi proprietária de algumas casa, dentre elas, a *Coimbra*” (Freire 1993: 11).

É possível calcular o resultado do impacto das relações socioeconômicas, culturais e comportamentais na cidade do Natal, como destacam Mariz e Suassuna (2005: 323):

A convivência dos americanos com a população natalense provocou mudanças nos nossos padrões de comportamento e, simultaneamente, impulsionou o desenvolvimento do comércio da cidade. A cidade calma, de vida mansa e cadeiras na calçada, foi de repente tomada de impulso pela presença de soldados brasileiros e americanos. Os americanos eram encontrados nas praias, cinemas, lojas, igrejas, zona, na pracinha, etc. Educados, alegres e corteses, instituíram o hábito de ajudar as mulheres com a cadeira na hora de sentar ou levantar, bem como presentear flores. Os natalenses foram aos poucos aderindo aos hábitos americanos: o uso de roupas informais, com as camisas por fora das calças (*sileques*); abolição de ternos e gravatas nas *soirés* e depois extensivos às repartições públicas; uso da barba diária; a introdução de ritmos caribenhos, rumba, conga e boleros, danças e músicas americanas como o *swing* e o *blue*, o uso de gírias e palavras em inglês; adoção do sistema de bares e restaurantes conjugados, que antes funcionavam em prédios separados.

As frequentes trocas de experiências entre o variado contingente cultural, de origem estrangeira ou de diversas partes do país, fomentaram na cidade do Natal um efusivo clima de modernidade e progresso. A província, aos poucos, experimentava a sensação de “abrir-se para o mundo”:

a cidade de Natal cresceu muito durante esse período, destacam alguns pesquisadores. Este fato, aliado a um contexto de intensa movimentação militar, o contato mais próximo com um novo idioma e hábitos até então distantes da maior parte da população local e a forma com que essa cidade passou a ter a sua imagem divulgada não apenas no âmbito nacional, como internacional, foram fundamentais para que de “cidade provinciana”, em curto espaço de tempo, essa capital passasse a ser alardeada como o centro urbano mais evoluído do Nordeste (Celestino 2009: 121).

No entanto, a autora supracitada atenta para o fato de que as transformações trazidas pelo grande contingente populacional, resultantes da chegada dos norte-americanos, também provocaram alguns problemas infraestruturais na cidade:

não foi surpresa o acolhimento que esse novo cenário encontrou no âmbito local, apesar de alguns efeitos colaterais adversos que o envolvimento de Natal na Segunda Guerra Mundial desencadeou, agravando, inclusive, problemas já existentes nessa cidade, como o de abastecimento, moradia e aumento generalizado de preços (Celestino 2009: 120-121).

Do outro lado, a dificuldade vivenciada pelo comando militar norte-americano de importar os mais variados produtos, para suprir as necessidades da população militar, levou ao fomento do comércio interno, acompanhado de uma conseqüente alta de preços, “fazendo surgir uma inflação localizada regionalmente (para além da inflação nacional, que também foi afetada pela guerra)” (Lopes Júnior 2000: 30). Mariz e Suassuna fazem as seguintes considerações a respeito do que era comum ouvir dizer, entre os cidadãos remanescentes daquela época, sobre os diversos produtos estrangeiros que aportavam no porto da cidade, ou vindos via Pernambuco, dos quais muitos ainda eram inexistentes ou pouco conhecidos em todo o país:

merece destaque a instalação de uma enorme loja *tax free*, o PIÉCS, espécie de reembolsável, que logo transformou-se na grande atração de Parnamirim, pelos preços e novidades. Ali se vendia quase tudo: isqueiros, óculos *Ray-Ban*, relógios, tecidos, calçados, perfumes, latas de biscoitos, etc. Os cigarros *Chesterfield*, *Camell*, *Luky Strike*, *Pall Mall*, entre outros, custavam menos que os da terra. Também foi instalado em Parnamirim um engarrafamento de *Coca-Cola*, o primeiro do Brasil, que se tornou o quarto país do mundo a consumir o referido refrigerante, depois dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra (Mariz e Suassuna 2005: 321).

Tal fato resultou numa frágil percepção, por parte da população natalense (que ainda se pode perceber nos dias atuais), de modernidade e progresso, numa “abertura para o mundo” do consumo, mas não para as inovações técnico-científicas e industriais, que foi limitada pela manutenção de uma oligarquia conservadora em detrimento de uma redefinição das estruturas sociopolíticas (Lopes Júnior 2000, Smith Jr. 1992).

A esse respeito, acrescenta Celestino (2009: 118):

Contudo, se por um lado uma série de iniciativas transformadoras já fossem observadas em vários aspectos da vida urbana dessa capital anteriormente, por outro, esse desejo de mudanças não era abraçado com o mesmo entusiasmo, nem na esfera política, pois as mesmas pessoas desejavam permanecer no poder, ainda que revezando e negociando o espaço político entre os pares do mesmo grupo, ou família, nem entre alguns formadores de opinião, que não viam com bons olhos a influência das ideias modernistas na cultura local.

Daí por diante, o grande afluxo de pessoas (de origem estrangeira ou de diversas regiões do país) passou a condensar uma mistura de modernidade e provincianismo bastante complexa, ainda perceptível nas heterogêneas atitudes frente ao novo e ao velho, presentes nos discursos dos meus informantes.

É na vaga de um sentimento primeiromundista, sustentado por uma mentalidade da classe média e alta burguesa, que se desenham as relações socioeconômicas e espaciais da cidade do Natal, reflexo de um modelo capitalista incrustado nas sociedades que “compram” as ideias e sonhos presentes no *American way of life*:

[...] é possível entender que os acontecimentos que se desenrolaram na capital potiguar, por ocasião do citado conflito mundial, tiveram um poder de penetração diferenciado na vida da cidade por todo um conjunto de fatores que contribuíram de maneira decisiva para a concretização desse fato. Portanto, nesse contexto, não se poderia deixar de reconhecer o empenho e as estratégias do governo norte-americano em divulgar o que passou a ser denominado de *american way life*, que se deu inclusive com uma ação mais intensiva do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), agência criada em 1940, com o objetivo de realizar projetos de interesse desse país em diferentes áreas, inclusive a cultural. Por outro lado, cumpre também não perder de vista a possibilidade de que o natalense já tivesse começado a adquirir, a partir das transformações da paisagem citadina, vivenciadas de forma particular no início do século XX, uma visão dinâmica da vida urbana. Talvez esse tipo de percepção possa, inclusive, ter-se constituído em ponto de apoio necessário para que um novo projeto cultural, introduzido no início dos anos 40, tenha sido recebido nessa capital como uma transformação positiva, apesar das dificuldades que a população teve que superar, para se adaptar às novas exigências, que essas mudanças passavam a definir. Da mesma forma, cabe destacar algumas ações articuladas pelos Estados Unidos para intensificar e acelerar o processo de aproximação junto à sociedade brasileira. Afinal, a OCIAA atuava em diversas frentes e meios de comunicação, como: rádio, jornais, cinema e revistas, com o objetivo de difundir modelos, comportamentos e estilo de vida (Celestino 2009: 123-124).

2.2 Do Pós-Segunda Guerra ao presente

O período pós-2ª Guerra Mundial desencadeou profundas transformações na cidade do Natal. Nas duas décadas posteriores, a cidade triplicou em população e praticamente quintuplicou até o ano de 1970 (Ribeiro Silva 2011). Porém, juntamente com o aumento populacional da cidade (grande parte relativo aos imigrantes do interior do estado), acresceram diversos problemas de infraestrutura urbana, visto que a cidade não foi preparada administrativamente para suportar toda a complexidade relativa às problemáticas próprias de uma “metrópole”:

ora, é a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial que vai se perdendo por completo a vivência da Natal da modernidade. Seus intelectuais e poetas se findaram; a urbe agora era invadida por vagas imigrantes que inflacionavam a cidade; suas feições urbanas transformaram-se; ao lado dos equilibrados e projetados bairros de *Tirol* e *Petrópolis*, instituíam-se um cem mundo de subúrbios desordenados [...] Não era à toa que a cidade da *Belle Époque* fosse inventada enquanto paradigma de cultura urbana para década de 1960 (Ribeiro Silva 2011: 192).

Dentre os principais problemas que afetavam a urbe durante a década de 1960, destacam-se: deficiência no abastecimento de água, falta de infraestrutura para os períodos chuvosos (ruas alagadas e casas inundadas), sujeira que se espalhava pelas ruas (pela falta de uma coleta regular do lixo), ineficiente sistema de transporte coletivo, precária iluminação pública e avanço das construções irregulares e desordenadas na periferia da cidade, fazendo surgir suas primeiras favelas, como: Brasília Teimosa, Passo da Pátria e Mãe Luíza (Ribeiro Silva 2011).

Segundo o autor supracitado, o crescimento demográfico pelo qual passava a cidade do Natal e sua conseqüente expansão fundiária levaram a uma redefinição de sua identidade, na medida em que se davam a ocupação dos espaços públicos e as diferenças entre os bairros centrais, ocupados pela elite (como os tradicionais bairros de *Tirol* e *Petrópolis*), e os bairros suburbanos, surgidos após a Segunda Guerra Mundial, de ocupação das camadas populares da cidade: “seja demarcando fronteiras entre os espaços tradicionais, já estabelecidos na urbe, e os espaços *outsiders*, recém-constituídos ou em processo de formação, seja entre os espaços de hoje e os espaços de ontem, do presente e do passado” (Ribeiro Silva 2011: 40).

A sensação que o presente da cidade desperta é de que “andara para trás”, estancando em seu processo de modernização, principalmente ao comparar o seu presente com o início do século XX, durante a sua chamada *Belle Époque*:

é interessante perceber como os conceitos são utilizados numa semântica específica. Assim, se por um lado o termo moderno tradicionalmente possui vinculações próximas do termo novo, nessa configuração discursiva o que ocorre é justamente uma vinculação contrária. O moderno aqui se liga ao antigo: a Natal realmente moderna, que respirava os ares do progresso era a Natal do início do século XX, enquanto que o novo se liga a uma concepção de degenerescência, de caos (Ribeiro Silva 2011: 83).

Na segunda metade da década de 1960, algumas obras pareciam colocar Natal novamente nos trilhos do desenvolvimento urbano, como, por exemplo: a criação da estação

metropolitana de passageiros, o novo sistema de abastecimento de água nos morros de Mãe Luíza e Novo Mundo, a constituição do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal (que se assemelhava, em estilo e padrão urbanístico, aos mais modernos, já adotados dentre algumas das maiores cidades brasileiras) e o calçamento de ruas “a paralelepípedo nos subúrbios da cidade, além de pavimentação asfáltica” (Ribeiro Silva 2011: 91). Porém, dentre as obras inauguradas, a que mais causava orgulho aos natalenses era a expansão da iluminação elétrica:

[...] era justamente a partir da questão da energia elétrica que a municipalidade mais procurava construir a sua visibilidade junto aos espaços e à população da cidade. Acompanhando a chegada do fornecimento de energia da hidrelétrica de Paulo Afonso e as execuções da Força e luz, organismo do governo do estado destinado a administrar e executar os novos serviços de eletrificação, a prefeitura ia promovendo eventos festivos a cada bairro e por vezes a cada avenida que recebia a nova eletricidade. E com a chegada da iluminação, a urbe se regozijava, adquiria outro aspecto com tons de beleza e progresso (Ribeiro Silva 2011: 93).

Outro fator de grande relevância para o crescimento urbano da cidade, destacado por Ribeiro Silva (2011), foi a criação do conjunto habitacional popular da Cidade da Esperança, no início de 1964, cujo cadastro no programa contou com mais de 6.000 famílias inscritas. Apesar de estar longe de proporcionar uma moradia confortável aos seus habitantes, o conjunto habitacional propiciava a realização do “sonho da casa própria”, tão objetivado pela classe trabalhadora, além da garantia de uma considerável economia salarial por livrar-se da despesa do aluguel:

de fato, a efetivação da Cidade da Esperança se constitui como um marco para a cidade, uma vez que se origina aí uma política oficial, formal do estado em termos de ocupação dos espaços suburbanos de Natal. A inauguração em janeiro de 1966 trazia a construção de quinhentas casas, uma capela, um mercado e redes de água e luz, ou seja, um espaço planejado e efetivado pelo estado, já possuidor de uma estrutura urbana mínima. Em julho do mesmo ano esta primeira parte do conjunto habitacional também era atendida pela construção de um grupo escolar com curso primário completo e de um posto de saúde, comportando um gabinete médico e dentário. Só nessa primeira etapa, pretendia-se deslocar para a Cidade da Esperança cerca de três mil e quinhentas pessoas, que teoricamente deixariam as residências que não as pertenciam, sejam alugadas ou cedidas, para morarem em casa própria (Ribeiro Silva 2011: 123).

No entanto, o autor atenta para o fato de não partirem do estado as principais ações de ocupação dos espaços públicos, e sim das apropriações e construções informais efetivadas pela população pobre da cidade, que aos poucos vão se alastrando com suas ocupações irregulares. Por outro lado, Ribeiro Silva (2011) acusa o próprio estado de conivência e promoção dessas ações, pois, apesar de não fiscalizar nem combater tais realizações, cria ainda as “frentes de trabalho”, que acabam por dar suporte a essas ações:

mas, não tão informais assim. O que dizer das ações da municipalidade de se fazer presente nesses espaços, a partir da instituição de melhorias urbanas, de inaugurações de obras, demarcando seu poder, mesmo que e principalmente simbolicamente, num processo de reconhecimento mútuo? O que dizer das iniciativas do poder público em incentivar e até mesmo subsidiar as camadas populares a ocupar os espaços menos valorizados da cidade, sem garantias legais, ou seja, irregularmente? A não ser pelos donos de lotes particulares ocupados, não há vozes em contrário a esse tipo de ocupação. Fixações irregulares, mas que encontram grande apelo e fomento também da própria sociedade civil. As Frentes de Trabalho constituídas a partir do ano de 1965 são um elemento emblemático, para se compreender esse processo de produção informal. Sob a organização da Igreja Católica, apoiada pela municipalidade, as Frentes de Trabalho tinham por função atender duas necessidades prioritariamente: dar ocupação aos moradores desempregados dos bairros carentes da cidade, fazendo-os atuar efetivando melhoramentos urbanos na sua comunidade (Ribeiro Silva 2011: 126).

A retomada do desenvolvimento urbano experimentado pela cidade do Natal segue na esteira do plano nacional desenvolvimentista promovido pelo governo federal, que se iniciava na década de 1960 com a construção de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, que encarnava o mito do progresso e alimentava o imaginário social acerca de uma nova era da sociedade brasileira, o ponto de partida para a modernização e o crescimento econômico e tecnológico da nação (Ribeiro Silva 2011). Todavia, se o sucesso de tal processo desenvolvimentista limitou-se mais ao plano teórico do que ao prático, essa realidade é ainda mais crítica quando se comparam os níveis de crescimento econômico que separam a região Nordeste das regiões do Centro e Sul do país. Deste modo,

não sendo possível pensar as dinâmicas sociais fora do espaço, procura-se mostrar que o modo como este é usado é profundamente histórico e que nele se faz sentir quer a ação do estado e seus agentes, quer os interesses e conflitos que opõem as diferentes classes e grupos sociais (Ribeiro, Portela e Gerry 2009: 1)

Culturalmente, ainda é presente a influência herdada dos tempos da guerra. Do recurso constante à língua inglesa, para nomear lojas e eventos, até as recorrentes viagens turísticas aos EUA (das simples compras de produtos considerados baratos, devido ao inflacionamento com que são revendidos no Brasil, até mesmo à compra de casas de férias em Miami), vai se renovando o forte prestígio primeiromundista norte-americano, herdeiro do passado de guerra e simbolicamente distintivo e segregacionista:

as festas nas casas de veraneio na praia de Jacumã, não raro, são comentadas com o recurso frequente à expressão “coisa de primeiro mundo” [...] O inglês é a língua da espacialização social do “primeiromundismo” e o seu centro imaginário, claro, é Miami. A capital dos emergentes, turistas e políticos em desgraça do terceiro mundo [...] em nenhuma outra cidade brasileira, a realização do *Carnabeach*, o carnaval fora de época de Miami (Julho de 1997), foi mais saudada do que em Natal [...] O *Carnabeach* foi também a oportunidade para que parte da elite natalense abrisse as portas das suas casas (em Miami) para a publicidade das colunas sociais de Natal. Um dos “emergentes” locais promoveu, segundo um colunista presente, uma “festa de arromba” para receber os conterrâneos, na sua “confortável casa na *Venetian Causeway – Rivo Alto Island*” (Lopes Júnior 2000: 104-106).

Porém, cerca de quatro décadas após o legado da estada norte-americana na cidade do Natal, destaca-se a ascensão das atividades turísticas e de um, ainda, frágil setor industrial. Uma das principais obras responsáveis pelo desenvolvimento turístico de Natal foi a construção da Via Costeira, em 1985, como esclarece Lopes Jr. (2000: 39):

o marco fundamental para a expansão da atividade turística local e a produção social de Natal como cidade turística foi a construção da *Via Costeira*. Esta é uma avenida de 12 km que liga a praia de Areia Preta, próxima ao centro, à de Ponta Negra, no extremo Sul da cidade. A ideia inicial, como apontou um ex-secretário estadual de planejamento, Cavalcanti (1993:138), era a implantação de uma “Copacabana” local, com construções destinadas a moradores com alto poder aquisitivo.

Além do *status* garantido pelo consumo de roupas e acessórios de grife, bem como de carros de luxo, outro aspecto referencial da identidade social da camada econômica superior deve-se à distinção espacial dos bairros residenciais (localizados nas zonas Leste e Sul da cidade) e das casas de praia para o veraneio, em contraste, por exemplo, com a zona Norte da cidade (separada pela ponte de Igapó), estigmatizada pela pobreza e pelo descaso das autoridades político-econômicas (Lopes Júnior 2000).

O autor destaca que a construção da Via Costeira possibilitou uma redefinição socioespacial da cidade do Natal, redirecionando-a geograficamente para a zona Sul, tornando

essa a área espacial ideal para o desenvolvimento turístico, ao mesmo tempo que Ponta Negra torna-se o bairro representativo dessa reconfiguração da urbanização turística da cidade (Lopes Jr. 2000). Por outro lado, se a zona Sul passou a representar a prosperidade e o desenvolvimento urbano e turístico da cidade, a zona Norte caracterizou-se pelo seu revés. Espaço geográfico destinado à construção de conjuntos habitacionais, moradia de trabalhadores humildes e ex-moradores de favelas, retrato da segregação socioeconômica da cidade, não demorou a receber a expressão que intitularia simbolicamente o seu lugar: “a cidade do outro lado do rio” (Lopes Jr. 2000: 35).

Com o trabalho conjunto das instâncias federal, estadual e municipal, a região metropolitana de Natal empreendeu o desenvolvimento de um polo turístico que resultou na ampliação de setores-chaves para o crescimento socioeconômico local:

o setor terciário – comércio e serviços – vem se evidenciando como uma grande potencialidade para a RMN⁶¹, particularmente para Natal e para os municípios litorâneos, que vêm demonstrando a sua vocação para abrigar atividades turísticas e a vasta rede de serviços desencadeados pelo turismo. A atividade turística teve seus alicerces colocados nos anos 70, quando o Rio Grande do Norte passou a integrar a Política Nacional de Turismo, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Entretanto, foi nos anos 80, com a construção da Via Costeira (estrada que liga as praias do perímetro urbano de Natal ao bairro de Ponta Negra e concentra importante infraestrutura hoteleira), que se tornou possível recepcionar um significativo fluxo de turistas em Natal. Um verdadeiro *boom* turístico é iniciado em 1985, com desdobramentos significativos para a modernização dos setores de comércio e serviços (Clementino, Silva e Pereira 2009: 27).

Ampliando tal política,

a partir de 1990, os governantes dos estados localizados no Nordeste brasileiro, com intermediação do governo federal, idealizaram uma política pública denominada Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur/NE), com o objetivo de inserir essa região no mercado turístico internacional e participar, de modo mais efetivo, desse importante segmento da economia global. O Prodetur/NE apoia os governos estaduais na implementação das políticas de turismo e conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste, seu executor financeiro (Ferreira, Silva e Fonseca 2009: 123).

O turismo se edificou como a principal atividade econômica do estado do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, o seu maior gerador de empregos. Dentre os anos de 2002 e

⁶¹ RMN = Região Metropolitana de Natal.

2007 o número de turistas no estado praticamente dobrou, passando de 1.423.886 em 2002 para 3.345.440 em 2007, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi o estado brasileiro que mais recebeu investimentos estrangeiros no último ano, sendo aplicados R\$ 56 milhões no Rio Grande do Norte, enquanto que o estado do Rio de Janeiro figurou em segundo lugar, com R\$ 39 milhões.⁶² O Rio Grande do Norte conta hoje com uma grande demanda de voos semanais de procedência internacional, dos quais 23 vêm da Argentina, 14, de Portugal, 10, da Espanha e 3, da Itália, além de outros destinos, como Holanda, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Segundo a Secretaria de Turismo do estado, em período de alta estação, os voos *charters* diários (com procedência dos países já citados) se aproximam da casa dos 30⁶³. Segundo a última atualização de dados da Secretaria Estadual de Turismo do estado, o Rio Grande do Norte recebeu no ano de 2012, 2.618.348 turistas, sendo 2.449.726 brasileiros e 168.622 estrangeiros; enquanto Natal, no mesmo ano, recebeu 1.701.099 turistas, sendo 1.590.187 brasileiros e 110.912 estrangeiros.⁶⁴

O desenvolvimento do turismo na cidade do Natal possibilitou uma reconfiguração da Zona Norte da cidade. A partir da década de 1990, esse espaço sociogeográfico esquecido pelas autoridades políticas, aos poucos, vai deixando de ser visto como uma “outra cidade”, situada do “outro lado do rio”, passando a ser integrada no curso do desenvolvimento urbano projetado pelo *boom* turístico:

até o início dos anos de 90, a dinâmica territorial metropolitana se fazia praticamente na Zona Sul de Natal. A Zona Norte, área densamente ocupada, era tão somente um espaço complementar a essa dinâmica, sendo visto como um espaço dormitório pela sua condição de fornecedor de mão de obra para a Zona Sul. Na atualidade, essa realidade mudou consideravelmente. A partir do início da década de 1990, a Zona Norte passou por um processo de reorganização espacial articulada à atividade turística e, sobretudo, à dinâmica do setor terciário que foi impulsionado pela construção da BR 101. Inicialmente, é perceptível a presença de escolas particulares, clínicas médicas e odontológicas, sendo importante ressaltar a presença de uma unidade do Cefet/RN e de um *campus* avançado da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Associado a esses objetos espaciais, destacam-se, ainda, a implantação de uma unidade do Carrefour, além das unidades do Nordeste já existentes para responder às demandas de supermercados da área, e, por fim, a construção do Natal Norte Shopping em 2007. Esses novos objetos têm sido fundamentais na produção da nova dinâmica territorial presenciada na Zona Norte, respondendo não necessariamente às demandas da sociedade, mas às demandas do capital no que se refere à criação de novos espaços para a sua reprodução (Gomes 2009: 65).

⁶² Dados da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (www.rn.gov.br/conheca-o-rn/turismo).

⁶³ Dados da Secretaria de Turismo da Prefeitura da cidade do Natal (<http://turismo.natal.rn.gov.br/copa-014.php>).

⁶⁴ Dados da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (www.rn.gov.br/conheca-o-rn/turismo).

Quanto ao incipiente setor industrial, vale ressaltar o destacado papel exercido pelo operariado feminino, sobretudo nas indústrias têxtil e de confecções locais, bem como no cenário social como um todo. As mulheres natalenses passam a ter uma maior visibilidade socioeconômica e política:

o fato de, em 1996, uma ex-operária da indústria têxtil ser a presidente da seção regional da CUT⁶⁵ e de a eleição municipal de Natal ter sido decidida entre duas candidatas de partidos formalmente tidos como de esquerda não é, no entanto, mero acaso. A visibilidade no espaço público é o resultado de uma expansão de destradicionalização social que foi lentamente sendo tecida nas paisagens da modernização conservadora de Natal (Lopes Júnior 2000: 94).

Portanto, o crescimento econômico da cidade do Natal ampliou o campo de aparição e apropriação dos cenários públicos pelas mulheres, há bem pouco tempo dominados pelo contingente masculino, principalmente no que se refere ao horário noturno. O surgimento e a ampliação de bares, boates e estabelecimentos comerciais diversos, assim como o maior investimento do turismo pelas praias da cidade, proporcionaram uma maior visibilidade e participação das mulheres natalenses. Ainda segundo Lopes Júnior (2000: 94), “a noção de ‘cidade da moda’ e ‘avançada’ que remonta a vida social do período da Segunda Guerra Mundial, fez a presença da mulher na cidade de Natal um elemento diferencial dessa cidade em relação às outras capitais nordestinas”.

Tal representatividade feminina continua a se fazer presente nas relações de gênero entre os jovens natalenses por mim acompanhados, por várias ocasiões destacadas ao longo da minha pesquisa de campo. Com efeito, foram diversas as situações de protagonismo e/ou destaque envolvendo garotas, que, de uma forma ou de outra, ou se sobressaíam em detrimento da posição ocupada pelos rapazes ou disputavam, de igual para igual com eles, o domínio do campo social vivenciado. É notório o elevado número de mulheres presentes, e muitas vezes superior ao dos homens (como pude presenciar), nos diversos espaços e contextos sociais, como em universidades, bares, restaurantes, confraternizações, boates e praias.

Ampliando o campo dessa discussão, Bourdieu (2010: 108) adverte:

Uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino

⁶⁵ Central Única dos Trabalhadores.

secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas (sobretudo o desenvolvimento das grandes administrações públicas ou privadas e das novas tecnologias sociais de organização de quadros), levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho.

Nessa esteira, podemos depreender que as transformações pelas quais as relações de gênero vêm sofrendo nas sociedades ocidentais contemporâneas tiveram na cidade do Natal um campo fértil e historicamente predisposto ao avanço e difusão da participação das mulheres nos mais diversificados espaços sociais. Porém, apesar dos consideráveis e reconhecidos avanços, alerta-nos Bourdieu (2010: 109-111):

As mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre carreiras possíveis [...] Por um lado, qualquer que seja a posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem.

É sob a égide de uma ordem androcêntrica da realidade social, pautada numa heterossexualidade compulsória, que ainda se mantêm os grilhões do preconceito e da discriminação sexual instituída numa política de dominação entre os gêneros, ainda fortemente presente nas relações sociais, nos âmbitos sexual, econômico, político ou cultural (Rich 2007). Todavia, em face das informações obtidas nas páginas seguintes deste trabalho, podemos perceber que a cidade do Natal apresenta uma característica paradoxal, traços díspares de modernidade e provincianismo, onde relutam e coadunam-se discursos e práticas machistas em oposição a pontos de vista e atitudes liberais presentes noutra polo, tornando complexa e inexata qualquer definição taxativa acerca de uma identidade representativa dessa sociedade.

Capítulo 4. Sexualidade masculina e a construção de identidades: discursos e práticas

1. Padrões de masculinidade: o olhar dos informantes

Os indivíduos têm na sexualidade uma referência capital de sua cultura, visto que tal componente é uma fonte determinante de imposição da mesma. “A plasticidade do organismo humano e sua susceptibilidade às influências socialmente determinadas são melhor ilustradas pela documentação etnológica referente à sexualidade” (Berger e Luckmann 2002: 72). Ora, a sexualidade humana é extremamente aberta a possibilidades empíricas ou fantasiosas, daí advêm a dificuldade de fixar um comportamento sexual normal e a possibilidade de variações de acordo com o meio sociocultural no qual o indivíduo se inscreve. No entanto, o controle circunscrito sobre o corpo e os desejos orienta-nos para uma leitura dos comportamentos sexuais como uma definição do que é certo e permitido sexualmente, influenciando-se mais pelas exigências socioculturais do que pela própria vontade e necessidade sexual dos indivíduos. O ser humano não pode ser concebido como tal, isoladamente, pois sua vida biológica está inextricavelmente entrelaçada à sua vida social; portanto, ele não resiste fora do seu grupo social, pois estanca à simples condição animal, de modo que “o *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (Berger e Luckmann 2002: 75).

Sendo a cultura o resultado das interações sociais entre os indivíduos e, portanto, uma construção artificial dessas relações, e não um dado natural que se impõe sobre estes, demanda a institucionalização de mecanismos de controle que lhes dê suporte e garantias de sobrevivência. Assim, é compreensível, por outro lado, o corrente surgimento dos desvios de comportamento que colocarão em xeque a realidade estabelecida e transmitida pelo processo de socialização. “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (Berger e Luckmann 2002: 79).

As relações estabelecidas no seio social são tipificadas em papéis determinados, cada um com seu valor e significado preestabelecido. Cada ator social deverá representar o seu

papel de acordo com o que se espera dele, e a sua negação ou representação de um papel que “não lhe cabe” gerará algum tipo de conflito social. O exercício dos papéis sociais é a maneira mais concreta de objetivação das instituições sociais, pois elas tomam vida através do exercício deles. Por outro lado, a própria tipificação dos papéis e o seu exercício assumem um caráter controlador de manutenção da institucionalização.

O caráter dominante da institucionalização encontra-se, sobretudo, na *reificação* da realidade social:

[...] é possível dizer que a *reificação* constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como facticidade não humana, não humanizável, inerte [...] paradoxalmente o homem é capaz de produzir uma realidade que o nega (Berger e Luckmann 2002: 123-124).

Segundo os autores, a *reificação* faz parte de um processo pré-teórico (ou teórico) no qual todos estão inseridos, e nós somente conseguimos nos dar conta da nossa concepção reificada do mundo quando, aos poucos (variando de acordo com as nossas experiências e exercícios intelectuais acerca da realidade à nossa volta), passamos a desreificá-lo. Assim, tal desreificação constituirá sempre um processo relativamente tardio. Vale salientar que da mesma maneira que as instituições são reificadas também os são os papéis sociais, visto que se torna a sua forma objetivada, da qual os indivíduos não escapam (Berger e Luckmann 2002).

Apesar dos relevantes avanços socioculturais conquistados pelas mulheres, desde a segunda metade do século passado, os informantes percebem a sociedade em que vivem como estando ainda apoiada nos pilares resistentes do tradicionalismo e conservadorismo machista. Desse modo, acreditam que, para grande parte da sociedade (apesar de a maioria dos informantes discordar), ser homem ainda tem por significado ser superior às mulheres, tanto física quanto economicamente, bem como ter como missão social construir uma família (mulher e filhos) e garantir o sustento dela, na tentativa de manter incólume o modelo patriarcal herdado há gerações.

Outra característica relevante de ser homem está no aspecto qualitativo social, ou seja, ser homem é ter caráter, ser honesto, ter dignidade, honra, moral e ética, ou seja, características fundamentais para classificar-se como um homem de bem, garantindo a admiração e o respeito de “todos”. Tal percepção reforça a ideia negativa sobre os comportamentos desviantes:

eu acho que ser homem para sociedade é você agir como... tipo... a sociedade dá uma receita, pra que você haja conforme ela quer, pra que ela possa te julgar como homem, ou seja, você tem que seguir certos fatores, certos fatores que ela impõe, pra que ela te julgue como homem (Entrevistado nº 2: 20 anos).

Os padrões sexuais e de gênero continuam a guiar o imaginário social dos entrevistados, a heterossexualidade e masculinidade normativas seguem como a principal referência quanto a ser ou não homem. Desse modo, o aspecto natural que sustenta tais constructos culturais referenda a concepção acerca de um comportamento que, quando idealizado, é perseguido como real. Dessa forma, qualquer comportamento que se contraponha a esse modelo passa a ser visto como errado ou antinatural, como ocorre com a homossexualidade. É comum na fala de grande parte dos entrevistados não considerar o homossexual como um homem de verdade, mas uma espécie de “meio-homem” ou “falso-homem”. Daí uma das principais características desse modelo machista de masculinidade é a discriminação sobre estes, reflexo de uma educação conservadora, preconceituosa e disseminadora de estereótipos culturais.

Quando perguntados sobre a opinião deles acerca da existência de um padrão de masculinidade vigente em nossa sociedade, a maioria disse concordar em parte, visto ser interessante haver uma diferenciação no modo de ser e agir de cada sexo, porém não deve haver “exageros”, do tipo “homem que é homem não chora”. No entanto, ressaltaram que tal padrão já mudou muito e tende a mudar ainda mais, pois está perdendo um referencial:

a mudança tá tão grande hoje em dia que a gente tá perdendo a nossa personalidade. E muitas vezes as pessoas não sabem nem quem são. Então eu concordo nesse sentido, que o homem deve ser homem e a mulher deve ser mulher. Porque tem muitas vezes que você pergunta pra ele o que é que a pessoa é e muitas vezes não sabe nem quem é. Então eu concordo nesse sentido (Entrevistado nº 19: 32 anos).

O exposto acima expressa aquilo que se convencionou chamar, nos dias atuais, de crise da identidade masculina, levando o indivíduo, em vários momentos, a questionar a legitimidade de um padrão cultural que o identifique sumariamente:

o homem do final do século XX não sabe mais como se definir com clareza, pelo menos com a mesma segurança que parecia manifestar no auge do patriarcado, ou, se posso ousar dizê-lo de outro modo, a masculinidade vem sofrendo múltiplas transformações socioculturais e assumindo uma diversidade subjetiva tamanha que tornou também difícil sua definição por parte daqueles que se dedicam aos estudos da condição e da subjetividade masculinas (Boris 2011: 65-66).

Tal indefinição é corrente na fala da maioria dos entrevistados, condensando um misto de conformidade e perplexidade, por não saberem definir precisamente o que é próprio do gênero masculino e o que é próprio do feminino, como se demarcam as fronteiras comportamentais e sexuais em torno dos dois sexos, como se localizar com precisão numa identidade cultural e sexual fixa, homogênea, que lhes dê segurança e respostas às incertezas.

Para enriquecimento de tal discussão, recorreremos novamente à Goldenberg (2000: 35-36), que infere:

Talvez isso signifique que, em vez de estar em crise, a masculinidade se tornou uma questão a ser pensada e debatida. Algo que era visto como natural, o poder do macho, passou a ser questionado, ou melhor, problematizado por homens e mulheres. Até recentemente, como lembra João Silvério Trevisan (1998), homens heterossexuais não se julgavam “discutíveis”. Hoje, não existe mais a possibilidade de eleger um único modelo que servirá como referência de masculinidade para todos. Não é mais possível acreditar que aquele amigo nunca “broxa” e “já comeu mais de cem”. Esse modelo é agora, alvo de risos e críticas, não apenas das mulheres independentes.

Desse modo, identificar um gay entre héteros, na visão deles, já não é uma tarefa das mais fáceis (levando em consideração os estereótipos), devido ao fato de os homens contemporâneos estarem menos afeitos a um modelo de convenções austeras, mas apresentarem-se mais abertos às mudanças:

para compreender o papel dos estereótipos nas relações intergrupos é necessário substituir o conceito de estereótipo pelo de estereótipo social, entendido enquanto definição colectiva de uma categoria social, amplamente partilhada dentro e fora desta categoria, ou seja, difundido na cultura... É esta definição subjectiva e consensual de uma categoria de pertença partilhada, tanto pelos seus próprios membros, como pelos membros de outras categorias, que faz de uma categoria social um grupo social (Amâncio 1994: 28-29).

Tal circunstância levou um dos entrevistados a discordar da existência, hoje, de um padrão de masculinidade, como relatado abaixo:

eu não vejo mais esse padrão, é isso que estou falando. Acho que você não julga mais porque como que seria esse padrão, de antigamente? Aquele *cara* machão, não é? Que usava determinados tipos de roupas, não usava determinados tipos de acessórios? Mas você vê hoje um *cara* vai pro salão e faz as unhas. Eu nunca tive vontade de ir, mas não é porque o cara vai no salão fazer as unhas que eu vou dizer “o *cara* é *veado*”, tá entendendo? Passar base nas unhas, não é coisa de *veado*. Aí a gente tem

uma outra categoria, a dos metrossexuais... Mas se esse *cara é veado* ou não (ele até aparenta ser) mas se ele não for, ele tá fugindo. É isso que a gente chamava antigamente de padrão masculino... mas você vê uns *caras* andando na rua que você não diz nunca que o *cara é veado*. Você vê os *caras bombados*, andando com pinta de homem... então você já conhece um ou outro que tem amizade e diz: "ah rapaz aquele ali é!...", então esse padrão não existe mais não *cara* (Entrevistado nº 15: 33 anos).

Porém, a maior parte deles acredita que, apesar das visíveis mudanças sofridas pelo padrão de masculinidade vigente, o ideário machista ainda é muito forte, por ser produto das representações de um imaginário sociocultural conservador:

eu acho assim, no Nordeste, aqui o padrão de masculinidade tá ligado a uma questão machista ainda, não é? O homem como chefe da família aquele que tem que prover a família, os filhos, mas também tem um lado da própria sociedade capitalista de você está bem inserido economicamente numa profissão e expressar isso de diversas formas (Entrevistado nº 13: 31 anos).

Sobre a construção da masculinidade na atualidade, pode-se perceber, dentre os informantes, a forma tímida com que alguns deles já reconhecem a beleza de outro homem, usando termos como “bonitão”, que apesar de ser dito, mais ou menos, em forma de brincadeira, só é dito geralmente para os rapazes “reconhecidamente” encaixados num padrão de beleza dominante, ou seja, que se inserem num padrão ocidental e moderno de beleza.

É interessante ressaltar um paradoxo. Apesar de cerca de 50% dos entrevistados não concordarem com o modelo de masculinidade vigente, por julgá-lo ultrapassado, devido a uma considerável carga de machismo, com exceção de três, a maioria acredita estar encaixada em tal modelo, descortinando uma contradição entre o que se fala e o que se faz. Dentre as principais características às quais eles se sentem encaixados, estão: ser heterossexual (macho), gostar de futebol, de beber e de “farrá”, bem como, dando continuidade a um processo de amadurecimento etário e remanejamento de suas funções sociais, seguir as tradições, como trabalhar, casar-se e ter filhos.

Há de se destacar que na cultura brasileira o futebol é historicamente considerado um esporte eminentemente masculino⁶⁶ e, dessa forma, associado a certas representações que compõem tal universo. Assim sendo, faz parte do senso comum percebê-lo como um esporte vigoroso e às vezes violento. No entanto, com exceção de algumas raras discussões mais acaloradas (consideradas pelas gírias do futebol como *discussões de jogo*, ou seja, normais) –

⁶⁶ No entanto, há de se considerar um grande avanço da participação recente das mulheres por todo o país. Apesar de o esporte ainda não ter o devido reconhecimento pelos órgãos responsáveis e ainda ser tratado como amador, é digno de nota o sucesso alcançado pela seleção feminina de futebol, ganhadora de duas medalhas nos jogos olímpicos de 2004 e 2008.

regadas por vários palavrões, tapinhas e leves empurrões, acompanhados, geralmente, de sorrisos sarcásticos e alguns xingamentos (considerados normais entre grupos de homens) e por discursos agressivos (que fazem parte de uma espécie de código de comportamento instituído pelo gênero masculino)⁶⁷, o que pode ser encarado como formas de expressão de uma virilidade masculina, imposta historicamente por estruturas e instituições sociais dominantes, como argumenta Almeida (1995: 186): “[...] os homens são rivais potenciais na competição pela masculinidade, ao mesmo tempo que defendem a igualdade fraterna dos membros do mesmo sexo” – em apenas uma ocasião pude registrar uma situação de agressão física, imediatamente revidada e prontamente repudiada e abafada por mim (há de esclarecer que um dos rapazes envolvidos era um convidado de um dos alunos, não havendo em nenhuma outra circunstância desentendimentos violentos entre eles). De outro modo, em uma das partidas de futsal, destacou-se a presença do cunhado de um dos alunos, que foi apontado ao fim do jogo e na sua ausência como uma pessoa chata e inconveniente, por ter-se mostrado muito agressivo em algumas reclamações. Um dos alunos chegou a denominá-lo, ironicamente, de “pedreiro”, devido ao seu “biótipo de pobre” (baixo, moreno escuro, forte e com a barba por fazer, demonstrando, assim, uma visão preconceituosa e segregadora de classe).

Uma das características mais precisas de afirmação de uma heterossexualidade social normativa diz respeito à voluntária publicidade acerca das conquistas amorosas, romances, bem como das experiências sexuais, como meio de valorização e confirmação da virilidade do homem:

uma sociologia política do ato sexual faria ver que, como sempre se dá em relação de dominação, as práticas e as representações dos dois sexos não são, de maneira alguma simétricas. Não só porque as moças e os rapazes têm, até mesmo nas sociedades euro-americanas de hoje, pontos de vista muito diferentes sobre a relação amorosa, na maioria das vezes pensadas pelos homens com a lógica da conquista (sobretudo nas conversas entre amigos, que dão bastante espaço a um contar vantagens a respeito das conquistas femininas) mas também porque o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de “posse” (Bourdieu 2010: 29-30).

⁶⁷ Dentre as representações do masculino, observa-se desde cedo que os meninos têm o seu caráter forjado dentro de princípios como competitividade e força. Diferente das meninas, que gozam da liberdade para demonstrar sentimentos e carinhos entre aqueles que lhes estão próximos, como familiares e amigos, os meninos aprendem desde cedo a reprimir demonstrações do que possa vir a ser traduzido como fraqueza, e conseqüentemente, associar-se ao feminino, principalmente, nas relações entre eles, sob o prejuízo de pôr a masculinidade em xeque. É por esse motivo que a homossexualidade feminina acaba por ser menos policiada e menos facilmente visibilizada, diferentemente da masculina, na qual qualquer demonstração de afeto e carinho entre os garotos “aponta” para uma possível inclinação à homossexualidade (Brandão 2010).

Desse modo, como meio de vangloriarem-se entre os seus congêneres, podendo ser colegas, amigos ou simples conhecidos (visto que o que fala mais alto é a sensação de força, de posse e prestígio, numa disputa sobre quem pode mais, quem tem mais competência, quem é “mais homem”), revelam detalhes de suas experiências íntimas, à medida que satisfazem seus egos, necessitados de admiração e respeito do(s) grupo(s) do(s) qual(ais) faz(em) parte, resultando no crescimento de seu *status* social: “pro homem é uma necessidade. Essa discussão a gente já teve aqui sábado agora. É imoral como o homem quer sempre falar as coisas pra se sentir superior em relação aos outros. 'Eu fiz isso, você não fez!'” (Entrevistado nº 4: 19 anos).

Corroborando tal visão, acrescenta o Entrevistado nº 8 (19 anos):

Conto pra todas as minhas amizades [risos]. Independente da garota... Não sendo *gata* a gente tenta se preservar [risos]... Conto detalhes, geralmente os mais sórdidos [risos]. É questão do ego. De todo mundo rir, de achar você... você fica sendo um líder, não é? Todo mundo querendo se espelhar em você. Você vira um parâmetro de vencedor dentro do seu grupo [risos]. Quanto mais *gata* melhor [risos]. Não é só a beleza, mas também a dificuldade. É aquela questão, se a menina for fácil qualquer um consegue. Se qualquer um consegue não tem mérito nenhum.

Baseando-me no que diz o Entrevistado nº 4, relato duas situações em que o binômio rivalidade/autoafirmação se fez presente. Certo dia no futebol, minutos antes de começarmos a jogar, conversávamos, eu e mais cinco rapazes, quando Renato comentou que ficara sabendo, através do *Facebook*, que um colega de sala deles teria “ficado”⁶⁸ com uma garota da mesma sala, o detalhe é que se tratava de uma moça desejada pela maioria deles. Portanto, se por um lado o feito elevou o garoto a um determinado *status* perante os colegas, por outro lado, rendeu-lhe certa rivalidade, devido a uma perceptível inveja desse feito. Desse modo, passaram a especular em que condições ele poderia ter alcançado tal êxito, sempre em tom de ironia, diminuindo-lhe o grau de competência e mérito. Certo momento, um deles resolveu ligar para o rapaz e confirmar a façanha. Depois de se certificar sobre o que aconteceu, passou a relatar o que o mesmo teria lhe dito. Falou que eles estavam numa festa e teriam trocado apenas um “selinho”, no entanto ele dissera que antes do acontecido ela teria dispensado outros três rapazes que haviam tentado “ficar” com ela. Tal argumento foi o suficiente para o deboche dos colegas, quando Ricardo sugere que provavelmente ela já estaria cansada de

⁶⁸ A expressão “ficar” é uma gíria que designa o ato de relacionar-se com outra pessoa, no qual não existe qualquer tipo de compromisso, a não ser a busca do prazer, podendo ou não haver conjunção carnal (seria uma espécie de “*Pocket Relation*”, como trata Bauman, 2004). Nessa esteira, acrescentam Ribeiro e Sacramento (2009): “no Brasil, os relacionamentos sexuais assumem formas particulares que se exprimem através de práticas como o ‘ficar’ e o ‘ficando’. Enquanto o *ficar* caracteriza encontros apressados e efêmeros entre indivíduos, sobretudo jovens, que têm no beijo, o elemento principal de troca, já o *ficando*, variante do *ficar*, nos remete para um relacionamento mais prolongado, ainda que sem qualquer tipo de compromisso ou de exclusividade”.

dizer não aos rapazes e teria lhe dado um “prêmio de consolação”, no intuito de que lhe deixasse em paz.

Em outra circunstância, durante uma das confraternizações realizadas pelas turmas, formou-se apenas um casal de “ficantes”, no entanto a moça era convidada de uma das alunas e estudava em outra universidade. Na semana seguinte, um dos rapazes foi cumprimentado por vários colegas por ter “pegado”⁶⁹ a garota, considerada por eles como a mais bonita da festa. Aliás, um dos colegas chegou a dizer: “pô, meu irmão! marcou presença mesmo no churrasco, hein!”. Em outro momento, o próprio rapaz se vangloriava entre alguns colegas que não estiveram presentes, comentando com sarcasmo que o churrasco teria sido ótimo e, quando questionado, respondia sorrindo: “perguntem aos caras sobre a gata que peguei!”. Percebi que todos se sentiam como se fizessem parte de uma competição, vencida por aquele “cultuado” rapaz, na qual a moça fora o troféu.

A construção da identidade masculina em uma sociedade machista tem como uma de suas referências a conquista e a “posse” sexual da mulher. Desse modo, conclui Bourdieu (2010: 31): “se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse”. Na perspectiva de uma ordem sexual assente na superioridade e/ou exclusividade do macho na obtenção do prazer, a conquista (amorosa e/ou sexual) de uma mulher traduz-se na capacidade e competência em cumprir o papel que lhe é exigido pela tradição geracional conservadora, historicamente arraigada. Assim sendo, a publicização de uma conquista acarreta ao sujeito da ação uma consequente notoriedade, respeito, admiração (e, às vezes, inveja) por tal feito (Bourdieu 2010, Brandão 2010). “Não há equivalente masculino para a mulher ‘perdida’, e o homem dado a aventuras sexuais é com frequência admirado, particularmente em meio a outros homens” (Giddens 1993: 92).

Ampliando tal discussão, durante uma confraternização, Diogo (considerado pela maioria das meninas de sua sala como o rapaz mais bonito da turma) passou boa parte da festa entre beijos e abraços com uma garota da turma, enquanto todos olhavam e sorriam meio sem graça (devido ao fato de eles serem os únicos naquela situação). Uma parte das moças dizia que ele era “danado”, visto que já era a segunda confraternização na qual ele “ficava” com meninas diferentes da mesma turma.

⁶⁹ O termo “pegar” é uma gíria geralmente utilizada para expressar o ato de conquista de uma mulher por um homem, cujo teor machista revela a condição de “superioridade dele”, como que possuísse a exclusividade da iniciativa e a ela coubesse apenas o papel passivo em ser assediada. No entanto, já se percebe, em algumas ocasiões, o uso que certas mulheres fazem desse termo, como uma maneira de desafiar a pretensa autoridade destes. Também corresponde ao “ficar”.

Na terça-feira, dois dias após a tal confraternização, acontecia a comemoração do aniversário de uma das alunas da sala. A confraternização se dava numa cantina da universidade, espaço coberto e composto de várias mesas e cadeiras que, até o ano de 2011, funcionava apenas no turno da noite. Além dos alunos dessa turma, que se amontoavam numa determinada parte daquele espaço, havia outros alunos de salas e cursos diferentes espalhados pelas outras mesas. Num dado momento, o irreverente Iran faz a seguinte provocação: “meninas! Está na hora de vocês começarem a limpar tudo, pois como vocês bem sabem, isso é serviço de mulher, vocês nasceram pra cozinha”, enquanto boa parte das moças faziam cara de reprovação, outras sorriam e diziam frases do tipo: “até parece!”. Apesar do discurso provocativo, ficava evidente que, por mais que julgasse correto, ele sabia que as coisas não funcionariam dessa forma. Há de se destacar a contradição em sua fala, visto que na última confraternização da turma foi o próprio Iran o responsável por alimentar a todos, preparando uma feijoada (quando, seguindo a coerência do seu discurso, caberia a uma das mulheres tal feito). Esse fato revela que, em muitas circunstâncias, os resquícios dos ideais machistas encontram-se de maneira tão arraigada no inconsciente dos sujeitos que nem sempre eles se dão conta do paradoxo no qual se sustenta a lógica do seu discurso. Com efeito,

a conversão da sexualidade em algo cognoscível e passível de reflexão pela sua inclusão na área do político ou do politizável representou a base da denúncia feminista da cumplicidade existente entre os pressupostos culturais – sobre a sexualidade e sobre as diferenças entre mulheres e homens – incorporados ao nível do inconsciente e diariamente veiculados e reafirmados pelas diversas instituições, assentes em retóricas essencialistas, que deste modo reafirmam o naturalismo das assimetrias e das desigualdades de gênero (Silva, Machado e Silva 2002: 186).

Porém, o fato mais relevante, ocorrido nessa confraternização, diz respeito aos comentários envolvendo o comportamento de Diogo, que foi repreendido pela maioria das garotas devido ao fato de ele já ter ficado com duas moças diferentes, em exatamente duas confraternizações. Diziam ser um “comportamento feio”, reprovável, atribuindo-lhe a alcunha de “rodízio”. Desse modo, percebe-se que a figura do “pegador” (aquele que “pega muitas mulheres”, conquistador, protótipo do macho viril) já não parece, pelo menos no que se refere às mulheres em questão, o comportamento adequado esperado por elas, mesmo percebendo que algumas garotas, em menor número dentre as presentes, ainda parecerem tolerantes ou seduzidas por tal modelo, ou mesmo, por fazerem parte de “outra turma” – aqueles que defendem a liberdade e democratização sobre o uso de seus corpos, pela busca do prazer,

acima de qualquer modelo opressor – acabaram por sair em defesa do rapaz, como declarou uma delas: “ah! Deixem o garoto aproveitar a juventude dele”.

Por outro lado, a relevante discordância apresentada acima é pouco percebida dentre os entrevistados, cujo modelo de uma virilidade perseguida é facilmente detectado na maioria das entrevistas realizadas, conforme exemplo abaixo:

a noite pra nós homens só vale a pena se a gente *pegar* alguém. Se não conseguiu *pegar* alguém, só fez beber e gastar. A mulher é como se fosse assim, a nossa missão. Vou sair de casa hoje pra gastar, pra beber e pra *pegar* mulher... Você “só consegue *comer* uma mulher se você contar a alguém”. Se ninguém souber, “você não comeu!” [risos]. É impressionante, mas pior que é mesmo. Se você não contar parece que você não comeu não, porque é só você que sabe, ninguém sabe, [risos]. Rapaz eu conto, nem que seja só... eu tenho que contar á alguém... Pra se vangloriar, lógico que depende da pessoa não é?... Se for uma pessoa muito feia aí também eu não conto não, ai não diz nem que *pegou* [risos], mas... se for uma *gata*, aí o *cara* tem que contar, não é? Que é pra *ficar se achando, tirando onda* (Entrevistado nº 1: 18 anos).

É evidente a importância que os entrevistados dão à conquista sexual, cujo valor cultural, numa sociedade machista conservadora, supera a necessidade da satisfação pessoal, do desejo particular. A mulher é percebida como o passaporte para uma elite masculina, referenciada pela quantidade de conquistas realizadas, pela posse do capital sexual objetivado no corpo feminino. Por esse aspecto, torna-se inteligível o caráter transgressor e abominável pelo qual é encarada a homossexualidade masculina, que visa romper com o arcabouço heterossexual de uma ordem natural e superior entre os gêneros (Bourdieu 2010). Com efeito, o corpo feminino toma a forma de instrumento institucional, cuja posse representa o símbolo do ideário masculino de força e poder, numa realidade pautada pela natureza compulsória da heterossexualidade (Rich 2007). Dessa forma, acrescenta Giddens (1993: 93):

Aqueles que buscam variedade, em sua maioria “garanhões”, combinam uma dedicação à busca sexual a um desprezo mal dissimulado pelos próprios objetos do seu desejo [...] As mulheres que são desejadas com uma intensidade esmagadora transformam-se em nada, assim que um caso atingiu o seu objetivo – embora muitos desses homens busquem estabilidade fora de seus casos eventuais mantendo ao mesmo tempo um relacionamento contínuo.

O ritual ideológico que transforma o macho em predador e a fêmea em caça provoca nos homens um sentimento dúbio de realização e frustração, de prazer e desprezo, visto que o foco do empreendimento é puramente o aprisionamento e abate da presa, juntamente à

sensação de dever social cumprido em detrimento de um relacionamento puro, cuja finalidade deveria estar associada aos ganhos emocionais e sensações de bem-estar proporcionado pelo desfrute da companhia do outro. Desse modo, a partir do momento em que a sensação do cumprimento do dever se concretiza, sobra-lhe conviver com a sensação emocional de que aquilo realmente valeu a pena, que estará intimamente associada ao grau de prazer logrado na relação. É nesse aspecto que muitos informantes alegam ser comum, após chegarem ao orgasmo, sentirem nojo de certas mulheres com quem se relacionam sexualmente, por tratar-se mais de uma obrigação social do que da realização de um desejo puramente sexual.

Sobre o papel do “ganhão” (conquistador, sedutor, “pegador”) no momento atual, Giddens faz uma interessante reflexão ao contrapô-lo, por exemplo, ao “ganhão” de dois séculos atrás. Enquanto o atual apresenta-se como um instrumento reprodutivo e regulador do sistema social conservador, o seu antecessor, contrariamente, era aventureiro e autônomo, ditava as suas próprias regras, habilmente dissimuladas, apresentando-se como um “subvertor da virtude”, visto que não fazia distinção entre “honestas” e “perdidas”, aliás, quanto mais virtuosa, maior o sabor da conquista, desse modo “lutava contra outros inimigos imaginários, porque seduzir significava desafiar uma ordem masculina de proteção e controle sexual” (Giddens 1993: 97).

Confrontando-se a realidade passada, a sedução hoje se encontra “virtualmente obsoleta”, tendo em vista as crescentes conquistas sociais e a autonomia da sexualidade feminina, resultando numa maior independência e disponibilidade das mulheres em face das aventuras sexuais e amorosas, o que retirou dos “ganhões” o seu inexorável protagonismo frente às possibilidades da conquista. Num momento histórico em que sexualidade e intimidade estão cada vez mais indissociáveis, os conquistadores atuais já não se apresentam como os libertinos de outrora, já não se comportam como “contrarrevolucionários involuntários”, na medida em que o “amor confluyente presume a intimidade” (Giddens 1993: 97).

Devo destacar a alternância e potencialização que toma o *status* da conquista, de acordo com o tipo de mulher conquistada e com o nível de intimidade alcançada. Quanto mais bonita, desejada e admirada for a mulher, maior é a necessidade de divulgação do feito, e, se tiver consumado o ato sexual, chega-se ao ápice da admiração social. Por outro lado, dividem-se os pontos de vista quando se trata de mulheres consideradas feias. Enquanto a metade deles diz se envergonhar de tal situação e prefere escondê-la por uma questão de vaidade; a outra metade divide-se em dois grupos, quais sejam: aqueles que acreditam que o mais importante é

contabilizar mais uma conquista ao seu “*curriculum*” e aqueles que coadunam com essa visão desde que tenha havido intercuro sexual, visto que na visão deles “o que vale é *comer*”:

quando já envolve sexualidade a menina não importa não, porque pro homem, num grupo de amigos homens, eu acho que essa questão, é até do machismo mesmo, você falando que fez sexo com uma menina, vai até aumentado sua fama, vamos dizer assim, no grupo, entendeu? Acho que você falar que fez sexo com uma menina, não importa se é feia ou bonita, acho que já vai ter uma fama diferente, entendeu? (Entrevistado nº 5: 17 anos).

Da mesma forma, acrescenta o Entrevistado nº 9 (18 anos):

Se for meio feinha, se o *cara comeu*, o *cara* vai dizer, porque pode *comer* quem for, o *cara* vai dizer, feia, gorda, magra, e tal. Mesmo ele sabendo que os *caras* vão *tirar onda* ele fala, entendeu? Mas, só pra *ficar*... se for feia ele não fala não.

No entanto, a metade deles assegura que só comentam suas experiências para os amigos mais íntimos e quando se trata de uma moça desconhecida do grupo ou que, pelo menos, não faça parte do ciclo de amizade deles, principalmente se a relação envolver o ato sexual. Porém, quando do contrário, apenas comentam com, no máximo, dois ou três amigos (somente os confidentes), por uma questão de respeito, de preservação da imagem delas, como uma espécie de código de ética. Assim, reafirmam a tradicional concepção de desvalorização da mulher cujo comportamento sexual assemelha-se ao dos homens, rompendo com uma “ordem natural” dos gêneros (Connell 1995). A ideia de respeito e preservação é a mais pura expressão do conservadorismo machista sobre a sexualidade das mulheres, que associa o sexo ao pecado, não podendo ser praticado, por elas, por puro prazer e com qualquer pessoa, por tratar-se de uma característica inerente aos homens.

Porém, mais da metade destes confessa que entre os homens é comum “contar pra todo mundo”, independente de que sejam seus amigos ou meros desconhecidos, o importante é fazer o seu *marketing* pessoal. De certo modo, tal posicionamento gera uma contradição em relação aos próprios comportamentos alegado por eles (como relatado acima).

No que concerne às mulheres, sobre a mesma questão, a metade deles acredita que deva ser comum que elas também compartilhem tais experiências, no entanto, de maneira mais comedida, apenas com as amigas mais próximas. Contudo, não acredita que elas se sintam à vontade em contar pormenores que envolvam intimidades sexuais, visto que é comum sentirem necessidade de resguardarem-se do machismo, inclusive delas próprias, pois não

confiam uma nas outras, por serem bastante competitivas. A outra metade divide-se em duas opiniões, uma parte acredita que as mulheres gostam mais de falar “sacanagem” do que os próprios homens; já a outra parte diz que as mulheres comentam suas experiências de forma natural, como uma normal troca de experiências e não por pura necessidade de sair contando.

Apesar de identificarem um grande avanço das mulheres na esfera socioeconômica, bem como na sexual, os entrevistados ainda percebem uma considerável preocupação destas em se exporem ao julgamento moral social, pois ainda recai sobre elas um instinto de preservação resultante da axiômica machista a respeito da pureza e do recato de sua sexualidade, “próprios à natureza feminina”. Dessa forma, apenas um quarto deles enxerga um protagonismo por parte delas, quanto à *iniciativa em fazer um primeiro contato com a intenção de iniciar alguma espécie de relacionamento íntimo*⁷⁰, seja com o intuito de “ficar”, seja de relacionar-se sexualmente. Mesmo para eles, parece evidente que na maioria das vezes tal comportamento é impelido pelo uso, às vezes excessivo, do álcool (aliás, subterfúgio comum no universo masculino, principalmente dentre os mais inexperientes ou tímidos):

acontece casos de menina chegar, sabe? Conheço gente, amigos meus que foram pra festa e também chegou e tal. Tem até uma vez, um amigo meu disse que tava numa festa e a menina chegou (ele ia no banheiro), aí ela parou em frente a ele (não queria deixar ele passar, não é?), aí ele fez “licença, deixa eu passar?”, aí ela fez “você só passa se me der um beijo”, sabe? Tem meninas que têm atitude, mas não são todas não, tem umas que são mais moda antiga, né? Esperam que o homem chegue... a maioria é assim. [Essa] tinha tomado umas cachacinhas [risos]. Rapaz, hoje em dia eu acho que igualou mais, antigamente eu acho que era mais o homem que bebia mais que a mulher, não é? Hoje em dia eu acho que tá mulheres e homens bebendo quase a mesma coisa. Uma vez, pronto, acho que em 2009 eu fiz um churrasco da minha turma do segundo ano, aí as meninas trouxeram vodca, trouxeram tequila, aí começaram a beber. Elas secaram a garrafa de tequila rapidinho, coisa de 20 minutos, coisa rápida assim. Começaram a beber... as meninas hoje em dia parece que tão bebendo mais que os homens, sabe? Não são todas não, mas muitas. Antigamente o homem bebia mais, hoje em dia tá mais nivelado, igualou mais. Não tem mais esse *negócio* do homem beber mais que mulher hoje em dia (Entrevistado nº 3: 19 anos)⁷¹.

Percebo que se repete no imaginário desses jovens, assim como nos de minha geração e provavelmente de outras, a associação ao consumo do álcool, bem como do cigarro (este em

⁷⁰ O que eles denominam coloquialmente de “chegar junto”.

⁷¹ Com efeito, é indiscutível o grande número de moças que bebem bebidas alcoólicas e em grande proporção. Vale destacar que em, especificamente, cinco confraternizações, pelo menos uma garota terminou a festa embriagada ou muito perto disso (numa delas, 3 ficaram embriagadas), enquanto apenas dois garotos passaram dos limites da sobriedade. Tal circunstância apresenta duas possibilidades: ou as garotas, hoje, bebem mais do que os garotos, ou são mais fracas do que eles em resistir aos efeitos do álcool. Em certa ocasião, fiz uma enquete com 25 alunos (18 garotas e 7 garotos) a respeito do conhecimento dos seus pais sobre o consumo de bebidas e 80% disseram que os pais sabiam e não se incomodavam.

menor proporção na realidade social investigada), a uma espécie de rito de instituição à fase adulta⁷². Na mesma esteira, vale ressaltar o que relata Miguel Vale de Almeida (acerca de sua pesquisa com os homens da aldeia de Pardais, no Alentejo, Portugal): “O espaço por excelência dos homens é o café. A actividade principal é o consumo de álcool, em regime de comensalidade e reciprocidade diferida entre os homens” (1995: 64).

Certa noite, eu conversava com um grupo de alunos no bar *Esquina 14*, durante a confraternização de fim de semestre de uma das turmas; todos bebiam cerveja e, de repente, um dos menores de idade, o mais tímido deles, parou de beber cerveja e passou a tomar refrigerante. Ao indagá-lo sobre o porquê de ter parado de beber, respondeu que não gostava de exagerar, momento em que foi repreendido por outro garoto de 17 anos, seu primo, que expressou: “que nada, é muito bom tomar *pileque* [estado de embriaguez]... traz *resenha* [comentários], fama e mulher”. Nessa observação, reitera-se o rito de instituição, supracitado, que “transforma” o menino em homem através da ingestão de bebidas alcoólicas, um dos elementos do imaginário masculino de afirmação de uma identidade forte e autogestora dos limites de seu corpo. Desse modo, pedi então para que ele me esclarecesse tal frase, ao que respondeu: “quando se bebe muito, há sempre histórias pra contar no dia seguinte”. Quanto à fama, vem do prestígio de se beber e do fato de as meninas gostarem dos rapazes que bebem, talvez por esse ato estar relacionado a um indicativo de masculinidade, de maioridade, de autonomia: “sempre que o cara tá bêbado há uma garota querendo cuidar dele”. Por outro lado, esse cuidado de certas garotas talvez seja reflexo de uma possível educação tradicional da mulher “cuidadora”, aquela que está para servir o homem; quando solteira, deve tomar conta dos irmãos e do pai, quando casada, completa a sua “missão” cuidando do marido e dos filhos.

Complementando tal representação, em outra confraternização (realizada por outra turma), um dos garotos, o mais saliente deles, Iran (reconhecido pela facilidade com que ingere bebidas alcoólicas sem se embriagar), passou a maior parte do tempo oferecendo e coagindo-me a beber cachaça – aliás, a primeira coisa que me perguntou, assim que me viu, foi o que eu gostaria de beber, entre cachaça, cerveja, vodca e suas misturas –, chegando a dizer: “pô! Eu fico danado quando não encontro alguém pra beber igual a mim”. Do mesmo modo, quando eu bebia cerveja, dizia que era bebida de mulher e quando eu demorava a beber, falava que eu era fraco, numa típica imposição do modelo masculino dominador. No entanto, mesmo dizendo que não gosto de cachaça e que meu organismo não reage bem à sua

⁷² Segundo Bourdieu (1998: 98), “falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário”.

ingestão, “tive” que entornar um pequeno copo, aliás, como todos que ali chegavam, como uma espécie de batismo, passagem para o mundo dos adultos ou, simplesmente, dos “descolados”, como um exercício determinante de masculinidade, um instrumento social de medição e distinção entre homens e meninos.

Por outro lado, independentemente da sobriedade das moças, os entrevistados se dizem confortáveis na posição que outrora era, rigidamente, “exclusiva a elas”, seja pelo conforto de não necessariamente caber a eles a obrigação em “chegar junto”, seja por sentirem-se valorizados diante do interesse expresso, seja ainda por uma questão de timidez, fator de forte implicação no processo de autoafirmação sociocultural.

Na visão da maioria deles, esse protagonismo ainda pertence aos homens, cabendo a eles a maior responsabilidade em tomar a iniciativa da conquista. Faz-se mister frisar uma considerável distinção por parte destes quanto à percepção acerca de tal emancipação comportamental das mulheres. Enquanto a metade considera uma atitude negativa, visto que resulta na desvalorização delas (reafirmando uma máxima conservadora sobre o papel de inferioridade nas relações sociais atribuído historicamente às mulheres, principalmente na esfera da sexualidade), a outra parte confessa que essa independência, na verdade, gera desconforto e intimidação em muitos homens, tendo em vista que retira deles o papel de soberania e governo, sob a perspectiva do fim da supremacia machista:

[...] não é visto com bons olhos, não. Na hora, lógico que eu não vou recusar, mas também eu não sei se é uma menina que eu vou levar muito a frente, entendeu? Mas, também depende de como chegar, se ela chegar sutilmente pode ser bem-vista, agora se chega muito oferecida ninguém quer... você sabe que ela pode se oferecer pra um outro e nunca é bom. Tenho preconceito. Isso aí eu posso dizer que tenho preconceito. Eu não... Posso até ficar (inclusive já frequentei até prostíbulo, não é? E o que é mais promíscuo do que isso? Nada!) [risos], mas... é só mulher pra uma noite. Por exemplo, uma mulher que eu queira pra alguma coisa, eu não quero que seja uma mulher assim de forma alguma. Pela situação que eu disse do extraconjugal, pode ser que futuramente ela tenha relações extraconjugais. Assim, pro meu próprio ego, pra minha própria imagem, pros meus sentimentos também, eu prefiro uma mulher mais [recatada], não é? (Entrevistado nº 8: 19 anos).

De outro modo, acrescenta o Entrevistado nº 16 (27 anos):

[...] quando a mulher, ela tá no canto que ela decide que é aquele homem que ela quer... ela tá tendo mais autonomia, ela tá tendo mais... vamos dizer assim, desenvoltura, e eu enxergo que quando a mulher chega no homem, ele fica um pouco reprimido, ele não se sente tão à vontade que ele

chegando, parece que ele chegando ele tem o domínio da situação. E ela chegando, ele se sente dominado, fica sem saber o que fazer.

Complementando a visão dos entrevistados acima, Giddens (1993: 92) declara:

[...] mas há muitas evidências de que os homens sexualmente vorazes não procuram mulheres cujo comportamento seja semelhante ao seu, e na verdade são frequentemente muito repelidos por elas. Como sempre, no que diz respeito aos contatos sexuais com tais homens, as mulheres estão divididas em duas categorias: aquelas que têm de ser “caçadas” e por isso podem ser conquistadas e aquelas que estão de alguma forma além dos limites morais e portanto “tanto faz”.

Porém, em um aspecto a maioria concorda no que diz respeito à ação da “paquera”. Segundo os entrevistados, nesse quesito, homens e mulheres agem em pé de igualdade. No entanto, para a metade deles, essa é uma prática mais confortável para as mulheres, tendo em vista que elas já partem com certa segurança sobre o êxito de sua ação, pois “difícilmente ela levará um fora de um homem”. Diferentemente deles, dispensar a investida de um pretendente pode lhe render *status*, não somente entre as amigas (devido ao poder de decisão que lhe coube), mas também entre os homens (visto que se valoriza ainda mais como um objeto de desejo de difícil alcance):

a mulher ainda tem isso como um escudo, ela tem que ser cortejada, porque senão... acontece muito, hoje já tá relativo, isso tá 50 a 50%, mas ainda tem muita mulher que tem isso como um escudo, ela não pode responder um olhar na mesma hora, ela se preserva, entendeu? Ela tá numa roda de amigos, então ela se preserva, porque se o primeiro olhar for daquele *cara* que ela tá sendo cortejada, levanta o ego, levanta a autoestima dela, e se você for pra um bar, pra um evento, pra uma festa, ainda é um domínio masculino, a primeira atitude ainda parte do homem, há mulheres muito abertas que chega e diz “eu tô a fim de você”, existe por parte da mulher, mas hoje a grande maioria ainda é do homem, agora, tem uma diferença, o homem vai inseguro, o homem vai sem saber, a mulher não, ela é mais segura, ela olha pra você, ela troca um olhar, parece que ela percebe se aquilo ali vai dá certo ou não e se ela perceber que vai, ela vai muito confiante, diferentemente do homem, que já tá esperando um fora. O homem espera o fora, a mulher espera o retorno, ela chega pro homem e já diz “eu achei você muito interessante”... Olha, primeiro [risos], eu vou até brincar, primeiro é porque ela acha que não vai levar um fora, essa mulher tem dentro dela que ela não pode levar um fora, ela não vai levar um fora, ela é mulher, ela tá *dando em cima*, no mínimo o *cara* vai aceitar (Entrevistado nº 10: 25 anos).

Em alinhamento com tal perspectiva, vejamos o que argumenta Simmel (2001: 98), já no início do século XX:

Recusar e conceder é o que as mulheres sabem fazer com perfeição, e só elas sabem. A recusa de um homem diante de uma mulher que vai ao seu encontro, ainda que por motivos totalmente justificados, como: éticos, pessoais ou estéticos sempre tem algo de penoso, de não cavalheiresco, de certo modo censurável, e mais para ele do que para ela, para quem ser rejeitada assume facilmente um acento trágico. Não é a atitude que convém a um homem repelir uma mulher, ainda que fosse inconveniente para ela oferecer-se a ele; ao passo que no sentido inverso, nenhuma dificuldade: recusar o homem que a corteja é, por assim dizer, uma atitude totalmente condizente com a mulher.

Com efeito, aceitar a investida de uma mulher é praticamente uma obrigação para os homens, que têm de cumprir com o seu papel de machos viris, sempre prontos e dispostos para saciar o desejo de uma mulher. Assim como aceitar o cortejo de uma mulher, em certas situações, pode assimilar-se a um favor, a uma gentileza do homem, que cumpre o papel cavalheiresco de preservação da dama, não sendo de bom tom a sua recusa explícita. Por outro lado, cabe a elas resistir às investidas deles, como signo de uma honra salvaguardada. O sexo associa-se ao pecado, algo inerente à natureza masculina, do qual devem as mulheres proteger-se, bem como devem os homens canalizá-lo às mulheres “certas” (as despuídas, desonradas e prostitutas).

Porém, na medida em que os códigos de comportamento se alteram e as relações de intimidade se transformam, as mulheres tornam-se mais autônomas na busca por realizações e prazeres, gerando instabilidade e insegurança em grande parcela dos homens. O predador vira caça, e atônito diante da inusitada situação, por muitas vezes, não sabe ao certo como reagir, pois, ao passo que a situação se inverte, gera uma estranha sensação de impotência e perda de uma virilidade simbólica.

2. A primeira relação sexual: ingresso no mundo dos “homens de verdade”

Sobre a 1ª relação sexual dos entrevistados, destacamos, primeiramente, que ocorre entre as idades de 13 a 19 anos⁷³. No entanto, mais da metade iniciou-se entre 14-15 anos de idade. Pode-se deduzir que as moças iniciam-se sexualmente com, praticamente, a mesma idade deles ou até um pouco mais cedo, tendo em vista que a idade média entre as moças com quem eles debutaram sexualmente era de 13 a 17 anos. Assim, levando-se em consideração que apenas duas eram virgens, não há como precisar com que idade foi a sua 1ª relação sexual, pois não se sabe quanto tempo de experiência sexual elas tinham quando do seu 1º encontro com os entrevistados em questão. Desse modo, essa média pode cair ainda mais.

A corriqueira prática da iniciação sexual dos adolescentes com prostitutas, como em gerações passadas, não se confirma com esse público-alvo, visto que apenas dois dos entrevistados tiveram sua 1ª relação sexual com prostituta, o mesmo número daqueles que se iniciaram com as próprias namoradas (também virgens). O papel outrora protagonizado pelas prostitutas perdeu lugar para as “safadinhas”, “doidinhas”, “saidinhas”, “danadinhas” ou “devassas”,⁷⁴ termos pejorativos que designam mulheres de vida sexual “livre” (autônoma), geralmente sem pudor, vergonha ou moral (segundo os padrões dominantes) e que se relacionam sexualmente com qualquer um que lhe agrada, como é de conhecimento público. Esse comportamento é compreendido como reprovável no caso da avaliação delas para um possível compromisso de namoro, sendo consideradas importantes apenas para finalidades sexuais:

[...] eu tinha 15 anos e a menina tinha 20, eu já tinha amizade com ela e ela era conhecida na cidade, conhecida no bairro como *saidinha*, né? Gostava muito de se envolver com menino e tal, e ela tava no paraíso, ela tava “*descabaçando*” geral, e tava tendo prazer, porque um menino de 15 anos é uma máquina, né? (Entrevistado nº 10: 25 anos).

⁷³ Como forma de melhor esclarecer essa discussão, sigo na esteira de Aboim (2013: 55), ao elucidar que: “Por relação sexual referimo-nos aqui à prática coital e não aos relatos das primeiras experiências, carícias, beijos, toques corporais ou mesmo masturbação mútua, que constituem também parte integrante do que é a sexualidade na vida das pessoas. Efectivamente, a definição da primeira relação sexual, mais habitualmente utilizada na pesquisa sobre sexualidade, refere-se ao coito, normalmente envolvendo penetração masculina. Como nota também Policarpo (2011b), esta forma de definir a ‘primeira vez’ continua umbilicalmente ligada a uma visão ‘falocêntrica’ (ou seja, centrada na supremacia do falo, do pênis) da sexualidade. O acto da penetração é afinal o que define a relação sexual e a perda da virgindade. Normalmente as primeiras experiências de cariz sexual tendem a ocorrer antes da relação coital, por vezes, até bastante tempo antes. Este período de experimentação ‘não coital’ tem aliás vindo a aumentar nas gerações mais novas, o que parece indicar o aumento do experimentalismo prévio ao coito propriamente dito e, conseqüentemente, a maior precocidade dos primeiros contactos sexuais tanto para raparigas como para rapazes”.

⁷⁴ Responsáveis por um terço dos casos de iniciação sexual destes.

Do mesmo modo, relata o Entrevistado nº 17 (28 anos):

[...] eu tinha 14 ou 15 anos. Foi com uma mulher lá do interior. Ela tinha uns 30 anos, eu acho. Eu tava bebendo num *barzinho*, numa *vaquejada*. Era durante o dia, numa lagoa lá. E aí os colegas meus vieram e disseram que ela tava a fim... Não, não era prostituta. Ela era *devassa*, mas não cobrava não. Aí a gente foi pra um *motelzinho* que tinha lá perto.

Em percentual de protagonismo semelhante, estão as “ficantes”, moças com quem se relacionam (fisicamente) eventualmente⁷⁵, em geral em festas (em alguns casos, pela constância dos encontros, elevam-se ao “posto” de namoradas): “[...] eu tinha 16 anos. Foi com uma menina num *show*. A gente bebeu, sabe? Ela tinha 17 anos. Aí depois do *show* saiu ela com as amigas dela e eu com os meus amigos, né? Foi todo mundo pra um motel, né?” (Entrevistado nº 5: 17 anos).

Em circunstância parecida, relata o Entrevistado nº 6 (19 anos): “Era uma menina... não foi com minha namorada, não... foi numa festa. Ela tinha 17 anos e eu 15... é, ficamos umas quatro vezes. Acho que foi na terceira vez”.

Sobre a experiência sexual, a metade deles confessou não ter sido prazerosa, mas estranha, pois se encontravam bastante constrangidos com a situação, visto que numa sociedade de cultura ainda machista, em que se espera do homem certo domínio nas suas ações sobre as mulheres, principalmente as de cunho sexual, parecer diante delas numa posição de inferioridade (visto a inabilidade referente a inexperiência e incompetência no assunto em pauta), principalmente pelo temor do fracasso, pode chegar a ser assustador, resultando num desempenho (por eles classificado) muito demorado ou muito rápido, abaixo do nível que viriam a conseguir *a posteriori*. Por outro lado, o mesmo percentual afirmou ter sido bom, tranquilo, de não ter havido nenhum problema, levantando a interrogação sobre uma possível diminuição hoje (ainda pequena) das exigências sobre a virilidade do homem (como exposto acima).

Quanto à iniciativa ou incentivo no que diz respeito ao debute dos garotos na vida sexual, podemos dividir tal responsabilidade entre três personagens fundamentais, quais sejam, o próprio garoto (teoricamente, o principal interessado pelo ato), a garota com quem se relacionou (devido a maior autonomia das mulheres, hoje, sobre a sua sexualidade – o que lhe rende, em certas circunstâncias, um protagonismo relevante em ações dessa ordem) e os amigos e/ou primos, parceiros importantíssimos nesse rito de instituição (agentes diretamente

⁷⁵ Aquilo que Bauman (2004) denominou *Pocket Relation*.

responsáveis pela incitação, vigília e testemunho da passagem do “mundo dos meninos” para o “mundo dos homens” bem como pela “confirmação” da heterossexualidade do iniciante): “[...] você tira uma pressão de cima de você. Comigo foi assim... Os boy *tirava onda*. Você tem que ir pra ninguém mais falar. Aí eu fui, né? E no outro dia foi inesperado. E foi muito melhor que o primeiro dia, porque no primeiro dia eu tava bêbado” (Entrevistado nº 4: 19 anos).

Acrescentando o nível de complexidade que envolve tal questão, o Entrevistado nº 10 (25 anos) relata a sua experiência:

Surgiu aquele medo, aquela pressão, “pô! cara, olha, fulano já foi, o Luís que estuda com a gente também, *cara*, só falta você”, aí é aquela necessidade de afirmação, porque todo mundo do meu ciclo de amizade já tinha ido, já tinha ficado com ela, ela já tinha *descabaçado* geral e só tava faltando eu, e eu fiquei naquela, “*não, não vou agora não*”, e eu tinha começado há uns 2 anos a me masturbar e tinha medo, eu não sabia porque tinha aquele *negócio* engatado na glândula, né? Aí o cara dizia “é o *cabresto*”, e eu pensava “pô! então, eu acho que quando aquela menina for tirar minha virgindade vai tirar o *cabresto*, quando eu puxo demais, dói, imagina aquela menina sentando em cima de mim, eu vou perder o meu *cabresto*, eu vou me *foder*, eu não posso ter esse relacionamento, eu vou ter que esperar pelo menos meus 18 anos, que eu acho que esse *negócio* vai se soltar, vai ser melhor”, aí ficou naquela, quando veio a frase... eu acho que é a frase fenomenal que faz tudo acontecer, “pô! *cara*, se você não for, você é *fresco*”, aí quando ele disse aquilo entre eu e ele, *foi dez* [ótimo]! Só que no outro dia de aula tava todo mundo: “*cara, tu é fresco?*”, aí eu disse (pra mim mesmo): “Eu vou ter que mandar o *cabresto* pra *puta que pariu*, eu vou ter que perder esse *cabaço*, senão eu vou ser *fresco*. É mesmo, será que eu não tô com vontade de ser *fresco?*”, aí surgiu aquele monte de dúvida e eu “pô! marca com a menina, André! Marca com a menina!”.

Diante desse cenário, é fácil entender o porquê de a maioria deles, após a primeira relação sexual, sentir-se como quem “retira um peso das costas”, libertando-se de uma pressão social, direta ou velada. Assim, passam a sentir-se realizados, sendo, de fato, “homens de verdade”.

Boris (2011) relata que entre os seus entrevistados é bastante comum o depoimento quanto à pressão sofrida para a perda da virgindade, principalmente no seu grupo de amigos, dentre os seus pares. Em seguida, destaca um fenômeno social crescente nas últimas décadas (apontado por Badinter, 1993), que trata da progressiva ausência da participação do pai nesse rito de instituição (Bourdieu, 1998). Segundo esse autor, “se por um lado, tal postura parece revelar certo desprendimento quanto aos antigos valores patriarcais, por outro lado, pode reforçar o crescente isolamento dos filhos em relação aos pais” (Boris 2011: 386). Amplio tais

considerações acrescentando a possibilidade de uma maior democratização nas relações pais e filhos, assim como uma maior flexibilidade sobre as cobranças, por parte dos pais, acerca da sexualidade e iniciação sexual dos filhos nos dias de hoje. Assim, cabe aos grupos de amigos assumirem o papel de agenciadores e mantenedores da virilidade social machista, como integra a maioria dos relatos de meus entrevistados, cujos amigos, irmãos e primos foram os principais responsáveis por conduzi-los e persuadi-los ao cumprimento do ritual de instituição de iniciação sexual.

Historicamente, os rituais de instituição condensam um misto de sofrimento físico e psíquico, frustração e realização (Badinter 1986, Grossi 2008). Politicamente, são responsáveis por estruturarem uma relação de poder, ao reafirmarem o domínio masculino através da virilidade, para tanto, visam eliminar qualquer traço feminino que os jovens e adolescentes homens possam apresentar (Bourdieu 1998). Na medida em que acreditamos que a masculinidade não é um traço natural, universal e atemporal, uma essência da natureza dos homens, também não entendemos que características ditas femininas fazem parte da natureza das mulheres. Assim, qualquer negação aos homens de elementos constitutivos do que se convencionou denominar de feminilidade é, ao contrário, uma refutação da subjetividade dos indivíduos, de algo que lhe seja próprio e não necessariamente fabricado culturalmente. Porém, apesar do seu aspecto rígido e doloroso, tais rituais são frequentemente desejados e procurados pelos jovens e adolescentes, por serem encarados como a porta de entrada para o mundo dos adultos, dos “homens de verdade”, como a garantia de respeito e reconhecimento social (Grossi 2008).

Quanto ao lugar “escolhido”, há uma variação flutuante em três direções: a própria casa, porém na ausência dos pais, o que indica a permanência de valores morais religiosos, que associa o sexo ao pecado e o lar a um ambiente sagrado a ser preservado, não sendo compatível com qualquer ato sexual alheio às bênçãos da “santa madre igreja”; o motel (cuja principal finalidade foi exposta anteriormente), que, de acordo com as fontes de nossa pesquisa, herdou o papel de principal sítio institucional para a realização das necessidades e fantasias sexuais das atuais gerações, espaço antes reservado às casas de prostituição; e os lugares ermos, como um prédio abandonado ou uma rua desértica (mais comuns nos casos onde o ato não fora premeditado), resultantes de uma situação oportuna para a realização dos desejos.

3. Entre namorar e ficar: projetos, tensões e rupturas

Grande parte dos relacionamentos dos jovens natalenses, como expuseram meus informantes, tem seu preâmbulo na cultura do “ficar”. Através da frequência dos encontros, os contatos descompromissados, sem as amarras de obrigações mútuas, vão cedendo espaço e evoluindo de meros interesses físicos e sexuais para relacionamentos (além desses interesses) amorosos e sentimentais que darão início ao compromisso do namoro.

Apesar de os relacionamentos, como me foi revelado, seguirem hoje uma característica mais democrática quanto à liberdade de expressão e tomadas das decisões que norteiam os comportamentos de ambos os parceiros, ainda é perceptível a resistência de parte dos informantes a uma possível relação simétrica entre os casais e principalmente a uma posição de comando das mulheres na relação amorosa. Um forte exemplo disso diz respeito à inaceitação, dentre alguns informantes, do comportamento de certos colegas que demonstrem fragilidade ante as namoradas.

Em uma dada manhã, eu estava na Praia de Ponta Negra (Natal/RN) acompanhado de cinco alunos, quando, de repente, notei a falta de Ítalo, daí por diante não faltaram críticas à sua ausência, que atribuíam à relação dominante que a namorada, possivelmente, exerce sobre ele, chamando-o pela alcunha de “manicaca”. Então, Neto exclamou: “Eu fico encabulado com o medo que aquele boy tem de perder a namorada”. Luís acrescentou: “E no dia em que ela acabou o namoro e eu não sabia! Então cheguei pra ele e disse ‘Ei, boy! E aí, como vai?’ e ele respondeu: ‘Ei, boy, tu quer que eu chore aqui? Então me deixa quieto’”. É importante destacar, principalmente no que concerne a essa última fala, que o mesmo garoto que demonstra mais agressividade nas conversas, bem como no jogo de futebol, além de ser constantemente criticado pelos colegas por ser inconveniente ao proferir comentários politicamente incorretos, é o mesmo que expõe sua fragilidade sentimental sem maiores constrangimentos perante os amigos, sendo um claro exemplo do comportamento paradoxal que exprime a complexidade na qual se assenta hoje o padrão de gênero masculino, sobretudo devido às transformações que este vem sofrendo, nas últimas décadas, nas sociedades contemporâneas.

Tal complexidade se exprime, principalmente, na tentativa explícita de defesa da dicotomia “machão x manicaca”, ou seja, o que manda dar as ordens, portanto, sustenta a posição histórica de sua dimensão política de controle sociossexual, e aquele que é mandado,

submisso e, por isso, desonra ou renega a posição de dominação histórica reivindicada e defendida pelo primeiro. Nesse aspecto, um dos garotos, Renato, comentou que Ítalo namora há dois anos e que talvez por isso ele seja “meio manicaca”, então, Luís rebateu, dizendo que ele próprio namora há um ano e não acha que isso seja motivo suficiente. Aproveitei o diálogo e perguntei se alguém ali presente também tinha namorada e todos responderam que não, com exceção de Luís. Então, perguntei a ele se a namorada não se incomodava que ele saísse com os amigos e ele respondeu: “Eu não quero nem saber, não dou nem o *cabimento*”, falando com a propriedade de um representante do “poder masculino”. Nesse aspecto, analisa Alves (2008: 232): “No rastro do mito primordial, as relações homem/mulher realizam o paradoxo do amor e ódio. Ela é desejada enquanto fêmea, mas hostilizada enquanto rival no comando dos destinos humanos”.

Em outra oportunidade, durante um churrasco promovido pela mesma turma, na casa⁷⁶ de uma das colegas de sala de aula, surpreendentemente o número de mulheres foi inferior ao de homens: eram 12 homens e 11 mulheres (dos 17 aos 22 anos), destes, quatro homens não faziam parte da turma, das mulheres só uma não era da turma, sendo esta a namorada de Luís. Aliás, alguns dos colegas repetiam que ele estava muito comportado na presença da namorada, desfazendo, de certa forma, a imagem autoritária que ele quis construir na ausência dela, contradizendo a imagem de machão pintada noutro cenário.

Outro acontecimento relevante se deu com Ítalo, que tem fama de “manicaca” (como vimos anteriormente), devido ao fato de ter ido embora mais cedo justificando estar “meio doente” (com dores na garganta). Porém, tal desculpa era vista com desconfiança pelos colegas, que debochavam, inclusive na sua frente, dizendo que ele “sempre adocece” quando há festas, fazendo alusão a um aspecto de sua possível submissão à namorada.

Tomando esses acontecimentos como referência, podemos diferenciar a forma como se moldam os relacionamentos amorosos dos meus informantes, tendo por base a maturidade dos parceiros. Dos vinte entrevistados, apenas quatro são casados, nove têm namorada e sete não, mas já tiveram uma ou mais namoradas, ou seja, viveram alguma experiência com relacionamentos amorosos. Ao serem indagados sobre o nível de intimidade, seja social, seja sexual, desses relacionamentos, a metade revelou que não existe(existia) liberdade suficiente entre ambos para aceitarem que o parceiro saía(saísse) à noite para bares ou boates na companhia dos amigos, sem a presença do outro. Tal situação é geralmente desencadeada pela

⁷⁶ A casa localizava-se no bairro de Capim Macio (zona Sul da cidade). Era uma casa com uma extensa área externa. Ficava do lado esquerdo do terreno e deixava um lado inteiro dedicado ao conforto, com duas garagens, uma piscina com cadeiras inclináveis e uma churrasqueira. Já ao fundo, havia um salão de festas (onde estávamos) com uma mesa grande (onde se expunham as comidas, as bebidas, os talheres e os copos) e várias cadeiras espalhadas pelo recinto. No chão, ao lado da mesa, havia uma grande caixa térmica na qual se resfriavam as bebidas e depositavam-se as pedras de gelo.

desconfiança existente entre eles ou mesmo pelo desconforto de imaginarem o objeto do seu desejo sendo alvo do interesse e investida de outrem:

raramente eu saio só com os meus amigos pra festa, acho que ela tem um pouco de receio... Churrasco da turma, pronto! Eu fui com uma condição, eu fui porque ela foi pro dela. Senão eu não tinha ido, porque quando ela vai aí é briga e é melhor evitar. Pelo meu lado, até liberaria, depende da confiança na pessoa, não é? (Entrevistado nº 5: 17 anos).

Da mesma forma ocorre com o Entrevistado nº 9 (18 anos):

Isso é uma barreira muito enorme, é... assim... num sei explicar, é uma coisa que tem que acabar, entendeu? Muitos amigos meus, da própria sala assim... têm dificuldade de sair assim, entendeu? Sair com amigos que ela própria conhece, aí é sem problema, pra ir pra um futebol, aí é sem briga sem nada, dá pra ir... Ela sai com as amigas pra ir pro *shopping* fazer compras, até pro cinema já foi com as amigas, mas... *barzinho* não rola não... *barzinho* é pesado.

Porém, o ciúme acima retratado limita-se aos entrevistados mais jovens, dos 17 aos 22 anos, enquanto a outra parcela, dos 25 aos 33, diz encontrar-se numa fase mais madura de suas vidas e de seus compromissos, alegando haver compreensão e respeito mútuo. Assim, não veem problema em terem suas individualidades salvaguardadas, desde que haja respeito de ambas as partes aos compromissos firmados na relação.

Noutro aspecto, acerca da importância que o fator socioeconômico assume nas relações amorosas, identifica-se novamente uma dualidade entre o moderno e o conservador. O princípio machista que culturalmente destina ao homem o papel de provedor, *pater famílias*, ainda se faz presente, mas com várias ressalvas antes imponderáveis. Assim, a metade dos entrevistados não se sente mais na obrigação de ser o responsável principal, ou mais, o único responsável pelas despesas de consumo correntes no relacionamento. Tal diagnóstico corrobora uma característica importante nos novos arranjos amorosos, como já identificamos em outro momento, ou seja, a concordância dos homens acerca dos direitos e capacidades das mulheres em assumirem a esfera pública e econômica, anteriormente exclusiva a eles. Desse modo, disseram não sentir nenhuma obrigação em assumir todas as despesas econômicas do relacionamento, assim, quando podem, não se importam em pagar a conta ao saírem juntos, no entanto, quando não podem assumir as despesas sozinhos, não se incomodam que elas dividam ou mesmo que paguem sozinhas.

Outro viés dessa situação se dá pela própria imposição das parceiras, que fazem

questão de assumir a responsabilidade pelos gastos dos quais foram coautoras:

quando eu posso pagar eu pago, quando eu não posso eu não pago e nem digo porque eu não vou pagar. Por exemplo, vou dá um exemplo com minha ex-namorada, que acontecia muito. Eu falava: “Dani, vamos sair?”, ela: “vamos, mas não sei se vai dá porque tô sem dinheiro”, e eu: ”vamos, eu pago a sua, porque eu tô querendo sair hoje com você, não tem problema não”. Aí tudo bem, saio, pago e tal porque eu sei que vou tá podendo pagar. Mas de repente nós dois entramos num consenso assim, e os dois têm dinheiro ela paga a dela e eu pago a minha. E também se ela disser: “vamos sair?” e eu disser: ”não, eu tô *liso* e tal”, ela paga o meu. Não tem problema nisso. Eu acho que tem que ter esse *negócio* de direitos iguais mesmo. Mas lá em casa às vezes... por exemplo, minha irmã paga a conta dela e eu falo: “pague o seu”, aí minha mãe diz: “Que namorado é esse que você tem que não paga nada pra você?”, aí eu disse: “mãe, é assim mesmo, como ela quer ser uma pessoa independente?”. Isso mostra... começa a ensinar a mulher a ser uma pessoa independente, a não depender de homem pra poder sair pra fazer as coisas que ela quer (Entrevistado n° 2: 20 anos).

O comentário acima expressa claramente o choque de gerações advindas de visões destoantes acerca do protagonismo socioeconômico atribuído aos homens em oposição à incapacidade das mulheres de autogerir-se. Os avanços socioeconômicos que impulsionaram a mulher aos estudos universitários e ao mercado de trabalho, garantindo-lhes maior autonomia social, política, econômica e sexual, dirimiram concomitantemente a responsabilidade outrora exigida aos rapazes em assumir as responsabilidades sobre as despesas do casal (grande exemplo da impossibilidade de se analisar isoladamente as transformações contemporâneas que engendram cada gênero, sem identificar o alcance correlacional que as envolve):

todavia, a passagem de um modelo de “ganha-pão” masculino para um modelo de “casal de duplo emprego” espelha igualmente mudanças profundas no lugar social dos homens, dentro e fora da família. Sem dúvida, os papéis sociais masculinos, bem como a ordem do gênero global, tem vindo a sofrer uma enorme reconfiguração à medida que novas realidades vão desafiando a composição tradicional da masculinidade e os homens se vão tornando também um objecto de análise e reflexão (Hearn et al., 2002)⁷⁷. Atualmente, a preocupação com a mudança, outrora maioritariamente reservada ao feminino, é assim cada vez mais inclusiva dos homens. Afinal, a transformação operada nas formas de divisão familiar do trabalho em direcção a um modelo igualitário de “duplo emprego” tem vindo a alterar o papel dos homens, convocando-os a reconstruir o seu “lugar tradicional” na esfera da vida privada (Wall, Aboim e Marinho, 2007) (Aboim 2010a: 40).⁷⁸

Porém, na contramão desse processo, seguindo na esteira do tradicionalismo, 1/3 dos

⁷⁷ Critical studies on men in ten european countries (3). The state of law and policy. Men an masculinities.

⁷⁸ Fatherhood, family and work in men’s lives: negotiating new and old masculinities. Recherches sociologiques et anthropologiques.

entrevistados disse fazer questão de pagar as despesas quando saem com suas parceiras, por uma questão de princípios, por se sentirem no dever ou por cavalheirismo:

com certeza eu pago a conta. Pelo fato de princípio, isso meu. Que eu acho que eu que tenho que ser o pater família, que eu até já havia dito. E eu acho que isso, já passou de pai pra filho, meu pai passou pra mim e eu vejo isso como o certo mesmo (Entrevistado nº 1: 18 anos).

De outra forma, acrescenta o Entrevistado nº 3 (19 anos):

Prefiro pagar. Acho que é melhor pra mulher ficar vendo assim “olha ele tem mais... é independente financeiramente”. É bom pra *fazer a sua média* [impressionar]. Mas tem mulher que não se importa não de pagar a metade, não tem problema não. Tem umas mulheres que preferem que o *cara* pague mesmo. Tem mulher que diz assim: “vou sair com fulano e ele tem que pagar a conta, né?”. E tem mulheres que não têm problema nenhum rachar a conta. Eu pago. Eu prefiro. Geralmente eu quero pagar a conta toda, aí tem menina que quer dividir, aí fala “não! pode deixar que eu pago a metade também”. Geralmente parte dela pra dividir... Às vezes o cara tá meio *liso* [risos], aí (eu tô achando muito ruim [risos]), já que você insiste [risos]. Mas geralmente eu acho que é melhor, até por educação, sabe? É mais educado, é mais cavalheirismo o *cara* pagar.

No entanto, já se pode perceber, na fala do Entrevistado nº 3, certo conflito sobre aquilo que ele aprendeu ser o dever do homem nesse tipo de ocasião e como ela se apresenta concretamente para ele, em razão de um avanço das mulheres em diversos espaços sociais e de uma postura mais tolerante tomada pelos homens modernos, com a qual, em algumas circunstâncias (de acordo com suas respostas), ele compactua.

Em outro ponto, a maioria dos entrevistados acorda que é importante pagar a conta no início de qualquer relacionamento, independentemente que se trate de um único encontro. Na maioria dos casos, trata-se de uma gentileza estratégica cuja intenção é seduzir o objeto do desejo, seja através de uma aparente valorização dele, seja como forma de demonstrar sua capacidade de proteger e salvaguardá-lo de possíveis necessidades, mesmo que temporariamente. Novamente vem à tona a visão conservadora do homem provedor, dominador, superior:

nos primeiros meses, sempre o homem se preocupa em pagar, pra mostrar a menina que tem dinheiro, que pode pagar, que é cavalheiro, que é gentil e tal. Mas, quando começa a intimidade, Ave Maria! Tem épocas, aí, que eu passo dois meses *liso*, ela paga tudo, cinema, almoço (Entrevistado nº 9: 18 anos).

De modo análogo, assume o Entrevistado nº 13 (31 anos):

Eu faço questão nos primeiros encontros de eu pagar a conta. Porque eu acho que tem aquele lado do romantismo. Se ela quiser pagar, e estar num passe, eu aceito. Então, é mais como uma valorização da mulher, da conquista, né? Do próprio lado conquistador, né? De poder bancar, de... Já que eu chamei, tomei a iniciativa, então “já que eu chamei os músicos pra festa, então eu tô pagando a conta, né?”. Mas depois de um certo ponto eu quero que a mulher também dê a contribuição dela, não fique só comigo [risos].

Porém, a necessidade de assumir as despesas, como supracitado, atenua-se na medida em que o relacionamento progride em intimidade, levando-os a aceitarem normalmente e, em certos casos, aprovando com satisfação que elas contribuam e até mesmo assumam o custo total do lazer.

Na contramão da autonomia requerida por grande parte das mulheres modernas (na percepção dos entrevistados), estão aquelas que ainda fazem questão de que os homens assumam todas as despesas dos encontros, relegando sua autonomia e poder em gerir-se. Em outra contraposição, *vide* o papel de tutores econômicos, adotando uma visão mais moderna sobre a autonomia e responsabilidade das mulheres em assumirem suas despesas, e o abandono do papel patriarcal de provedor-mor, cerca de 25% dos rapazes acreditam tratar-se de moças interesseiras, que se vendem sem constrangimentos, mesmo que em outras ocasiões requeiram os mesmos direitos que eles e assumam um discurso de valorização de suas capacidades:

agora, tem muito do interesse. O interesse tá por trás disso. Você quer... ou então com a menina que você quer ficar, esse aí é o interesse maior. Você paga isso, paga aquilo. Chega numa festa, bota o litro de whisky em cima da mesa e ela não paga nada. Ela leva as amigas e não paga nada. A gente fala muito de Ricardo com esse *negócio*: “Ricardo paga pras meninas tudinho”. Isso pode ter interesse no meio. Pode? Não! A maioria das vezes tem interesse no meio. Você quer pegar e paga um *negócio* pra ela. Ou seja, você a compra literalmente. Eu acredito que não seja o caminho certo, não (Entrevistado nº 4: 19 anos).

Semelhantemente, expõe o Entrevistado nº 8 (19 anos):

Um exemplo, eu já saí com meninas que têm bem mais dinheiro que eu, filha de industrial ou coisa assim, e no fim das contas quem pagava era eu... *porra!* [risos], em vez de ela pagar pra mim, eu tô *liso* com 50 *conto* na carteira e ela filha de milionário e eu tenho que pagar? [risos], mas é uma convenção. As mulheres nunca reivindicam: “Direitos iguais! Eu quero pagar a conta!” [risos]. O

direito feminista é sempre pras coisas melhores: “Ah! Vai matar aquele rato lá que tu é homem”; “vai trocar aquela lâmpada que tu é homem”... “Eu quero votar igual a homem”. Então, vai matar o rato e vai pagar a conta, pô! [risos].

A contradição no comportamento das mulheres, que transitam entre a manutenção do conservadorismo machista (na medida em que este lhe é confortável) e a incansável luta feminista por direitos iguais, percebida pelo Entrevistado nº 8, não expõe uma realidade própria do universo feminino, visto que pude identificar ao longo da pesquisa o constante conflito pelo qual os rapazes passam ao transitar entre essas duas possibilidades paradoxais. Essa perspectiva corrobora a minha tese de que as mudanças empreendidas pelas mulheres, bem como pelos homens, pelo menos nos últimos 50 anos em vários países do Ocidente (dentre os quais, o Brasil), nos diversos campos socioculturais, acabam por atingir sobremaneira não somente os modelos acerca do gênero feminino, mas se refletem substancialmente na identidade do gênero masculino.

Dentre as diversas percepções acerca da realidade social, suas transformações, manutenções e implicações na esfera sexual, seja no âmbito da sexualidade, seja no do gênero, expressas nas falas dos nossos entrevistados e informantes, destaca-se o depoimento do Entrevistado nº 10 como um expoente esclarecedor do que acredito ser a representação mais fiel daquilo em que se ancora a minha tese.

A princípio, conversávamos sobre o que ele pensava acerca de relacionamentos extraconjugais, ou extranamor, e o entrevistado percebia uma grande mudança entre a geração de seus avós, na qual os relacionamentos eram levados mais a sério e os casais se respeitavam mais, e a geração dele, na qual os jovens só pensam em se divertir e namorar, não se interessando em firmar laços fortes, expandindo a cultura do “ficar”. Desse modo, o desapego nas relações amorosas duradouras levou à banalização das traições amorosas entre os parceiros (casados ou namorados). Tal discurso torna patente a forma naturalizada como os estereótipos são apreendidos pelo entrevistado, enxergando de maneira engessada os modelos geracionais idealizados e vislumbrados pelo senso comum.

Ao falar particularmente de si, assumiu que já traiu a sua namorada (com quem tem um relacionamento de quatro anos) em várias ocasiões, chegando até a namorar outra moça por seis meses. Por outro lado, acredita não fazer a coisa certa, baseando-se nos princípios em que foi educado, dentro de padrões religiosos severos, nos quais o adultério é visto como um grave pecado, mas, ao mesmo tempo, questiona-se se vale a pena abrir mão dos seus desejos e, então, opta por trair. Então, perguntei qual seria a reação dele se soubesse que sua

namorada também o traíra. De forma categórica, revelou que sofreria um choque muito grande e que tinha certeza que mesmo que a namorada dele soubesse do relacionamento de seis meses que ele tivera, a decepção dela seria menor do que a dele se soubesse que ela o traíra uma única vez, potencializando fragorosamente a traição dela em detrimento da importância do ato dele. Completou que sentiria uma soma de sentimentos, tais como raiva, mágoa e revolta, e que não ria querer vê-la nunca mais. Assim, expõe a força do imaginário coletivo a respeito da velha concepção de uma natureza sexual volúvel do homem, em contraposição ao, também natural, recato sexual feminino.

Porém, questioneei sobre a “diferença” entre a traição dela em relação a dele, ainda mais por ele ter defendido direitos iguais para as mulheres em diversas situações. Qual seria, portanto, a justificativa para tal incoerência? Segundo Boris (2011: 52-53):

Alguns desses homens se esforçam pra redefinir um novo modelo masculino, diferenciado da latinidade defensiva do macho e que não propicie a manutenção dos valores tradicionais; outros tentam se mostrar conformados ou adaptados ao modelo tradicional; alguns, ainda, apresentam uma fachada de aceitação das inquietantes transformações recentes das *relações sociais de gênero*, mas a elas se contrapõem quando surgem situações para as quais não se sentem preparados para lidar.

Ao mesmo tempo que defende o direito das mulheres de evoluírem e conquistarem direitos análogos aos dos homens, não aceita os resultados de tais mudanças quando estas o atingem em sua zona de conforto, legado do regime conservador machista:

eu tenho uma resposta fácil demais, eu estou no meio de uma geração em transição, você tá entendendo? Eu, por ter uma cabeça muito aberta, eu entendo demais o ponto de vista antecessor e entendo demais esse ponto de vista posterior, e eu estou no meio da transição. Eu sou a favor demais do que o meu avô prega, eu aceito demais o ponto de vista dos meus antecessores, mas eu estou me adequando a forma de viver de hoje em dia e, assim, por eu estar no meio dessa transição, eu fui pego de surpresa por essa situação aí: como é que eu sou tão a favor e ao mesmo tempo eu não consigo aceitar? É um paradoxo! Hoje, eu tenho certeza em afirmar que se acontecesse essa situação eu iria ficar muito indignado (Entrevistado nº 10: 25 anos).

Consciente de seu posicionamento paradoxal, acredita viver uma realidade crítica, em que as mudanças manifestadas pelos movimentos feministas transformaram gradativamente os comportamentos sexuais bem como as relações de gênero, levando-o a um constante conflito entre manter o *status quo* machista, o qual lhe assegura certas garantias e privilégios, e adequar-se às novas condições relacionais vindas na esteira dos ideais feministas de

equiparação dos direitos entre os sexos que, por outro lado, também se apresentam sedutores quando se trata de dividir responsabilidades, seja no campo econômico (no qual se tornou comum a divisão das despesas financeiras entre os cônjuges e namorados), seja no campo comportamental e sexual, como exposto abaixo:

eu tô falando que eu estou no meio da transição, então eu estou pegando os dois lados, não é? Aos 16-17 anos eu chorava, o *cara* chorava, né? Dava em cima, mandava cartinha, mandava bilhete, aí começou aquela geração com o tal do SMS, foi a maior novidade, não é? Por existir essa questão de eu estar no meio dessa transição, então, foi muito prazeroso, porque é como se o seu time tá perdendo e de repente ele vira, então, aos 16-17 anos, você ainda tinha... tinha que partir de você a atitude de ir lá, de dizer à menina que você estava a fim de ficar com ela, que você queria um beijo dela, que você queria um compromisso com ela, e hoje não! Hoje você vê meio a meio, essa questão de você sair, *paquerar*, de quem é a atitude? Hoje tá mais da mulher (Entrevistado nº 10: 25 anos).

Dessa forma, apresenta-se a possibilidade de uma reformulação paradigmática acerca dos novos arranjos que se enunciam e contemplam interesses pontualmente contraditórios, ao mesmo tempo que amplamente favoráveis às relações fincadas em condições permutáveis, criando a possibilidade de combinações mais flexíveis e permeáveis.

No entanto, as informações colhidas nas falas dos meus entrevistados deixam clara a resistência do ideário do amor romântico como representação conservadora das relações vivenciadas e idealizadas, pelo menos na cidade do Natal. Na contramão do que é sugerido pelas *pocket relations* (Bauman 2004) e pelo “amor confluyente” (Giddens 1993), a ideia do relacionamento ideal, da mulher certa para casar e ter filhos, convive lado a lado com os relacionamentos avulsos, denominados como o “ficar” com alguém em vez do “estar” com alguém. Ainda, é comum distinguir as moças consideradas propriamente para “ficar” daquelas escolhidas para casar, cujo fator determinante, geralmente, está associado ao nível de castidade destas; não devem necessariamente ser virgens, mas, quanto menor for o número de parceiros sexuais experimentados, maiores serão as possibilidades de união.

No que diz respeito à sexualidade, podemos observar uma maior paridade dos comportamentos, independentemente das idades. De acordo com os entrevistados, diferentemente do sexo oral (quase uma unanimidade entre os casais), o sexo anal ainda é, em parte, um tabu, seja por questões de ordem social ou religiosa, seja por causar certo desconforto físico às parceiras. Desse modo, em apenas cerca de 25% dos relacionamentos observa-se essa prática: “eu já perguntei uma vez a ela se ela gostava de sexo anal e tal, se eu podia. Ela num gostava não, sabe, tinha mais medo. A parte da vagina até vai, mas o ânus

num queria não. Sexo anal num era com ela não. [Já o oral] rolava, rolava antes de ter o ato” (Entrevistado nº 3: 19 anos).

Diante de situação análoga, o Entrevistado nº 10 (25 anos) posiciona-se a respeito da namorada: “Primeiro tabu, sexo anal, isso eu posso dizer, assim, é uma junção de várias coisas, é constrangimento, é não permitir dentro do padrão social dela, é de achar que vai doer simplesmente”.

Aliás, além da penetração vaginal e do sexo oral, as práticas sexuais relatadas pelos entrevistados resumem-se às variações de posições e lugares. De resto, aproximadamente 25% deles sentem vontade ou se dizem com coragem de experimentar alternativas sexuais, como o sexo grupal, o *swing* e o *ménage à trois*. No entanto, esbarram no tradicionalismo ou, simplesmente, na falta de coragem de suas parceiras. Essa realidade revela o caráter conservador em que se moldam tais relacionamentos em torno da sexualidade. Desse modo, a exigência sobre a fidelidade do parceiro torna-se o ponto de partida para a manutenção dos relacionamentos.

Percebe-se outro aspecto importante da dicotomia entre o moderno e o tradicional, entre o liberal e o conservador, que diz respeito à possibilidade de existirem relacionamentos extraconjugais ou extranamoro entre os entrevistados e suas parceiras, ou mesmo sobre o que pensam a respeito de quem os tem. A maioria dos entrevistados mantém tais relacionamentos (esporádicos ou não), mesmo “acreditando” ser algo errado⁷⁹, por estar traindo a confiança de suas parceiras, acreditando, porém, ser “coisa de homem”, que “faz parte da natureza deles”. Nessa perspectiva, acrescenta Aboim (2010b: 211):

A masculinidade tradicional, apesar de apontar um modelo inequivocamente dominante de “ser homem”, nunca esteve livre de contradições internas. A tensão entre o ideal do homem sexualmente livre (“o predador”) e o homem comprometido com as responsabilidades familiares (“o provedor”) foi historicamente construída como resultante da oposição entre “natureza” – ou seja, instinto, compulsão – e contenção – ou seja, controlo, responsabilidade.

Justamente por esse motivo, não aceitam que suas parceiras ajam da mesma maneira, seja por não acreditarem que elas tenham a mesma necessidade, seja por não aceitarem abrir mão da exclusividade de trair, legitimada por uma cultura machista que eles tentam (pelo menos nesse aspecto) conservar. Desse modo, dividem-se em dois grupos, a saber: aqueles

⁷⁹ No entanto, três deles dizem que gostam de trair e acreditam que oxigena a relação, funcionando como uma “válvula de escape”.

que poderiam perdoar dependendo da gravidade e aqueles que não perdoariam a traição de forma alguma:

eu acho assim, que no meu pensamento que é no mínimo fundamental, porque... uma mulher não consegue entender isso, mas pra haver um equilíbrio, pra manter... eu não estaria com ela 3 anos, só com ela, não teria como, tem que haver alguma coisa que possa equilibrar assim. Tem que haver aquela fugidinha pra gente pelo menos provar outras coisas, porque chega um momento que a gente chega até a enjoar assim, não é? Passa um tempo, aí revigora as energias e volta. Mas eu acho que... eu na minha parte eu faço muito, tanto com algumas meninas, até com amigas dela mesmo, já fiquei com duas amigas dela já. E... é assim, é errado, é errado pra realidade do pensamento do senso comum, não é? É errado, mas eu gosto, entendeu? Pra mim é fundamental. No meu pensamento chega a ser um pensamento machista, não é? Até porque a sociedade já colocou na cabeça que homem trai mulher e é normal, mas a mulher trair o homem, é *cornô*, tem que acabar. Então, é esse pensamento dessa sociedade que também é um pensamento errado, também tá na minha cabeça. Pra mim, a oportunidade de ter uma menina pra ficar comigo, eu aproveito essa oportunidade, mas se uma mulher, no caso, ela tiver uma possibilidade de me trair, a sociedade vai julgar como uma *puta*, não é? Uma vadia, entendeu? Mas o pensamento do homem não, o homem é o gostosão, *come* todas (Entrevistado nº 9: 18 anos).

Por outro lado, aproximadamente 1/3 deles não concorda com tais relacionamentos, pois acreditam ser a confiança a base de qualquer relação, assim, na medida em que esta se encontra abalada, dificilmente se restaura. Destes, a metade diz nunca ter traído, enquanto a outra metade assume que já traiu, mas que se arrepende do acontecido:

[...] e em três houve traição, nessa última não... não sei, não tenho a menor vontade de trair de novo... Ficava com a consciência pesada, não é? Na hora em que o *cara* tava se divertindo, não! Também, mais por imaturidade também, não é? E você age por impulso, vai na onda da *galera*. É aquele *negócio*, você tá de novo na *balada*, na festa, não é? O remorso só vem depois [risos]. Você começa a beber, aí o sentido não fica muito aguçado pra essas coisas não (Entrevistado nº 11: 28 anos).

Porém, o fato que se apresenta com maior congruência entre os informantes diz respeito à tentativa de manutenção da exclusividade masculina sobre a promiscuidade e os relacionamentos extranamoros (extraconjugais). Quando lhes perguntei se tinham namoradas, seguindo o mesmo princípio, outrora indicado, a respeito da desvalorização da mulher que se relaciona com mais de um homem ao mesmo tempo, sendo ou não um deles seu namorado, Neto declarou: “namorada só serve pra *encher o saco* [chatear] e gastar nosso dinheiro”,

revelando que tinha namorada até pouco tempo e acabou por causa de traição, primeiro porque ele “passou chifre” nela e depois ela fez o mesmo. No entanto, ele não aceitou que ela o traísse e terminou o relacionamento. Aparentemente, o sentimento falou mais alto do que o orgulho de macho e tentou voltar com ela, mas ela não o aceitou de volta “[...] pois disse que não acredita mais em mim, e realmente eu não vou deixar de traír [risos]”.

É indubitável a força das amarras que ainda prendem esses jovens às representações conservadoras sobre as relações de gênero, cuja ideia de uma superioridade sexual masculina alicerça-se na axiomática natureza dicotômica dos sexos (Amâncio 2004). Mesmo aqueles que não percebem ou têm dúvidas acerca de uma natureza sexual masculina superior, mais aguçada (instintivamente mais libidínosa), não conseguem aceitar livremente a paridade do comportamento sexual feminino, talvez por sentirem-na, mesmo que inconscientemente, como uma ameaça ao domínio histórico do gênero masculino, do qual, de uma forma ou de outra, são beneficiados (McInnes 2002).

Ainda sobre essa referência, ao falar-me sobre o hábito do uso de preservativos, Renato deu um exemplo dicotômico, tratava-se de uma garota do *cursinho* que costumava sair no horário das aulas com rapazes, colegas de sala, para um motel. Revelou-me que “com esse tipo de mulher” eles usavam camisinha, no entanto, seguindo o mesmo critério de determinação sobre tal uso, qualquer um deles que não a conhecesse, devido aos seus atributos físicos e padrão socioeconômico, cometeria o equívoco de não se proteger. É relevante o deboche com que se referiam à garota, devido a sua liberdade sexual, expressão comum de um sentimento machista conservador. Corroborando essa visão, Ricardo falou de uma aluna da universidade, também do 1º ano, mas que estuda numa outra sala, com quem namorou três meses e que todos a consideram uma “gata”. Conta que acabou o namoro com ela por dois motivos: primeiro, porque era muito chata, autoritária e possessiva; segundo, devido ao fato de que quando eles começaram a “ficar” ele tinha namorada e ela sabia, por esse motivo não era digna de confiança, pois poderia fazer o mesmo com ele, ou seja, um discurso moralizante que o isenta de qualquer erro moral por ser homem e por esse tipo de comportamento ser “próprio da natureza masculina”. Assim sendo, sua natureza o redime, enquanto a dela a condena: “a força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (Bourdieu 2010: 33).

4. À sombra do patriarcado: resistência e mudança

Para alguns historiadores, as primeiras sociedades pré-históricas tinham no matriarcado o seu modelo de dominação social de gênero, principalmente, em razão do desconhecimento acerca da participação masculina na reprodução de sua espécie, levando os homens a uma posição de inferioridade social perante as mulheres. No entanto, Badinter não só contesta como aponta as diversas lacunas e contradições que fundamentam essa tese, afirmando:

Todos concordam em reconhecer, com Lévi-Strauss, que a assimetria entre os sexos caracteriza a sociedade humana. A própria Simone de Beauvoir mostrou-se convicta desse fato. A seu ver, a idade de ouro da mulher não é senão um mito. “A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve na mão dos homens... O triunfo do patriarcado não foi nem o acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, seu privilégio biológico permitiu aos machos se afirmarem sozinhos como sujeitos soberanos” (1986: 44).

Porém, Badinter rejeita as teses deterministas de gênero que tendem a apontar, necessariamente, um dos dois modelos como detentor de um poder socialmente superior, como se isso resultasse de um ordenamento da natureza, uma luta dos sexos incessante, na qual um dos dois deve sair vencedor:

quanto a nós, nenhuma das duas hipóteses, nem a do matriarcado nem a do patriarcado, nos convence. Provavelmente porque a sociedade na qual vivemos sugere outra. Se não se trata de comparar o incomparável, ou seja, as sociedades mais arcaicas com as mais desenvolvidas, podemos pelo menos observar que a queda do patriarcado à qual assistimos não tem como contrapartida a emergência de um matriarcado qualquer. Nossa sociedade democrática parece se acomodar muito bem com a ausência de um poder exclusivo do pai ou da mãe. Portanto, não seria absurdo imaginar que as primeiras sociedades também tenham podido prescindir de um ou do outro, e partilhar os poderes de uma forma diferente daquela observada na maior parte do mundo atual (1986: 45).

Como exemplo desse possível compartilhamento das relações de poder, essa autora cita o trabalho da antropóloga Françoise Héritier:

Quanto ao poder político das mães, Françoise Héritier pensa que não passa de um mito. Nenhuma sociedade matrilinear conhecida é um matriarcado. Mesmo entre os iroqueses, que mais se aproximam dela (nesta sociedade de caçadores-coletores, as mulheres gozam de direitos e poderes raramente

iguais), os homens se consideravam superiores. A antropóloga observa que, se “as matronas comandavam a vida das grandes casas e dirigiam o trabalho feminino..., elas eram representadas no conselho de anciãos por um *representante masculino*, que falava em seus nomes e faziam com que suas vozes fossem ouvidas”⁸⁰ (Badinter 1986: 45-46).

Com efeito, a assimetria dos papéis de gênero não denota, necessariamente, a superioridade do feminino sobre o masculino ou vice-versa, mas uma repartição dos poderes assumidos por ambos os gêneros:

assim termina, numa nota de igualdade, a primeira fase da história do homem e da mulher. Embora constituído por várias etapas, esse longo período de perto de 30.000 anos é caracterizado por uma constante. Se a divisão sexual das tarefas e das funções nunca se desmentiu, em nenhum momento percebemos o esmagamento de Um graças à monopolização de todos os poderes pelo Outro. Embora as tiranias individuais não faltassem, não pudemos discernir nenhum sistema ideológico de opressão caracterizada. Do paleolítico à idade do ferro, homens e mulheres partilharam as tarefas com maior ou menor equidade, mas sem jamais dar a impressão de que Um era a pálida repetição do Outro, ou pior ainda, o mal que devemos evitar. Mesmo durante o período do grande prestígio feminino, os homens, orgulhosos de sua superioridade física, continuaram a manter seu papel na Cidade, contrariamente à época histórica, em que as mulheres dela serão excluídas (Badinter 1986: 87).

Segundo Badinter (1986), foi somente no Oriente Médio, na era do bronze, que o patriarcado se delineou como uma política de dominação social dos gêneros. Porém, principalmente através da elaboração de um Deus criador, pai de todas as coisas e seres, ao qual todos estariam subordinados, é que o patriarcado exerce seu controle e domínio sobre o feminino:

historicamente, o patriarcado é, em todo lugar, perceptível no Oriente médio, na idade do bronze. O que não exclui a possibilidade de que a troca das mulheres possa ter começado muito antes, tanto no Oriente Médio como no Ocidente. Mas o sistema de poder, em toda a sua plenitude e seu rigor – nos moldes de um poder absoluto – só aparecerá um pouco mais tarde, quando uma verdadeira revolução religiosa tiver sido operada: a substituição das deusas de outrora por um Deus todo poderoso. Em menos de um milênio, Brama, Javé, Zeus e Júpiter impõem-se aos crentes como os pais da humanidade, e confinam as mães no *status* de menores. Como se os homens tivessem inventado Deus para melhor assentar o poder paterno (Badinter 1986: 96).

⁸⁰ Françoise Héritier: L'Africaine. *Sexes et signes*, in Cahier du GRIF.

Destarte, o ápice da elaboração de uma suposta superioridade masculina se dará com a construção do monoteísmo, quando se agregou a imagem de um Deus único e masculino, de modo que a presença feminina, ser inferior, é estabelecida quase sempre como um risco a sua integridade e sobrevivência. A mulher, ser frágil e corrompido, representa o perigo, a queda, a danação, desse modo, deve-se manter sob a subserviência e vigilância do homem. Nesse aspecto, até mesmo o ato da criação, essência da vida e, por isso, fator de grande representatividade simbólica de força e, em certas culturas, do divino, tem sua condição natural invertida no judaísmo-cristão:

para toda a civilização judaico-cristã, Adão é criado por um Deus macho, sem intervenção do menor princípio feminino. Depois, como Adão se aborrecesse, Javé o adormece e molda Eva a partir de uma de suas costelas. Assim a mulher é duplamente filha do macho. É criada por um “Deus” a partir do corpo do “homem”. Simbolicamente, a costela de Adão é o equivalente do ventre materno. Se Deus é o criador de Eva, Adão é sua mãe, ou mais exatamente pai/mãe. A “partenogênese” masculina justifica a diferença qualitativa entre Adão e Eva. Adão é filho de Deus, feito à sua imagem, mas Eva só é filha do homem, e, como tal, menos próxima do Divino do que seu companheiro. Para ela, a procriação será uma maldição. Enquanto Adão a pariu durante o sono, como um sonho, Eva parirá os filhos de Adão na dor, como um pesadelo. Adão conservará o papel essencial, espiritual, à imagem de Deus; Eva, o papel contingente, material. Ele será o agente da transmissão da vida; Ela, o da morte (Badinter 1986: 105-106).

No entanto, Badinter (1986) destaca que, mesmo sem querer, foram os próprios homens os primeiros responsáveis a fragilizar e minar o sistema patriarcal, visto que, na medida em que lutaram pela queda dos regimes absolutistas monárquicos, fizeram ruir o principal elemento simbólico de poder paterno, sendo o rei a principal imagem masculina de poder totalitário. Assim, o regime democrático de direitos, ainda que se tratasse dos direitos dos homens, abriu um precedente fortíssimo para a luta por igualdade das mulheres, tendo em vista que eles próprios destituíram o principal chefe patriarcal de seu trono:

a relação homem/mulher inscreve-se num sistema geral de poder que comanda a relação dos homens entre si. Isso explica que, inicialmente, os primeiros golpes contra o patriarcado foram dados pelos homens, e não pelas mulheres. Antes de pensar em arruinar o poder familiar do pai, primeiro era preciso destruir o poder absoluto do soberano, e solapar seus fundamentos religiosos. Esta é a evolução que todas as sociedades ocidentais conhecem, através de revoluções e de reformas, até o século XX. Mas se os homens se empenharam em construir uma nova sociedade, fundada sobre a igualdade e a liberdade, seu projeto, primeiro político, depois econômico e social, só dizia respeito a eles próprios, uma vez que desejavam ser os únicos beneficiários. Os homens lutaram para a obtenção

de direitos, tomando o cuidado de excluir as mulheres desses mesmos direitos. Que necessidade tinham elas de votar, de serem instruídas ou protegidas, em igualdade com os homens, nos seus lugares de trabalho? A igualdade parava nas fronteiras do sexo, pois, se a maioria dos homens buscava se livrar do patriarcado político, eles queriam, a qualquer preço, manter o patriarcado familiar. Daí o aviso, constantemente repetido, no século XIX, pelos conservadores e pela igreja: lutando por mais liberdade, vocês ferem o poder paterno e solapam os fundamentos da família (Badinter 1986: 167-168).

Seguindo na esteira de Bourdieu, compreenderemos que a dominação hegemônica do gênero masculino se constitui sob a premissa de um dado da natureza, uma predisposição presente na constituição dos seres, que, através da sua identificação sexual, submete-os hierarquicamente a uma ordem dos gêneros: “torna-se evidente que nessas matérias, nossa questão principal tem que ser a de restituir à doxa seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural” (Bourdieu 2010: 8).

Sob o arbítrio de um discurso ideológico, a sociedade naturaliza o cultural engendrando-o nos corpos e nas mentes dos sujeitos sociais (Althusser 1985), sejam mulheres, sejam homens, inculcando um ideário de supremacia política masculina, quer no âmbito social, acerca da sua pseudocapacidade de resolver os problemas inerentes ao contexto sociopolítico, quer no âmbito sexual, por sua maior predisposição aos desejos e necessidades sexuais. Nesse sentido, esclarece Amâncio (1994: 23):

Considerar simplesmente o processo que consiste na internalização por parte dos indivíduos das características e comportamentos que eles percebem como adequados à sua pertença sexual, sem considerar a ideologia largamente consensual que diferencia o masculino e o feminino através da deseabilidade social das suas características, corresponde a analisar o como, sem considerar o porquê, e acaba por transformar o processo de socialização numa espécie de marcação natural das diferenças entre os sexos, que uma vez estabelecida na infância e na adolescência acompanha, irreversivelmente, toda a vida adulta.

Assim, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (Bourdieu 2010: 18). Com efeito, a percepção de uma realidade extrínseca, dotada de uma natureza masculina compulsória (Rich 2007) e, conseqüentemente, responsável pela dominação da realidade social, apresenta-se explícita e implicitamente nos diálogos e entrevistas dos meus informantes, aliás, é no rastro dessa

concepção que se desenrola a maioria das representações expressas em seus discursos e atitudes:

os discursos sobre género não se limitam a refletir uma diferenciação preexistente, eles contribuem ativamente para construir essa diferenciação e, nesse sentido, “fazem género”... É em parte através da sua mobilização recorrente – mas variável – nos discursos, que a diferenciação de género assume existência enquanto eixo de categorização e desigualdade significativo, saliente e relevante (Pereira 2010: 226-227).

Por outro lado, para a metade dos entrevistados, tanto o machismo quanto o feminismo são visões míopes, ultrapassadas, não expressando a realidade de fato. Um dos principais exemplos disso está na grande diversidade das atividades realizadas por homens e mulheres (principalmente) nos dias atuais, bem como as transformações no espaço doméstico do lar, que têm gerado novos ajustes sobre as responsabilidades entre os cônjuges. A esse respeito, Aboim (2010a: 39) esclarece:

A conquista feminina de um lugar cada vez mais visível na esfera pública alterou sensivelmente as relações de género e a vida familiar, à medida que no mundo ocidental o esquema patriarcal da mulher doméstica e subordinada ia sendo posto em causa e aumentavam exponencialmente os casais em que tanto homens como mulheres trabalham profissionalmente a tempo inteiro.

Para eles, esse processo é normal, natural e vem resultando na quebra de paradigmas quanto a uma nova ordem do género (Connell 1995), provocando uma forte diminuição do preconceito sobre a capacidade das mulheres. Ainda nessa perspectiva, com exceção de atividades que exigem uma maior força física, todas as demais são facilmente realizáveis por mulheres, principalmente as de cunho intelectual. Em certas circunstâncias, os entrevistados acreditam, inclusive, que as mulheres demonstram mais capacidade do que os homens de adaptarem-se às variadas atividades por estarem mais abertas às mudanças e terem uma visão mais ampla da realidade:

eu acho que essa distinção profissional depende um pouco. Pra atividades intelectuais eu acho que se houverem distinções eu acho que é errada, porque não acredito numa... Agora, por exemplo, pra ser um pedreiro, pra ser um pugilista, um lutador, pra ser um esportista, aí é clara a superioridade masculina pela força, pela própria anatomia. Mas em atividades que mexem com o intelectual, eu acho que pra ser um advogado, um médico, eu acho que essa distinção entre homem e mulher não é válida, pode até existir, mas... não sei se condiz com a realidade (Entrevistado nº 8: 19 anos).

Complementando tal visão, expõe o Entrevistado nº 7 (19 anos):

Eu não vejo nenhum problema não em mulher se encaixar nesse *negócio* [trabalhos intelectuais]. Dizem até que mulher é melhor do que homem, não é? Tem empresa aí que usa mais mulheres do que homem, mas... concordo, não tem problema, não. Vai ser ruim pra gente que vai disputar a vaga, não é? [risos].

De outra forma, um quarto dos entrevistados assume ser machista, mas sem excessos, sem violências. Para eles, ainda existem atividades, maneiras de ser, modos de se comportar, próprios aos gêneros, atividades que são próprias a cada sexo, numa concepção naturalizante dos gêneros:

rapaz, pra algumas coisas sim, viu! [se considera machista]. Tem coisa, por exemplo, eu acho que mulher não deve fazer, sabe? Que é coisa de homem, que mulher não deve fazer. É visão preconceituosa ainda. Por exemplo, eu via, como é que eu posso dizer? Mulher malhando, ficando *bombada*, fazendo fisiculturismo. Eu achava isso muito feio, eu achava que só o *cara* deveria fazer isso, sabe? Que era mais o homem fazer, mas... eu vejo... nada a ver! A *boyzinha* gosta daquilo, então beleza! Tem problema não. Pronto, por exemplo: mulher que fala muito palavrão, que quer se achar a *escrota*, eu não gosto não. Eu acho que não deve fazer esse tipo de coisa não. Eu acho que, por exemplo, uma conversa assim, um *cara* falando com outro: “*ei caralho! seu escroto!*” beleza, conversa de homem. Agora, mulher falar isso para outra mulher eu não acho apropriado não (Entrevistado nº 12: 18 anos).

Do mesmo modo, acrescenta o Entrevistado nº 17 (28 anos):

Me considero machista... em alguns aspectos. Eu acho que o exagero, por exemplo, de o machista na área profissional. Eu acho que não se encaixa porque não tem uma explicação, assim... pra mim, que seja convincente. Mas já em determinados momentos eu acho importante de se diferenciar bem o homem da mulher. Sei nem se a palavra é machismo, mas o fato de uma mulher, digamos, se vestir como homem, de usar calça jeans e camisa de botão, ela perderia toda a feminilidade. Então eu acho que nesse tipo de diferenciação, eu sou machista. Agora, eu não concordo com essa parte mais radical.

Nessa esteira, destaca-se o depoimento de Ricardo, quando Neto contava, em tom de desapontamento, duas circunstâncias (citadas anteriormente) em que duas meninas da sala o teriam mandado calar a boca, foi então que Ricardo o aconselhou: “Faz igual eu fiz com fulana, veio falar merda no telefone e eu respondi, ‘áh! vá chupar uma rola! vai-te foder’”. E sob os risos de todos, Luís exclamou: “Esse boy é doido!”. Então, Ricardo respondeu

imediatamente: “É! Mas depois ela veio me pedir desculpas”. Tal relato expressa a típica posição machista, na qual o homem deve mostrar a mulher “quem é quem manda”.

Numa outra tentativa de delimitar os espaços sociais do gênero, criticaram o discurso de uma garota da sala – por ela ter declarado, durante uma festa da turma, que se há duas coisas as quais ela não pede arrego é para “macho e cachaça” – como “impróprio” de ser proferido por uma mulher. Funciona como se ela estivesse invadindo um terreno do qual eles são os “proprietários”:

os estudos feministas têm sido determinantes na investigação empírica sobre os modos como os padrões de comportamento sexual inculcados nos processos de socialização são, em regra, diferentes por sexo: enquanto as mulheres são educadas no sentido de associar a actividade sexual à intimidade emocional, os homens são induzidos a dissociar ou fragmentar o dito impulso sexual e a emoção (Silva, Machado e Silva 2002: 186).

Noutro aspecto, ao serem indagados se em uma disputa por uma única vaga de emprego eles a perdessem, se haveria preferência em perdê-la para um homem ou para uma mulher, a maioria respondeu que seria indiferente, que preferiria perder para o mais capacitado, reafirmando o posicionamento favorável deles ao avanço e conquista das mulheres na esfera trabalhista, como outrora diagnosticado. Novamente, faz-se necessário ressaltar a dicotômica visão do que é próprio à natureza de cada gênero, mais precisamente na esfera da sexualidade, visto que nas esferas social e econômica os limites encontram-se cada vez menos demarcados e as fronteiras cada vez menos defendidas.

Ora, a convivência entre tradição e modernidade é um traço característico da realidade social, sendo sua coexistência o que dá sentido uma à outra. Não existe sociedade completamente tradicional ou completamente moderna, ainda mais porque não há como identificar uma característica dissociada da outra, não existe tradição sem modernidade, assim como o certo sem o errado, o moral sem o imoral (ou amoral), o justo sem o injusto; marca indelével da dialética social. Por conseguinte, propõe Giddens (1991: 45): “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Para Giddens (1991), há uma tendência em associar a modernidade a tudo aquilo que se contrapõe à tradição. Porém, não se pode fazer tal recorte de maneira generalizada, pois

existem inúmeras situações em que as duas condições interagem e até se confundem num mesmo cenário.

Capítulo 5. Descortinando estereótipos: mulheres, prostitutas e gays

1. Entre homens e mulheres: relações de gênero e dominação

Além do ginásio de esportes, a maior parte dos nossos encontros se deu nas diversas confraternizações e/ou festas realizadas pelas turmas do curso de Direito do Uni-RN.

Acerca desses encontros entre os jovens estudantes do Uni-RN, pude observar um relativo papel de destaque e às vezes até de protagonismo das mulheres nas relações sociais, em sala de aula ou fora dela. Enquanto em certas turmas alguns alunos homens apresentam uma postura de liderança, no geral, as garotas se mostram um pouco mais autônomas e intimidadoras que eles. Em uma de nossas conversas, um dos alunos relata:

Vocês viram como fulana falou comigo na sala? Me mandou calar a boca e eu fiquei com *cara de merda* [sem graça, constrangido]. Ela, tudo bem, pois todo mundo sabe que é muito chata, mas já estou ficando puto com beltrana que agora, toda aula, fica mandando eu falar baixo ou calar a boca. Daqui a pouco eu vou estourar com ela, vocês vão ver só (Neto: 19 anos).

O que chama a atenção, principalmente, é que não se trata de um aluno qualquer, mas de um dos líderes dos rapazes da turma, o qual, ao mesmo tempo que apresenta uma postura forte perante os homens, mostra-se frágil ou no mínimo inseguro perante as mulheres. Porém, vale destacar que tal situação apresenta-se com maior frequência entre o público mais jovem da faculdade (dos 17 aos 25 anos). Já os homens com idade superior aos 25 anos demonstram mais segurança e até mesmo uma maior imposição e força diante das colegas de sala de aula.

Tanto em sala de aula quanto nas confraternizações das turmas, além da evidência do número superior das moças em relação aos rapazes, é notório o maior destaque delas em assumir uma postura de relevância e protagonismo nas ações, decisões e discursos que engendram tais relações sociais. Partem delas, geralmente, os tons mais altos das conversas, os risos mais calorosos, as iniciativas para dançar, brincar e beber.

Ora, não é difícil de compreender o relevante papel das mulheres no processo de reordenação e transformação da masculinidade contemporânea, pois, como bem aponta Boris (2011: 74), são elas quem “os gestam, os criam e os iniciam na *construção* de sua *condição* e de sua *subjetividade masculinas*”. Assim, a elas cabe, parcialmente, a responsabilidade de reproduzir e inculcar, na mente destes, todos os valores, princípios, normas e representações impostas por sua cultura. Basta recordar que há bem pouco tempo elas estavam segregadas ao espaço doméstico, enquanto os homens dominavam o espaço público. Desse modo, não era necessário um acompanhamento por parte destes, alheios ao dia a dia dos afazeres domésticos, para que a educação patriarcal fosse responsável pela condução comportamental de seus filhos e filhas, visto que, imersas no discurso ideológico a que foram submetidas, eram as próprias mulheres as principais responsáveis pelo discurso de dominação de uma ordem dos gêneros, garantidoras da superioridade masculina. Pois bem, se lhes coube, historicamente, o papel de transmissoras e mantenedoras do *status quo*, não é de se estranhar que também a elas cabem o seu questionamento e transformação, bem como a introdução e a interpelação dos homens a uma nova realidade.

Com efeito, devido à relevante participação das mulheres na construção da identidade masculina, além da importância inexorável de seus congêneres, é atribuído nesta tese um espaço fundamental à participação delas como fator relacional e influente na percepção que eles terão acerca de seu papel sociocultural. Aliás, como pude perceber, em decorrência dos estudos etnográficos, o comportamento das moças acaba por causar-lhes, em certos casos, algum desconforto ou insegurança no que diz respeito a um papel social não mais predominante como outrora, mas, no mínimo, igualitário e, às vezes, até mesmo inferior.

Em um dos churrascos promovidos pelas turmas do curso de Direito do Uni-RN, como em outras ocasiões, era comum a separação de grupos por gênero, os rapazes conversando pela periferia e as moças reunidas no centro, mas com momentos de integração entre eles. Porém, era comum ver as garotas dançando animadas e sozinhas, enquanto bebiam cerveja e cachaça. Já os rapazes apenas bebiam, conversavam e observavam. Ricardo ensaiava danças solo, com o intuito de chamar a atenção das garotas, no entanto, como os demais, também não as convidava para dançar.

Com o intuito de provocá-los, comentei numa das rodas de rapazes que a festa estava ficando monótona, visto que várias moças já haviam se sentado e pareciam desanimadas (talvez, cansadas de esperarem que eles tomassem alguma atitude, assumindo uma postura conservadora), no entanto, em vez de assumirem uma posição de comando, atribuíram à ausência de cerca de quatro moças da turma (que são mais próximas deles, com quem têm

mais intimidade) a falta de iniciativa para animar o ambiente. Disseram que se elas estivessem ali, estariam enchendo os copos deles e chamando-os para dançar. Percebe-se uma nítida contradição entre aquilo que eles falam e o modo como agem, já que, baseando-se em grande parte dos discursos de cunho machista, por eles proferidos, atribuíram automaticamente a “responsabilidade” de tomar as iniciativas sobre as ações de comando às relações de gênero, no entanto não é o que se vê nesse exemplo, aliás, o próprio discurso é contraditório, pois revela certa dependência das moças ausentes.

Outro exemplo desse paradoxo revelou-se quando discutíamos sobre para onde iríamos depois do churrasco e foi cogitado o nome de dois bares, o *Decky*⁸¹ e o *Rastapé*⁸² (ambos situados em Ponta Negra, zona Sul da cidade). Ricardo falou que preferia ir ao *Rastapé* por ser mais fácil de “chegar” (tomar iniciativa) nas meninas, visto que “todas estão ali pra dançar” e dessa forma ser mais difícil “levar um fora” (ser rejeitado), enquanto no *Decky* tem-se que investir mais na “paquera”. Há de se considerar que essa aparente insegurança não parte de um rapaz qualquer, mas daquele que é reconhecido como o mais “desenrolado” da turma.

Ainda nesse sentido, havia uma garota por quem Neto estava interessado e que todos (ou quase todos) ali na festa sabiam, pois os comentários e as indiretas eram frequentes. Num dado momento em que a música havia parado, formou-se uma grande roda onde todos conversavam homogeneamente. Como já havia seis horas de festa e ele não tinha tomado nenhuma iniciativa de “ficar” com a garota, Ricardo, que se encontrava sentado ao lado dela, começou a chamar Neto em voz alta, sugerindo que os dois trocassem de lugar (já que Neto estava distante dela), então todos sorriram. Havia ainda alguns que pressionavam, dizendo: “Vai lá! Aproveita!”, e Ricardo reforçava, provocando: “Pô, *cara!* Não me decepcione”. Porém, tanto Neto quanto a moça pareciam extremamente constrangidos com a situação. O fato é que, devido ou não a esse constrangimento, não aconteceu nada entre os dois durante a festa.

Já em outra confraternização, dessa vez de outra turma (que ocorreu na área de lazer do condomínio de apartamentos⁸³ onde mora um dos alunos da sala), o que chamou a atenção, principalmente, foi a postura atrevida e desafiadora das moças. Havia 13 jovens, sendo oito moças e cinco rapazes. Destes, uma garota que estava com o namorado tinha apenas 17 anos,

⁸¹ Bar no estilo *pub*, cujo ritmo musical preponderante é o *pop rock*.

⁸² Bar cuja proposta é ser um espaço para se dançar e ouvir o forró.

⁸³ Localizado no bairro da Candelária (zona Sul da cidade). Como é de praxe, o espaço onde se realizou a confraternização era uma área de lazer, composta por churrasqueira, piscina, cadeiras de piscina e cadeiras e mesas de bar. Não havia nada para comer, só muita bebida (cerveja, cachaça, vodca e refrigerante).

os demais tinham entre 18 e 21 anos. As conversas versavam basicamente sobre dois assuntos: sexo e situações envolvendo os colegas de sala.

As mulheres, como sempre, protagonizavam ações e discursos, ditavam o rumo das conversas e das ações, bebiam muito e falavam palavrões, mais do que os rapazes. Uma delas (de 18 anos) falava da sua condição de virgem e se dizia inconformada com isso (dado importantíssimo sobre a mudança de caráter atribuído à virgindade, que, de uma condição “natural” à vida de solteira, tornou-se um fardo pessoal ou social, pelo menos, para certo número de mulheres modernas) e que assim que arranjasse um namorado iria correndo a um motel “dar” para ele. Nesse momento, uma colega, assumidamente não virgem (outro dado que corrobora o citado anteriormente), complementou dizendo-lhe que quando ela “desse” a 1ª vez, não iria querer parar mais: “você tem vontade de ‘dar’ todo o dia, até se acostumar”, então, a virgem se voltou para a colega de 17 anos, também virgem, mas com namorado, e aconselhou-a: “Mulher! Deixa de ser besta e ‘dá’ logo! ah se eu tivesse namorado, como tu!”, arrancando risos de todas as garotas presentes. Enquanto isso, os rapazes ouviam tudo sem nada dizer, pareciam intimidados, despreparados para ouvirem aquele tipo de conversa, vindo da boca de uma mulher, inclusive o namorado da garota, que ria discretamente, meio *encabulado*.

Diogo, denominado de “rodízio” pelas moças da sala, “ficou” com outra colega, a terceira! No entanto, não se tratava de uma moça qualquer, mas de uma lésbica “assumida”⁸⁴, segundo as colegas da turma, que, aliás, fizeram o mesmo ar de espanto que os rapazes da outra turma quando presenciaram Amadeu “ficando” com a anfitriã da festa (ver subcapítulo 4.2). O que dá a entender, a partir daí, é a desconsideração ou não percepção da condição de bissexualidade (ou mesmo, de outras possibilidades de arranjos sexuais), limitando as orientações sexuais a apenas duas condições, numa naturalização dicotômica da sexualidade, na qual ou se é heterossexual ou homossexual, em que cada uma dessas orientações representam respectivamente o certo e o errado, o normal e o anormal, o aceitável e o

⁸⁴ É importante destacar que, diferente de um garoto dito “assumido” (Beto) da outra turma, o qual praticamente não tem contato com os outros rapazes da sala, a garota supracitada, por não sofrer segregação das colegas de sala, pelo menos não aparentemente (não posso dizer se o fato de ela não fazer uso de roupas ou gestuais estereotipados como masculinos é um fator que favorece sua aceitação, ou mesmo se isso se deve a uma maior tolerância dentre as mulheres do que entre os homens), assume um discurso mais livre sobre sua sexualidade. Desse modo, enxergo a intolerância aos homens gays, aparentemente bem mais forte do que a que é dispensada às lésbicas. Porém, mesmo parecendo contraditório, faz-se mister destacar que, enquanto os informantes homens não demonstram discriminação em relacionar-se sexualmente com uma bissexual (apesar de que não podemos iludir-nos de que tal circunstância seja efeito, necessariamente, de um avanço da mentalidade dos informantes acerca de uma maior tolerância sobre as diversidades sexuais, em alguns casos talvez, mas acredito ser o reflexo justamente do que há de mais conservador no machismo, a eterna prova de virilidade a qual todos os homens estão “submetidos”, não devendo, portanto, rejeitar “nenhuma” mulher que possa ser um investimento ao aumento de seu capital sexual), as informantes mulheres demonstram uma certa ojeriza em relacionarem-se sexualmente com um bissexual, o que talvez se explique pelo fato de que, mesmo com todo avanço do feminismo e dos movimentos anti-homofóbicos, os grilhões do conservadorismo machista ainda permanecem em muitos aspectos da vida social no imaginário coletivo.

inaceitável; redução simplória de uma realidade cuja plasticidade é potencialmente complexa. Acrescentando tal discussão, alerta Welzer-Lang (2001: 472):

É verdade que a contestação pelas feministas da dominação masculina fez com que alguns temessem o aparecimento de um modelo único (*L'un est l'autre*), da androginia indiferenciada. É justamente o contrário que aparece, no caso dos homens. *Transgenders, transgêneros, drag queens, SNAG, gender fuckers...* são alguns destes exemplos.

Para Badinter (1986), somos seres andróginos e bissexuais, cuja plasticidade transcende os limites do processo civilizatório. Porém, coube à cultura o papel delimitador dos nossos sexos, transformando-nos em seres unissexuados, masculinos ou femininos, reduzindo-nos a uma ordem de gênero socialmente reguladora. Desse modo, fomos podados em nossa constituição sexual, e somente através de uma reeducação democrática que permita conhecermo-nos mais profundamente é que poderemos reelaborar nossa identidade sexual:

na verdade, somos todos andróginos, porque os humanos são bissexuados, em vários planos e em graus diferentes. Masculino e feminino se entrelaçam em cada um de nós, mesmo se a maioria das culturas se deleitou em nos descrever e nos querer como sendo inteiramente de um sexo. A norma imposta foi o contraste e a oposição. Cabe à educação calar as ambiguidades e ensinar a recalcar a outra parte de si. O ideal é parir um ser humano unissexuado: um homem “viril”, uma mulher “feminina”. Mas os adjetivos revelam o que se quer esconder: toda uma série de intermediários possíveis entre os dois tipos ideais. Na realidade, o adestramento atinge mais ou menos sua finalidade e o adulto guarda sempre em si uma parte indestrutível do Outro. O modelo da semelhança é propício para se levar em conta nossa natureza andrógina. De bom grado admite-se hoje que o desabrochar do indivíduo passa pelo reconhecimento de sua bissexualidade. Mas “reconhecer” não será admitir uma verdade que inicialmente se ignorou? Portanto, não é tanto a “chegada” de uma natureza andrógina que levamos em consideração, mas o “retorno” desta, no sentido em que os psicanalistas falam do “retorno do recalado” (Badinter 1986: 236).

Com efeito, desde a infância, os sujeitos são submetidos a uma realidade imagética sustentada numa heterossexualidade normativa, na qual quaisquer arranjos e disposições sexuais que escapem dessa ordem culturalmente estabelecida trarão consigo o estigma do desvio, do anormal, do pecado, da danação (Rich 2007, Goffman 1988). Desse modo, os sujeitos convivem desde cedo com o distanciamento e a negação de qualquer outra forma de relação amorosa e sexual que não se enquadre no arcabouço da heterossexualidade normativa, parecendo-lhes inconcebível ou simplesmente estranha, sem sentido, qualquer outra forma de

arranjo entre os pares (Brandão 2010). Destarte, a construção da nossa identidade sexual se estrutura na negativa de qualquer arranjo que exprima uma não identificação, uma sensação de não pertencimento à realidade natural dos sexos, de um ordenamento dos gêneros (Connell 1995).

No momento em que uma parte das garotas percebeu que Diogo e a colega se beijavam próximos à porta do banheiro, uma das moças comentou: “Deviam aproveitar e ir logo pro banheiro”, então três delas se levantaram, abriram a porta do banheiro e empurraram os dois para dentro. Para completar, outra garota exclamou: “Será que eles têm camisinha?”, ao que um dos garotos respondeu: “Eu tenho!” e a moça completou: “Dá lá pra eles”, logo o rapaz vai até a janela do banheiro e grita: “Peguem aí!”. Pouco tempo depois um novo casal se formou, porém este já não era novidade, visto que eles costumam “ficar” em todas as festas promovidas pela turma; semelhantemente, foram direcionados ao banheiro. No total, os dois casais passaram cerca de meia hora lá dentro. A camisinha não foi usada, pois a encontraram lacrada momentos depois. Aparentemente não houve relações sexuais, visto que num dado momento uma desavisada entrou no banheiro sem saber o que estava ocorrendo e saiu na mesma hora se desculpando (passando a usar o banheiro masculino, no momento em que este estava vazio). Ao ser indagada por algumas garotas (novamente elas assumem o protagonismo das ações) se havia algum casal fazendo sexo, respondeu: “Não! Pelo menos, por enquanto [risos]”; poucos minutos depois eles saíram.

Um dos rapazes (18 anos), o anfitrião da festa, comentou que “iria beber todas”, pois queria aproveitar a ausência dos pais, e assim o fez. Certa hora jogou-se na piscina, causando temor e gritos por parte das garotas, que tiveram medo de que ele se afogasse, uma vez que já estava parcialmente bêbado. Devido ao fato de não ter o costume de consumir álcool, passou mal, chegando a vomitar e a desmaiar. Enquanto algumas colegas comentavam que ele era fraco, uma dizia que os homens eram mais fracos do que elas para beberem. Como discutido anteriormente, é visível o consumo expressivo de álcool pelas mulheres, mesmo em tenra idade (17-20 anos), como pude perceber ao longo do trabalho de observação participante. No entanto, o que chamou mais a atenção foi como, aparentemente, elas passaram a introjetar o mesmo rito de instituição incorporado pelos homens, cujo valor simbólico sobre a ingestão de álcool lhes credencia ao ingresso no mundo dos adultos e “descolados”.

Dando prosseguimento às ações provocadoras das garotas presentes, em um dado momento da confraternização, convocaram a todos a “brincar” de um jogo denominado “eu nunca”. Tal jogo consiste no seguinte esquema: faz-se uma roda onde todos estiram um dos braços com a mão espalmada no ar, então, alguém aleatoriamente, ou por uma ordem

combinada, começa dizendo algo que nunca fez, daí aqueles que já fizeram o que foi dito fecham um dos dedos e assim por diante. A primeira pessoa que fechar os cinco dedos da mão terá que responder a uma pergunta feita por cada um dos presentes. É claro, não se deve mentir! Trata-se de uma espécie de jogo da verdade.⁸⁵

Por diversos motivos, os quais podemos especular (de curiosidades acerca de alguém que tem mais experiências para contar a possíveis fantasias que poderiam rondar o imaginário daquelas garotas, seja por algum tipo de atração a meu respeito ou de minha representação de professor), impeliram-me a participar do jogo, sobre o qual assumi o “risco”,⁸⁶ pois, como já era esperado por todos (inclusive por mim), o primeiro a fechar os dedos da mão provavelmente seria eu (devido a maior idade e, conseqüentemente, probabilidades de mais experiências).

Tudo o que foi dito ou perguntado, com uma única exceção, possuía caráter sexual; também com uma única exceção, todas as perguntas foram feitas pelas garotas. Dentre tais perguntas, destacam-se: “você já fez sexo com mais de uma mulher ao mesmo tempo?”, “já teve alguma experiência homossexual?”, “já fez sexo com alguma aluna?”, “já tirou a virgindade de alguma garota?”, “é fiel à sua esposa?”, “o que pensa de uma garota que faz sexo com um rapaz que acabou de conhecer?”, “já usou drogas?”. É digno de nota que, durante o jogo, somente uma moça de 22 anos e outra de 20 anos se assumiram não virgens, as demais se diziam virgens. Esse dado gera uma grande contradição, visto que põe em xeque todo o aparente avanço e protagonismo assumido por elas nas relações de gênero, bem como acerca de sua sexualidade. Pelo menos dentre essas informantes, a “rebeldia” do discurso se limita bem mais à ação teórica, ao discurso (o que, também, não deixa de ser relevante, como um grande passo na transformação e libertação do conservadorismo sexual e de gênero) do que à experiência prática, com exceção dos casos (que não são raros) em que a negação da prática consiste numa estratégia de defesa contra possíveis discriminações de viés conservador (novamente, submetem-se ao machismo culturalmente internalizado).

Nessa esteira, convém ressaltar a seguinte experiência: numa das várias confraternizações realizadas pelas turmas de alunos da universidade, que acontecera no salão

⁸⁵ Aliás, em outra confraternização, de outra turma, resolveram fazer um “jogo da verdade”. A brincadeira se dava da seguinte forma: juntavam-se todos ao redor de uma mesa e girava-se um lápis por duas vezes; na primeira oportunidade, para quem a ponta do lápis indicasse, a tal pessoa faria uma pergunta, então, girava-se uma segunda vez e à pessoa apontada pelo lápis no segundo momento cabia responder a pergunta da primeira. Porém, todos assumiam um compromisso de honra de que só diriam a verdade. Assim como a turma supracitada, todas as perguntas feitas eram de cunho sexual, do tipo: “com que idade você teve sua primeira relação sexual?”, “você ainda é virgem?”, “já fez sexo oral?”, “já fez sexo anal?”, “qual a sua maior fantasia sexual?”, “já fez dupla penetração?”, “já transou com duas mulheres ao mesmo tempo?” etc. Isso demonstra a imensa curiosidade deles em torno do sexo, bem como uma forma de se conhecerem melhor, de saber os interesses um do outro, o que facilitaria numa tentativa de aproximação de alguém desejado.

⁸⁶ Faço aqui uma analogia aos filmes policiais hollywoodianos, quando um suspeito é preso e os policiais o notificam: “qualquer coisa que diga poderá ser usado depois contra você”. No entanto, eu precisava conquistar a confiança dos rapazes e uma das melhores estratégias para isso seria estreitar os laços de intimidade entre nós, guardadas as devidas proporções.

de festas do condomínio de apartamentos (bairro do Tirol) de um dos alunos, quando notei que um rapaz e uma moça saíram do salão e foram seguidos por outra garota. Fingindo que saía para atender o celular (devido ao barulho alto da música), fui atrás dos três. Enquanto fingia atender o celular no corredor da parte externa ao salão, percebi um movimento vindo do saguão, então me afastei até que pudesse ver o que se passava, o casal se beijava e a segunda garota esperava ao lado para, logo em seguida, o rapaz passar a beijá-la também, e depois também ser beijada pela moça, ficando os três num constante revezamento sedento entre bocas. Em seguida, chegou uma terceira moça e passa a beijar a segunda, enquanto o casal voltava a beijar-se. De repente, aparece um segundo rapaz, que havia chegado há pouco tempo à festa (destoava dos demais, pois, apesar da aparência jovial, tinha 40 anos e era casado) e ficara sabendo por alguns colegas da sala que a segunda garota estava interessada nele e por isso havia saído à sua procura, até encontrá-la naquela situação. Ao se deparar com a cena, disse a seguinte frase: “Pelo que vejo, a festinha aqui fora está melhor do que lá dentro, mas ninguém me chamou, né?”; foi quando a terceira garota respondeu: “É que estamos de casal”, no entanto a segunda garota chamou-o a se juntar com elas e passou a beijá-lo, porém os outros três resolveram se afastar, deixando-os a sós, mas, quando a garota percebeu, exclamou: “Não me deixem sozinha com ele, ele é casado!”, saindo atrás dos colegas, deixando o rapaz com ar de decepção, o que o levou a voltar para o salão logo em seguida. Na visão de Bauman (2004: 75):

Certos “elementos de excitação sexual” são considerados “perversos” porque resistem à supressão e, portanto, não podem ser empregados para as atividades definidas como culturais (isto é, meritórias). No entanto, para o *homo sexualis* inserido no líquido ambiente moderno, as fronteiras que separam as manifestações “saudáveis” e perversas em matéria de instintos sexuais estão totalmente embaçadas.

Pareceu-me evidente a preocupação da garota quanto à necessidade da presença de seus colegas, como garantia de aprovação e legitimação ao seu interesse por um homem casado, que aos olhos do conservadorismo seria uma atitude imoral, errônea, mas permissiva em um novo contexto de redefinição ou reinterpretção das regras sociais de valoração moral. Porém, ao ser abandonada pelos amigos, preferiu segui-los a assumir o risco de uma condenação social. Tal comportamento denota um conflito frequente, intrínseco aos conflitos de geração.

Minutos depois, no salão, o rapaz comentava sua decepção com a garota, que ele julgava ser mais “cabeça” (adulta, madura) e que, no entanto, demonstrara ser ainda muito infantil. Acreditava que ela só tivera coragem de beijá-lo porque estava um pouco alcoolizada

e reclamava que aquilo tudo só serviu para “queimar o filme” dele, já que tinha certeza de que os colegas dela iriam comentar com as outras pessoas da sala e a estória se alastraria, podendo comprometer, de alguma forma, o seu casamento.

Um mês depois, em uma festa que se realizava na área de lazer do apartamento de uma aluna, havia em torno de 30 alunos, 18 mulheres e 12 homens, a maioria entre 18 e 22 anos, porém havia uns cinco alunos na casa dos 30. No centro do salão, tocava uma banda de forró e, próximo a ela, a maior parte das moças dançavam sozinhas ou entre elas, enquanto os rapazes se posicionavam à margem, conversando, bebendo cerveja (só dois fumavam) e observando-as com olhares atenciosos, parecendo tomar coragem para se juntar a elas. Em duas ocasiões, era patente a iniciativa delas em chamá-los para dançar. Só depois de um dos professores presentes (éramos seis) chamar uma garota para dançar, provocando-os pela falta de iniciativa, é que um dos garotos mais velhos (entre 25 e 28 anos) convidou uma moça para dançar, sendo seguido por mais uns três.

Havia certa intimidação dos rapazes em aproximarem-se das moças e pude observar que a autonomia delas também pode gerar certo preconceito, por assumirem um papel que “deveria” ser deles. Por exemplo, quando o professor retornou da dança com a aluna, juntando-se a um grupo de cinco alunos, ouviu a seguinte observação de um deles: “O professor soube escolher, acertou em cheio!”. Pedindo explicações sobre o comentário, ouviu que se tratava de uma menina “danada”, então o professor indagou se alguém ali já a teria “prego”, então responderam que não, mas “é o que a galera dizia”. Há que ressaltar que tal julgamento pode ser efeito devido à intimidação que uma garota extrovertida e de personalidade forte pode exercer sobre eles. Momentos depois, participei de uma conversa com quatro alunos (18-19 anos) que falavam de três alunas da sala, as quais eles consideravam “gatas”, mas que seriam muito “escrotas”, pois bebiam e acabavam fazendo algazarra nas festas, um chegou a dizer, em tom irônico, “aquelas nunca viram um homem com a cueca pelos joelhos, pra não dizer o contrário!”. No entanto, com exceção de duas situações de irreverência presenciadas por eles, os outros momentos que eles denominaram de “estórias cabeludas” não chegaram a presenciar, foram relatadas, novamente, por terceiros, dessa vez, por amigos de outra universidade.

Na manhã do dia seguinte, no Centro de Convivência do Uni-RN⁸⁷, sentei-me à mesa com 15 alunos, entre 17 e 20 anos e, levando em consideração o acontecido do dia anterior, perguntei-lhes se era comum as garotas tomarem iniciativa e disseram que sim,

⁸⁷ Espaço com uma grande esplanada, arrodado por lanchonetes, papelaria, copiadora e escritórios da faculdade, ponto de encontro dos alunos nos intervalos das aulas, ou mesmo no momento delas.

principalmente quando bebem. Declararam que não teriam preconceito de “ficar” com garotas “danadas”, mas que não as queriam para namorar, pois não gostariam de saber que os garotos as consideram “fáceis”, seria como uma mácula a honra deles, um motivo de vergonha pela falta de exclusividade. Assim se expressa a demarcação de uma ordem de gênero, de comportamentos tipificados como próprios a cada sexo (Connell 2002).

Dois dias depois, no mesmo espaço, eu estava a conversar com quatro alunos (um com 26 anos e três entre 19 e 20 anos). Um deles falava de quais garotas da sala eram “bonitas e gostosas” e citou uma que disse ser da “gandaia”, porque “ficava com um e com outro”, revelando que já havia ficado com ela, no entanto não a quis para namorar: “eu já peguei, mas não namorei, Deus me livre”. Aproveitei para questionar os demais se a namorariam e, com exceção do mais velho, os outros dois afirmaram que não, que não confiariam nela. O rapaz mais velho disse que não via problemas nisso, pois ela não tinha namorado, portanto, não traía ninguém e que achava menos confiável o comportamento de outra garota que trocava constantemente de namorado, assim, na troca de um por outro devia “passar um *chifre*” neles. No entanto, os outros três discordavam, pois, por apresentar um comportamento mais recatado, tímido, não acreditavam que a garota fosse capaz de trair os namorados, um deles chegou a dizer que punha a “mão no fogo” por ela. No entanto, sobre a outra garota, diziam: “Imagina aí, você chega com a menina numa festa e os outros garotos ficam comentando, ‘já peguei!’, tô fora!”. Continuando a divergência de opiniões com os outros rapazes, o aluno mais velho retrucou: “Besteira! O importante é que ninguém comeu, faço uma aposta! alguém aqui já comeu?” Então, um dos colegas respondeu: “Não! Mas... mesmo assim, é foda!”. Tal discussão deixa claras a força e manutenção dos valores e a postura machista frente a uma desigualdade de gêneros, em que a mulher é discriminada quando assume um papel que “caberia” ao homem, ao mesmo tempo que são bem-vistas ao se enquadrarem num estereótipo de respeitabilidade.

Uma considerável contradição se apresenta quanto ao avanço, liberdade e conquista das mulheres em várias esferas sociais. Se, por um lado, a maioria dos entrevistados considera tal processo positivo e natural, um direito conquistado através de muita luta, de muito esforço, por outro lado, reduzem-no à esfera acadêmica, cultural e, principalmente, econômica (profissional), ainda mais por considerarem vantajoso para os homens, que ganharam um contributo às despesas do lar. Porém, a maior parte dos entrevistados não vê com bons olhos esse avanço no campo sexual, comportamental, julgando haver uma inversão de papéis, em que os homens estão sendo inferiorizados quanto a sua importância e protagonismo nas

relações amorosas e sexuais. Além disso, acreditam que algumas mulheres estão se desvalorizando, tornando-se promíscuas:

eu já não vejo com a mesma naturalidade que eu vejo na área profissional. Esse lado sexual eu ainda acho que é bem mais complicado a mulher agir como os homens agem na parte sexual. Eu falo por mim. Se tivesse de escolher uma mulher que tivesse a mesma quantidade de parceiras que eu tive, isso aí ia influenciar. Então eu não vejo com bons olhos. Eu ainda acredito que a mulher tenha que se preservar mais do que o homem... Eu não vou dizer que eu não namoraria. Eu pensaria 10 vezes antes de namorar com ela [risos]... Eu ainda prefiro o tipo de mulher que se preserva (Entrevistado nº 17: 28 anos).

Tal concepção fundamenta-se em uma conservadora visão de naturalização sexual que distingue homens de mulheres. Para metade dos entrevistados, homens e mulheres têm desejos naturalmente distintos, visto que o homem sente uma necessidade sexual mais intensa do que a mulher, sua “carne” é mais fraca para os desejos sexuais, daí justifica-se (“naturalmente”) que eles possam relacionar-se com mais de uma mulher ao mesmo tempo. Diferentemente, as mulheres são mais emocionais, não se relacionam sexualmente com a mesma naturalidade do homem, uma vez que são mais reservadas, reprimidas. Um claro exemplo disso, segundo os entrevistados, está na dificuldade que as mulheres apresentam em manterem relação sexual com um homem na primeira noite em que “ficam” com ele, já a recíproca não é verdadeira:

eu defino isso, eu tenho uma ideia, a partir de estudos que a gente vai estudando, que isso é uma coisa orgânica mesmo do homem, uma coisa mais biológica mesmo. O homem tem esse instinto mesmo da parte sexual ser mais ativa mesmo, mesmo que a mulher hoje em dia esteja mais liberal, mas mesmo assim o homem continua sendo mais instintivo. Com certeza! (Entrevistado nº 11: 28 anos).

No entanto, a outra metade deles não enxerga da mesma maneira e vê um forte componente cultural que condiciona a forma como homens e mulheres se comportam e encaram o sexo:

então, durante toda a minha vida eu escutei várias pessoas comentando que... O homem, por exemplo, ele tem uma necessidade maior do que a mulher. Só que, é... Eu não concordo muito com isso não. Acho que os dois sexos têm necessidades fisiológicas, e... Tanto o homem quanto a mulher, eles vão ter as necessidades parecidas. Agora, eu acredito que pela nossa sociedade ser machista, sempre impor papéis, por exemplo, a mulher tem que abster sexualmente até casar. O homem, não! Tem que pegar a

maior quantidade de mulher possível. Então, a mulher, ela por ter se colocado nesse papel que tem que seguir padrões, e aquela que foge desses padrões logo é rotulada, logo ela é... Digamos, punida moralmente pela sociedade. Então, é... creio que esses comportamentos, esses... a tendência dessa distinção entre comportamentos masculinos, propriamente masculino e propriamente feminino, é... acabar. Até nas sociedades mais... que têm um avanço mais nesses pensamentos, começa a modificar um pouco essa situação. Não tem mais aquilo, “Ah o homem tem que ser assim, não pode ser sensível, não pode ser, é... digamos, não pode ser companheiro, não pode ter respeito, ele tem que ser machão, duro e tal” (Entrevistado nº 14: 23 anos).

Por isso, principalmente os entrevistados mais jovens percebem que geralmente as mulheres mais velhas e independentes são mais abertas ao sexo sem compromisso do que as mais jovens e dependentes. Dessa forma, sobre a possibilidade de acontecer sexo em um primeiro encontro, vejamos o que diz um dos entrevistados:

Assim, já aconteceu isso comigo, de eu conhecer na noite e já ter tido sexo com ela. Foi até no carro. Mas... É muito difícil. Assim, tipo, já teve gente também, é... até da faculdade, eu nunca tinha ficado, mas já tinha conhecido já, aí fiquei no mesmo dia e tive sexo com ela no mesmo dia. Mas, já conhecia, já tinha tido contato... Porque já existe um grau de afinidade. Mas de primeira, assim, sem você conhecer, acho que vai depender da mulher. Então, fica muito, assim, é muito difícil dizer a porcentagem, não é? Depende muito da mulher, não é? Mas, é muito difícil. Depende da idade também, não é? A idade diz muita coisa (Entrevistado nº 1: 18 anos).

Assim como os meus, Boris (2011) destaca que os seus entrevistados percebem uma mudança positiva no comportamento masculino num sentido geral, porém, destacam algumas insatisfações acerca do rumo de certas mudanças. Dentre elas, apontam para uma gradativa perda da virilidade entre os homens, associando-a à maior flexibilidade do conservadorismo patriarcal, o que resultou num processo de feminilização dos machos, concomitantemente a uma maior conquista do espaço sociocultural pelas mulheres, bem como pelos homossexuais. No entanto, a maioria de ambos os entrevistados vê positivamente os avanços sociopolíticos e econômicos conquistados recentemente pelas mulheres, apesar de divergirem sobremaneira (no caso dos meus entrevistados) quanto à liberdade sexual, ainda um território considerado, por excelência, de domínio masculino. Essa complexa convivência entre o moderno e o conservador, expressão dialética do dinamismo cultural, é que resulta, atualmente, na chamada crise da masculinidade. Desse modo, concordamos com Boris (2011: 185), ao concluir que:

Os *recortes de falas masculinas* de vários de meus entrevistados destacam ainda a manutenção do *poder viril* dominante, apesar dos avanços socioculturais mais gerais, confirmando a resistência e defesa reativas de alguns homens contemporâneos, que relutam – frequentemente de maneira confusa – em abandonar um controle social que já não possuem firme e integralmente como em outros tempos.

É patente o paradoxo expresso nos discursos pretensamente progressistas, que admitem a igualdade dos gêneros em todos os níveis sociais, mas, ao mesmo tempo, não são tão aquiescentes quando se trata da esfera sexual, relativizando os comportamentos, cujo termômetro cultural fundante tem por elemento constituinte a moral judaico-cristã.

Nesse aspecto, Rubin (Rubin & Butler 2003: 187-188) apresenta a brilhante conclusão de Foucault:

Eu tinha sempre em mente a parte da História da Sexualidade onde Foucault diz: “A partir do século XVIII, principalmente, as sociedades ocidentais criaram e desenvolveram um novo aparato que se sobrepôs ao anterior” (106). Ele nunca diz substituiu, ele diz “se sobrepôs.” “E que, sem substituir completamente o anterior, contribuiu para diminuir sua importância”. Essa é a verdadeira frase. O aparato não substitui o anterior, simplesmente diminui sua importância.

Com efeito, um fenômeno social que se encontra fortemente alicerçado num dado contexto histórico-cultural não se esvanece totalmente na aurora de um novo tempo. Ainda que decresça o alcance do seu efeito, talvez nunca se extinga por completo, apenas passe por um processo de transmutação.

Mesmo dentre as informantes mulheres, é perceptível o nível de cristalização dos valores culturais machistas, traduzidos pela manutenção prática de ideais fortemente representativos, como a importância cultural da virgindade, contribuindo assim com a manutenção de uma naturalização compulsória que engendra um sistema de distribuição assimétrica dos papéis de gênero no campo sexual (Bourdieu 2002, Muraro 2004). De modo contrário, “à medida que a anatomia deixa de ser destino, a identidade sexual cada vez mais se torna uma questão de estilo de vida” (Giddens 1993: 217).

2. Acerca da homossexualidade: representações, “policiaamentos” e discriminações

Ao longo da história, o padrão de gênero masculino se fundamentou em contraposição ao feminino, bem como à homossexualidade. Desse modo, ser homem/macho seria o mesmo que não ser mulher ou gay. A visão equivocada do homossexual masculino como um “homem pela metade” ou de um “falso homem”, presente no imaginário de parte dos entrevistados, atesta o posicionamento destes no que diz respeito à distinção entre sexualidade, sexo e gênero. Assim, seguir uma orientação sexual pelo mesmo sexo, possuir um sexo biologicamente determinado e encaixar-se num padrão cultural de comportamento, associado aos anteriores, são percebidos como uma única coisa. Daí a dificuldade em entender com nitidez a dessemelhança dos fatos, do mesmo modo que contribui para a frequente discriminação direcionada aos homossexuais:

a ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional (Connell e Messerschmidt 2013: 244).

Grossi (2008) aponta a agressividade como um aporte instrumental da atividade do gênero masculino, chamando a atenção para o fato de como desde cedo os meninos são estimulados culturalmente a exercerem poder através da agressividade, introjetando-a como um dado natural de sua constituição psicossocial, uma característica inerente ao gênero masculino, capaz de legitimar a violência sobre mulheres e outros homens. Um forte exemplo disso encontra-se nos violentos rituais tribais de iniciação descobertos por vários estudos antropológicos, nos quais os meninos têm no castigo físico o estigma da construção de suas masculinidades (Badinter 1986). Por outro lado, a autora alerta para outros tipos de rituais de masculinização dos indivíduos redefinidos pelas sociedades modernas:

quando se pensa em masculinidade e violência hoje no Brasil, é inevitável que não se pense na exclusão social e nos processos de constituição de identidades masculinas. A exclusão social atinge uma parcela significativa de jovens: favelados, desempregados, com pouca educação formal, etc. Esta

significativa parcela da população jovem masculina excluída tem no tráfico de drogas e na criminalidade um locus privilegiado de afirmação de identidade masculina, marcada pelo uso da violência (Grossi 2008: 8).

Na mesma perspectiva, a autora acrescenta:

Uma das formas mais humilhantes de violência nas instituições carcerárias é a violência sexual, à qual são submetidos grande parte dos prisioneiros, sobretudo por parte dos outros presos, companheiros de cela. O uso de violência sexual é fundamental no processo ritual de incorporação de um novo preso à instituição, porque ela ensina aos novos a hierarquia da cela através da feminilização que o ato sexual com penetração anal sugere [...] Este processo de feminilização do novo preso pela penetração anal faz com que ele se feminilize também, pois ele é obrigado a assumir tarefas consideradas femininas dentro da cela, como limpar, lavar e cozinhar para os “homens” da cela. Só escapam a esta violência aqueles que se protegem pelo uso da violência (ou seja, pela comprovação de sua “macheza”), ou, o que é mais comum hoje nas prisões, pela pertinência a uma organização de presos temida por sua violência contra os parentes fora da prisão (Grossi 2008: 8-9).

Nesse aspecto, o homem moderno sensível, que chora e não vê problema em demonstrar emotividade e fragilidade, promove a desconstrução do arquétipo do macho dominador, ativo, superior, desnaturalizando o binarismo sexista de gênero, pondo em xeque representações culturais históricas de supressão psicossocial, emocional e sexual.

No entanto, fundamentada numa ordem de gênero (Connell 1995), na qual prevalece a referência axiomática de uma heterossexualidade compulsória (Rich 2007), a construção da identidade sexual masculina ergue-se sob o sustentáculo de uma determinação normativa da natureza dos sexos (Berger e Luckmann 2002). Nessa esteira, o desejo sexual por indivíduos do mesmo sexo é enxergado pelo prisma da anormalidade, de uma disfunção psicopatológica ou, simplesmente, de um desvio de caráter ou depravação moral. Aos olhos do conservadorismo machista, a homossexualidade encarna o pior dos desvios de comportamento, o qual deve ser investigado, policiado e combatido, para que, a partir de uma cruzada heterossexual reificadora, sob os auspícios das instituições socializadoras (igreja, família, escola etc.), seja possível estabelecer a normalidade opressora do ordenamento cultural ideologicamente naturalizante.

Por mais de uma vez, fora comum entre seis alunos com quem eu conversava nos corredores da instituição a “denúncia” sobre o caso de três meninas que saíam da sala de aula para irem ao banheiro no horário das aulas, com o intuito de relacionarem-se sexualmente. Ao serem questionados de onde tiraram tal informação, disseram que era devido ao fato de uma

delas ser sabidamente (ela já teria dito publicamente) homossexual e acharem suspeito que saíam sempre as três juntas para o banheiro, num momento em que quase ninguém vai. Para variar, não havia provas concretas, somente meras especulações produzidas por um “policimento” às possíveis “más” condutas.

Em cerca de 30% dos entrevistados, é perceptível o conflito acerca da possibilidade de aceitação do comportamento homossexual. Na mesma medida em que se dizem respeitosos com os gays, confessam que não gostariam de ter um filho que seguisse tal orientação:

a orientação sexual da pessoa deve ser respeitada. Eu não gostaria que meu filho fosse gay, ia ficar muito incomodado, mas eu ia respeitar, ia dar a educação que ele merecia ter. Eu acredito que um casal de homossexual deve ser respeitado. É um negócio que incomoda. Eu acredito que incomoda. É um pensamento machista, mas incomoda você ver dois caras se beijando. Eu ficaria muito incomodado que meu filho fosse gay, mas eu respeitaria e daria educação (Entrevistado nº 4: 19 anos).

O mesmo posicionamento é expresso pelo Entrevistado nº 6 (19 anos):

Assim... se ele tá aí e eu tô aqui, tá bom! Assim, pros outros eu não ligo, não. Falo normal, ajo normal se for gay, não tenho *frescura*. Acho que também não ia querer um filho gay, talvez seja um pouco de preconceito. Mas se você é meu primo ou alguma coisa assim, se você for gay eu vou tratar você da mesma forma se caso você fosse hétero. Mas acho que não ia querer ter um filho gay [risos]. Acho que, porque... acho que eu sentiria vergonha de ter um filho gay, sei lá! Eu aceitaria, mas não ia ser fácil.

De outra forma, se por um lado atestam não terem nada contra os homossexuais (mesmo achando que não seja “a coisa certa”), talvez um reflexo das lutas e conquistas recentes de ativistas políticos contra atitudes homofóbicas, que resultaram no Brasil em um projeto de lei anti-homofobia (PLC122/2006) que torna crime atitudes de discriminação ou preconceito por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, por outro lado, assumem que essa “teórica aceitação” está atrelada à condição de não serem submetidos a qualquer tipo de tentativa de conquista efetuada por eles, negando-lhes a legitimidade de dar vazão ao seu desejo sexual, como se este não existisse, e sim uma incômoda depravação moral a ser combatida ostensivamente ou, se necessário, violentamente: “não tenho nada contra os gays, sabe? Mas, só que tem uma coisa, eles lá e eu aqui! Não interajo não, mas eu não tenho nada contra a pessoa dele” (Entrevistado nº 5: 17 anos).

Do mesmo modo, defende o Entrevistado nº 3 (19 anos):

Eu não tenho preconceito não, sabe? Falando em homossexual eu acho que cada um tem direito de ser o que quiser. Cada um tem... pode escolher a orientação sexual que quiser. Mas eu acho que o gay tem que respeitar o hétero, não é? Assim, eu não tenho preconceito não, mas acho que respeito eles têm que ter, porque senão, meu amigo, dá raiva! Você tá em um canto e chega um homossexual dando *cantada* em você, sabe que você é hétero e tal e chega dando *cantada*, dá vontade de você descer o braço no cara.

Nessa esteira, certa vez, quando eu almoçava com nove alunos (que variavam dos 18 aos 30 anos) de uma das turmas da universidade e acabamos por adentrar no mesmo assunto, um dos rapazes assumiu ser homofóbico, sem constrangimento, dizendo que não gostava de gays. Esse pensamento não era compartilhado pela maioria, que dizia não ter nada contra os gays, desde que não mexam com eles, uma espécie de preconceito velado, no qual a diferença só é tolerada a distância, de preferência, o mais distante possível. Outro rapaz, protótipo do machão, chamado de “bombado” (uma referência ao possível uso de anabolizantes, vulgarmente chamados de “bomba”) pelos colegas, tentou justificar: “Depois, se a gente bate neles ainda pode ser processado por homofobia”. Então, questionei qual era a justificativa para agredi-los, ao que ele respondeu: “*Constrangimento* na frente das outras pessoas, principalmente”, e novamente foi questionado sobre qual seria o constrangimento, visto que ele teria a possibilidade de demonstrar a sua heterossexualidade aos presentes. Nesse momento, outro garoto rebateu: “Mas é vergonhoso o fato de estar recebendo uma cantada de outro homem”. Divergindo das opiniões dos colegas (mais jovens), outro rapaz (de 27 anos), rebateu: “Eu acho que só o fato de você se sentir constrangido já é preconceito, é como se eles não tivessem o direito a paquerar também. Desde que não faltem com o respeito, não acho que estejam errados”.

Discussão semelhante se deu em nossa primeira *mesa-redonda* (composta por cinco alunos, de outra turma, entre 19 e 20 anos) realizada no *Six Bar*. Ficou evidente como a homossexualidade é um fato a se comentar, discriminar e policiar, quando, em um determinado momento, um dos alunos, Ricardo (reconhecido pelos colegas como o *pegador*, ou seja, aquele que tem facilidade em conquistar mulheres) levanta a seguinte questão: “E Amadeu? É homem ou não é?”. Outra questão a se destacar: o homossexual não é reconhecido como homem, ou um “homem de verdade”, visto considerarem que seu comportamento sexual se assemelha mais ao das mulheres do que a dos homens, por também assumirem uma postura sexualmente passiva – daquele que é penetrado. Assim,

a definição dominante da forma legítima dessa prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual (Bourdieu 2010: 144).

Contribuindo com a discussão, Grossi reafirma que uma das características distintivas da identidade de gênero masculina, presente na cultura ocidental, está representada na “posição ativa”. Ser masculino é ser “ativo”, sexual ou socialmente, pois ser “ativo” é ser dominador, é exercer poder sobre o outro, passivo, frágil, feminino. No sentido meramente sexual, ser “ativo” é penetrar o corpo do/a outro/a, é “comê-lo/la, possuí-lo/la, é exercer um papel de superioridade, de dominação sobre o/a outro/a:

num dos modelos tradicionais de gênero no Brasil, estudado por Peter Fry⁸⁸, homem é aquele que “come”, ou seja, que penetra com seu sexo não apenas mulheres mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas”. Este autor mostra em seu texto que em outros lugares, como na Inglaterra e nos Estados Unidos, não é a atividade sexual que caracteriza a identidade de gênero masculina, mas sim o fato de que a sexualidade seja exercida apenas com parceiras do sexo feminino. Na cultura anglo-saxã, dois homens que praticam relações afetivas e sexuais são considerados homossexuais, enquanto que no Brasil não: um homem que é homem, deve inclusive comer uns “veados”, pois o que o faz ser considerado homem é a posição de atividade sexual, de penetração. Na nossa cultura, a atitude considerada ativa é a penetração sexual (Grossi 2008: 6).

No entanto, as informações recolhidas nas entrevistas divergem parcialmente das apresentadas por Fry, tendo em vista que as representações acerca do papel ativo, dominador, “comedor”, dos homens são referenciadas apenas nas relações heterossexuais, ou seja, nas relações de dominação entre homens e mulheres, aqueles que possuem o falo e aquelas que não o tem. Porém, como veremos a seguir, cerca de 75% dos meus entrevistados não fazem distinção entre héteros e homossexuais numa relação homoerótica; para eles, há uma simetria de papéis entre aquele que penetra e o que é penetrado, quer dizer, ambos são homossexuais. De todo modo, é digno de nota o fato de um dos entrevistados ter identificado esse tipo de representação apontada por Fry como comum em cidades do interior do estado.

Com efeito, o homossexual é encarado como um traidor da espécie, aquele que revoga o exercício de poder dos homens, abdica do direito à superioridade de gênero e traz à baila a fragilidade da natureza normativa de uma heterossexualidade compulsória, na medida em que se iguala às mulheres, assumindo características próprias do feminino:

⁸⁸ FRY, Peter (1982). Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira.

de fato, o duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o *verdadeiro* homem, o homem *normal*. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, à doxa de sexo e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem *normal* (Welzer-Lang 2001: 468).

Prosseguindo às análises, apenas um dos rapazes, Neto, o único amigo de Amadeu dentre os presentes, saiu em sua “defesa” dizendo que achava que ele não é gay, pois já o viu “ficar” com garotas, então Ricardo responde: “Eu não estou *acusando* ele, só gostaria de saber”. Novamente se faz presente uma postura “policialesca” e segregadora dos homossexuais, ao mesmo tempo, de defesa dos ideais machistas, condenando, inclusive, aqueles que se mostram complacentes ou simpáticos com tal comportamento. Um exemplo disso refere-se às constantes provocações que faziam a Neto, do tipo: “É! Eles são íntimos, saem juntos e tudo”, “inclusive, um almoça na casa do outro”, enquanto o colega ironizado fazia gestos de contestação abrindo os braços e sorrindo meio “sem graça”, dizendo: “Ele pode até *não ser homem*, mas ele já teve duas namoradas e fica com garotas”, enquanto os demais garotos (quatro no total) repetiam: “É! Mas, ele *não parece ser homem*”. Desse modo, fica evidente a cobrança social pela incorporação de todo um *habitus dominandi* cuja distinção demarcatória exprime a natureza sexual dos atores sociais (Bourdieu 1998), reprimindo seus dissemelhantes.

Em outra mesa-redonda, dessa vez na *Churrascaria do Arnaldo*,⁸⁹ estava o mesmo grupo a conversar acerca de esportes, principalmente sobre o futebol e os esportes de luta, mais especificamente do MMA (*Mixed Martial Arts*), a respeito do qual pareciam ser todos familiares, visto que conheciam vários lutadores, principalmente os brasileiros, e falavam de combates que já houve ou que iria haver. De repente, o telefone de Neto emitiu um som de mensagem, momento em que outro colega, Luís, olha para mim sorrindo e diz: “É

⁸⁹ A churrascaria fica no bairro de Lagoa Nova, zona Leste da cidade (há mais duas filiais, uma no bairro de Ponta Negra e outra no bairro do Tirol, na instalação do antigo bar *Esquina 14*, esta, particularmente, possui um público economicamente mais elevado, devido a localização e herança de parte do público do antigo comércio), possui uma estrutura razoável e é frequentada por uma classe social mediana, aliás, foi uma reivindicação de Luís. O ambiente é coberto, mas sem paredes para dividir o espaço entre os consumidores, sendo composto por um salão com aproximadamente 30 a 40 mesas com quatro cadeiras cada. Havia uma televisão de 42 polegadas que transmitia um jogo de futebol, que aparentemente desviava a atenção de parte dos consumidores. Além da nossa, havia apenas duas mesas ocupadas. Em uma delas, estavam três rapazes e em outra um casal acompanhado de duas moças, aparentemente filhas deles.

Amadeu”,⁹⁰ referindo-se ao colega de sala que eles acreditavam ser gay enrustido e que é amigo “íntimo” de Neto, e todos riram debochando dele. Dessa vez, sem contemporizar as “acusações” dos amigos, talvez como estratégia de autodefesa, passou ele mesmo a fazer piada com a mensagem do amigo e revelou uma queixa que Amadeu havia feito a ele, por achar que os colegas da sala estavam “pegando muito pesado” (exagerando) nas brincadeiras com as meninas. Tal comentário gerou risos e deboches de todos. Corroborando os amigos, Neto exclamou: “Que porra é essa? Em todo canto hoje só se fala de veado [gay]”, falando em tom de aborrecimento.

Tal circunstância realça o tom de discriminação que se destina aos homossexuais, embora frequentemente negado. Aliás, em uma das festas realizadas por essa turma (retratada aqui anteriormente), havia dentre os colegas de sala de aula um rapaz, por nome Beto, que despertava certo desprezo por parte dos informantes, por um lado, em razão de o considerarem chato e arrogante, por outro lado, apontavam-lhe como um “gay assumido”⁹¹ e zombavam reiteradamente disso. Por um motivo ou outro, o fato é que o garoto mantinha-se todo o tempo na presença das moças. Então, perguntei a Luís se ele sempre foi isolado dos outros rapazes da sala e ele disse que sim. Questionei se eles nunca tentaram entrosá-lo dentre eles, então foi taxativo: “Não! E quem vai querer? [risos]”.

Dentre os convidados, havia um rapaz que os alunos não conheciam, daí passaram a duvidar de sua heterossexualidade, fazendo comentários sarcásticos de que ele deveria ser namorado de Beto.

Um acontecimento “inesperado” se deu quando Amadeu saiu com uma colega de sala, a anfitriã, para a compra de algumas bebidas que haviam acabado. Então, surgiram alguns boatos sobre uma possível saída estratégica para um encontro amoroso. No entanto, foram rapidamente substituídos por comentários de deboche, como, por exemplo, de que ela deveria

⁹⁰ Faz-se mister destacar uma outra situação envolvendo Luís e Amadeu. No dia 19 de maio de 2012 me reuni com sete alunos para assistirmos a final da champions league na casa de Luís (bairro de Petrópolis). Estávamos na cobertura do prédio (23º andar), que era composta por uma sala de TV, banheiro, churrasqueira, uma piscina ardeada por algumas mesas com cadeiras, além de um projetor de imagens através do qual assistimos ao jogo refletido em uma grande parede branca ao fundo da piscina. Conversávamos sobre o jogo quando Luís, com um leve sorriso nos lábios, pediu a Renato que nos contasse sobre o que a sua mãe teria dito, momentos atrás, quando apenas estavam os dois em casa. Então, Renato relatou que estavam conversando quando a mãe de Luís apareceu e perguntou se ia chegar mais alguém e eles responderam que sim, então, surpreendentemente a mãe dele indaga: “E aquele amigo gay de vocês, vem?”, numa referência a Amadeu, e todos riram. Então, batendo com a mão direita espalmada sobre a esquerda fechada (gestual chulo que expressa algo negativo. Geralmente diz respeito a alguém ou a algo que tenha tido algum problema), Renato exclama: “Será que o cara tá *malhado* [achinhalhado]?”. Tal circunstância revela como o preconceito é disseminado no seio familiar, gerando diversos posicionamentos de intolerância, reflexos de uma socialização primária conservadora e machista (Berger e Luckmann 2002).

⁹¹ Sobre o uso do termo “assumido” utilizado pelos informantes para denominar certos homossexuais, geralmente aqueles do qual não pairam dúvidas sobre sua orientação, percebemos tratar-se de um termo em que já se encontra explícito o germe do preconceito, tendo em vista sugerir que ao se descobrirem homossexuais, gays e lésbicas devem se expor ao julgo social, uma espécie de *mea-culpa*. Porém, na prática, não é necessário, em muitos casos, que o homossexual fale de sua sexualidade, mas o modo de comportar-se, as ideias que defende, o modo como se veste, os gestuais, que os aproximem ou os afastem de uma ordem de gênero (Connell, 2002), já são suficientes para atribuir-lhe uma orientação sexual.

estar fazendo um “fio terra” nele; enquanto um dos rapazes gesticulava sobre a cena imaginada, os demais gargalhavam.

Devo esclarecer que tal prática, entre os homens pesquisados, é geralmente vista como sinal de inclinação à homossexualidade, devido ao equívoco em se associar qualquer prazer na região anal como uma incontestável homossexualidade:

ainda que seja para dar prazer a uma mulher ou, dito de outra forma, mesmo que isso comprometa a sua *performance* na cama (um componente fundamental na construção da identidade masculina, como já vimos), muitos homens se negam a desempenhar um papel passivo quando fazem sexo. Talvez para não serem considerados “homens com tendências homossexuais”, o que é apontado por Mott, a partir dos dados do relatório *Folha* da sexualidade⁹², como um grande medo dos homens brasileiros (Ramos 2000: 50).

Corroborando com Ramos, destaco um diálogo com um informante de 20 anos que pediu a minha opinião sobre o fato de um homem hétero permitir que a sua parceira faça nele alguma espécie de estímulo anal, seja com os dedos, seja com a língua. Queria saber se eu achava que se tratava de um caso de homossexualidade não apenas por permitir o ato, mas principalmente no caso de ele sentir prazer. Argumentei que entre parceiros sexuais as possibilidades de estímulos de prazer são incomensuráveis e que não seria a área do corpo em que ambos sentem prazer que denotaria inclinação para qualquer orientação sexual, visto que não haveria, biologicamente falando, áreas próprias de prazer para homens ou para mulheres. O que definirá sua orientação é o desejo sentido por homens, mulheres ou ambos.

Aliás, ampliando essa questão, Boris (2011: 69) acrescenta:

A negação do corpo masculino é um elemento significativo na compreensão da diferença das formas como os homens e as mulheres entendem sua prática sexual. Para muitos homens, as relações sexuais não envolvem necessariamente a totalidade de seu corpo, porém seu pênis deve estar sempre ereto e disponível, pois a ele é atribuído um *status* próprio na sedução e na conquista. O afeto não recebe tal primazia, enquanto que, para a maioria das mulheres, as relações sexuais envolvem todo o seu corpo e toda sua afetividade: o que é entrega para a mulher significa conquista e posse para o homem.

Com efeito, os homens são ensinados desde cedo a canalizarem sua sexualidade ao seu pênis, não se dando conta de que têm um corpo e não simplesmente um aparelho reprodutor, obedecendo a uma constituição sexual falocêntrica, que tende a negar a plasticidade sexual inerente aos seres humanos, cujas possibilidades de realização e sensação de prazer são

⁹² Folha de S.Paulo, caderno Mais!, 18/01/1998.

plurais e incomensuráveis (Boris 2011, Ferreira 2008). Do mesmo modo, o patriarcado dissociou sexo e afetividade para os homens, enquanto, de forma contrária, instituiu-os como relacionalmente inerentes às mulheres, criando uma dicotomia historicamente demarcada como constituição própria aos dois sexos, que serão historicamente responsáveis pelas representações, símbolos e códigos de conduta que engendram os padrões de gênero e comportamentos sexuais.

Enriquecendo o assunto aludido, Rubin faz uma interessante analogia sobre a plasticidade do desejo sexual humano e a capacidade de aprendizagem linguística e suas possíveis condicionantes e interdições culturais, sexuais e de gênero:

A aquisição de nossa programação sexual e de gênero assemelha-se muito à aprendizagem de nosso sistema cultural ou nossa língua materna. É muito mais difícil aprender novas línguas, ou ter a mesma fluência que temos na nossa primeira língua. Como disse Carole Vance em *Social Construction Theory*, esse mesmo modelo pode ser útil na análise das preferências de gênero e sexuais. Da mesma forma que com as línguas, algumas pessoas têm mais flexibilidade em termos de gênero e de erotismo que outras. Algumas podem ter uma segunda língua em termos de sexo e de gênero, e uns poucos ficarão absolutamente à vontade em mais de uma posição. Mas a maioria das pessoas tem uma língua mãe e zonas de bem-estar em termos de sexo e de gênero que nunca chegarão a mudar muito. Isso não quer dizer que essas coisas não sejam sociais, da mesma forma que as dificuldades para a aprendizagem de outras línguas não provam que as línguas não são fenômenos sociais. O fenômeno social pode ser incrivelmente refratário (Rubin & Butler 2003: 167).

Dando continuidade às zombarias, surgiu outro comentário pejorativo sobre Amadeu, de que ele deveria estar “pintando as unhas dela” e estavam esperando que secassem, e novamente se seguiam as gargalhadas. Porém, para a surpresa deles, poucos minutos após os dois chegarem, começaram a se beijar, ficando juntos até o fim da festa. É de se destacar os olhares incrédulos com que os rapazes observavam aquela cena, aliás, o primeiro que viu foi Ricardo, que correu na direção dos colegas, com os olhos arregalados, chamando-lhes a atenção, enquanto todos se entreolhavam boquiabertos como se não quisessem aceitar o que estavam vendo. Numa clara atitude de policiamento, enquanto Amadeu conversava a sós com um dos rapazes convidados, o qual, no início do churrasco, diziam ser o namorado de Beto, em uma nova roda de boatos um dos rapazes comentou: “Estão vendo lá? Agora ele está com a pessoa certa! Devem estar combinando para se encontrarem no fim da festa num motel”.

Complementando a vigília à sexualidade do colega, Luís lembrou-se de uma situação em que Amadeu os teria convidado (ele, Neto e mais outro colega da sala) para uma viagem

para fora do país, dizendo que seria uma ótima oportunidade para eles. Como falava em tom de desconfiança, Neto o “defendeu” declarando que realmente as passagens aéreas estavam com ótimo preço. Dando continuidade, Luís disse que o colega ficou atçando-o para que os dois comprassem juntos, pois havia dois lugares vagos um ao lado do outro e, como os demais não se decidiam, estava com medo que acabasse a promoção. Com exceção de Neto, todos riram, porém, ele retrucou: “É! Mas, mesmo que ele seja (gay), acho muito difícil que ele desse em cima de alguém, pois ele iria se expor pra turma toda”. Tal afirmativa deixa claro que, assim que identificado um gay, a sua condição sexual deve ser exposta ao grupo dos heterossexuais, provavelmente para que seja dado início a um processo de identificação/retaliação e/ou isolamento. Prosseguindo com o diálogo, Luís respondeu: “Sei lá! Só sei que não é nada confortável me imaginar no mesmo quarto com ele”. Aproveitando a deixa, provoqueei: “Qual é? Você não se garante?” Então ele respondeu: “Claro! Mas, fica o constrangimento da situação, né?”. Destarte, afirma Brandão (2010: 72):

O processo de socialização das mulheres apresenta divergência face ao dos homens. O gênero surge, por isso, não só como uma das variáveis diferenciadoras do processo de definição identitária, feminina e masculina, como também se traduz em diferenças nos processos de desenvolvimento de identidades *gays* e *lésbicas* (Mallon, 1998; Gonsiorek e Rudolph, 1991). No caso destas, esse processo caracteriza-se por uma maior fluidez e ambiguidade, nomeadamente porque lhes é permitido um leque mais vasto de interações comportamentais e emocionais com outras mulheres, podendo a intimidade sexual e emocional ser sentida como mera amizade, ao passo que os homens estão confinados a padrões de expressão mais restritos, o que faz com que o desejo de contacto emocional e físico com outros homens seja mais facilmente percebido como claramente homossexual (Gonsiorek e Rudolph, 1991: 165).

Assim como no encontro com a outra turma, era perceptível que o fato de ser reconhecido como um alvo do desejo de um homossexual desperta nos rapazes uma espécie de vergonha (constrangimento), é como se, mesmo não correspondendo a essa intenção, se tornassem meio “cúmplices” de tal desejo.

Tendo em vista o “policimento” sobre os homossexuais, como diagnosticado dentre os informantes, fruto da necessidade de identificá-los, como uma maneira de regular, coagir e/ou combatê-los, levou-me a questionar-lhes sobre que aspectos eles poderiam definir um homossexual nos dias de hoje, ao que a maioria destacou tratar-se de uma pessoa que sente atração sexual por outra do mesmo sexo. Porém, divergiram quanto aos aspectos físicos e comportamentais. Enquanto a metade limitou-se a relacionar uma série de características

estereotipadas como elementos de identificação gay, como, por exemplo: jeito efeminado (andar e gestuais, dentre outros), fala fina, vestuário extravagante (roupas justas e com cores fortes, floridas e estampadas), além de ter amigos gays e andar na companhia deles. A outra metade acredita que é muito difícil hoje precisar quem é ou não gay, visto que há vários gays que não se encaixam mais nos rótulos de outrora. Por outro lado, a flexibilidade experimentada pelo gênero masculino nos dias atuais traz à tona um comportamento mais andrógino e menos rígido:

eu acho que não, porque... você não tem como descrever, porque não tem um padrão. Tem pessoas que você nem desconfia e na verdade se revela homossexual. E tem pessoas que você tem certeza que é, não é? Acha, certeza que é, mas na verdade não é. Eu não conseguiria definir assim um padrão (Entrevistado nº 17: 28 anos).

Por conseguinte, posiciona-se o Entrevistado nº 15 (33 anos):

Enfim, eu acredito que o que é ser masculino hoje tá perdendo um pouco do referencial, do que os nossos pais, os nossos avós tinham, né?⁹³ O ser masculino hoje é ser o, digamos assim... o macho, não necessariamente ser o homem. Eu tô encarando mais ou menos dessa forma... Pois é, quando eu falei da transformação, é que essa exigência a gente percebia de uma maneira mais clara antigamente. O menino tinha que brincar com bola, andar de bicicleta, não podia tá metido com menina. Hoje em dia isso já não existe mais. Hoje em dia os divertimentos, os tratamentos que as crianças recebem são bem mais parecidos... O fato, essa masculinidade eu não vejo mais, pelo menos na sociedade que eu faça parte, como um modelo que os pais tentam impor pros filhos... Eu não vejo mais esse padrão, é isso que tô falando. Acho que você não julga mais, porque, como que seria esse padrão, de antigamente? Aquele *cara* machão, né? Que usava determinados tipos de roupa, não usava determinados tipos de acessórios? Mas você vê hoje, um *cara* vai pro salão e faz as unhas. Eu nunca tive vontade de ir, mas não é porque o *cara* vai no salão fazer as unhas que eu vou dizer “o *cara* é *veado*”, tá entendendo? Passar base nas unhas, não é coisa de *veado*. Aí a gente tem uma outra categoria, as dos *metrossexuais*... Mas, se esse *cara* é *veado* ou não (ele até aparenta ser) mas se ele não for, ele tá fugindo. É isso que a gente chamava antigamente de padrão masculino... Parece que o próprio comportamento do *veado* tá mudando, né? (falo *veado* no sentido pejorativo, não que eu tenha absolutamente nada contra), mas você vê uns *caras* andando na rua que você não diz nunca que o *cara* é *veado*. Você vê os *caras bombados*, andando com pinta de homem... Então, você já conhece um ou outro que tem amizade e diz: “ah, rapaz, aquele ali é!”. Então, esse padrão não existe mais não, *cara*.

Para aproximadamente 25% dos entrevistados, uma grande parcela de contribuição a essa flexibilidade ou mesmo redefinições dos papéis de gênero, bem como a uma maior

⁹³ Advérbio: contração de “não é?”.

aceitação da orientação homossexual, deve-se a um investimento midiático de esclarecimento e, para alguns, até mesmo de “incentivo à homossexualidade”, “comumente retratada nas telenovelas”:

tenho familiares, amigos. Isso aí não tem como fugir hoje em dia não. Hoje em dia tá mais aberto isso aí. As pessoas que demoravam pra se soltar, hoje tão se soltando com muito mais facilidade. A própria mídia tá empurrando, forçando as pessoas a aceitar isso, você vê em novela, né? Os comentários da própria mídia, a forma como se aborda a notícia, isso já forçando a gente a aceitar isso como normal (Entrevistado nº 18: 27 anos).

A mesma visão é expressa pelo Entrevistado nº 19 (32 anos):

Eu considero uma coisa não natural. Assim, muita gente pode dizer “ah! é biológico e tal”, eu digo assim, não é comum duas pessoas do mesmo sexo, ou dois animais do mesmo sexo, eu acho... mas, assim, socialmente hoje o que me incomoda na verdade não é a homossexualidade, é a forma que se quer impor que é uma coisa divertida, que ela seja uma coisa bonita. Toda novela agora tem um homossexual e esse *cara* é sempre alegrinho. E a gente sabe que na realidade não é assim. Tem homossexual que é mais sério, tem uns que é mais másculo do que muito homem efetivamente. Então a forma que querem impor isso é que me incomoda.

Os depoimentos acima revelam um dos mais perigosos tipos de preconceito, o *preconceito velado*, aquele que se apresenta disfarçado por um discurso, aparentemente, tendencioso ao liberalismo, no entanto sua forma dissimulada encobre a verdadeira intenção de sua crítica, relegar ao anonimato social qualquer discussão que dê visibilidade, nesse caso específico, a outras orientações sexuais que não se enquadrem ao escopo da heterossexualidade normativa. Se por um lado não assumem o preconceito em que estão imersos, ao não explicitarem abertamente seus verdadeiros pontos de vista⁹⁴, por outro, não se abstêm em difundi-los por meios espúrios.

Aprofundando a discussão, perguntei-lhes se já tiveram algum tipo de experiência homossexual ou mesmo algum tipo de vontade ou pensamento a esse respeito. Mais da metade alegou nunca ter tido contato íntimo algum, nem mesmo qualquer vontade ou pensamento a respeito. Porém, apenas 1/4 frisou nunca pretender ter. A maioria relatou já ter recebido algum tipo de galanteio (“paquera”, “cantada”), mas que reagiu com educação ou indiferença (fingiram que não era com eles por sentirem-se constrangidos), tornando clara a

⁹⁴ Às vezes, nem mesmo eles têm a noção clara de que são preconceituosos, tamanha é a força alienante do discurso ideológico no qual foram socializados. Com efeito, o principal caráter do alienado é não perceber a extensão da sua alienação (Althusser 1985).

sua orientação heterossexual. Diferentemente, cerca de 25% deles revelaram um posicionamento homofóbico ao dizerem que partiriam para a agressão física no caso de serem tocados por algum gay, bem como não quererem nem imaginar como seria, por sentirem repulsa.

No entanto, a metade deles disse que tem ou já teve curiosidade em saber o que essas pessoas sentem. Talvez aí esteja a abertura para uma maior tolerância ou aceitação da homossexualidade, assim como para a possibilidade de realização de alguma curiosidade, fantasia ou experiência homossexual.

De todos os entrevistados, apenas dois tiveram (ou assumiram ter tido) alguma experiência íntima homossexual: um no final da infância (pré-adolescência) e o outro na adolescência (um período de nossas vidas repleto de buscas, descobertas e incertezas acerca de nossa personalidade, caráter e orientação sexual). Segundo eles, ambas as experiências resumiram-se a bolinações. É importante ressaltar que, para ambos, essa é uma prática muito comum entre os garotos quando entram numa fase de curiosidades, desejos e descobertas, tendo em vista que há mais proximidade com outros garotos, sendo natural que as primeiras experiências sexuais sejam entre eles:

só quando criança, quando criança você sempre vai ter... vai ter um amigo seu que vai mexer na sua “*pinta*”, o cara que vai querer botar na sua *bunda*, isso aos 8-10 anos, que você tá se descobrindo, o cara tá descobrindo a masturbação, aí outro cara pega em você e diz “deixa eu botar”, é aquela coisa! Eu acho que... sei lá? Eu acho que aos 8-10 anos eu já tive contato, eu já peguei, o *cara* pegou em mim, mas foi aquela... vamos dizer assim, foi aquela “*fuleragem*” que não durou mais que um mês não, o *cara* sai, vai naquela brincadeira, depois vai de novo 3-4 vezes e depois você tá querendo saber como é o da menina, mas de fato pra eu ter tido uma experiência eu deveria ter dado um beijo num menino, e eu não tive isso (Entrevistado nº 10).

Experiência semelhante vivenciou o Entrevistado nº 14 (23 anos):

Não tive relações sexuais, mas experiência homossexual sim! Do tipo que quando tá se iniciando a adolescência, por exemplo, aí você começa a ter o interesse sexual e por você não ter uma proximidade tão grande com meninas, aí você vai se aproximar de meninos, vai ter contato físico, eu acho que é mais com relação a isso. Não chegou a ser masturbação não. Não chegou a atos sexuais propriamente não. Só a carícia, que eu diria assim, mais na brincadeira de criança, né? Então aí que... É, no início da adolescência, acho que com uns doze até treze, que é quando você começa a ter contato.

Porém, tal premissa encontra-se em desalinho com o relato dos outros entrevistados, ou por inclinações de ordem sexuais diferentes ou por estes não se sentirem confortáveis em revelar suas experiências. Talvez, um indício disso esteja nas respostas dadas pelo Entrevistado nº 20 (30 anos), reproduzidas abaixo:

(Rasland) - Você já teve algum tipo de experiência homossexual?

(Entrevistado nº 20) – [Pausa] Não, nenhuma.

(Rasland) - Não falo de sexo em si, mas em algum momento da sua vida um homossexual ter te acariciado, de ter havido algum contato físico íntimo.

(Entrevistado nº 20) - Não, nenhum. *Que passe pela minha mente, não.*

Como se pode verificar, em duas circunstâncias é perceptível o grau de insegurança e/ou incerteza por que passa o entrevistado, num flagrante desconforto acerca do tema abordado. A mesma situação é reproduzida nas entrevistas abaixo, cujos indícios de sentimentos incertos e/ou contraditórios são notórios:

já tive essa curiosidade, curiosidade! Mas eu não tive vontade, *nem coragem* de matar essa curiosidade (Entrevistado nº 2: 20 anos).

não. Não passa nem na cabeça... *Passar... passa, passa na cabeça de qualquer homem*, mas de vir a acontecer, de maneira nenhuma! (Entrevistado nº 5: 17 anos).

já pensei, mas não de fazer, *só como seria*. [Achei] *estranho*, dois homens... [risos] (Entrevistado nº 6: 19 anos).

cara, experiência eu nunca tive não, sabe? E nem vontade, mas... espero assim... eu, na minha opinião, *acho que nunca vou ter* não, ainda mais porque nunca tive vontade não, mas *o futuro a Deus pertence, eu não sei não*...Curiosidade, é... *eu já pensei assim, como é que é sentir, né?* Que porra eles sentem e tal, mas vontade eu nunca tive não, *curiosidade de querer saber acho que todo mundo tem, acho que todo homem tem, pode ser o mais macho que for* (Entrevistado nº 9: 18 anos).

já, já, já sim. Já pensei em que aspecto você atinge aquilo. *Eu já conversei com um amigo meu sobre isso, que ele é homossexual* e uma coisa que eu achei diferente foi o carinho, o carinho que é dado, por exemplo: *o carinho do homossexual é diferente, você pode prestar atenção*... Eu enxergo que parece que entre o lesbianismo existe um carinho até superior ao masculino, parece que os homens estão ficando a cada dia menos carinhosos, e existe esse carinho no lesbianismo. No homossexualismo [masculino] existe, mas é mais entre quatro paredes (Entrevistado nº 16: 27 anos).

A flexibilidade percebida nos diálogos acima contrasta com a rigidez com que mais da metade dos entrevistados encara uma situação em que um heterossexual possa vir a ter alguma experiência homossexual, ainda que esporádica ou fugaz, mesmo que ele exerça o papel de ativo ou que não haja atos de carinho ou sentimentos envolvidos, pois, segundo eles, nesse caso trata-se de um caso de homossexualidade. Tentando perceber o grau de entendimento e/ou aceitação deles a respeito desse assunto, elaborei a seguinte questão: *O que você acha de um heterossexual que fortuitamente venha a ter alguma experiência homossexual, porém, exercendo um papel ativo? Por exemplo, alguém que se diz (ou acredita ser) heterossexual e que em uma situação casual permita que um homossexual o masturbe ou lhe faça sexo oral, ou mesmo, que venha a ter conjunção carnal em que ele penetre o homossexual, mas não tenha vontade em ser penetrado, e principalmente, não sinta desejo ou carinho por aquele parceiro?* Podemos verificar o teor da desaprovação de tal ato, bem como a recusa sobre a heterossexualidade da personagem aludida, como se houvesse uma fronteira entre dois mundos, um hétero e outro homo, e qualquer travessia para o segundo impossibilita o retorno ao primeiro, uma realidade dicotômica e impermeável, como é expresso nos depoimentos abaixo:

eu acho que ele é gay igual ao outro. Apesar de não ter sido penetrado, né? Mas eu acho que ele é gay do mesmo jeito porque só em você deixar o homem fazer, como você disse, o sexo oral, você vai ter que sentir *tesão* para que ele possa fazer sexo oral em você. Então, só você sentir *tesão* por outro homem você já tem um lado gay aí. Esse cara é homossexual também (Entrevistado nº 1: 18 anos).

eu acho que tem muito homem que tem namorada e se relaciona com um gay por exemplo. Às vezes eu penso que um cara desses tá querendo esconder alguma coisa. Acho que tá ali com a namorada pra provar alguma coisa pra alguém, né? Provar às vezes pro pai, né? Querendo provar “olhe eu sou homem, tenho namorada”... Acho que é homossexual também. Mas tem homem que diz “eu sou hétero, o homem pagou pra me dá uma chupada...”. Mas pra mim... acho que não é questão de dinheiro não, tem desculpa não, de dinheiro não. O cara que se submete a *comer* outro homem ou fazerem um *boquete* nele, eu acho que ele é gay também (Entrevistado nº 3: 19 anos).

acho que ele é gay da mesma forma, se tiver relação com ele... Eu não concordo não, acho que ele é o mesmo gay. Acho que ele vai se tornar um pouco homossexual (Entrevistado nº 6).

aí eu defino como homossexual. No interior tem muito disso, né? “não, eu só fiz comer”. Tem muito disso, “*fresco* é o *cara* que deu, não sei o quê”. Na verdade, não. Se o *cara* sentiu desejo, se ele teve desejo, não interessa se foi só pelo *boquete*, ele teve desejo pelo *cara*. Sentiu *tesão* ali naquela hora. Então pra mim ele é homossexual (Entrevistado nº 19: 32 anos).

Em outra perspectiva, cerca de 25% dos entrevistados apresentam uma visão menos estereotipada, enxergando a sexualidade como um universo de possibilidades, o que significa dizer que o sujeito em questão pode apenas estar procurando formas variadas de prazer, por esse motivo não deve ser rotulado necessariamente como um homossexual. Similarmente, acrescenta Brandão (2010: 73):

Ora, como defende Golden (1987)⁹⁵, a relação entre identidade, preferências e práticas sexuais está longe de ser linear, fixa e invariante. A autora mostra não só a diversidade de entendimentos do que é uma identidade lésbica, como também que a sua reclamação não está necessariamente associada à actividade sexual exclusivamente com outras mulheres, nem sequer à existência de actividade sexual.

Na mesma perspectiva, podemos argumentar sobre a fragilidade na qual se fundamenta a representação acerca de uma identidade sexual fechada em duas vertentes, ou se é hétero ou se é homossexual, na qual o desejo sexual é circunscrito a uma escolha entre dois caminhos distintos e bifurcados, inexoravelmente díspares. Assim, o desejo e o encantamento por outrem são reduzidos ao sexo, como se pessoas não se interessassem, acima de tudo, por pessoas, mas exclusivamente pelo sexo delas (Ferreira, 2008).

Outra questão relevante, extraída do meu estudo etnográfico, concerne à disposição com que os subgrupos se dividem pela sala de aula, refletindo as mesmas separações do lado de fora. Tomando uma das turmas por referência, pode-se perceber duas características claramente demarcadas, a primeira no que se refere aos posicionamentos dos gays em sala de aula. Nessa sala, há um garoto “detectado” pelo resto dos rapazes como “muito efeminado”, devido a alguns gestuais estereotipados como tipicamente femininos, sendo considerado por todos como um “gay assumido”. Ele se senta apenas ao lado das meninas. Outros dois garotos, não classificados como “assumidos”, mas para os quais se aponta uma grande desconfiança, também por alguns gestuais tipificados como femininos, bem como por não terem se integrado a nenhum subgrupo masculino da turma, sentam-se lado a lado e são, com raras exceções, isolados dos demais. Aliás, ao indagar meus informantes em certo momento sobre tal isolamento, perguntei-lhes de qual das partes deveu-se isso e, unanimemente, responderam que teriam sido dos três rapazes. No entanto, fiquei um tanto quanto desconfiado sobre a veracidade dessa afirmação, quando, em seguida, um dos rapazes, Luís, afirmou ironicamente: “Ninguém aqui nunca isolou ninguém, mas também, se eles não querem se

⁹⁵ Ver Carla Golden: Diversity and variability in women’s sexual identities.

misturar com a gente é até melhor mesmo [risos]”; os demais demonstram concordância ao acompanharem-no também com sorrisos irônicos.

Um quarto aluno, Amadeu, apesar da grande desconfiança entre os informantes acerca da sua possível homossexualidade, senta-se numa zona intermediária, entre os “garotos do futebol” (aqueles que participam do futebol aos sábados) e algumas meninas. Diferentemente dos supracitados, interage com livre trânsito entre os garotos e as garotas da turma. Talvez essa “tolerância” se dê pelo seu estilo mais andrógino, facilmente identificado como metrossexual.

No fundo da sala, destaca-se outro grupo. Trata-se das três moças já citadas, no capítulo etnográfico, como possíveis lésbicas (“as garotas do banheiro”), que, assim como os dois garotos destacados anteriormente, pouco se relacionam com as outras garotas da sala.

Uma segunda característica dessa disposição diz respeito à divisão por classe social. A maioria dos alunos é de classe média e média alta, perceptível pelas escolas das quais são egressos, bem como pelas roupas e carros que ostentam ou lugares que costumam frequentar. Além das “garotas do banheiro”, as quais, não somente pela possível homossexualidade, mas também por não se encaixarem nas características denotadas, juntamente com mais três garotos (que, inclusive, sentam-se ao lado delas), também estão fora desse padrão, aparecendo isolados dos demais. Essa situação me fez pensar em algo que sempre defendi como docente: a importante tarefa política dos professores de, mesmo não rompendo com essa estrutura segregadora baseada na intolerância à diferença, pelo menos alertar criticamente sobre a sua existência.

3. Prostituição, legitimidade e representações

A prostituição é um fenômeno cultural e socioeconômico que sempre suscitou, ao longo da história, interpretações as mais paradoxais possíveis. E não poderia deixar de ser diferente dentre os depoimentos de meus informantes. Vista pelo olhar do senso comum, como um ato desrespeitoso à dignidade humana ou pecaminosa aos olhos de Deus, recai sobre si toda uma sorte de conjecturas e estigmas, os quais lhe limitam a compreensão (Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento 2007). Desse modo, acrescenta Sacramento (2005: 92):

A procura da prostituição feminina, bem como a generalidade dos comportamentos e das aspirações erótico-sexuais que nela se inscrevem, deverá portanto, em larga medida, ser interpretada à luz dos preceitos ideológicos de uma ordem dos géneros assimétrica e patriarcalista, potenciadora da “dominação masculina” e dos ideais da masculinidade hegemónica .

Dentre os equívocos cometidos na interpretação desse comércio sexual está a visão maniqueísta na qual se enxerga a prostituta, apenas, como vítima da prostituição, em outras palavras, daqueles que lhe alimentam a existência, como se toda mulher⁹⁶ que se prostitui o fizesse por falta de opção, na mesma medida em que haverá sempre um “algoz” para se aproveitar da sua baixa condição económica (muitas vezes, de miséria), donde ela, “pobre coitada”, não tem como fugir. Não quero, aqui, minimizar os problemas que norteiam o comércio sexual, negando-lhe os excessos promovidos por cafetões, proxenetas, aliciadores, traficantes e exploradores sexuais de diversas ordens (Oliveira 2010). No entanto, meu intuito é promover uma discussão crítica que fuja dos grilhões morais e conservadores, que negam às mulheres, prostitutas ou não, o direito à agência sobre o uso de seus corpos e pela busca de prazeres, de um *self-ownership*:

a defesa dos direitos das mulheres tailandesas tornou-se num caso paradigmático no debate no Ocidente sobre a dignidade da mulher prostituta. Nos anos 80 do século passado, grupos de feministas protestaram vigorosamente contra a organização de tours para homens a esse “paraíso do erotismo”. A reação das trabalhadoras sexuais tailandesas, em vez do esperado agradecimento, foi de indignação pela imagem que delas foi dada como vítimas inertes. Chamavam também a atenção para o facto de os seus familiares dependerem financeiramente delas. Esta postura das tailandesas foi motivo para que as activistas em questão passassem a olhar para a prostituição de forma mais subtil e menos paternalista (Altink 1995:131)⁹⁷. O que não invalida o facto de os antecedentes das trabalhadoras sexuais na Tailândia e em países comparáveis serem, em geral, de miséria, e sobretudo de desolação socioeconómica (Schouten 2010: 89).

Com efeito, paralelo ao discurso de proteção aos direitos das mulheres e combate à sua exploração sexual, há um velado preconceito sobre a dimensão de sua sexualidade, limitada ao arcabouço moral e religioso sobre um *sentido natural* na utilização de seus corpos, de sua sexualidade. No entanto, além das necessidades ligadas à procriação, a sexualidade humana abarca uma gama de sensações de ordem física, emocional e social que transcende os limites

⁹⁶ Limito-me aqui à análise da prostituição feminina.

⁹⁷ Ver: Sietske Altinke, *Handel in hartstocht. Het prostitutiebedrijf in Nederland*.

dos modelos e grupos culturais, localidades geográficas e leituras biologizantes. É perceptível tal discussão quando se fala em turismo sexual⁹⁸, em que os discursos oficiais (principalmente por meio da mídia e do senso comum) tendem a enxergar os turistas como um corpo estranho e, às vezes, contaminador e desagregador da ordem estabelecida:

em concreto, turistas e locais envolvem-se em complexos jogos de poder, implicando a manipulação de recursos, com destaque para o dinheiro, o corpo, a *performance* sexual e as emoções, que nos ajudam a desconstruir as imagens monolíticas, nas quais o turista é sistematicamente apresentado como o predador que apenas procura satisfação sexual e, por outro lado, a mulher jovem local vista como vítima, desprovida de *self-ownership* sobre o seu corpo e a sua sexualidade (Ribeiro e Sacramento 2006: 163).

Pelo prisma do provincianismo, a moral e os bons costumes vigentes sofrem uma intervenção direta dos predadores forasteiros, sendo as moças de camadas sociais de baixa renda os principais alvos desse processo aviltante (Lopes Júnior 2000; Ribeiro e Sacramento 2006). Nessa perspectiva, mesmo que não intencionalmente, reduz-se qualquer possibilidade de protagonismo que a mulher venha a ter, seja na construção de relações sociais com os homens (turistas ou nativos), principalmente quanto à utilização de seu corpo e uso de sua sexualidade, seja para fins mercantis, amorosos ou meramente na busca de prazer. Desse modo, vitimar a prostituta é o mesmo que negligenciar sua capacidade efetiva na divisão do exercício do poder no jogo de sedução (amorosa e/ou socioeconômica) que reveste o cenário da prostituição (Freire 1997). De fato, não são poucos os relatos de clientes que se emaranham nas redes de tal jogo, arditamente tecidas pelas prostitutas com quem se relacionam sexualmente – e em muitas circunstâncias amorosamente (Sacramento e Ribeiro 2010) – visto que em uma sociedade de tradição conservadoramente machista a representação da prostituta é tida como aquela cuja “capacidade técnica e conhecimento profissional” pode atestar o grau de virilidade de cada homem, constituindo-se no principal simulacro da confirmação do “poder masculino” (Freire 1997, Ribeiro e Sacramento 2006, Sacramento 2005). Aliás, como esclarece Foucault (1998), o poder não é um objeto ou uma coisa do qual alguém se apodera, toma posse, faz-se proprietário, mas um exercício que depende das partes em jogo para que possa ser jogado, articulado, exercitado. Assim sendo, não se limita a uma única forma de

⁹⁸ É importante ressaltar que o turismo sexual não se limita à prostituição, como bem esclarecem Ribeiro e Sacramento (2006: 162): “sem procurar adiantar uma definição detalhada, poder-se-á dizer que o turismo sexual diz respeito à circulação de pessoas em tempo de lazer que tem por base, ainda que não exclusivamente, motivações que se prendem com a expectativa de concretizar relacionamentos amorosos e/ou sexuais, de natureza comercial ou não, com outras pessoas que se encontram nos destinos turísticos”.

condução, a um único instrumento de manobra, podendo se revestir de diversas facetas e dispositivos, da agressividade à passividade, da rudeza à cortesia, da rebeldia à docilidade, em que não há limites, fronteiras, vítimas ou algozes, apenas “jogadores”, cujos *interesses* motivam-lhe o teor das ações (Foucault 1998b).

Um dado digno de nota é a frequência com a qual os rapazes dos 17 aos 22 anos procuram prostitutas para relacionarem-se sexualmente, mesmo não havendo maiores dificuldades em manterem relacionamentos sexuais com as garotas de seu convívio social, como citado por eles mesmos. Aproximadamente, 35% dos entrevistados revelaram ter feito sexo com prostitutas por várias vezes e que não veem nenhum problema nesse tipo de relação, nem sentem preconceitos a esse respeito.

Em duas ocasiões, um grupo de quatro alunos (três de 17 anos e um de 19) e outro grupo de cinco alunos (três de 18 anos, um de 19 e outro de 20 anos), contaram algumas experiências passadas no universo da prostituição. Ambos os grupos falaram de uma conhecida casa de prostituição, *Vérus Bar*, uma boate de *striptease* que também faz a função de bordel, visto que há quartos para programa. Falaram que não é permitida a entrada de menores de idade, mas um deles contou que conseguiu uma carteira de identidade falsa e assim conseguiu entrar por duas vezes. Como ressalta Sacramento (2005: 21):

São vários os domínios e as situações em que os homens não podem eximir-se de “ir ao jogo” e provar, de forma expressa e inequívoca, que possuem de facto competência viril. A actividade profissional, o contexto familiar, a sexualidade e as actividades de lazer constituem algumas das principais esferas em que os homens são desafiados a exorcizar o feminino e a mostrar publicamente, sobretudo à comunidade de pares, os seus atributos masculinizantes.

Sobre o sexo com prostitutas, todas as situações relatadas acerca dessa experiência dão a entender que ocorrem, em sua maioria, em situação grupal. Quando estão em turma, saem todos no mesmo carro, indo, quase sempre, juntos a um quarto de motel. É uma experiência com caráter festivo e ritualístico. O motivo de ser uma relação sempre sob o acompanhamento de um ou mais colegas leva-me a duas hipóteses: a primeira refere-se a uma afirmação social de sua virilidade, cuja constatação de seu desempenho se faz necessária à legitimação de sua masculinidade; já a segunda diz respeito ao desejo de aventurar-se por uma prática sexual (sexo grupal) de caráter não convencional, inclusive, facilmente percebida como “pecaminosa” ou “imoral” aos olhos da tradição social conservadora. No entanto, se feito com

prostitutas, torna-se logo legítimo dentro dessa mesma ordem moral. Corroborando a primeira hipótese, Bourdieu (2010: 65) aponta:

Como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros – a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens”.

Com efeito, mais do que escolher entre uma delas, acredito tratar-se das duas hipóteses. Sacramento (2005) atenta para o fato de que o processo de construção da masculinidade realizado nos espaços da prostituição possui uma característica de “fragilidade” e “ambiguidade”, visto que, por ocorrer no âmbito da esfera da intimidade, não é objetivamente averiguado, comprovável, registrado. Desse modo, sempre haverá a possibilidade do manifesto da dúvida, quanto à competência da virilidade e à veracidade das performances do sujeito da ação: “a [tentativa de] construção da masculinidade, estando, neste caso, como em vários outros, muito vinculada à narração, torna-se bastante vulnerável e facilmente atacável pelos restantes participantes nas disputas viris” (Sacramento 2005: 138). Por outro lado, possibilita aos clientes que se utilizam da clandestinidade do ato manipular as narrativas acerca de suas proezas sexuais, de acordo com os interesses ideológicos que regem as representações do seu grupo de pares, exceto nos frequentes casos de compartilhamento das aventuras sexuais grupais. Apesar disso, na maioria desses casos, segundo os meus informantes, os espaços físicos dos motéis (onde geralmente ocorrem tais eventos) são devidamente distribuídos dentre os casais, de modo que haja o mínimo de privacidade no momento do ato sexual. É digno de nota que mesmo compartilhando uma situação consensual de desvio de conduta social (considerando os valores sociais morais conservadores acerca da prostituição), os rapazes, na maioria das vezes, não se sentem à vontade em compartilhar tal momento de intimidade dentre seus amigos, muito menos de fazer uso da prática da troca de parceiras, bem como dividirem sexualmente a mesma garota, evidenciando o quão atreladas às representações sociais estão as condutas dos sujeitos (agentes/agidos), independentemente das esferas sociais de ação, tendo em vista que fazem parte de uma mesma trama, em que suas teias se unem, provenientes de um mesmo emaranhado ideológico.

Sobre o importante papel do grupo social, como agentes condutores do processo ritual de construção da masculinidade, exponho uma história que foi relatada por Ricardo e confirmada por Israel (seu colega de turma). Contaram que certa vez foram ao *Vérus Bar* e

que, dentre os cinco garotos presentes, havia um gay. Então, questionei-os acerca disso, visto que em outra ocasião haviam debochado de Neto por sua amizade com um garoto o qual desconfiam ser gay (Amadeu), enquanto eles, da mesma forma, também saíam na companhia de um. Porém, Israel revelou que o garoto “não era assumido”, mas como eles queriam ter certeza, levaram o rapaz ao prostíbulo para que ele “provasse que era homem”⁹⁹. Esse relato reafirma os comuns rituais de instituição a que os adolescentes foram historicamente submetidos para “provar que são homens de fato”.

Um claro exemplo disso ocorreu certa noite, em um bar, na companhia de doze alunos. Num dado momento, ao dirigir-me ao banheiro, encontrei três rapazes que conversavam no corredor, todos entre 18 e 20 anos. Um deles, visivelmente alcoolizado, chamou-me para participar da conversa e dar-lhe uma opinião, então, confessou aos presentes, bem como a praticamente todos os sentados à mesa (talvez devido ao efeito do álcool), que ainda era virgem, visto que a sua namorada (há três anos) era muito tradicional e pretende casar-se virgem, exigindo o mesmo dele. Porém, revelou que já não aguenta mais a espera para fazer sexo e pediu a minha opinião sobre o caso. Disse-lhe que ambos deveriam respeitar as necessidades e pontos de vista um do outro. No entanto, ele disse que respeitava a espera dela, mas a namorada não aceitava que ele se relacionasse sexualmente com outras garotas até chegar a “hora dela” e isso estava deixando-o impaciente, pois o desejo por sexo clamava dentro de si, mas ao mesmo tempo temia traí-la e, por consequência, perdê-la, caso ela viesse a descobrir. Os dois colegas ouvintes dividiram-se nas opiniões, enquanto um concordava comigo, inclusive aconselhando-o a conversar mais com a namorada sobre as suas necessidades, o outro o aconselhava a terminar o namoro. Então, juntou-se a nós outro colega de sala, um rapaz casado, de 27 a 30 anos de idade, e, colocando-se a par do assunto, se disse indignado com aquela situação e que deveríamos levá-lo a um “puteiro”, inclusive, afirmou que, se fosse preciso, ele mesmo pagaria o programa. Enredava-se ali, na minha frente, um nítido e tradicional rito de instituição. No entanto, o garoto virgem demonstrou estar desconfortável com a proposta, foi quando eu disse que não achava correto levá-lo naquele estado de teor alcóolico, pois ele deveria ter total consciência de suas ações e, então, mudamos de assunto. Portanto,

só através das constantes demonstrações de masculinidade será possível manter o capital de virilidade atualizado e intacto, pronto a ser exibido/apregoadado junto dos pares nos “confrontos” de

⁹⁹ No entanto, o teste foi abortado devido a uma *blitz* (operação policial esporádica, com o efeito de garantir a lei e atribuir multas e/ou prisões aos infratores) da polícia militar que se formava na rua do bordel (visto serem todos menores de idade, com exceção de Israel). Depois dessa frustrada experiência, não tiveram outras oportunidades em pôr mais um “pseudogay” à prova.

masculinidade, por demais evidentes nas dinâmicas que se estabelecem no seio dos grupos de clientes da prostituição (Sacramento 2005: 21).

No que concerne às representações sobre a prostituta que envolvem o imaginário dos rapazes e permeiam seus discursos, destaca-se a visão estereotipada da mulher “boa de cama”, que “sabe tudo sobre sexo”¹⁰⁰. Isso fica evidente quando um dos informantes repreendeu o seu pai, que costuma dizer que “as mulheres estão tão fáceis hoje, que o cara só paga uma puta se for besta”. Porém, ele afirma ser muito diferente a relação sexual entre as duas: “Claro! É total. É uma profissional, né? Sabe tudo!”, e faz uma comparação entre uma prostituta com quem se relacionou e uma garota que conheceu na praia e com quem teria feito sexo: “Cara! A puta sobe em cima do cara e faz miséria, a menina lá de Touros [praia do Rio Grande do Norte] era só ‘papai e mamãe’, era fraca, mas a puta não! Rebolava em cima de mim e eu disse, vixe! Fiquei doido”. É interessante o fato de que quando ele falava da tal diferença sempre se referia às mesmas personagens, dando a entender que só vivera essas duas experiências, mas, ainda assim, as generalizava por meio do discurso do senso comum.

Em outro momento, o mesmo informante contava que fora a um motel juntamente com três amigos¹⁰¹ e quatro prostitutas, e como o quarto era de dois ambientes, ficaram dois em um ambiente e os outros dois no outro. Então, indaguei se chegaram a fazer *swing* e ele ressaltou que não tiveram “essa malícia”, mas que seria uma boa, pois ele poderia ter “comido uma loira muito gostosa”, que, em um jogo de sorte (que fizeram para ver com quem ela ficaria), um de seus amigos acabou ganhando. Completou dizendo que o programa era 80,00 reais e que quiseram “comer as bundas delas” (fazer sexo anal), mas elas disseram que sairia mais caro e eles desistiram.

Em uma de nossas conversas no *Six Bar*, Ricardo expôs que era freguês assíduo do *Vérus*, ao ponto de possuir o número do telefone particular de uma prostituta chamada intimamente por ele de “Vivi”, gabando-se inclusive de conseguir descontos de cliente especial para os colegas. Aliás, registrou que mesmo antes de tornarem-se maiores de idade já frequentavam casas de prostituição e motéis sem nenhum tipo de restrição, o que demonstra a ineficiência ou falta de interesse do poder público em coibir tais ações.

Dentre todos que já fizeram sexo com prostituta, pelo menos uma vez na vida, a metade afirmou que não gosta muito, pois se trata de uma relação mercenária, profissional, que não

¹⁰⁰ Acerca da transposição imaginária da realidade a que o sujeito social está suscetível, alerta Castoriadis (2000: 154): “Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é e de vê-la diferente do que é”.

¹⁰¹ Além da necessidade de tornar pública a afirmação sexual pela presença dos amigos, associa-se aí outro fator importante, qual seja, a necessidade econômica, tendo em vista que quando fazem programa em grupo costumam fazer pechincha com as prostitutas, geralmente barateando o preço do mesmo, principalmente sob a alegação de serem simples estudantes.

provoca grandes emoções, em contraposição com o sexo que é feito com suas namoradas e esposas, com quem nos momentos de intimidade sexual se sentem mais relaxados, mais entregues, por poderem expressar o carinho e desejo sentidos. Neste aspecto, afirma Sacramento (2005: 94):

Embora os homens, na sua grande maioria, recebam uma socialização de gênero e estejam expostos a construções midiáticas da sexualidade que os torna potencialmente clientes, e veiculem discursivamente aquilo a que estiveram expostos e terão incorporado, não significa, desde logo, como veremos, que todos aqueles que põem em ato esta “potencialidade”, tornando-se de fato clientes, orientem os seus comportamentos no meio prostitucional por referência aos valores sexuais e de gênero dominantes. Uma coisa é as aspirações/construções fantasmáticas da sexualidade e do que é ser homem, outra coisa é a sua concretização e “actualização”, isto é, a sua dimensão praxiológica. Aquilo que se idealiza, em que se crê, ou de que se fala nem sempre é ou corresponde àquilo que se faz.

Acredito ser imprescindível ressaltar a dicotomia existente na relação cliente/prostituta, tendo em vista a dissociação feita por certos clientes entre a relação sexual e a relação comercial. Como que se esquecendo da motivação primeira daquele compromisso, a venda de um produto (o sexo), acabam por exigir delas (mesmo que inconsciente) um envolvimento sentimental não estipulado no “contrato”¹⁰²:

mas é muito seca a relação, não é uma coisa afetiva, não tem... até o *tesão* mesmo é diferenciado. Uma coisa que é só pra ejacular e pronto. É diferente quando você tem uma relação de amor, uma relação afetiva. Termina a relação continua acariciando, abraçando... um carinho, aquele *negócio*, até a pessoa dormir. A outra não, às vezes dava até raiva da mulher (mandar sair de perto)... O meu ponto de vista hoje, sei lá, o cara tem que ter muita carência pra poder procurar uma relação desse tipo... Assim, o sexo sempre é bom. Agora, assim que você termina o ato, que é aquilo ali que você tá desejando, quando você termina aquilo ali, quando você olha pra cara da mulher, dá uma espécie de nojo. Isso aí eu sempre tive. Às vezes queria fazer mais, mas quando olhava pra cara dela já dava uma raiva porque não tinha um laço afetivo. Eu não sei porque, mas eu procurava, fazia, mas depois... A relação é totalmente diferente (Entrevistado nº 18: 28 anos).

Os sentimentos de decepção ilustrados nos depoimentos acima revelam o quão complexo é o fenômeno da prostituição, não podendo ser engendrado simplesmente pelo viés econômico, visto que, em diversas situações, tanto o cliente quanto a prostituta buscam

¹⁰² Sobre a complexidade das relações entre cliente e prostituta, ver a minha dissertação de mestrado: “Prostituta e prostituição: as representações do cliente” (Freire 1997).

naquele momento muito mais do que sexo ou dinheiro, e não são raras as situações em que estes são o que menos lhes interessa (Freire 1997). Segundo Sacramento e Ribeiro (2010: 178).

Parece claro que os clientes mais sujeitos a envolvimento dependentes e, conseqüentemente, a estratégias de manipulação por parte das trabalhadoras sexuais são os que procuram um relacionamento com maior profundidade emocional. Ao contrário daqueles em que a relação com as mulheres se circunscreve sobretudo à esfera do prazer erótico-sexual, nestes a interação sexual assume aspectos mais intrincados, adquirindo a componente emocional uma força preponderante. Torna-se, assim, legítimo questionar a pertinência dos discursos que apresentam a prostituição como um contexto no qual os homens poriam de lado as emoções e dariam livre curso à sexualidade, preocupados apenas em exaltar a sua virilidade.

Com efeito, a relação cliente e prostituta, não raro, transcende a simples relação comercial, concebendo inter-relações de cunho emocional, sentimental e/ou amoroso (Sacramento 2005, Sacramento e Ribeiro 2010).

Talvez encontremos nesse paradoxo mais uma faceta da imposição de um modelo conservador de supervalorização da virilidade sexual do macho; assim sendo, qualquer possível demonstração de incompetência sexual (nessa situação, demonstrada pelo desinteresse de uma mulher) pode levá-los à agonia de sentirem-se homens *incompletos* ou *falsos homens*, em oposição aos *homens de verdade*: “sempre que eu fico com uma mulher eu procuro que ela sinta prazer. E se eu tô ficando com uma prostituta é estranho, eu não vou ter que procurar que ela sinta prazer, ela é que vai fazer com que eu sinta prazer. Eu não acho isso legal” (Entrevistado nº 6: 19 anos).

De outra forma, complementa o Entrevistado nº 16 (27 anos):

Foi uma experiência única, assim... Eu tinha a curiosidade, certo? Mas me decepcionei. Faz muito tempo, há uns cinco/seis anos. Na realidade eu não gostei, certo? Eu odiei, porque eu tive uma sensação que eu não gosto de ter. Eu não gosto de sentir que aquela pessoa está ali comigo, aquela pessoa está se aproximando de mim em busca de algo. E foi o que eu senti, que ela estava ali comigo em busca do cachê dela.

Decepção parecida experienciou o Entrevistado nº 8 (19 anos):

Pra você vê, eu fiz um intercâmbio e... aí eu fui pra *Las Vegas*, pra um *puteiro*. A gente botava um dólar na testa e ela vinha e pegava com o peito, aí esfregava o peito na sua cara... aí... sei lá! Na hora

eu pensei, “*caramba!* ela gostou de mim mesmo, comigo foi diferente”, aí quando eu olhei pra um lado ela tava na cara de um japonêsinho [risos], aí eu falei “*porra!* não foi diferente, não tive mérito nenhum, eu só tinha um dólar na carteira”. Então... Tipo assim, não tem o mérito da conquista. Porque você beijar um peito, qual é a sensação? Nada demais... Você não sente um prazer físico nenhum, é mais um prazer psicológico, né? E o prazer psicológico da conquista? Sua conquista foi ter um dólar na carteira.

É interessante a incongruência com que os informantes medem a relação estabelecida entre cliente/prostituta, pautando-a pelo padrão do amor romântico, do mérito da conquista, da capacidade de seduzir a “dama”, dissociando-a da relação comercial que, de fato, é o cerne do liame entre os atores sociais em pauta:

embora, na sua grande maioria, recebam uma socialização de gênero e estejam expostos a construções da sexualidade que os torna potencialmente clientes, não significa, desde logo, que todos aqueles que se tornam de facto clientes orientem os seus comportamentos por referência aos valores sexuais e de gênero dominantes. Aquilo em que se crê, que se idealiza, a que se aspira, ou de que se fala nem sempre é ou corresponde àquilo que se faz. É precisamente por isso que nem todos os homens procuram sexo, ou pelo menos só sexo, na prostituição (Sacramento e Ribeiro 2010: 173-174).

De outro modo, inebriam-se por uma realidade fictícia, como se não a enxergassem de fato, ou mesmo por se anestesiarem da realidade crua (provavelmente de forma inconsciente), como meio de isentarem-se do protagonismo assumido acerca de uma realidade “socialmente condenável”.

Por outro lado, façamos referência ao modelo tradicional machista, no qual a conquista amorosa aparece como, mais que um desejo, uma obrigação do macho predador, que sai à caça e volta para casa realizado quando “abate uma presa”, reafirmando seu domínio, sua virilidade, sua superioridade:

rapaz, eu acho que é mais aquela coisa da conquista. Tá com uma *boyzinha* numa festa, começa a *arrochar* ela e aí... Quando eu *arrocho* uma *boyzinha* e consigo levar pra cama eu fico... “*caralho!* sou *foda*¹⁰³, eu consegui!”. E prostituta, não. É tipo assim, se eu chegasse numa menina lá da sala começasse a *dá em cima* e conseguisse *comer* ela. Fico pensando, “consegui! agora já vou... se eu passo pra outra, já vai dá certo”. Se eu ficasse só com prostituta e depois passasse pra uma *boyzinha* normal eu ia ficar meio... tipo, meio sem saber o que fazer, inseguro (Entrevistado nº 12: 18 anos).

¹⁰³ Segundo o dicionário Michaelis: **1** Ato de foder; cópula, metida. **2** Coisa desagradável ou insuportável. *Também pode designar algo esplendoroso, fantástico (Gíria).*

Quanto ao ato sexual em si, cerca de 30% deles classificam o sexo com prostituta como mais prazeroso. No entanto, a maior parte destes (na casa dos 18-19 anos) acredita que a diferença diz respeito mais à idade das garotas com as quais se relacionam (da mesma faixa etária deles e, portanto, menos experientes) do que à condição profissional da prostituta. Desse modo, a prostituta acaba por propiciar-lhes uma maior possibilidade de fazerem sexuais, bem como uma maior desenvoltura e desinibição durante a relação e por isso tem mais condições de “realizar um homem”. Outra parte dessa percentagem não vê vantagem nesse tipo de relacionamento, tendo em vista que não há o mérito da conquista (como visto acima) e só procuram prostitutas quando estão necessitando “descarregar o seu desejo sexual”. Já uma terceira fração pensa que não há necessidade de buscarem os serviços de uma prostituta, devido à grande facilidade que há em se relacionar com as “moças de hoje”, bem mais liberais que na época de seus pais (como expressei outrora):

acho assim, que a sociedade tá mais liberal, então a mulherada hoje em dia... antigamente o homem usava as prostitutas porque a mulherada às vezes... Tinha aquele receio com relação ao sexo. Então, tá mais fácil. Hoje em dia é a própria mulher que toma iniciativa, não é? Nunca passou pela minha cabeça. Assim, já vi alguns *sites*, tudo, ver aqueles corpos esculturais, tudo, mas nunca concretizei (Entrevistado nº 13: 31 anos).

Apenas aproximadamente 25% dos entrevistados disseram nunca ter se relacionado com prostitutas. Mesmo que a maioria não veja tal prática como moralmente correta, é o fator econômico o motivo de maior relevância, pois só teriam o interesse se fosse com um padrão físico de mulheres que se encaixam na denominação prostituta de luxo, porém não possuem dinheiro ou coragem para pagar o valor cobrado por elas:

primeiro que eu tenho pena de pagar. Tenho pena do meu dinheiro. Se vê o preço de hoje, você entra no *site* aqui tem “garota nacional” e suas variáveis, porque tem os *links* lá no *site*. Você entra, é negócio de cinema. Tinha um arquivo em PDF que a gente distribuiu pela *internet* chamado “Book Paulista”. Meu amigo! essas meninas capa de revista. Agora, tudo 400, 500, 600 *paus*, sabe? 800 *paus*. Agora, imagine aí, eu e você, mais um amigo ou mais dois amigos cada um entrando com 200, 300 *conto*? A gente compra cerveja, carne, carvão. Dá pra alugar uma casa de praia e chamar umas “amigas”. Agora, só chama “aquelas amigas” que a gente sabe que tomando umas, o resto meu amigo [risos]... tá entendendo? Todo mundo tem umas amigas assim, não tem? Então você não precisa pagar... É puramente o preço! Se eu tivesse dinheiro... Pra resolver os seus problemas, você quer alguém melhor que um profissional? [risos] Não tem! (Entrevistado nº 15: 33 anos).

Como eu já havia registrado anteriormente, eles geralmente estão em grupo e dividem os mesmos quartos de motel. O preço individual do programa, geralmente contado/pago por ejaculação, é de R\$125,00. No entanto, essa negociação é flexível, pois quando fazem o programa em grupo, o que é mais comum, há desconto, bem como quando a prostituta se *agrada* do cliente acaba por estender o programa por mais algumas horas, não lhe cobrando hora extra por isso. Porém, uma parte deles relatou-me que atualmente não está se relacionando mais com prostitutas por problemas de dinheiro, pois, por ter outros gastos, acaba saindo muito caro conciliá-los. Luís chegou a dizer que já não há tanta necessidade em sair com prostitutas, visto que “as garotas de hoje são mais fáceis de transar”, fazendo uma alusão às garotas da minha geração. Diante do comentário, indaguei como ele sabia, e, auxiliado pelos demais, respondeu que se baseava nos comentários de seus pais, tios, avôs, entre outros.

Perguntei se eles costumavam usar *camisinha* (*Camisa de Vênus*, preservativo) e todos disseram que sim, “sempre!”, mas que com outras garotas iria depender delas, na usual e equivocada concepção de que *as garotas aparentemente recatadas não oferecem perigo*, pois “não são promíscuas”, como se a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis fosse uma exclusividade das prostitutas ou das garotas sexualmente liberais – mera reprodução do senso comum.

Aliás, em sua tese de mestrado, acerca da construção da masculinidade dos clientes da prostituição em Portugal, Sacramento (2005) expõe o frequente comportamento de risco que os clientes assumem, ao se recusarem a usar preservativos. Inclusive, devido à habitual recusa das prostitutas, passam a oferecer-lhes pagamento extra, geralmente recusado. O autor alerta para o importante papel das prostitutas em assegurarem a não proliferação epidêmica das DST, visto a responsabilidade com a qual se posicionam diante de tal perigo, e faz uma importante sugestão:

Mediante o que vem sendo dito, impõe-se um sério questionamento dos discursos sociais correntes, nomeadamente os de natureza médico-epidemiológica, nos quais as mulheres que exercem a prostituição são, no geral, investidas de uma carga simbólica de poluição e apresentadas como responsáveis por vários problemas de saúde pública. Concomitantemente, impõe-se um (re)direcionamento do foco de análise para a procura, uma vertente que tende a permanecer invisível, inimputável e, de certo modo, à margem no debate sobre a prostituição. O objetivo a assegurar deverá passar por fazer aparecer os clientes na primeira linha de prioridades dos programas e estratégias de intervenção no campo socioepidemiológico da prostituição e da saúde pública (Sacramento 2005: 146).

Contribuindo com tal discussão, Silva *et al.* (2002: 189) acrescentam:

Porém, tal como no século XIX, com as leis sobre doenças contagiosas na Inglaterra entre 1864 e 1869 (cf. Millet, 1974; Finnegan, 1979:9 ss.), o facto de os homens-clientes não serem supervisionados nem sancionados por eventuais transmissões de doenças sexuais denota bem a duplicidade da moral e da política oficiais: indulgência e benevolência para os clientes-homens *versus* penalização e discriminação para as mulheres-prostitutas.

Por outro lado, parafraseando o poeta brasileiro Augusto dos Anjos (1884-1914), em seus *Versos Íntimos*, “a mão que afaga é a mesma que apedreja”. Com efeito, a estrutura social que lhe atribui uma natureza sexual diferente (oposta) daquela em que circunscreve a feminina, garantindo-lhe certa condescendência sobre o ato da infidelidade, será a mesma que lhe exigirá ainda em tenra idade (geralmente dentre os 14 e 15 anos) que se apresente ao “mundo dos homens de verdade”, pondo à prova a sua heterossexualidade, por diversas vezes de maneira violenta, aterradora e frustrante:

minha primeira relação sexual foi com 15 anos, lembro da pessoa, o dia, como foi. Foi estranho. Eu não queria e fui pela pressão de dois *caras* que eram muito meus amigos... Aí, aconteceu, a gente foi pra trás da estação [de trem], ela foi com o maior cuidado do mundo, baixou a minha roupa e tal, aí eu fiquei naquela e disse “não, não vai *rolar* não”, até porque ela mexia e não subia, e o meu primeiro contato sexual foi eu *broxando*¹⁰⁴, porque ela mexeu e não subiu, então, aquilo não deixa de ser *broxar*. Eu tava muito nervoso, tava com as pernas tremendo e só em ter baixado ali, aos 15 anos, eu já não ficava nu na frente da minha mãe, aquilo ali existia um receio muito grande, então quando ela baixou e viu, o meu ficou o menor possível que ele podia ficar (Entrevistado nº 10).

Como afirma Badinter (1993), não se pode falar em uma aclamada dominação da sexualidade masculina sem levar em consideração a eterna exigência que recai sobre os homens acerca da confirmação de sua sexualidade/virilidade, cobrança da qual as mulheres encontram-se isentas. Assim, não seria exagero considerar sê-lo de fato o verdadeiro sexo frágil, e não as mulheres, como historicamente propalado:

se a capacidade e a necessidade das mulheres de expressar a sexualidade foram cuidadosamente mantidas ocultas até pleno século XX, o mesmo aconteceu com o concomitante trauma dos homens. A análise de Lesley Hall das cartas escritas por homens a Marie Stopes ilustra esta veia de inquietude e

¹⁰⁴ Ato ou efeito de broxar.

desespero sexual – que está tão distante da imagem do devasso displicente ou da sexualidade impetuosa e desenfreada quanto se pode imaginar¹⁰⁵. Impotências, poluções noturnas, ejaculação precoce, preocupações com o tamanho do pênis – estas e outras ansiedades aparecem repetidamente nas cartas (Giddens 1993: 133).

Não se pode negar a opressão sexual vivida pelas mulheres durante séculos da história ocidental, ao mesmo tempo, não podemos atribuir-lhe a alcunha de vítimas, visto que o poder se exerce como uma prática social assentada nas relações engendradas entre os atores sociais, estando ambas as partes espontaneamente sujeitas a ele (Foucault 1998b). Portanto,

a teia densa de relações sociais que se estabelecem no campo prostitucional questiona as ideias simplificadas do senso comum. Em especial, os lugares-comuns que veem a relação entre a mulher-prostituta e o cliente como estando marcada por uma desigualdade extrema de poder e proveito deste último¹⁰⁶. Muito pelo contrário, a etnografia mostra-nos que o jogo de poder tem múltiplas facetas, sendo, não raro, marcadamente contingencial e difuso, como dirá Foucault (1992)¹⁰⁷ (Sacramento e Ribeiro 2010: 177).

Por isso, se às mulheres impuseram as amarras da frigidez sexual e da inferioridade social, aos homens recaíram as traumáticas exigências acerca de sua virilidade sexual e responsabilidades sociais:

no âmbito dos processos de socialização, o quadro de valores central na construção da identidade social masculina, mais especificamente no campo do género e da sexualidade, remete para atributos e orientações ideológicas como a força e a resistência física, a actividade, o domínio, o controlo das emoções, a satisfação irreprimível e incondicional, a sexualidade orientada para a penetração, o “direito” à promiscuidade sexual, a obrigação de demonstrar a competência sexual e dar prazer à mulher, etc. (Sacramento 2005: 93).

Destarte, por tratar-se de uma relação, o poder se impõe às duas partes, não havendo vilões ou mocinhos, algozes ou vítimas, mas parceiros de uma realização social, na qual todos ganham e perdem, vencem e são vencidos, se realizam e se frustram, pois, acima de tudo, são sócios de um mesmo empreendimento chamado *sociedade*.

¹⁰⁵ Ver: Lesley A. Hall. *Hidden Anxieties. Male Sexuality, 1900-1950*, Cambridge Polity, 1991.

¹⁰⁶ Complementando tal discussão, ver: Freire 1997.

¹⁰⁷ Michel Foucault: *Microfísica do poder*.

Conclusão

A sexualidade humana constitui-se como um dos mais complexos empreendimentos sociais, tendo em vista o eterno conflito entre natureza e cultura. Desse modo, a satisfação de desejos e sensações físicas está fortemente consubstanciada aos ideais e valores regulamentados pela cultura. Essa perspectiva presume que somos moldados pelo arbítrio cultural, assim, uma gama de atribuições de certo e errado, normal e patológico, moral e pecaminoso regula nossos sentimentos, aspirações, fantasias, impulsos, gostos e prazeres.

No entanto, somos sexualmente plásticos, ou seja, diferentemente de outras espécies animais, não possuímos uma sexualidade fixa, daí justifica-se o nosso eterno conflito, visto que o processo de socialização ao qual estamos condicionalmente atados tratará de envolver-nos na construção de em uma complexa teia naturalista que legitima inúmeros interditos sobre os comportamentos que escapam ou se contrapõem àquilo que foi culturalmente edificado, normatizado. Noutra aspecto, podemos dizer que é a vida social que dá sentido à vida sexual, pois, fora do mundo social, o ser humano se reduz a um animal como outro qualquer.

Portanto, sendo a cultura uma construção social que se impõe à condição fisiológica humana, fará uso constante de mecanismos de institucionalização e controle sobre os comportamentos que se desviem das normas sociais. A sociedade constrói relações tipificadas em papéis estruturados por valores e significados sociais. Tais papéis são responsáveis pela objetivação e manutenção do processo de institucionalização e reificação da realidade social. Desse modo, o social é transformado em natural, fundamentando essencialismos comportamentais.

Na visão dos entrevistados, por mais conquistas e avanços que as mulheres tenham conseguido nos últimos tempos, a sociedade em que vivem ainda conserva fortes características tradicionalistas. Acreditam viver em uma sociedade machista, que considera o homem superior à mulher, a respeito do que a grande maioria discorda, tanto física quanto economicamente. O patriarcado em que se sustenta tal sociedade atribui aos homens a missão social de constituir e manter uma família. Assim, ser homem envolve um misto de qualidades pessoais e sociais, cujas principais seriam: ter caráter, honra, ética, dignidade e honestidade.

Os discursos revelam a influência de padrões sexuais expressos por uma heterossexualidade e masculinidade normativas, em que a naturalização na qual se assenta, por sua vez, classifica a homossexualidade como prática sexual condenável e antinatural.

Dessa forma, é comum dentre a maioria dos entrevistados a percepção dos homossexuais masculinos como “falsos homens”.

Por outro lado, há uma oscilação quanto à concordância acerca de um padrão de masculinidade vigente. A maioria concorda que seja interessante a existência de um padrão que promova distinção entre os gêneros, porém, defende que não devem haver exageros, como a máxima de que “homem que é homem não chora”. De todo modo, percebe que, hoje em dia, tal padrão vem perdendo referencial, por isso, é difícil precisar visualmente quem é ou não é heterossexual.

A instabilidade e/ou questionamento desse referencial constitui-se no que se convencionou chamar, nas últimas décadas, de crise da masculinidade. Na verdade, há uma controvérsia entre os autores que tratam desse tema. Uma ala destes acredita que, em vez de uma crise, a masculinidade vem passando por um período de mudanças, devido a um fenômeno recente, a sua problematização. Na medida em que as mulheres passaram a (re)pensar sua identidade sexual e de gênero, geraram as condições para que também fosse (re)pensada a identidade masculina. Uma série de questionamentos sobre a existência de uma ordem natural dos gêneros, assim como sobre as certezas que regulam os pressupostos da heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, levou-nos a pôr à baila os essencialismos e universalismos em que estavam ancoradas tais estruturas. Nessa esteira, os meus informantes atestam não saberem definir o que de fato é próprio a cada gênero, revelando um misto de conformidade e hesitação ao terem que se posicionar sobre tal circunstância.

No rastro dessa discussão, faz-se notar um paradoxo quanto à maneira como lidam com o modelo de gênero tradicional e masculinista, tendo em vista que cerca de 50% dos entrevistados dizem não concordar com ele, no entanto, com exceção de três, os demais se sentem encaixados no mesmo, demonstrando uma contradição entre aquilo que se diz e aquilo que se faz. Essa perspectiva expõe o desafio e a necessidade que as investigações na área das ciências humanas requerem de nós pesquisadores estarmos sempre atentos aos discursos e às práticas de nossos informantes, pois somente assim poderemos compreender com maior profundidade como se estruturam as representações que engendram o imaginário destes. Dentre as principais características que fundamentam o modelo supracitado, estão: ser heterossexual, gostar de futebol, de bebida e de “farra”; mas, também, ser trabalhador, casar-se, ter família e filhos.

Uma das principais características do padrão machista de masculinidade, exposto nas entrevistas, diz respeito à afirmação da virilidade heterossexual através da publicização dos

romances, conquistas amorosas e, principalmente, sexuais. Com efeito, expressa-se aí a representação da virilidade masculina como um instrumento de poder, força, posse, competência, prestígio e *status*, sobretudo sobre os seus pares. Mesmo aqueles que não se dizem adeptos dessa prática entendem fazer parte de uma espécie de “necessidade masculina”. Novamente, cultura e natureza se misturam como se fossem uma coisa só.

Porém, a busca pelo *status* viril provoca uma acirrada disputa em torno das experiências vivenciadas. Nesse aspecto, quanto maior o número de mulheres conquistadas, maior o respeito e a admiração dos outros homens, mas, também, a rivalidade e a inveja sobre o ato consumado. Por conseguinte, uma coisa é evidente, na batalha de egos machistas as moças representam os troféus em disputa. Assim, quanto maior o número e a qualidade (baseada num padrão de beleza ocidental ditado e propalado, sobretudo, por uma indústria da beleza) das moças seduzidas e possuídas, maior o *status* social assegurado.

Desse modo, populariza-se a prática do “ficar”, cujos relacionamentos descompromissados facilitam a quantificação das conquistas, a qual se mostra bastante significativa à formação de um capital sexual responsável pela representação da virilidade masculina. Outro termo semelhante ao “ficar” é o “pegar”, que pode ser utilizado com a mesma finalidade, mas que geralmente simboliza uma situação de posse, comumente usada para exprimir uma relação de dominação do homem sobre a mulher. Ou seja, é o homem quem pega, se apropria, domina. Não obstante, já se percebe o uso desse termo em alguns discursos femininos, como forma de transgressão a uma histórica autoridade machista. As mulheres que gozam de certa autonomia comportamental chamam pra si a iniciativa do relacionamento, podendo assumir um papel ativo junto aos homens, que lhes legitime expressar que pegaram alguém.

Apesar disso, os grilhões do machismo, ainda frequentes nas relações sociais em que se inserem meus entrevistados, atribuem representações diferenciadas para os comportamentos de ambos os sexos. Enquanto ao homem “pegador” são atribuídas notoriedade, competência e admiração, sobre a mulher “pegadora” recaem os estereótipos da desonra, da amoralidade e do pecado. A conquista sexual da mulher tem forte valor simbólico para a sociedade machista conservadora, pois exprime a existência de uma ordem natural dos gêneros. Nesta, o corpo feminino se notabiliza como instrumento institucional, cuja posse quantificada define o grau de masculinidade do macho.

Dessa forma, o ritual ideológico que envolve a busca pela conquista sexual, segundo grande parte dos entrevistados, associa-se mais ao cumprimento de uma obrigação social do que à realização de um desejo. De acordo com alguns relatos, a busca desenfreada por

conquistas sexuais leva muitas vezes o indivíduo a uma combinação de realização e frustração, quando se trata de uma relação que não promove nenhum ganho emocional e/ou bem-estar físico. Por isso, é comum haver situações em que, após o orgasmo, ao concluírem com o seu dever de macho, sentem nojo da parceira.

Noutro aspecto, é importante explicitar o *status* representado pelo tipo de mulher conquistada, bem como pelo nível de intimidade conseguida. A metade dos informantes assume que, por uma questão de vaidade, não revela as relações com mulheres consideradas feias, diferentemente de quando se trata de mulheres bonitas, cujo nível de prestígio aumenta na medida em que publicizam tais conquistas. Já a outra metade segue à risca a concepção de uma heterossexualidade compulsória, acreditando que acima de tudo está a necessidade de (re)afirmação sexual, pois, em se tratando da relação homem e mulher, o sexo se impõe como o seu principal fim, “o importante é comer”.

Ainda sobre a promoção das conquistas, a metade dos entrevistados declara a existência de um código de ética sobre a divulgação da identidade das moças com quem “ficam” e principalmente fazem sexo. No caso de “ficar”, costumam falar para cerca de dois ou três amigos, os confidentes, mas quando se trata de sexo costumam guardar segredo, como forma de preservar a imagem delas. Desse modo, denunciam uma das características mais comuns às sociedades patriarcais, a associação do sexo das mulheres ao pecado, à desonra, do mesmo modo em que se baseiam num dimorfismo sexual que associa liberdade sexual aos homens e castidade sexual às mulheres. Por outro lado, mais da metade deles confessa ser comum dentre a grande maioria dos homens ignorar qualquer compromisso ético quando se trata de propalar suas conquistas sexuais, visto que o maior compromisso deles é com seu *marketing* pessoal.

No que diz respeito às mulheres, a metade deles acredita que elas só compartilham suas intimidades sexuais com as amigas mais íntimas e que, assim mesmo, não devem contar os pormenores, por uma necessidade de se resguardarem do machismo, principalmente dentre as próprias mulheres. Segundo eles, apesar de todos os avanços conquistados pelas mulheres, nos últimos tempos, elas ainda nutrem um sentimento de preservação contra o julgamento moral da sociedade, que, em muitos aspectos, mantém-se conservadora. Um forte exemplo disso manifesta-se no fato de que, segundo 1/4 dos entrevistados, há uma grande dependência das mulheres quanto à iniciativa de tomarem a frente nas ações de conquista dos homens, geralmente deixando a cargo deles o protagonismo dessas ações. Acrescentam também que em boa parte das vezes em que elas tomam a iniciativa estão sob o efeito de álcool. Aliás,

sobre esse tema, mantém-se relevante o consumo de álcool entre os jovens, tanto os homens quanto as mulheres, como um rito de iniciação à fase adulta.

A outra metade divide-se em duas opiniões, a saber: aqueles que acham que as mulheres falam mais “sacanagens” do que os homens e os que pensam que elas devem falar de forma natural, como uma normal troca de experiências.

Acerca do maior protagonismo das moças em tomarem iniciativa no intuito de conquistar os homens, a metade dos informantes reproduz um discurso tradicional que atribui a elas um comportamento negativo, que proporciona sua desvalorização. Já a outra metade percebe que esse tipo de comportamento gera desconforto e intimidação nos homens, na medida em que lhes destitui da condição de soberania e governo das ações entre os gêneros.

Um momento importante na vida dos rapazes, a primeira relação sexual é vista como o principal passo de entrada no mundo dos “homens de verdade”. Uma característica importante das gerações investigadas está no fato de esses rapazes não terem se iniciado sexualmente com prostitutas, fato comum em gerações passadas. Em vez de recorrerem ao trabalho de profissionais, tiveram suas necessidades saciadas por garotas, geralmente de idades próximas a deles. Estas, por assumirem uma posição de liberdade e autonomia sexual, recebem as alcunhas pejorativas de “safadinhas”, “doidinhas”, “danadinhas”, “saidinhas” e “devassas”, denotando uma visão preconceituosa sobre as mulheres que fogem do estereótipo do recato e da inocência. Isso posto, há uma rejeição, por parte deles, sobre a possibilidade da formação de qualquer vínculo com esse tipo de garota que não seja com fins sexuais. Novamente se reproduz o ideário patriarcal que distingue as mulheres honestas das depravadas, reservando os relacionamentos sérios para as primeiras e as meras aventuras para as segundas.

A metade dos entrevistados classificou a primeira relação sexual como não prazerosa, estranha, constrangedora, devido a sua inexperiência e inabilidade no assunto, resultando num forte temor do fracasso, tornando-se para alguns um momento assustador. Assim, são compreensíveis os depoimentos em que a maioria deles atesta a sensação, após a primeira relação sexual, de terem tirado um “peso das costas”. Tal condição resultou numa autoavaliação negativa do desempenho que fizeram deles. A outra metade disse que foi um momento tranquilo, prazeroso, o que me leva a indagar se se trata de um mascaramento da sua realidade ou se vivemos num período de menores exigências sobre a virilidade masculina.

É imprescindível ressaltar a importância do papel dos amigos nesse rito institucional. Esses parceiros assumem a função de agentes institucionais, responsáveis pela incitação, vigília e testemunho da passagem dos meninos ao mundo dos adultos e confirmação da sua heterossexualidade. Ao que parece, vivemos um período de maior democratização nas

relações entre pais e filhos e possivelmente uma diminuição das cobranças sobre a sexualidade dos filhos, talvez pela falta de tempo dos pais em gerenciarem o processo ritual da iniciação sexual deles. Assim, cabe aos grupos de pares assumirem esse papel, como relata a maioria de meus entrevistados, cujos amigos, irmãos e primos foram os principais responsáveis por conduzi-los e persuadi-los ao cumprimento do ritual de instituição de iniciação sexual masculina.

Outra fase relevante na vida desses rapazes ocorre quando um relacionamento evolui da esfera do “ficar” para o compromisso do namoro. Apesar de relatarem que os namoros de hoje são mais democráticos, tanto em relação à liberdade de expressão das mulheres quanto à sua participação nas tomadas de decisão, atestam que essas relações ainda mantêm, em sua maioria, uma conservadora assimetria sobre os papéis de gênero. Destarte, é usual ouvir críticas àqueles que negligenciam essa posição e, pior, submetem-se às vontades de suas namoradas, denominando-os, pejorativamente, de “manicacas” (submissos, fracos, pouco masculinos). Porém, a frase título desta tese revela uma incongruência, por se tratar de um momento de fraqueza (após a namorada ter terminado o namoro) de um dos rapazes mais masculinos do grupo, quanto a suas ações, discursos rudes e postura agressiva, inclusive presenciada por mim, mas que é considerado um “manicaca” pela grande maioria dos colegas, visto que a autoridade que assume nas relações cotidianas com seus amigos não se repete no trato com a sua namorada, com quem mantém uma relação simétrica ou mesmo assimétrica, mas em favor da superioridade dela. Tal situação expõe a dificuldade de se investigar a intimidade das pessoas, pois nem sempre o que se fala corresponde ao que se faz, ainda mais, quando estão envolvidas questões de afirmação e confirmação da identidade destas. Sob o arbítrio do cultural, o ideal se torna real, natural, esperado, almejado, desejável; mas, também, mascarado, sofrido, paradoxal.

Por conseguinte, de acordo com o que me foi dito nas entrevistas, a maioria dos relacionamentos é erigida sob os auspícios da possessão mútua, em que a falta de liberdade e exercício das individualidades é normal entre os parceiros. Portanto, são raras as situações em que os parceiros aceitam que o outro saia sem a sua companhia, principalmente se for à noite e para lugares onde a “paquera” e o assédio são frequentes, como bares e *boites*. Dentre os lugares onde há uma maior tolerância sobre a liberdade do parceiro, estão o cinema e o *shopping center*, desde que estejam sozinhos ou na companhia de familiares e amigos. Porém, entre os entrevistados mais velhos, dos 25 aos 33 anos, há uma maior aceitação sobre a liberdade do outro, tendo em vista que o ciúme é enxergado mais como uma falta de respeito

para com a(o) namorada(o) ou cônjuge do que como uma forma de expressão do sentimento e desejo que nutrem um pelo outro.

Um dos aspectos de grande relevância numa relação, o fator socioeconômico, exprime uma das mais frequentes dualidades entre o moderno e o conservador. O velho papel masculino de provedor da relação, ainda que se faça presente, já sofreu várias ponderações. Por exemplo, a metade dos informantes não se sente mais na obrigação de serem os únicos ou principais responsáveis pelas despesas de consumo no relacionamento. Isso revela uma característica importante de sustentação dos novos arranjos amorosos, ou seja, o entendimento acerca da capacidade de as mulheres assumirem as esferas pública e econômica, espaços antes exclusivos a eles. Dessa forma, costumam dividir as contas com suas parceiras e não se incomodam que elas assumam as despesas sozinhas quando eles se encontram em dificuldades financeiras. Por outro lado, muitas mulheres, hoje, exigem o direito de contribuir com o pagamento dos gastos do casal, sendo uma forma de sentirem-se independentes, capazes e valorizadas. Os avanços socioeconômicos que impulsionaram a mulher aos estudos universitários e ao mercado de trabalho, garantindo-lhes maior autonomia social, política, econômica e sexual, ao mesmo tempo, dirimiram a responsabilidade outrora exigida aos rapazes de assumirem sozinhos as incumbências do casal.

Apesar disso, mantendo-se fiéis aos valores patriarcais, 1/3 dos entrevistados disse fazer questão de pagar as despesas quando saem com suas parceiras, por uma questão de princípios, de dever social ou de cavalheirismo. Nessa esteira, encontra-se boa parte das mulheres que, no reverso das feministas modernas, faz questão de que os homens assumam todas as despesas dos encontros, renegando a posição de autonomia e igualdade conquistada através de muitas lutas. No entanto, cerca de 25% dos rapazes acreditam tratar-se de moças interesseiras, que se vendem sem constrangimentos, mesmo que em outras ocasiões assumam um discurso de valorização de suas capacidades e defendam a concepção de que têm os mesmos direitos dos homens.

A contradição no comportamento das mulheres, que transitam entre a manutenção do conservadorismo machista (na medida em que este lhes é confortável) e a incansável luta feminista por direitos iguais, não expõe uma realidade própria do universo feminino, visto que pudemos identificar ao longo da pesquisa o constante conflito que os rapazes passam ao transitar entre essas duas possibilidades paradoxais. Esse aspecto corrobora a nossa tese de que as mudanças empreendidas pelas mulheres, bem como pelos homens, pelo menos nos últimos 50 anos em vários países do Ocidente (dentre os quais, o Brasil), nos diversos campos socioculturais, acabam por atingir sobremaneira não somente os modelos acerca do gênero

feminino, mas se refletem também substancialmente na identidade do gênero masculino.

Não obstante, a maioria confessa que assumir as despesas do casal no início de um relacionamento representa uma estratégia cavalheiresca de sedução e conquista, através da valorização da parceira ou da capacidade deles de provê-la; nesse aspecto, emerge novamente a visão conservadora do homem provedor, dominador, superior. Porém, a necessidade de assumir as despesas atenua-se na medida em que o relacionamento progride em intimidade, levando-os a aceitarem normalmente e, em certos casos, aprovando com satisfação que elas contribuam e até mesmo assumam os custos do casal.

As informações colhidas aqui evidenciam a resistência do ideário do amor romântico como representação conservadora das relações vivenciadas e idealizadas, pelo menos na cidade do Natal. Na contramão do que é sugerido pelos relacionamentos descompromissados, a ideia do relacionamento ideal, da mulher certa para casar e ter filhos, convive lado a lado com a cultura do “ficar” com alguém em vez de “estar” com alguém; além disso, é comum distinguir as moças consideradas propriamente para “ficar” daquelas escolhidas para casar, cujo fator determinante, geralmente, está associado ao nível de castidade destas; não devem necessariamente ser virgens, mas quanto menor for o número de parceiros sexuais experimentados, maiores serão as possibilidades de união. Esse princípio sustenta-se em duas acepções machistas, quais sejam: a exigência da fidelidade, exposta na falta de confiança nas moças de comportamento sexual livre, sinalizando o receio de serem traídos, e a exclusividade sexual, presente no sentimento de vaidade ferida, pelo fato de relacionarem-se com uma mulher com quem outros homens já tiveram intimidade e que, possivelmente, devem partilhá-las com seus pares. Em ambos os casos, percebe-se o sentimento patriarcal de dominação sobre o sexo das mulheres.

No que diz respeito à intimidade sexual com suas parceiras, os relacionamentos demonstram uma majoritária postura conservadora. Enquanto o sexo oral apresenta-se como uma prática quase unânime entre os casais, o sexo anal ainda é tabu, devido às convenções religiosas e sociais, ou mesmo, por produzir certo desconforto às mulheres. Quanto à pluralidade das práticas sexuais, as variações limitam-se aos tipos de posições e lugares diversificados. Assim, apenas 25% dos informantes manifestam o desejo de experimentar atividades alternativas de prazer, como o sexo grupal, o *swing* e o *ménage à trois*.

Mais uma contradição é revelada quando o assunto é fidelidade. Apesar de todos os entrevistados admitirem ser esta uma exigência mútua dos parceiros, a maioria confessa não ser fiel às suas parceiras, considerando um comportamento normal, pois “é coisa de homem”, faz parte da “natureza masculina”. Por esse motivo, não aceitam a infidelidade das mulheres,

que, diferentemente dos homens, apontaria para uma fraqueza de caráter e moral. Desse modo, o fato que se apresenta com maior congruência entre os informantes consiste na tentativa de manutenção da exclusividade masculina sobre a promiscuidade e os relacionamentos extranamoros (extraconjugais), ao passo que atribuem valor negativo às mulheres que buscam exercer os mesmos direitos. Nessa medida, é evidente a força das representações conservadoras sobre as relações de gênero contidas no imaginário dos entrevistados, cuja ideia de uma superioridade sexual masculina alicerça-se na axiomática natureza dicotômica dos sexos. Mesmo aqueles que não percebem, ou têm dúvidas acerca de uma natureza sexual masculina superior, mais aguçada (instintivamente mais libidínica), não conseguem aceitar livremente a paridade do comportamento sexual feminino, talvez por sentirem-na, mesmo que inconscientemente, como uma ameaça ao domínio histórico do gênero masculino, do qual, pelo ângulo da dominação política dos sexos, são largamente beneficiados.

Incoerentemente, para a metade dos entrevistados, tanto o machismo quanto o feminismo são visões míopes, ultrapassadas, que não expressam a realidade de fato, tendo em vista a grande diversidade das atividades realizadas por homens e mulheres (principalmente) nos dias atuais, bem como as transformações no espaço doméstico do lar, as quais têm gerado novos ajustes sobre as responsabilidades entre os cônjuges. Contudo, apesar de apenas 1/4 deles se considerar machistas, grande parte daquilo que dizem e fazem expõe o quanto a sua visão de mundo está atrelada a princípios essencialistas de dominação e superioridade masculina.

Uma clara manifestação da contradição em que estão enredados refere-se ao fato de considerarem o processo de evolução socioeconômica que tem beneficiado social e legalmente as mulheres como o resultado normal, natural da quebra de paradigmas quanto ao estabelecimento de uma nova ordem do gênero que, conseqüentemente, vem provocando uma forte diminuição do preconceito sobre a capacidade das mulheres. Nessa perspectiva, entendem que, com exceção de atividades que exigem uma maior força física, todas as demais são facilmente realizáveis por mulheres, principalmente as de cunho intelectual. Em certas circunstâncias acreditam, inclusive, que as mulheres demonstram mais capacidade do que os homens de se adaptarem às variadas atividades por estarem mais abertas às mudanças e terem uma visão mais abrangente da realidade. Nesse rastro, não veem problema em disputar ou perder uma vaga de emprego para uma mulher, visto que não creditam aos homens uma capacidade intelectual superior.

Alinhando com a premissa paradoxal presente nos discursos e práticas assumidos pelos

informantes, o meu trabalho de observação participante revelou diversas situações nas quais pude observar um relativo papel de destaque e, às vezes, de protagonismo das mulheres nas relações sociais, seja em sala de aula, seja fora dela. Enquanto em certas turmas alguns alunos homens apresentavam uma postura de liderança, no geral, as garotas se mostraram um pouco mais autônomas e dominadoras do que eles. Em alguns casos, aqueles garotos que demonstravam uma postura forte em face de seus colegas mostravam-se inseguros perante certas mulheres; porém, vale destacar que tal situação apresenta-se com mais frequência entre o público mais jovem da faculdade (cerca dos 17 aos 25). Já os homens com idade superior aos 25 anos demonstram mais segurança e até mesmo maior imposição e força diante das colegas de sala de aula. Talvez isso ocorra por já terem consolidado a representação de dominação e força em que se fundamenta o ideário cultural de dominação masculina.

Tanto em sala de aula quanto nas confraternizações das turmas, além da evidência do número superior das moças em relação ao de rapazes, é notório o maior destaque delas em assumir uma postura de relevância e protagonismo nas ações, decisões e discursos que engendram tais relações sociais. Dessa forma, é compreensível a relevância do papel social das mulheres na reordenação e transformação da masculinidade contemporânea, posto que, há muito, elas assumem a responsabilidade de reproduzir e inculcar, na mente destes, todos os valores, princípios, normas e representações impostas por sua cultura. Basta recordar que há bem pouco tempo elas estavam segregadas ao espaço doméstico, enquanto os homens dominavam o espaço público. Imersas no discurso ideológico a que foram submetidas, eram as próprias mulheres as principais responsáveis pelo discurso de dominação de uma ordem dos gêneros, garantidoras da superioridade masculina. Pois bem, se lhes coube, historicamente, o papel de transmissoras e mantenedoras do *status quo*, não é de se estranhar que também a elas caberão seu questionamento e transformação, haja vista as importantes lutas desencadeadas pelos movimentos feministas, bem como a introdução e a interpelação dos homens a uma nova realidade.

Com efeito, devido à relevante participação das mulheres na construção da identidade masculina, além da importância inexorável de seus congêneres, atribuímos em minha tese um espaço fundamental à participação delas, como fator relacional e influente na percepção que eles têm acerca de seu papel sociocultural, como pude perceber em meus estudos etnográficos.

As contradições reveladas nas ações e falas dos entrevistados também ecoam nos discursos e práticas das mulheres observadas. Por mais de uma vez, o avanço e o protagonismo social assumido por elas, seja nas relações de gênero, seja acerca de sua

sexualidade, esbarraram em situações de plena submissão ao cumprimento dos valores patriarcais. Em alguns casos, a rebeldia apresentada nos discursos limitava-se mais à ação teórica (apesar de que, não deixa de ser relevante, como um grande passo para a transformação e libertação do conservadorismo sexual e de gênero) do que à experiência prática; com exceção dos casos (que não são raros) em que a negação da prática consiste numa estratégia de defesa contra possíveis discriminações de viés conservador, o que não deixa de revelar a submissão aos ideais machistas culturalmente internalizados. Destarte, é perceptível, mesmo dentre as informantes mulheres, o nível de cristalização dos valores culturais machistas – traduzidos na manutenção prática de ideais fortemente representativos, como, por exemplo, na importância cultural da virgindade, explícita nos discursos de um grupo de garotas observadas –, contribuindo assim para a permanência de uma naturalização compulsória que engendra um sistema de distribuição assimétrica dos papéis de gênero no campo sexual.

Sem sombra de dúvidas, o maior paradoxo presente no discurso dos entrevistados diz respeito ao posicionamento deles quanto ao avanço, à liberdade e à conquista das mulheres em várias esferas sociais. Se, por um lado, são considerados processos comuns e positivos do desenvolvimento das sociedades modernas, resultados de muitas lutas e esforços delas, por outro lado, são reduzidos à esfera acadêmica, cultural e, principalmente, econômica (profissional), ainda mais por considerarem vantajoso para os homens, que ganharam um contributo para as despesas do casal. No entanto, a maioria dos informantes contrapõe-se aos avanços conquistados nos campos sexual e comportamental (um território ainda considerado, por excelência, de domínio masculino), por acreditar que está havendo uma inversão de papéis, em que os homens estão sendo inferiorizados quanto a sua importância e protagonismo nas relações amorosas e sexuais. Ao mesmo tempo, acredita que algumas mulheres estão se desvalorizando, tornando-se promíscuas.

É desse modo que se manifesta o paradoxo expresso nos discursos pretensamente progressistas, que admitem a igualdade dos gêneros em vários campos sociais, mas, ao mesmo tempo, não são tão aquiescentes quando se trata da esfera sexual, relativizando os comportamentos, tendo a moral judaico-cristã como base teórica fundante e constituinte.

Ora, é explícita a concepção conservadora que naturaliza o sexo através de um dimorfismo sexual. Para a metade dos entrevistados, há uma distinção entre os desejos sexuais de homens e mulheres. Calcada nos velhos pilares machistas, considera que os homens possuem uma necessidade sexual mais intensa do que as mulheres, o que legitima uma promiscuidade natural, própria de uma “carne” mais fraca para o sexo. Diferentemente, as

mulheres seriam mais emocionais, pois não se relacionam sexualmente com a mesma naturalidade do homem, visto que são mais reservadas, reprimidas. Equivocadamente, exemplificam tal teoria ao creditarem uma possível dificuldade que as mulheres teriam de se relacionarem sexualmente num primeiro encontro, fato banal entre os homens. Assim, desconsideram o peso da representatividade cultural, validando um discurso ideologicamente forjado no universalismo e essencialismo de uma ordem sexual de gêneros.

Porém, contrastando com o exposto acima, a outra metade tem uma visão mais crítica da realidade social em questão, percebendo um forte componente cultural que condiciona a forma como homens e mulheres se comportam e encaram o sexo.

Essa complexa convivência entre o moderno e o conservador apresenta-se como uma expressão dialética do dinamismo cultural, sendo a sua coexistência o que dá sentido um ao outro. Não existe sociedade completamente tradicional ou completamente moderna, ainda mais porque não há como identificar uma característica dissociada da outra, não existe tradição sem modernidade. Nesse caso em particular, resulta no que, atualmente, convencionou-se a chamar (como já vimos anteriormente) de crise da masculinidade. Com certeza, um fenômeno social que se encontra fortemente alicerçado num dado contexto histórico-cultural não se esvanece totalmente na aurora de um novo tempo, mesmo decrescendo o alcance do seu efeito, e talvez nunca se extinga por completo, apenas passe por um processo de transmutação. De todo modo, as razões de sua transformação resultarão sempre em complexas, e às vezes dramáticas, adaptações e aceitações às novas práticas que lhe dão forma.

Noutro aspecto, podemos inferir que ao longo da história o padrão de gênero masculino se fundamentou em contraposição ao feminino (como abordado acima), bem como à homossexualidade. Então, ser homem/macho seria o mesmo que não ser mulher ou gay. Fundamentada numa ordem de gênero, na qual prevalece a referência axiomática de uma heterossexualidade compulsória, a construção da identidade sexual masculina ergue-se sob o sustentáculo de uma determinação normativa da natureza dos sexos. Nessa esteira, o desejo sexual por indivíduos do mesmo sexo é enxergado pelo prisma da anormalidade, de uma disfunção psicopatológica ou, simplesmente, de um desvio de caráter ou depravação moral. Aos olhos do conservadorismo machista, a homossexualidade encarna o pior dos desvios de comportamento, o qual deve ser investigado, policiado e combatido, para que, a partir de uma cruzada heterossexual reificadora sob os auspícios das instituições socializadoras (como a igreja, a família e a escola), possa-se estabelecer a normalidade opressora do ordenamento cultural ideologicamente naturalizante.

Em cerca de 30% dos entrevistados, fica claro o conflito sobre a aceitação do comportamento homossexual. O preconceito velado emerge na medida em que se dizem respeitosos com os gays, mas não acham o comportamento deles correto e confessam que não gostariam de ter um filho que seguisse tal orientação. A dificuldade de assumirem-se preconceituosos talvez seja um reflexo das lutas e conquistas recentes de ativistas políticos contra atitudes homofóbicas, que resultaram no Brasil em um projeto de lei anti-homofobia (PLC122/2006), o qual torna crime atitudes de discriminação ou preconceito por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Contudo, assumem que essa teórica aceitação está atrelada à condição de não serem submetidos a qualquer tipo de tentativa de conquista efetuada por esse grupo, negando-lhes a legitimidade de dar vazão ao seu desejo sexual. De fato, foram várias as situações, por mim presenciadas, de preconceito explícito, expresso nos discursos, nas zombarias e nos deboches sobre os homossexuais.

Um dos principais atributos da discriminação sofrida pelo homossexual está no fato de ele não ser reconhecido como homem, ou um “homem de verdade”, discurso comum dentre meus entrevistados, visto considerarem que seu comportamento sexual se assemelha mais às mulheres do que aos homens e por também assumirem uma postura sexualmente passiva – aquele que é penetrado. Isso ocorre por que, na medida em que assume uma postura de passividade, distancia-se de umas das características distintivas da identidade de gênero masculina, presente na cultura ocidental, representada na posição ativa. Ser masculino é ser ativo, seja sexualmente, seja socialmente, pois ser ativo é ser dominador, é exercer poder sobre o outro, passivo, frágil, feminino. No sentido meramente sexual, ser ativo é penetrar o corpo do/a outro/a, é “comê-lo/la”, possuí-lo/la, é exercer um papel de superioridade, de dominação sobre o/a outro/a. Entretanto, as representações acerca do papel ativo, dominador, “comedor” dos homens são referenciadas apenas nas relações heterossexuais, ou seja, nas relações de dominação entre homens e mulheres, entre aqueles que têm o falo e aquelas que não o possuem. Porém, cerca de 75% dos meus informantes não fazem distinção entre héteros e homossexuais numa relação homoerótica. Para eles, há uma simetria de papéis entre aquele que penetra e o que é penetrado, quer dizer, ambos são homossexuais.

Dessa forma, constata-se que os homens são ensinados desde cedo a canalizarem sua sexualidade ao seu pênis, relegando o fato de que têm um corpo e não simplesmente um aparelho reprodutor, obedecendo a uma constituição sexual falocêntrica, negando a plasticidade sexual inerente aos seres humanos, cujas possibilidades de realização e sensação de prazer são plurais e incomensuráveis. Assim sendo, o patriarcado dissociou sexo e afetividade para os homens, ao mesmo tempo que os instituiu como inerentes às mulheres,

criando uma dicotomia historicamente demarcada como constituição de um dimorfismo sexual, historicamente responsável por representações, símbolos e códigos de conduta que engendram os padrões de gênero e os comportamentos sexuais.

Noutra perspectiva, levando em consideração o comum “policimento” sobre os homossexuais, como diagnosticado dentre os meus informantes, fruto da necessidade de identificá-los, como uma maneira de regular, coagir e (ou) combatê-los, senti a necessidade de questionar-lhes sobre a partir de que aspectos eles poderiam definir um homossexual nos dias de hoje. Portanto, a maioria destacou tratar-se de uma pessoa que sente atração sexual por outra do mesmo sexo. Porém, divergiram quanto aos aspectos físicos e comportamentais, já que, enquanto a metade relacionou uma série de características estereotipadas como elementos de identificação gay, como, por exemplo: jeito efeminado (andar e gestuais, dentre outros), fala fina, vestuário extravagante (com roupas justas e com cores fortes, floridas e estampadas), além de ter amigos gays e andar em companhia deles, a outra metade entende que é muito difícil, hoje, precisar quem é ou não gay, visto que há vários gays que não se encaixam mais nos rótulos de antes. Noutra medida, a flexibilidade experimentada pelo gênero masculino nos dias atuais traz à tona um comportamento mais andrógino e menos rígido, padronizado.

Na tentativa de mergulhar nas experiências práticas dos informantes e confrontá-las com os discursos apreendidos nas entrevistas e conversas informais, questionei-lhes se tiveram algum tipo de experiência homossexual ou mesmo vontade ou pensamento a esse respeito. Mais da metade alegou nunca ter tido contato íntimo algum, bem como nunca teve qualquer vontade e nem pensou sobre isso. Não obstante, somente 1/4 ressaltou nunca pretender ter. A maioria comentou já ter recebido algum tipo de galanteio (“paquera”, “cantada”), mas que reagiu com educação ou indiferença (fingiu que não era com eles por sentirem-se constrangidos), fazendo notar a sua orientação heterossexual. Distintamente, cerca de 25% deles revelaram um posicionamento homofóbico ao dizerem que partiriam para a agressão física no caso de serem tocados por algum gay, bem como não gostariam de imaginar, por sentirem repulsa.

No entanto, a metade deles disse que tem ou já teve curiosidade de saber o que essas pessoas sentem. Talvez aí esteja a abertura para uma maior tolerância ou aceitação da homossexualidade, assim como para a possibilidade de realização de alguma curiosidade, fantasia ou experiência homossexual, na medida em que se dirimem as representações acerca de uma heterossexualidade compulsória, que limita as possibilidades de realização e alcance da plasticidade sexual dos indivíduos.

De todos os entrevistados, apenas dois assumiram terem tido alguma experiência íntima homossexual, um no final da infância (pré-adolescência) e o outro na adolescência (um período de nossas vidas repleto de buscas, descobertas e incertezas acerca de nossa personalidade, caráter e orientação sexual). Segundo eles, ambas as experiências resumiram-se a bolinações. É importante ressaltar que, para os dois, mesmo não sendo compactuada com a maioria dos entrevistados (talvez por vergonha ou pelo de fato não terem vivido tais experiências), essa é uma prática muito corriqueira entre os garotos quando entram numa fase de curiosidades, desejos e descobertas. Devido à maior proximidade e intimidade, é comum que as primeiras experiências sexuais ocorram entre eles.

A esse respeito, foram várias as falas que deram indícios sobre a existência de curiosidades e/ou desejos de experiências homossexuais não expressas, bem como da possibilidade da não revelação de experiências ocorridas, como forma de resguardarem uma honra heterossexual que mantenha suas identidades sexuais incólumes.

Contraditoriamente à perspectiva acima, cerca de 2/3 dos entrevistados são taxativos quanto à possibilidade de um heterossexual vivenciar esporadicamente experiências homossexuais, mesmo que não haja atos de carinho ou sentimentos envolvidos e que, principalmente, exerçam exclusivamente papel ativo, ou seja, apenas penetrem e não sejam penetrados, marca simbólica de feminilidade (como vimos anteriormente). Na visão deles, independentemente da posição que os homens tomem na relação, ambos são homossexuais. Por outro lado, cerca de 25% dos entrevistados apresentam uma visão menos estereotipada, enxergando a sexualidade como um universo de possibilidades, em que os sujeitos têm a necessidade e o direito de procurar formas variadas de prazer. Nesse caso, seria um equívoco rotulá-los necessariamente como homossexuais.

Na mesma perspectiva, podemos argumentar sobre a fragilidade na qual se fundamenta a representação acerca de uma identidade sexual fechada em torno da instituição de uma heteronormatividade, na qual o desejo sexual é circunscrito à escolha entre dois caminhos distintos e bifurcados, inexoravelmente díspares, sustentados por uma heterossexualidade compulsória. Assim, o desejo e o encantamento por outrem é reduzido à atração física, como se o interesse nutrido entre as pessoas estivesse limitado ao sexo delas.

Outro aspecto importante para a compreensão das representações que forjam a construção da identidade sexual dos informantes diz respeito à prostituição, fenômeno cultural e socioeconômico que sempre suscitou, ao longo da história, interpretações as mais plurais e paradoxais possíveis. Sob os auspícios do senso comum, é geralmente enxergada como um ato desrespeitoso à dignidade humana ou pecaminoso aos olhos de Deus, e sob essa condição

recai sobre si toda uma sorte de conjecturas e estigmas, responsáveis por sua discriminação e condenação social.

De todo modo, em uma sociedade de tradição conservadoramente machista, a representação da prostituta como aquela cuja “capacidade técnica” e “conhecimento profissional” pode atestar o grau de virilidade de cada homem constitui-se no principal simulacro da confirmação do “poder masculino”. Dessa forma, apresenta-se como uma prática comum a pouco mais de 1/3 dos entrevistados. Dentre aqueles que se relacionam frequentemente com prostitutas, estão os mais jovens (entre os 17 e 22 anos). Mesmo não sentido dificuldades de se relacionarem sexualmente com as garotas de seu convívio social, aproximadamente 35% deles revelaram que já fizeram sexo com prostitutas por várias vezes e que não veem nenhum problema nesse tipo de relação.

Um dado pertinente sobre o sexo com prostitutas é que em quase todas as ocorrências havia a presença de amigos, e o acontecimento tomava o caráter de festividade ritualística. O motivo de ser uma relação sempre sob o acompanhamento de um ou mais colegas leva-me a duas hipóteses: a primeira trata de uma afirmação social da virilidade, cuja constatação de desempenho pelos presentes se faz necessária à legitimação da masculinidade do acompanhado; já a segunda ocorre pelo desejo de aventurar-se por práticas sexuais (prostituição, sexo grupal) de caracteres não convencionais, inclusive, facilmente percebidas como “pecaminosas” ou “imorais” aos olhos da tradição social conservadora.

De outra maneira, podemos constatar que o processo de construção da masculinidade realizado nos espaços da prostituição possui uma característica de “fragilidade” e “ambiguidade”, visto que, por ocorrer no âmbito da esfera da intimidade, não é objetivamente averiguado, comprovável, registrado. Assim, sempre haverá a possibilidade do manifesto da dúvida, quanto à competência da virilidade e à veracidade das performances do sujeito da ação. Noutra perspectiva, possibilita aos clientes que se utilizem da clandestinidade do ato para que possam manipular as narrativas acerca de suas proezas sexuais, de acordo com os interesses ideológicos que regem as representações do seu grupo de pares, exceto nos frequentes casos de compartilhamento das aventuras sexuais grupais. Apesar disso, na maioria desses casos, segundo os meus informantes, os espaços físicos dos motéis (aonde geralmente ocorrem tais eventos) são devidamente distribuídos entre os casais, de modo que haja certa privacidade no momento do ato sexual.

Em relação às representações sobre a prostituta, reproduz-se no imaginário desses rapazes o estereótipo, comum ao universo da prostituição, da “mulher boa de cama”, da profissional que “sabe tudo sobre sexo”. Aliás, ao falarem do sexo com prostitutas, a metade

dos que já tiveram essa experiência confessa que não gosta muito, por se tratar de uma relação profissional, mercenária e, por isso, que provoca poucas emoções, totalmente diferente do sexo com suas parceiras, por quem sentem carinho e desejo verdadeiros.

Acredito ser imprescindível ressaltar a dicotomia existente na relação cliente/prostituta, tendo em vista a dissociação feita por certos clientes da relação sexual e da relação comercial. Como que se esquecendo da motivação primeira daquele compromisso, a venda de um produto (o sexo), acabam por exigir delas (mesmo que inconscientemente) um envolvimento sentimental não estipulado no “contrato”. É incongruente a maneira com que os meus entrevistados medem a relação estabelecida entre cliente e prostituta, pautando-a pelo padrão do amor romântico, do mérito da conquista, da capacidade de seduzir a “dama”, dissociando-a da relação comercial que, de fato, é o cerne do liame entre os atores sociais em pauta. De outra forma, pode ser um traço do modelo tradicional machista, no qual a conquista amorosa aparece como mais do que um desejo, mas uma obrigação do macho predador, reafirmando seu domínio, sua virilidade, sua superioridade. Portanto, os sentimentos de decepção percebidos em certos depoimentos revelam o quão complexo é o fenômeno da prostituição, não podendo ser engendrado simplesmente pelo viés econômico, visto que, em diversas situações, tanto o cliente quanto a prostituta buscam naquele momento muito mais do que sexo ou dinheiro. Com efeito, a relação pode transcender o simples comércio, concebendo inter-relações de cunho emocional, sentimental e/ou amoroso, tornando-se frequentes as situações em que o negócio do sexo deixa de ser o único ou o principal intuito da relação.

Noutro polo, cerca de 30% deles classificam o sexo com prostituta como mais prazeroso. No entanto, a maior parte destes (na casa dos 18-19 anos) acredita que a diferença diz respeito mais à idade das garotas com as quais se relacionam (da mesma faixa etária deles e, portanto, menos experientes) do que à condição profissional da prostituta. Desse modo, a prostituta acaba por propiciar-lhes uma maior possibilidade de fazeres sexuais, bem como uma maior desenvoltura e desinibição durante a relação, tendo, por isso, mais condições de “realizarem um homem”.

A última fração desse grupo não vê vantagem nesse tipo de relacionamento, tendo em vista que não há o mérito da conquista (como discutido anteriormente), servindo como mera “válvula de escape” para descarrego do desejo sexual. Além do mais, acredita não haver mais necessidade de se procurar uma prostituta, devido à grande facilidade de se relacionar com as “moças de hoje”, bem mais liberais que na época de seus pais.

Apenas, aproximadamente, 25% dos entrevistados disseram nunca ter se relacionado com prostitutas. Mesmo que a maioria não veja tal prática como moralmente correta, o fator

econômico é o motivo de maior relevância, pois só teriam o interesse se fosse com um padrão físico de mulheres que se encaixam na denominação “prostituta de luxo”, para as quais eles não teriam dinheiro ou coragem de pagar o valor cobrado.

Ainda sobre as relações sexuais com prostitutas, os depoimentos quanto ao uso de preservativo foram unânimes, contrastando com os relacionamentos com outras mulheres, cujo uso dependerá da garota. Logo, reproduzem a deturpada concepção de que as garotas aparentemente não promíscuas não oferecem o perigo das doenças sexualmente transmissíveis, como se estas fossem uma exclusividade das prostitutas ou das garotas sexualmente liberais. Assim, reproduzem os estereótipos próprios de uma sociedade de moral conservadora, de tradição religiosa.

Porém, antes que se possa conjecturar que o fenômeno da prostituição se apresenta como um espaço por excelência de exercício do domínio masculino, na medida em que a sociedade atribui aos homens uma natureza sexual mais volúvel que a das mulheres, garantindo-lhes certa condescendência sobre o ato da infidelidade, totalmente condenável a elas, alerta ao fato de que será essa mesma sociedade que lhes exigirá ainda em tenra idade (geralmente dentre os 14-15 anos) que se apresentem ao “mundo dos homens de verdade”, pondo à prova a sua heterossexualidade, por diversas vezes de maneira violenta, aterradora e frustrante. Destarte, é falso falar em uma aclamada dominação da sexualidade masculina sem levar em consideração a eterna exigência que recai sobre os homens acerca da confirmação de sua sexualidade/virilidade, cobrança essa da qual as mulheres encontram-se isentas.

Contudo, não pretendo aqui negar a opressão sexual vivida pelas mulheres durante séculos da nossa história ocidental, aliás, por diversas maneiras, repressora e violenta, mas, também, não acredito que seja contributivo, para a compreensão crítica da construção histórica das relações de gênero, lhes reduzir ao papel de vítimas, visto que o poder se exerce como uma prática social assentada nas relações engendradas entre os atores sociais, estando ambas as partes espontaneamente sujeitas a ele. Por isso, se às mulheres impuseram-se as amarras da frigidez sexual e da inferioridade social, aos homens recaíram as traumáticas exigências acerca de sua virilidade sexual e responsabilidades sociais. Porém, devo esclarecer que, mesmo entendendo que a opressão e violência exercida pelos homens sobre as mulheres sejam numericamente superiores àquelas impostas a eles próprios, busco uma análise descomprometida com reducionismos interpretativos, neste caso, a possibilidade de se reproduzir um mero discurso político maniqueísta.

De acordo com o que foi exposto ao longo deste trabalho, é perceptível a conflituosa convivência entre tradição e modernidade, conservadorismo e mudança. As transformações

desencadeadas pelos movimentos feministas nas últimas décadas, aliadas às evoluções tecnológicas e trabalhistas, além dos estudos nas áreas médicas e das ciências humanas, contribuíram fortemente para a uma considerável redefinição das identidades sexuais e de gênero dos atores sociais. Desse modo, podemos acreditar que ser mulher nos dias atuais, apesar de muitas ainda preservarem os valores patriarcais aos quais foram historicamente submetidas, diferencia-se consideravelmente de ser mulher 50 anos atrás. Por sua vez, por se instituírem como identidades contrapostas, ser homem hoje, apesar de não ter sofrido, compreensivelmente, a mesma carga intensiva de mudanças, também já não é mais o mesmo que ser homem aos mesmos 50 anos atrás. Apesar de encontrarmos uma frequente reprodução das representações e dos estereótipos machistas ao longo dos discursos dos meus informantes, o que pode sugerir que tais transformações não tenham gerado, particularmente, qualquer mudança nas relações de gênero, pelo menos dentre esse grupo de jovens natalenses, e a existência de uma possível e propalada crise da masculinidade, todavia, também é verídico afirmar que em várias situações são patentes as contradições refletidas em seus discursos e práticas, levando-me a crer na instabilidade com a qual se inscrevem no imaginário deles os ideais condutores da construção de suas identidades sexuais e de gênero. Dessa forma, entendo que tais sinais exprimem mais do que um momento de crise, mas de incertezas, questionamentos e reflexões, que resultam em discursos e práticas cambiantes e paradoxais, expressão reveladora do quão embaraçosa e labiríntica manifesta-se a sexualidade humana.

Portanto, esta tese pretende ser mais um contributo para a complexa reflexão sobre a construção social da identidade sexual e de gênero masculina. Nesse aspecto, procurei ao longo desta pesquisa apresentar situações e conjunturas diferentes como se moldam nos dias de hoje as representações sobre o que é ser homem, na perspectiva de um grupo de jovens residentes na cidade do Natal, no Nordeste brasileiro.

Através de um estudo etnográfico com observação participante, pude adentrar em vários momentos do cotidiano desses atores, vivenciando suas intimidades e buscando desvelar o imaginário deles, evidenciado nas falas e ações capturadas num intenso trabalho de atenção e perspicácia, fruto de exercícios contínuos de dedicação e sensibilidade empírica.

Acredito que esta tese cumpre o seu objetivo de trazer à sociedade natalense uma valiosa possibilidade de olhar para si com mais clareza e compreender como se estrutura uma das mais intrincadas e obscuras esferas da estrutura social: a sexualidade masculina. Ao mesmo tempo, permite aos homens um maior conhecimento sobre como se engendram as razões que almejam lhes convencer do que são ou devem ser. Por outro lado, espero poder contribuir com

a expansão dos estudos do gênero e da sexualidade, principalmente no âmbito da masculinidade, fomentando a carente produção acadêmica local.

Bibliografia

- ABOIM, Sofia (2013), *A sexualidade dos portugueses*, Lisboa, FFMS.
- ABOIM, Sofia (2010a), Gênero, família e mudança em Portugal, in Karin Wall *et al.*, *A Vida Familiar no Masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.
- ABOIM, Sofia (2010b), Conjugalidades no masculino: renegociando poderes e identidades no cotidiano, in Karin Wall *et al.*, *A vida Familiar no Masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de (2013), *Nordestino: invenção do falo. Uma história do gênero masculino (1920-1940)*, São Paulo, Intermeios.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira (2009), Abordagem societal das representações sociais, *Sociedade e Estado*, Brasília, volume 24 (3), pp. 713-737.
- ALMEIDA, Flora Alice Santos (2010), Meninas vestem rosa, meninos vestem azul: concepções de adolescentes acerca da masculinidade e feminilidade, *Fazendo Gênero* 9, pp. 1-9.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de século.
- ALTHUSSER, Louis (1985), *Os aparelhos ideológicos de estado*, Rio de Janeiro, Graal.
- ALVES, Maria Marcelita Pereira (2008), “Vencer é preciso! Considerações sobre o universo masculino”, in Maria Inês Ghilardi-Lucena e Francisco de Oliveira (Orgs.), *Representações do Masculino: mídia, literatura e sociedade*, Campinas, Alínea.
- AMÂNCIO, Lúcia (Org.) (2004), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte.
- AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino: a construção social da diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- BADINTER, Elisabeth (1993), *XY: sobre a identidade masculina*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BADINTER, Elisabeth (1986), *Um é o Outro*, Rio de Janeiro, Nova fronteira.
- BAUMAN, Zygmunt (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- BERGER, Peter, e Thomas Luckmann (2002), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc (2011), *Falas de Homens: a construção da subjetividade masculina*, São Paulo, Anablume.
- BOURDIEU, Pierre (2010), *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *O Poder Simbólico*, São Paulo, DIFEL.
- BRANDÃO, Ana Maria Simões de Azevedo (2010), *E Se Tu Fosses Um Rapaz: homoerotismo feminino e construção social da identidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- BUTLER, Judith (2003), O parentesco é sempre tido como heterossexual?, *Cadernos Pagu*, 21, pp. 219-260.
- BUTLER, J. B. (1993), *That Matter: on the discursive limits of "sex"*, Londres, Routledge.
- CASCUDO, Luís da Câmara (1999), *História da Cidade do Natal*, Natal, IHG/RN.
- CASTORIADIS, Cornélius (2000), *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CELESTINO, Edivania Duarte (2009), *A Percepção do Espaço Público na Modernidade: um olhar sobre a cidade de Natal*, Natal, UFRN (Tese de Doutorado).
- CHAUÍ, Marilena (1991), *Repressão Sexual*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M., e Zoraide Souza Pessoa (2009), Tipologia socioespacial numa metrópole em formação: a RMNATAL, in Maria do Livramento M. Clementino e Zoraide Souza Pessoa (Orgs.) (2009), *Natal: uma metrópole em formação*, São Paulo, EDUC.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M., Marconi Gomes da Silva e William Eufrásio Nunes Pereira (2009), Transformações recentes na economia da região metropolitana de Natal, in Maria do Livramento M. Clementino e Zoraide Souza Pessoa (Orgs.) (2009), *Natal: uma metrópole em formação*, São Paulo, EDUC.
- CONNELL, R. W., e James W. Messerschmidt (2013), Masculinidade hegemônica: repensando o conceito, *Estudos Feministas*, 21 (1), pp.241-282.
- CONNELL, R. W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- CONNELL, R. W. (1995), *Masculinities: the social organization of masculinity*, Berkeley/Los Angeles, University of Califórnia Press.

- COSTA, António Firmino da (1986), A pesquisa de terreno em sociologia, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- DANTAS, Antônio Ribeiro (1989), *A Representação da Homossexualidade: a "leitura" da imprensa escrita*, Natal, UFRN (Dissertação de Mestrado).
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés (2010), Representações sociais como obstáculos simbólicos à incorporação do *habitus* científico, *Ariús*, volume 16 (1/2), pp. 31-48.
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés (2003), Poder simbólico, signo hegemônico e representações sociais: notas introdutórias, in Maria do Rosário de Carvalho *et al.*, *Representações Sociais: teoria e pesquisa*, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado.
- DUVEEN, Gerard (2010), Introdução, in Serge Moscovici, *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Vozes.
- FERREIRA, Paulo Rogers (2008), *Os Afectos Malditos: o indizível nas sociedades camponesas*, São Paulo, Hucitec.
- FERREIRA, Angela Lúcia, Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva e Maria Aparecida Pontes da Fonseca (2009), Dinâmica imobiliária, turismo e meio-ambiente: novos cenários metropolitanos, in Maria do Livramento M. Clementino e Zoraide Souza Pessoa (Orgs.) (2009), *Natal: uma metrópole em formação*, São Paulo, EDUC.
- FOUCAULT, Michel (1999), *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1998a), *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1998b), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FREIRE, Rasland Costa de Luna (1997), *Prostituta e Prostituição: as representações do cliente*, João Pessoa: UFPB (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).
- FREIRE, Rasland Costa de Luna (1993), *História dos Cabarés de Natal nas Décadas de 1940 e 1950*, Natal: UFRN (Monografia em História).
- FREUD, Sigmund (1976), *Mal-Estar na Civilização*, Rio de Janeiro, Imago.
- GIDDENS, Anthony (1993), *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, São Paulo, Ed. UNESP.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Ed. UNESP.
- GIFFIN, Karen, (2005), A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico, *Ciência e Saúde Coletiva*, volume 10 (1), pp. 47-57.

- GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- GOLDENBERG, Mirian (Org.) (2000), *Os Novos Desejos: das academias de musculação às agências de encontros*, Rio de Janeiro, Record.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição (2009), Dinâmica territorial no espaço metropolitano de Natal, in Maria do Livramento M. Clementino e Zoraide Souza Pessoa (Orgs.) (2009), *Natal: uma metrópole em formação*, São Paulo, EDUC.
- GROSSI, Miriam Pillar, (2008), Masculinidades: uma revisão teórica, *Antropologia em Primeira Mão*, volume 75, pp. 1-37.
- GROSSI, Miriam Pillar (1998), Identidade de gênero e sexualidade, *Antropologia em Primeira Mão*, volume 24, pp. 1-14.
- ITURRA, Raúl (1986), Trabalho de campo e observação participante em antropologia, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- JODELET, Denise (2009), O Movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais, *Sociedade e Estado*, volume 24 (3), pp. 679-712.
- JODELET, Denise (1989), Représentations sociales: un domaine en expansion, in Denise Jodelet, *Les Représentations Sociales*, Paris: PUF, pp. 31-61, Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti (1993), Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti, UFRJ- Faculdade de Educação.
- LACOMBE, Andrea (2007), De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro, *Cadernos Pagu*, (28), pp. 207-225.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson (2000), *A Construção Social da Cidade do Prazer: Natal*, Natal, EDUFRN.
- LOYOLA, Maria Andréa (2000), A antropologia da sexualidade no Brasil, *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 10(1), pp. 143-167.
- MACHADO, Vanderlei (2005), As várias dimensões do masculino: traçando itinerários possíveis, in Mônica Raisia Schpun, Masculinidades, *Estudos Feministas*, 13(1), pp. 196-199.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1986), *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo, Abril Cultural.
- MARIZ, Marlene da Silva, e Luiz Eduardo B. Suassuna (2005), *História do Rio Grande do Norte*, Natal, Sebo Vermelho Edições.

- MARTINS, Moisés de Lemos (1996), *Para Uma Inversa Navegação: o discurso da identidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- McINNES, J. (2002), *O Fim da Masculinidade*, Porto, Ambar.
- MEAD, M. (1971), *Sexo e Temperamento*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- MECHA, Andrés A., e Wolfgang Wagner (2003), Construindo bruxas: representações sociais, discurso e instituições, in Maria do Rosário de Carvalho *et al.* (Orgs.), *Representações Sociais: teoria e pesquisa*, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado.
- MEDRADO, Benedito, e Jorge Lyra (2008), Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades, *Estudos feministas*, 16(3), pp. 809-840.
- MENIN, Maria Suzana De Stefano (2007), O aspecto normativo das representações sociais: comparando concepções, *Revista de Educação Pública*, volume 16 (30), pp. 121-135.
- MISKOLCI, Richard (2009), A teoria *Queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11 (21), pp. 150-182.
- MOSCOVICI, Serge (2010), *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Vozes.
- MURARO, R. M. (2004), Introdução Histórica, in Heinrich Kramer e James Sprenger, *Malleus Maleficarum*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- OLIVEIRA, Alexandra (2010), Violências sobre trabalhadoras do sexo ou a reação social à prostituição de rua, in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (Orgs.), *Mulheres da Vida, Mulheres Com Vida: prostituição, estado e políticas*, Ribeirão, Edições Húmus.
- PEREIRA, Maria do Mar (2010), Os discursos de gênero: mudança e continuidade nas narrativas sobre diferenças, semelhanças e (des)igualdade entre mulheres e homens, in Karin Wall *et al.*, *A Vida Familiar no Masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.
- PIRES, Vera Lúcia, e Márcia Maria Severo Ferraz (2008), Do machismo ao feminismo: o vínculo das relações de gênero transformou o homem?, in Maria Inês Ghilardi-Lucena e Francisco de Oliveira (Orgs.), *Representações do Masculino: mídia, literatura e sociedade*, Campinas, Alínea.
- RAMOS, Marcelo Silva (2000), Um olhar sobre o masculino, in Mirian Goldemberg (org.) (2000), *Os Novos Desejos: das academias de musculação às agências de encontros*, Rio de Janeiro, Record.

- RIBEIRO, Fernando Bessa (2011), Ciências sociais, autor e participação no espaço público: retomando a proposta de Bourdieu por um saber comprometido, in Pedro Silva Gabriel, et. al. (Orgs.), *Etnografia e Intervenção Social: por uma praxis reflexiva*, Lisboa, Edições Colibri.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre Martelos e Lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Fernando Bessa, e Octávio Sacramento (2009), Imagens, erotismo e culturas “on the road”: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico, *Configurações*, 5/6, p p. 241-255.
- RIBEIRO, Fernando Bessa, José F. G. Portela e Chris Gerry (2009), A terra dos heróis: espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique), *Análise Social*, volume XLIV (193).
- RIBEIRO, Fernando Bessa, e Octávio Sacramento (2006), Sexo, amor e interesse entre gringos e garotas em Natal, *Cronos VII* (1), pp. 161-172.
- RIBEIRO, Manuela, Manuel Carlos Silva, Johanna Schouten, Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento (2007), *Vidas na Raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto, Edições Afrontamento.
- RIBEIRO SILVA, Wesley Garcia (2011), *Cartografia dos Tempos Urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960)*, Natal, EDUFRN, Coleção: Dissertações e Teses do CCHLA-UFRN.
- RICH, Adrienne (2007), Heterossexualidade compulsória e existência lésbica, *Bagoas V* (1), pp. 17-44.
- RUBIN, Gayle, e Judith Butler (2003), Tráfico sexual: entrevista, *Cadernos Pagu*, (21), pp. 157-209.
- SÁ, Celso Pereira de, e Angela Arruda (2000), O estudo das representações sociais no Brasil, *Revista de Ciências Humanas*, EDUFSC, Edição Especial Temática, pp.11-31.
- SÁ, Celso Pereira de (1998), *A construção do Objecto de pesquisa em Representações Sociais*, Rio de Janeiro, EdUERJ.
- SACRAMENTO, Octávio e Fernando Bessa Ribeiro (2010), Mulheres que trabalham, homens que se envolvem: gênero, estratégias e práticas na prostituição abrigada, in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (Orgs.), *Mulheres da Vida, Mulheres Com Vida: prostituição, estado e políticas*, Ribeirão, Edições Húmus.

- SACRAMENTO, Octávio José Rio do (2005), *Os Clientes da Prostituição Abrigada: a procura do sexo comercial na perspectiva da construção da masculinidade*, Braga, Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).
- SALES, Shirlei Rezende, e Marlucy Alves Paraíso (2013), O jovem macho e a jovem difícil: governo da sexualidade no currículo, *Educação & Realidade*, volume 38 (2), pp. 603-625.
- SCHOUTEN, Maria Johanna (2011), *Uma Sociologia do Gênero*, V.N. Famalicão, Edições Húmus.
- SCHOUTEN, Maria Johanna (2010), Imagens e autoimagens de trabalhadoras sexuais, in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (Orgs.), *Mulheres da Vida, Mulheres Com Vida: prostituição, estado e políticas*, V.N. Famalicão, Edições Húmus.
- SCHWADE, Elisete (2007), Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos, *Bagoas* V (1), pp. 57-66.
- SÊGA, Rafael Augustus (2000), O conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici, *Anos 90*, (13), pp. 128-133.
- SILVA, Manuel Carlos, Ana Reis Jorge e Aleksandra Queiroz (2012), Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas, *Configurações* [Online] 9, URL: <http://configuracoes.revues.org/1158>.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais: condição objetiva, identidade e ação coletiva*, Ribeirão, Edições Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos, Helena Machado e Susana Silva, (2002), Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como “objeto de fronteira”, *Cadernos do Noroeste* 18 (1-2), pp. 183-203.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- SIMMEL, Georg (2001), *Filosofia do Amor*, São Paulo, Martins Editora.
- SMITH JUNIOR, Clyde (1992), *Trampolim Para a Vitória*, Natal, Ed. Universitária UFRN.
- SOUZA FILHO, Alípio de (2003), Cultura, ideologia e representações, in Maria do Rosário de Carvalho, et al. (Orgs.), *Representações Sociais: teoria e pesquisa*, Mossoró, Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado.
- SWAIN, Tânia Navarro (2007), Desfazendo o natural: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano, *Bagoas* V (1), pp. 45-55.
- VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso (2010), Uma abordagem da historicidade das representações sociais, *Cadernos de Pesquisa*, volume 40 (140), pp. 379-405.

- XAVIER, Roseane, (2002), Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?, *Psicologia & Sociedade*, 14 (2), pp. 18-47.
- WALL, Karin (2010), A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar em casais com filhos: perspectivas masculinas, *in Karin Wall et al., A Vida Familiar no Masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.
- WEEKS, Jeffrey (2010), *Sexuality*, London and New York, Routledge.
- WELZER-LANG, Daniel (2001), A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia, *Estudos Feministas*, UFSC, ano 9, pp. 460-482.

Documentação em suporte electrónico

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>

<http://turismo.natal.rn.gov.br/negocios.php>

<http://turismo.natal.rn.gov.br/copa-2014.php>

www.rn.gov.br/conheca-o-rn/turismo

<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-106.html>

Anexos_____

Anexo 1

Guião de entrevista

- Pra você, o que significa ser homem?
- Você se considera encaixado no “padrão de masculinidade” de sua sociedade? O que pensa a tal respeito?
- Como você vê a ideia de naturalização sexual entre homens e mulheres?
- Há uma diversidade muito grande nas atividades profissionais realizadas por ambos os sexos, como você enxerga isso?
- Como você vê o avanço e conquistas das mulheres em várias esferas sociais?
- Como você enxerga o machismo? E o feminismo?
- O que você pensa a respeito de relacionamentos extraconjugais?
- Quando você sai pra “paquerar”, quem toma a decisão primeiro de “chegar junto”, os garotos, as garotas, ou ambos? Como se dá esse processo, geralmente?
- Suponhamos que você disputa uma vaga de emprego com um homem e uma mulher, há alguma preferência para quem você preferiria perdê-la?
- Você tem ou já teve namorada ou namorado? Como é a relação de vocês? O que pode e o que não pode no namoro?
- Quando você “fica” com uma garota, você conta para alguém? Depende ou não da garota? E quando faz sexo, também conta? E as garotas, a esse respeito, como você acredita que seja a atitude delas?
- O que você pensa a respeito da homossexualidade? Como você definiria um homossexual? Já teve algum tipo de experiência homossexual? Já pensou a respeito? O que acha disso?
- Com que idade teve a 1ª relação sexual? Com quem foi? Como foi? Com qual idade?
- Você paga a conta só ou divide com as garotas? O que pensa disso?
- Como você reage a *cantada* de um homossexual?
- Você já fez sexo com prostituta? Com que frequência?

Anexo 2

Lugares frequentados e observados

- Uni-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte): salas de aula, Centro de Convivência, pátios e ginásio de esportes.
- Áreas de lazer de condomínios de apartamentos da zona Sul de Natal: realização de churrascos e confraternizações das turmas do Centro Universitário.
- *Bar Esquina 14* (Tirol).
- *Bar Viola* (Ponta Negra).
- *Six Bar* (Petrópolis).
- *Churrascaria do Arnaldo* (Tirol).
- Praia da Ponta Negra.
- Academia de musculação *Hi-Fit* (Cidade Jardim).
- Academia de Musculação *Espaço América* (Tirol).